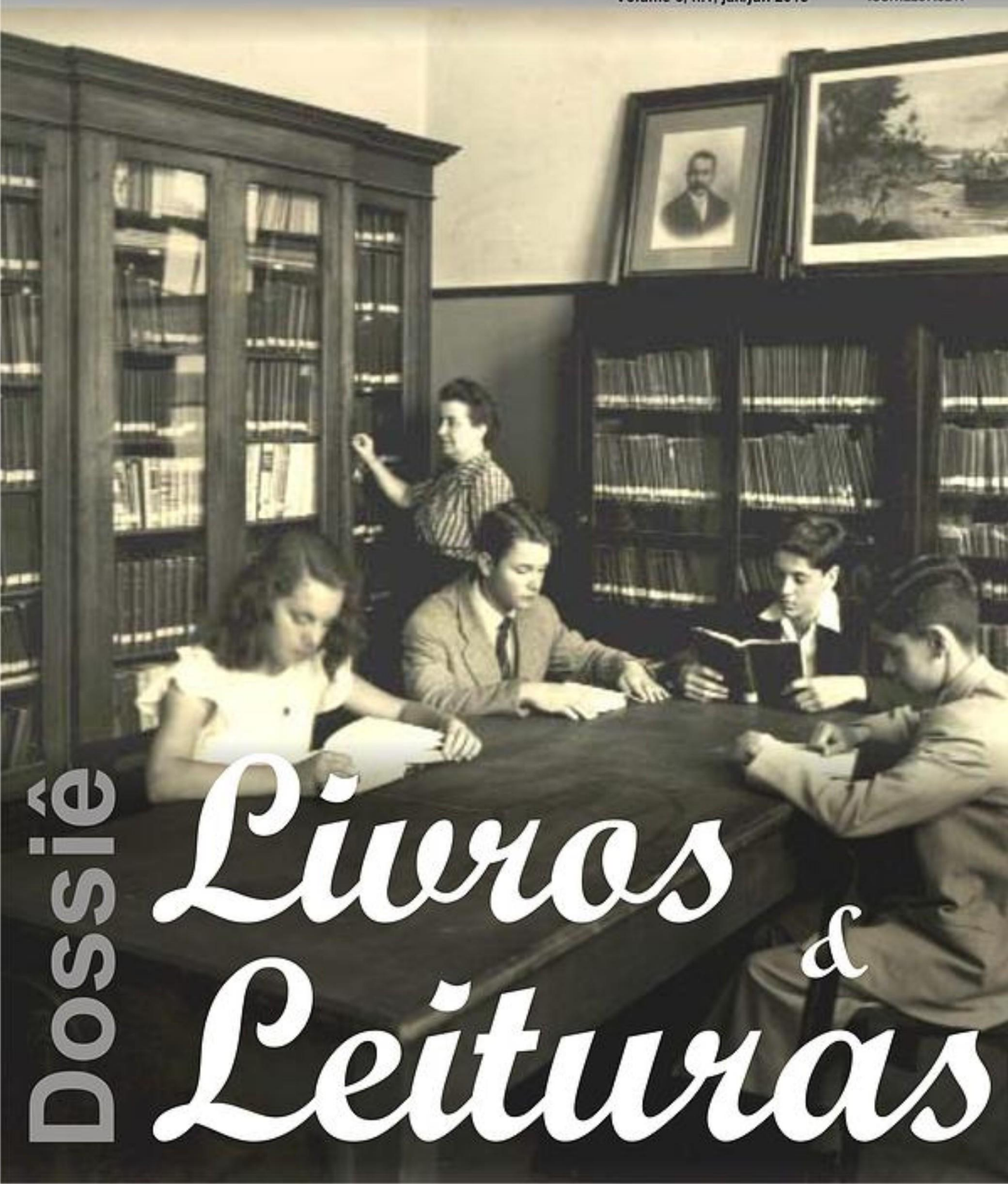




Mnemosine Revista

Volume 6, n.1, jan/jun 2015

ISSN:2237.3217



Dossiê

Livros & Leituras

Mnemosine Revista

Volume 6, n.1, jan/jun 2015

MNEMOSINE REVISTA. Programa de Pós-graduação em História/UFCG
Vol. 6 – nº 1 Jan/Jul 2015.
Campina Grande: PPGH, 2015.
Semestral.
ISSN: 2237-3217.
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-graduação em História.

Programa de Pós-graduação em História
Endereço: Rua Aprígio Veloso, nº 882 – Bodocongó –
Campina Grande – Paraíba
BRASIL – CEP:58.429-140
Telefone: 2101-1742
E-mail: mnemosinerevista@gmail.com
Site: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/>

Equipe de Realização:

Edição de Texto: Alisson Pereira Silva
Arte: Lays Anorina Barbosa de Carvalho

Mnemosine Revista

Volume 6, n.1, jan/jun 2015

MNEMOSINE REVISTA

Número 1 - Volume 6 - Jan/Jul 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Reitor: Prof. Dr. José Edilson de Amorim

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Coordenadora Administrativa: Prof^a. Dr^a. Marinalva Vilar de Lima

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. João Marcos Leitão Santos - Editor

Prof. Dr. José Otávio Aguiar

CONSELHO EDITORIAL

Alarcon Agra do Ó (UFCG)

Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)

Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG)

Gervácio Batista Aranha (UFCG)

Iranilson Buritide Oliveria (UFCG)

João Marcos Leitão Santos - Editor Chefe (UFCG)

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Keila Queirós (UFCG)

Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Maria Lucinete Fortunato (UFCG)

Marilda Aparecida de Menezes (UFCG)

Marinalva Vilar de Lima (UFCG)

Osmar Luiz da Silva Filho (UFCG)

Regina Coelli (UFCG)

Roberval da Silva Santiago (UFCG)

Rodrigo Ceballos (UFCG)

Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Severino Cabral Filho (UFCG)

Sumário

Apresentação

André Figueiredo Rodrigues 05

DOSSIÊ LEITURAS

A ESCRITA DE JOÃO DE BARROS NO REINADO DE DOM JOÃO III

Rubens Leonardo Panegassi 08

A OBRA "O GOVERNADOR DE PRAÇAS" DE ANTONIO DE VILLE TOLOZANO ENTRE AS PRÁTICAS DO GOVERNO ULTRAMARINO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVIII

Adriana Angelita da Conceição 32

A MONARQUIA PORTUGUESA DURANTE A ILUSTRAÇÃO: BIBLIOTECAS, LIVROS E LEITURAS (1750-1807)

Juliana Gesuelli Meirelles 51

JOÃO MENDES DA SILVA, UM JUDEU CARIOCA CONDENADO AO ESQUECIMENTO

Francisco Topa 69

DECONSTRUCCIONES Y RECONSTRUCCIONES: LA GUERRA ENTRE INCAS Y CHANCAS EN LA OBRA DE BERNABÉ COBO

Clementina Battcock / Sergio Botta 79

LA HISTORIA GENERAL DEL PERÚ DE FRAY MARTÍN DE MURÚA COMO RELACIÓN DE MÉRITOS Y SERVICIOS

Patricia Escandón 95

UM FRANCÊS ENTRE MÉXICO E BRASIL: PIERRE VERGER E OS FOTOLIVROS *AU MEXIQUE* (1938) E *BRÉSIL* (1950)

Carlos Alberto Sampaio Barbosa 109

A GÊNESE DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO NA HISTÓRIA DAS IDEIAS LATINO-AMERICANAS

Neuzimar Campos e Silva / Neimar Machado de Sousa 123

UM ISOLAMENTO OPCIONAL: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO IMIGRANTE NÃO INTEGRADO AO BRASIL DA OBRA *UM RIO IMITA O RENO*

Rodrigo Luis dos Santos 149

**TRANSFORMAÇÕES DE UMA OBRA OU TRANSFORMAÇÕES
DE UM AUTOR? LATOUR, O DESMEMORIOSO
(VIDA DE LABORATÓRIO, 1979/1997)**

Roger Domenech Colacios _____ 164

ARTIGOS DE FLUXO

**NÚCLEOS URBANOS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS:
ARTISTAS, OFICIAIS MECÂNICOS E VIDA COTIDIANA NO
TERMO DE VILA RICA**

Jeaneth Xavier de Araújo / Renato da Silva Dias _____ 183

A REVOLTA DOS SOLDADOS NA BAHIA EM 1728

Gefferson Ramos Rodrigues _____ 203

**CIENTISTAS E VIAJANTES NO INTERIOR PAULISTA:
A EXPLORAÇÃO DO VALE DO RIO PARANAPANEMA
PELA COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA**

Eduardo Giavara _____ 218

**AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO: OS DISCURSOS
DO BRASIL NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU DURANTE
A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (1961-1963)**

Ismara Izepe de Souza _____ 234

**HISTÓRIA, CIÊNCIA, TÉCNICA E AMBIENTE:
DIÁLOGOS, INTERDISCIPLINARIDADE E
PROPOSTAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS**

José Otávio Aguiar / Catarina de Oliveira Buriti _____ 243

APRESENTAÇÃO

Livros, leitura e múltiplas interpretações

"A maior parte do tempo de um escritor é passado na leitura, para depois escrever; uma pessoa revira metade de uma biblioteca para fazer um só livro."

Samuel Johnson

As palavras do escritor e pensador inglês Samuel Johnson (1709-1784) permite-nos conjecturar sobre a complexidade existente para se elaborar um texto: de início, a escolha de um assunto e sua conseqüente pesquisa; depois, a seleção de textos que possibilitem o estudo do conteúdo a ser pesquisado, que pode ser realizada em bibliotecas. A seguir, vem à leitura dos textos selecionados e, por último, a redação.

Hoje, no primeiro semestre de 2015, passados aproximadamente duzentos de cinquenta anos das palavras escritas por Samuel Johnson, e graças aos avanços tecnológicos, o acesso aos textos tornou-se facilitado, muito em decorrência da informática. Para muitos, com o advento e a proliferação da internet, a mudança de suporte, a tela e o teclado – que pode ser do computador, de telefones móveis ou dispositivos portáteis – substituindo o papel e a tinta, aumentou a eficácia no armazenamento, na manipulação e na maneira de comunicação e acesso aos textos anteriormente restritos apenas aos ambientes físicos de bibliotecas localizadas nos grandes centros (que

podem estar perto ou longe do leitor) ou nos rincões mais afastados do planeta.

Na internet, as bibliotecas virtuais e os grandes repositórios de textos e livros permitem ao pesquisar o acesso a uma infindável quantidade de informações que, anteriormente, não se tinha. A cada ano, a quantidade de publicações e o aparecimento de periódicos científicos online aumentam substancialmente, ao ponto de não sabermos, ao certo, por exemplo, o número de revistas científicas existentes. As estimativas variam muito: a página do SciELO permite o acesso a mais de mil periódicos científicos em textos completos. O Portal de Periódicos CAPES dá acesso a mais de 35 mil revistas científicas.

Apesar de todas as facilidades no acesso aos textos e a dinâmica interativa da leitura e da escrita propiciada pelo computador, muitas pessoas ainda são reféns do folhear o papel físico e do sentir o cheiro de um bom livro "velho". Outros aderiram ao texto digital, por propiciar leitura interativa e coletiva, em virtude das várias janelas hipertextuais multissequenciais que se podem abrir a todo o instante, fazendo com que a unidade de leitura se encaminhe rumo a novas e inesperadas conexões entre textos.

Ao lado dessas duas maneiras de acesso aos textos – impressos ou digitais

– existem os leitores e pesquisadores que imprimem os textos online para lê-los no papel. Seja qual for a sua predileção, os textos do dossiê que vocês – leitores da revista Mnemosine – terão acesso, a seguir, foram escritos por leitores-intérpretes que compareceram a bibliotecas no desafio de escrever, após revirar os seus acervos na busca de respostas a suas inquietações e indagações de pesquisa.

Os onze artigos que constituem o presente dossiê analisam, a sua maneira, diversificadas práticas culturais e políticas transmitidas por agentes que intervieram nos episódios e processos históricos que participaram, possibilitando-nos conhecer, após as investigações de seus autores, as representações de mundo, os conceitos, as linguagens, as conjunturas históricas e as suas mais diversas formas culturais e políticas, registradas em uma determinada historicidade.

Guiando-se pela lógica de que a produção textual está imersa em circunstâncias, incidentes e intencionalidades do autor, operadas, por exemplo, para ensinar e desenvolver um espírito de universalidade, o dossiê se abre com o artigo de Rubens Leonardo Panegassi (Universidade Federal de Viçosa, UFV), que contextualiza a produção do humanista português João de Barros e o seu posicionamento político frente ao contexto histórico existente no reinado de dom João III.

Ainda com ambientação em Portugal, Adriana Angelita da Conceição (Pós-Doutoranda em História pela

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP) apresenta-nos a obra “O governador de praças”, de Antonio de Ville Tolozano, que serviu às discussões políticas travadas pelo vice-rei marquês do Lavradio durante seu governo no Brasil.

A fundação da Biblioteca Pública de Lisboa, em 1796, ocorrida durante a regência de dom João, serviu de mote para Juliana Gesuelli Meirelles (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC-CAMPINAS) apresentar o bibliotecário régio Antonio Ribeiro dos Santos e discutir a circulação de livros particulares naquele período.

A seguir, Francisco Topa (Universidade do Porto, em Portugal) comenta a obra literária de João Mendes da Silva e descortina as suas indicações de leitura no contexto do Rio de Janeiro de finais do século XVII.

Encaminhando-nos rumo à América hispânica, chegamos a Clementina Battcock (Universidad Autónoma Nacional de México, UNAM) e Sergio Botta (Sapienza Università di Roma, Itália) que lançam luz sobre a guerra entre incas e chancas representada na obra “Historia del nuevo mundo” (1653), do cronista Bernabé Cobo.

Já Patricia Escandón (pesquisadora do Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, CIALC, da Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM) apresenta-nos a obra “Historia general del Perú”, do frei Martín de Múria.

Utilizando-se dos fotolivros “Au Mexique” e “Brésil”, de Pierre Verger, Carlos Alberto Sampaio Barbosa (Universidade Estadual Paulista, UNESP, câmpus de Assis) discute a importância dos fotolivros na construção de uma cultura visual latino-americana e como Verger ajudou a elaborar uma identidade visual naqueles dois países na primeira metade do século XX.

Por intermédio das análises de Neuzimar Campos e Silva (Frade da Ordem Franciscana) e Neimar Machado de Sousa (Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD) chegamos ao filósofo argentino Enrique Dussel, considerado um dos mais destacados expoentes da Filosofia da Libertação e do pensamento latino-americano.

O romance “Um rio imita o Reno” serve de inspiração para Rodrigo Luis dos Santos (Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS) comentar a construção realizada por Clodomir Vianna Moog

sobre o imigrante e descendente não vinculado de forma opcional à sociedade brasileira nas décadas de 1930 e 1940.

Roger Domenech Colacios (Universidade Estadual de Londrina, UEL, e Pós-Doutorando em História na Universidade Estadual Paulista, UNESP, câmpus de Assis) analisa as alterações realizadas pelo filósofo das ciências Bruno Latour em sua obra “Vida de laboratório: a construção dos fatos científicos”, escrita em coautoria com o sociólogo britânico Steve Woolgar, referente às edições francesa e brasileira, publicadas em 1988 e 1997, respectivamente, permitindo-nos pensar se as alterações realizadas em um texto impresso são apenas transformações dentro de uma obra ou se são transformações de um autor.

Assim, como autores e leitores que somos, cabe-nos praticar múltiplas interpretações dos impressos e textos eletrônicos que nos aparecem a cada dia.

Boa leitura!

André Figueiredo Rodrigues

Professor do Departamento de História
da Faculdade de Ciências e Letras,
da Universidade Estadual Paulista (UNESP),
câmpus de Assis.

A ESCRITA DE JOÃO DE BARROS NO REINADO DE DOM JOÃO III¹

Rubens Leonardo Panegassi²

Resumo

O objetivo deste artigo é contextualizar a produção do humanista português João de Barros. Tendo em vista a multiplicidade de seus escritos, nosso interesse é compreendê-los em paralelo a um posicionamento político consciente do autor. Diante disso, primeiramente apresentamos uma descrição sumária de sua obra e, em seguida, procuramos articulá-la à experiência política experimentada pelo reino português ao longo do governo de Dom João III.

Palavras chave

João de Barros; Política; Dom João III.

Abstract

The purpose of this article is to contextualize the writings of Portuguese humanist João de Barros. Given the multiplicity of his writings, our interest is to understand them in parallel on a conscious political positioning of the author. To do this, first we present a brief description of the work of João de Barros. Then we try to articulate his writings with the political experience of the Portuguese kingdom in the reign of Dom João III.

Keywords

João de Barros; Politics; Dom João III.

João de Barros é um personagem com o qual necessariamente nos deparamos ao nos debruçarmos sobre os estudos dedicados ao humanismo português, bem como ao tema dos descobrimentos e da expansão. O

autor tem sido visitado com alguma sistematicidade pela historiografia, que nunca deixou de lhe traçar uma síntese biográfica. Dentre alguns estudos de referência, vale mencionar as contribuições de António Baião (BAIÃO, 1932), António Alberto Banha de Andrade (ANDRADE, 1980), Charles R. Boxer (BOXER, 1981) e António Borges Coelho. (COELHO, 1992; 1997) No Brasil, a obra do humanista tem sido objeto de estudo fecundo para investigadores de áreas diversas, tais como Ana Paula Torres Megiani (MEGIANI, 2003), Lígia Conti (CONTI, 2005), Fábio Hahn (HAHN, 2009) e Adriana Mariguela. (MARIGUELA, 2010)

A produção de João de Barros é vasta e abarca diversos gêneros. Nosso interesse, primeiramente, é fazer uma breve apresentação de sua obra para, em seguida, articulá-la à experiência política portuguesa no reinado de Dom João III. Por sua erudição, é possível sugerir que Barros incorpora o ideal do humanista da renascença. Com efeito, embora parte significativa da historiografia tenha compreendido a escrita humanista em termos estritamente culturais, nossa proposta é entendê-la em paralelo à

¹ Este texto, acrescido de modificações, se desdobra de nossa tese de doutorado *O pasto dos brutos: contexto de João de Barros, "horizonte histórico" e política nas Décadas da Ásia*, defendida no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), em 2013, e que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo nº 09/54376-6. Vale a ressalva de que “as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP”.

² Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: rubenspanegassi@gmail.com

manifestação de uma consciência política. (FONTANA, 1998) Em vista disso, pretendemos sublinhar que a capacidade que este humanista teve de transitar pelos diversos gêneros se revela como um artifício de interação consciente no âmbito da dinâmica política inerente à circunstância histórica que experimentou.

A ESCRITURA DO FEITOR

Ao longo de sua trajetória, João de Barros nunca pode se dedicar exclusivamente às letras. Toda sua obra foi elaborada paralelamente ao exercício dos cargos de tesoureiro da Casa da Índia, da Casa da Mina, da Casa de Ceuta e, também, de feitor da Casa da Índia. Contudo, seu legado não é pequeno. Sua atuação literária teve início com a *Crônica do Imperador Clarimundo donde os Reis de Portugal descendem*, um romance de cavalaria publicado em 1522 e redigido no intuito de ajudar na educação do príncipe Dom João, a quem foi oferecido. A respeito desta obra, Ana Paula Torres Megiani atentou para seu conteúdo messiânico. (MEGIANI, 2003) Após esta primeira experiência, Barros engajou-se em outros trabalhos.

Norteados pelos ideais humanistas, seu labor literário deu origem tanto a panegíricos e obras de caráter historiográfico, quanto a livros didáticos e escritos de cunho doutrinário.

Com efeito, cerca de dez anos após a publicação da *Crônica*, João de Barros mandou à prensa outra obra, um diálogo moral. Intitulado *Ropicapnefma*, neste diálogo Barros procurou alinhar a mensagem espiritual, a apologia da fé cristã e a sátira social. Diante disso, tem sido compreendido como uma obra de inspiração erasmista. (BOXER, 1981) O próprio gênero escolhido por Barros denota o caráter polemista de seu escrito, uma vez que o diálogo permite a contraposição de ideias conflitantes, em “uma época em que ainda não existia o jornal ou qualquer outro suporte para o debate social de ideias”. (HUE, 2007, p. 18)

Por sua vez, *Ropicapnefma* tem sido apontado como “o primeiro livro de apologética antijudaica”, elaborado por um leigo. (RÉVAH, 1950, p. 27) Entretanto, a obra deve ser compreendida, também, como uma sátira contundente de todas as classes da sociedade, bem como uma crítica de seus vícios morais, o que fez com que ela viesse a figurar no

Index dos livros proibidos a partir de 1581. (RÉVAH, 1950)

Definitivamente, a figuração de *Ropicapnefma* no *Index* é o mais evidente indício de que os escritos de João de Barros incorporam tensões e embates inerentes ao contexto em que foram elaborados. Sem dúvida, o humanista é um autor que esteve dividido entre as principais correntes a que um homem de letras poderia se identificar ao longo do segundo quartel do século XVI. Se, por um lado, o erasmismo se fez presente em obras como *Ropicapnefma*, ou mesmo em parte da primeira *Ásia de João de Barros*, ou ainda, no *Diálogo Evangélico sobre os artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus*, é de se considerar, que por outro lado, há uma evidente resignação em seus escritos, principalmente a partir do *Panegírico da Infanta Dona Maria*. (BIEDERMANN, 2003)

Notório exemplo das tensões e dos embates inerentes ao contexto é o *Diálogo Evangélico sobre os artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus*, provavelmente “composto entre o terceiro e quarto auto-de-fé celebrado em Lisboa” (RÉVAH, 1950, p. 71), ou seja, entre os anos de 1542 e 1543. Com efeito, o *Diálogo Evangélico* só seria publicado em

1950, por Israel Salvator Révah. Em linhas gerais, este diálogo se propõe, principalmente, a demonstrar a veracidade e o universalismo da fé cristã por meio de um colóquio cujos interlocutores são o Evangelho e o Talmud.

Diante disso, importa considerar o *Diálogo Evangélico* em um contexto marcado pela conversão forçada, bem como pela proibição do judaísmo no reino português, tal como apontou Bruno Feitler em seu artigo dedicado à produção literária antijudaica no mundo português. Para Feitler, esse “trágico evento deixou marcas indeléveis em toda a sociedade portuguesa, e suas ondas de choque se fazem sentir até hoje em dia”. (FEITLER, 2005, p. 137)

Assim, em face do assunto abordado, é possível considerar o *Diálogo*, ao lado de *Ropicapnefma*, uma obra de caráter amplamente polêmico, e que por isso, em nossa perspectiva, nos ajuda a balizar a produção do humanista, sobretudo em face da unidade temática de ambas as obras. Por sua vez, aos diálogos polêmicos seguiriam outro gênero de escritura, os panegíricos e histórias. Contudo, embora seja nosso interesse sugerir que estes escritos articulem momentos

distintos na produção de João de Barros, em resposta às diferentes experiências políticas vividas no reino, este procedimento taxonômico não obedece à cronologia de sua produção, uma vez que *O Panegírico do Rei Dom João III* foi lido em 1533 e, portanto, quase dez anos antes de escrever o *Diálogo Evangélico*, enquanto o *Panegírico da mui alta e esclarecida Infante Dona Maria Nossa Senhora* foi escrito somente dez anos depois do *Diálogo* em 1544. Além disso, o humanista escreveria, ainda, outros diálogos, tais como o *Diálogo da viciosa Vergonha* e o *Diálogo de João de Barros com dois filhos seus sobre preceitos morais em modo de jogo*; contudo, vale observar que o conteúdo destes dois diálogos seria voltado, principalmente, ao aconselhamento da conduta de jovens. (CONTI, 2005)

Desse modo, não é prudente definir uma baliza rígida e definitiva para a produção intelectual de João de Barros. Basta considerarmos o fato de que o *Diálogo Evangélico* foi escrito no intervalo dos dois panegíricos. É sob este prisma que compreendemos a afirmação de Zoltán Biedermann, segundo a qual o *Panegírico da mui alta e esclarecida Infante* marca um ponto de inflexão

na obra do humanista. (BIEDERMANN, 2003)

Sobre a presença do gênero panegírico em terras portuguesas, Luís de Sousa Rebelo nos assegura que seu surgimento está associado à consolidação do poder real. (REBELO, 1982, p. 133) Por sua vez, para António de Oliveira, o *Panegírico* dedicado à infanta deve ser compreendido como a obra de um vassalo que nasceu no senhorio que viria a pertencer a Dona Maria a partir de 1544, que doravante se passou a chamar senhora de Viseu e de Torres Vedras. (OLIVEIRA, 1992, p. 215)

Com efeito, enquanto o diálogo se configura como um gênero que permite a inserção de seu autor no âmbito do debate público de ideias, o panegírico é um gênero literário de caráter encomiástico. É sob este prisma que devemos compreender sua descrição das ações virtuosas do rei, que vence “com arte à natureza, restituindo o cano de água tão necessário e tantos tempos há esquecido, e com grande ânimo suprimindo os defeitos do lugar, por dar saúde e contentamento aos homens”. (BARROS, 1943, p. 76)

Em termos literais, é visível que na transcrição acima, a ação

virtuosa de Dom João III foi a restauração de um sistema de abastecimento de água, que sabemos ser o Aqueduto da cidade de Évora. Diante disso, é importante assinalar a conexão entre virtude e ação, de modo que o elogio das virtudes implica o elogio dos feitos do monarca, o que o reveste de um caráter político-ideológico. De fato, segundo Aires do Couto, desde o Império Romano os panegíricos possuíam esta conotação política, uma vez que definiam o exemplo de vida cívica. (COUTO, 2000) Nesta chave de leitura, mais do que o significado literal de restituir “o cano de água”, o real conteúdo político anunciado está na supressão dos “defeitos do lugar”, e ainda, em “dar saúde e contentamento aos homens”. (BARROS, 1943, p. 76) Ou seja, trata-se da conservação do reino.

O compromisso do humanista com as questões referentes à manutenção do reino ganha páginas, também, em outros de seus escritos que antecedeu as *Décadas da Ásia*, sua principal obra. É o caso da *Gramática da língua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja* – conhecida também como *Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa madre igreja,*

e com os mistérios da missa e responsórios dela –, publicada em 1539 e elaborada na ocasião da “conversão dos malabares, ou paravas da Costa da Pescaria”. (FARIA, 1777-1788, p. 21)

O outro tratado foi a *Gramática da língua portuguesa*, publicada juntamente com o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, em 1540. Enquanto na *Gramática* de 1539 – ou a *Cartinha* – o intuito foi “dar arte para os meninos facilmente aprenderem a ler” (BARROS, 1540, p. 1), agora o interesse seria dar “o fundamento e primeiros elementos da Gramática” (BARROS, 1540, p. 1), o que levou Severim de Faria a sugerir que foi João de Barros, “o primeiro autor que reduziu nossa língua a arte” (FARIA, 1777-1788, p. 22), ao passo que no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, o chantage anota que o tratamento dado pelo humanista à língua portuguesa “mostra a grande afinidade que tem com a latina”. (FARIA, 1777-1788, p. 22) Por sua vez, Sheila Moura Hue aponta para o fato de que Barros utiliza o *Diálogo em louvor* para tocar em assuntos que escapam aos propósitos de sua *Gramática*, uma vez que ali, além “de seu projeto para o ensino das primeiras letras,

Barros sublinha a importância da língua na expansão territorial portuguesa, articulando o binômio língua e império, tendo como modelo o império romano". (HUE, 2007, p. 22)

Outro colóquio de João de Barros é seu *Diálogo da viciosa vergonha*, também de 1540. Sobre este escrito, Lígia Nassif Conti faz notar que ele deveria ter sido editado em conjunto com as duas gramáticas citadas anteriormente, bem como com o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Segundo ela, a edição desse conjunto de obras responderia ao propósito de articular o ensino da língua portuguesa com a instrução moral. Nesse sentido, Conti argumenta que "um dos elementos indicativos de que Barros visava tal abrangência", está em sua meta declarada de compor obras inter-relacionadas, tal como foi o *Diálogo dos preceitos morais com prática deles em modo de jogo*, que deveria ser o primeiro de uma série de três diálogos, onde os outros dois tratariam de modo igualmente simplificado, didático e lúdico da Economia e da Política de Aristóteles. (CONTI, 2005, p. 57) Entretanto, o projeto não se efetivou.

É no âmbito de um movimento de defesa e ilustração das línguas vulgares que se enquadram as gramáticas e os diálogos escritos por João de Barros. A questão em pauta era a apresentação dessas línguas com a mesma dignidade do latim. Por sua vez, o latim não deixou de ser objeto do humanista, tal como o prova seus *Grammatices Rudimenta*, que, embora não tenha conhecido a prensa antes de 1972, e esteja incompleta, é uma obra de grande relevância.

Por fim, podemos mencionar ainda uma série de obras compostas por João de Barros que se perderam, ou nem mesmo foram levadas a cabo. Dessas, não há dúvidas de que a mais importante é a *Geografia*, projeto no qual o humanista se engajou enquanto escrevia as *Décadas*. Em linhas gerais, é possível dizer que esta obra, assim como outras do mesmo gênero, e que também ficaram incompletas – ou nem foram iniciadas –, tais como seu tratado sobre o *Comércio*, ou ainda seus livros dedicados à *África* e à *Europa*, foram elaboradas em complementaridade ao conjunto das *Décadas* – por sua vez, vale anotar ainda, que a IV *Década* também ficou

incompleta. Finalmente, Charles Boxer nos dá notícias, ainda, de alguns projetos de obras de caráter pedagógico que também foram perdidos ou não foram completados, dentre os quais é possível mencionar a *Esfera da estrutura das coisas*, o *Tratado de causas ou problemas morais* e o poema *Exclamação contra os vícios*. (BOXER, 1981)

O HUMANISMO PORTUGUÊS E O REINADO DE DOM JOÃO III

Tanto a *Crônica do Imperador Clarimundo* quanto a *Ropicapnefma*, parte da *Ásia de João de Barros* e mesmo o *Diálogo Evangélico sobre os artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus* são obras elaboradas num momento específico da História de Portugal. Em suma, o ambiente no qual se procedeu a transição do governo de Dom Manuel para o de Dom João III foi marcado pelo ideário renascentista, onde as atividades ligadas à esfera da cultura ganharam apoio de ambos os monarcas. De fato, ainda que seja possível considerar lenta a progressão do classicismo em terras portuguesas (MENDES, 1998), não deixa de ser notório o interesse de

Dom Manuel pelas letras, tal como assinalou o humanista Damião de Góis em sua *Crônica do felicíssimo Rei Dom Manuel*. (GÓIS, 1566)

Por sua vez, Ana Isabel Buescu assinala que os primeiros anos do reinado de Dom João III foram marcados por sua abertura às “correntes de pensamento mais inovadoras, em particular do humanismo cristão” (BUESCU, 1996, p. 12), ao passo que Elisabeth Hirsch atenta para a heterogeneidade dos humanistas portugueses em face de suas diferentes convicções, o que a leva a compreender o esforço do monarca português em reunir humanistas liberais – os erasmistas – e conservadores – juntamente com os Jesuítas –, como indício de uma abertura sem precedentes entre seus pares na Europa. (HIRSCH, 1987)

É certo que ao falarmos da presença do pensamento humanista no reino português, é imperativo enfatizarmos a questão do erasmismo, fundamentalmente sua receptividade em terras portuguesas. Com efeito, exemplo da penetração do humanismo cristão na Corte joanina é o caso do humanista Damião de Góis, amigo de Erasmo, a quem Dom João III teria consultado no intuito de saber da disponibilidade

do holandês para assumir uma Cátedra em Coimbra. (HIRSCH, 1987) Além disso, vale mencionar a dedicatória feita por Erasmo de Roterdã a Dom João de sua tradução das *Lucubrações de Crisóstomo*.

Por sua vez, esta dedicatória nos remete à troca de correspondências entre Erasmo Schets – mercador letrado que estabeleceu negócios na Antuérpia e cujas boas relações na Corte portuguesa chegaram a render-lhe um engenho de açúcar na Capitania de São Vicente, o Engenho São Jorge dos Erasmos – e o célebre humanista holandês. (SCHWARTZ, 1988) Sabemos que Erasmo de Roterdã manteve intensa correspondência com diversos interlocutores, sobretudo a partir do momento em que seus livros e suas ideias invadiram a Europa nas primeiras décadas do século XVI. Segundo Marcel Bataillon, sua residência na Basiléia era sede de uma soberania espiritual à qual todo o continente europeu prestava homenagens: prelados e grandes senhores buscavam sua amizade, que era saudada, também, por humanistas e monarcas que especulavam sobre a possibilidade de tê-lo em suas cortes,

como mestre e representante das letras. (BATAILLON, 1952)

Ainda que Schets jamais tenha conhecido pessoalmente Erasmo, foi um fiel correspondente. Bataillon nos assegura que a importância dessa correspondência reside no fato de que ela apresenta a primeira sugestão da dedicatória que o humanista holandês viria a escrever ao rei de Portugal. Com efeito, ainda segundo Bataillon, a elaboração de uma dedicatória foi aventada por Schets em resposta às lamentações de Erasmo a respeito do atraso do pagamento de suas pensões. (BATAILLON, 1952) É nesse contexto que o mercador escreve ao humanista, no intuito de propor uma solução a seus problemas:

Você tem dedicado um bom número de seus escritos aos monarcas e a numerosos príncipes deste mundo. Estou surpreso de que você não tenha ainda dedicado nenhum ao rei de Portugal, príncipe tão cristão entre os cristãos, tão liberal, tão benevolente com aqueles que o servem, sobretudo com aqueles que podem publicar, em suas pregações ou seus escritos, o fruto dos Evangelhos: porque esta nação é tão unida ao cristianismo que nada pode abalar esta união. (SCHETS. Apud. BATAILLON, 1952, p. 58) (tradução nossa)

O testemunho de Schets é precioso. Dentre os argumentos mobilizados para convencer Erasmo, o mercador cita a sujeição das nações

bárbaras pelo reino português, em nome da fé de Cristo:

Eu não me importaria se você me desse a esperança de uma dedicatória ao rei de Portugal, que não teme fazer uso de suas armas vitoriosas contra as nações bárbaras até a Índia, e de propagar a religião cristã, fazendo com que milhares de bárbaros e idólatras indianos viessem a adotar, ao que parece, a fé de Cristo. (SCHETS. Apud. BATAILLON, 1952, p. 70). (tradução nossa)

A aquiescência de Erasmo não tardou, sendo que sua dedicatória deveria estar acompanhada de uma obra que alcançasse a nobreza correspondente à grandeza do príncipe cristão. Tal obra foi um manuscrito do século XI, composto por diversas homilias atribuídas a São João Crisóstomo, arcebispo de Constantinopla. O manuscrito, que até então jamais fora traduzido para o latim, conheceu a forma em 1527, e com ele, a carta em que Erasmo dedica a Dom João III as *Lucubrações de Crisóstomo*. A dedicatória de Erasmo estava alinhada, sobretudo, à sua crença de que a expansão do cristianismo levada a cabo pelos portugueses seria uma solução eficiente para a unificação religiosa da humanidade. (BATAILLON, 1952)

Mesmo tendo sido eliminada pelo holandês em edição posterior, não há dúvidas de que a dedicatória

de Erasmo é tida como um marco significativo da inclinação humanista de Dom João III. Ao menos é o que se pode notar na literatura dedicada ao assunto. De fato, Erasmo de Roterdã não deixa de atentar para a benignidade e o zelo de Dom João III àqueles que se dedicam às letras, tal como se pode notar no excerto de sua dedicatória transcrito abaixo:

Entretanto, a virtude do vosso coração não é despojada do louvor que lhe é devido. Na verdade, todos os que são favoráveis ao nome cristão aplaudem estes belos feitos, mas a nós toca-nos mais de perto o fato de, com tamanha benignidade e zelo, ter acalentado não só os que se dedicam a todas as Belas-Letras, mas sobretudo à Teologia. Pois já, em cartas vindas a lume, testemunhou piedade digna de um Rei cristão. (ERASMO. Apud. PAES, 2007, p. 504)

Com isso, Erasmo registra os feitos ilustres do rei português, seja em sua dimensão política, ao atentar para a moralização da administração judiciária, "um tanto viciada pela ganância dos advogados", ou seja, em sua dimensão econômica, ao aludir à manutenção e ao estímulo às navegações, "por meio de uma frota muito bem apetrechada". Digno de nota, contudo, é o reconhecimento de seus investimentos em cultura, ao mencionar o aumento dos "salários destinados aos cultores dos estudos". (ERASMO. Apud. PAES, 2007, p.

504)³ Por fim, vale observar que o humanista holandês não deixa de enaltecer os atributos intelectuais de Dom João III. Com efeito, escreve Erasmo:

E não contente com teres favorecido e patrocinado tanto professores como alunos de todos os ramos de ensino, mas sobretudo de Teologia, tu próprio, em tão boa hora, aprendeste, desde tenra idade, o Grego e o Latim, sob a orientação de varões muito eruditos (...) além disso, és tão erudito em Ciências Matemáticas, em Astrologia, em Geografia e em História, que é a principal Filosofia dos Reis, que bem podes, pelo teu exemplo, levar ao amor do estudo não só os indolentes, mas também aqueles que lhe são contrários. (ERASMO. Apud. PAES, 2007, p. 504)

A dedicatória de Erasmo de Roterdã nos remete a uma insolúvel polémica a respeito das ambiguidades que marcaram o reinado de Dom João III. Com efeito, se nos detivermos em uma obra de referência, tal como a do historiador Joaquim Veríssimo Serrão, é possível visualizar de modo sumário e pontual as tradições intelectuais envolvidas nesse debate, no momento em que o autor nos apresenta um perfil do rei português. Para Serrão, a atuação governativa de Dom João III foi alvo de juízos variados:

Considerado fanático por alguns, como Herculano, pela introdução do Santo Ofício e o apoio que concedeu à Companhia de Jesus, foi encarado por

outros, como o visconde de Santarém e Gomes de Carvalho, como um hábil diplomata que teve sempre em vista salvaguardar a paz do Reino a fim de se consagrar à expansão ultramarina. Alfredo Pimenta eleva-o à altura de notável homem de estado, enquanto Braacamp Freire, Mário Brandão e Silva Dias vêem nele um valorizador da cultura nacional e um mecenas inigualado. Até ao século XVIII o elogio foi quase unânime, mas com o liberalismo de Herculano iniciou-se um processo de revisão que tem salientado a 'intolerância' do monarca na marcha para o poder absoluto que o levou a coarctar liberdades fundamentais da grei. Tal fato não impediu Oliveira Martins de engrandecer a 'exaltação religiosa' com que o monarca quis ser o espelho da sua época. (SERRÃO, 1980, p. 57-58)

Em seu texto, Veríssimo Serrão atenta, ainda, para outras questões que tradicionalmente aparecem associadas ao rei de Portugal, tal como o início da decadência do império ultramarino português. Todavia, isenta o monarca de qualquer responsabilidade no que se refere a este fenômeno e sugere que, antes, esta questão deve ser associada aos limites operacionais do que chama de "máquina estatal". Contudo, o historiador português faz notar que a introdução do Santo Ofício em Portugal "acirrou o ódio religioso" e "perturbou a paz social" sem, todavia, deixar de mencionar, ao mesmo tempo, que Dom João III "teve, sob vários aspectos um reinado positivo, mormente no que

respeita à difusão da cultura e da arte". (SERRÃO, 1980, p. 58)

Para Maria Paula Couto Pais, a percepção do reinado de Dom João III em dois momentos diferentes constitui uma visão dicotômica, resultado de "interpretações historiográficas mais ortodoxas" e que implicam uma "análise simplista acerca de uma conjuntura muito mais complexa". (PAES, 2007, p. 510) Entretanto, é fundamental registrar que considero possível assinalar dois momentos distintos na obra de João de Barros, e o argumento é que o tipo de gênero escolhido por nosso autor em cada um desses momentos denota sua consciência em face das diferentes situações que o reinado de Dom João III experimentou, uma vez que o primeiro momento, no âmbito de um contexto de maior abertura, sua obra foi marcada pela composição de colóquios, gênero literário que dá maior espaço às polêmicas; por outro lado, o segundo momento de sua obra, escrita no âmbito de um contexto mais fechado e de censura literária, foi marcada por composições do gênero epidítico, que possuem um tom fundamentalmente encomiástico, e poupam o autor de tomar partido em polêmicas

inconvenientes. (MARCOCCI, 2012) Mesmo considerando que João de Barros nunca abandonou o gênero diálogo, o caráter polemista de suas primeiras composições cedeu espaço a diálogos ora voltados para o aconselhamento de jovens, ora aos pressupostos do imperialismo português, por meio da valorização da expansão territorial, da língua e da fé. Em suma, seus escritos definem uma escolha política.

De todo modo, para nos atermos às questões referentes ao reinado de Dom João III, vale nos dedicarmos, primeiramente, à questão do humanismo renascentista em Portugal. Efetivamente, o humanismo é um dos traços mais característicos do Renascimento europeu cuja origem tem sido traçada a partir da obra de Francesco Petrarca. Com efeito, ainda que ao longo dos séculos XIV e XV o humanismo tenha se concentrado na península itálica, onde as artes da linguagem e a literatura foram definidas como nucleares, não podemos deixar de anotar que o acesso a esta formação não era restrita aos italianos. De fato, inúmeros portugueses formaram-se ali, como provam os estudos de Américo da Costa Ramalho. Segundo

ele, os estudantes cursavam aulas de "Direito, Teologia e Medicina, formas de preparação especializada que então vinham após uma iniciação mais ou menos longa em Humanidades". (RAMALHO, 1994, p. 109) Por sua vez, assim como a presença de estudantes portugueses na Itália contribuiu para a difusão do movimento humanista em Portugal, inversamente, a existência de professores italianos no reino português não surtiu menor efeito, haja vista o papel desempenhado por Cataldo Sículo na Corte de Dom João II.

Entretanto, António Rosa Mendes matiza esta perspectiva. Segundo o autor, em Portugal, a penetração dos valores humanistas foi lenta, em função da predominância de uma mundividência medieval, o que conferiu à vida cultural portuguesa um cunho relativamente arcaizante. (MENDES, 1998) De todo modo, mesmo contando com a hipótese de que o humanismo português operava no âmbito de uma temporalidade mais lenta, não se deve perder de vista que, enquanto as crônicas das cidades foram objeto de estudo de retóricos e humanistas italianos (SKINNER, 1996), em Portugal, a

figura desses personagens também se encontraria associada às crônicas do reino, o que torna notório o vínculo entre o início da historiografia humanista ali e sua prática correlata na península itálica. Exemplo, nesse sentido, é o próprio Cataldo Sículo e "sua ânsia" em obter informações para a composição de uma crônica sobre a Expansão Portuguesa. Entretanto, "tudo quanto conseguiu foi compor poemas e escrever discursos e epístolas. Um desses poemas foi a 'Arcitinge', sobre a conquista de Arzila e Tânger (...). É o primeiro carme heroico sobre a Expansão Portuguesa". (RAMALHO, 1994, p. 108) Sob esta perspectiva, o humanismo de Cataldo Sículo representa o primeiro momento daquilo que será característico no movimento humanista em Portugal, ou seja, "um humanismo voltado para o ultramar e que se nutria dos saberes oriundos dos contatos coloniais". (RODRIGUES, 2012, p. 489) Contudo, além de Cataldo, é possível assinalar ao menos o nome de dois outros italianos encarregados da tarefa de escrever crônicas em Portugal, a saber, Angelo Policiano e Giusto Baldo, porém, ambos faleceram antes de executar a tarefa. Por sua vez, é importante observar

que além das crônicas, a oratória também foi praticada em Portugal no início da Época Moderna. Com efeito, foi por meio das orações que se anunciavam os acontecimentos mais notáveis da vida política dos Estados e que, no âmbito da especificidade portuguesa, foi o instrumento utilizado pelos oradores para informar “a Europa das vicissitudes da expansão ultramarina, então em curso”. (RAMALHO, 1994, p. 111)

Desse modo, sem perder de vista, que por um lado, o humanismo em Portugal procurou atender às vicissitudes da expansão ultramarina, não é menos verdade que a percepção desse fenômeno também encontrou resistência por parte dos letrados portugueses no contexto do século XVI. Segundo António Rosa Mendes, em função da originalidade da experiência dos descobrimentos marítimos, a assimilação desse evento foi difícil por parte dos “homens de letras regressados das universidades estrangeiras, imbuídos de uma orientação mental livresca e estruturalmente divorciada da realidade prática das coisas”. (MENDES, 1998, p. 335)

Embora a afirmação de que o progresso do classicismo de matriz itálica tenha sido lento nos obrigue a

flexibilizar as balizas cronológicas do movimento humanista em Portugal, ela nos impõe a necessidade de mencionar a tese de que as humanidades não haviam conquistado o prestígio de disciplinas estruturantes do saber nas primícias do reinado de Dom João III. Contudo, tal como já foi apontado anteriormente, vale reiterar que foi sob o reinado deste monarca que o investimento na cultura ganhou maior vulto. (MENDES, 1998) Com isso, é importante fazer referência à ideia de que os reinados de Dom Manuel I e de Dom João III devem ser compreendidos como a Época de Ouro portuguesa, não apenas por causa das Expansões Marítimas, mas também, pelas realizações culturais sem precedentes que foram levadas a efeito no reino. (BOXER, 1981) Desse modo, se num primeiro momento, a presença de estudantes portugueses em universidades estrangeiras foi reduzida – e proveniente mais de iniciativas individuais do que de uma política deliberada –, com Dom João III esta realidade estaria destinada a sofrer profundas mudanças.

Como observamos anteriormente, o interesse deste artigo é compreender as

manifestações culturais humanistas em paralelo à formação de uma consciência política. Diante disso é imperativo perceber que tais mudanças responderam à demanda que a modernização do aparelho cultural impôs à nova configuração do poder na Europa Moderna, cada vez mais centralizado. Federico Chabod, em estudo clássico sobre o assunto, anota que o “Estado do Renascimento” caracteriza-se, fundamentalmente, pelo surgimento de uma estrutura onde a constituição de um exército permanente, de uma diplomacia permanente e a consolidação de uma burocracia estatal são seus componentes essenciais. Para o historiador italiano, é a organização da diplomacia que intensifica a formação de oradores que passarão a residir nas cortes dos príncipes estrangeiros. Assim, é imperativo compreendermos o investimento na cultura e processo de modernização do aparelho cultural como os mais notórios desdobramentos da construção do Estado Moderno em Portugal. De fato, como sugeriu Maria Paula Dias Couto Paes, as iniciativas de Dom João III denotam sua ciência da necessidade de equiparar Portugal

aos grandes centros político-intelectuais da época. (PAES, 2007)

Desse modo, o flerte com o humanismo erasmista, o investimento na cultura e, também, pode-se acrescentar a acolhida dos humanistas André de Resende e Damião de Góis são alguns dos elementos que permitem circunscrever o caráter liberal de Dom João III e sua relação com o Renascimento português. Notório, ainda, foi seu papel na reestruturação do sistema educativo com a transferência da sede dos Estudos Gerais para Coimbra em 1537, fato que teria estimulado uma efetiva ruptura “com o medievo figurino generalista de concentrar numa única escola todo o ciclo de estudos que ia das primeiras letras às faculdades maiores”. (MENDES, 1998, p. 343) Por fim, deve-se mencionar aqui o projeto do Colégio Real das Artes, que, embora tenha representado a promessa de uma nova geração forjada nos moldes laicos e cristãos do humanismo, teve existência transitória e precária. De todo modo, o que se pretende assinalar aqui, é a possibilidade de compreender *O piedoso* Dom João III como o principal mecenas das artes e das letras no reino, inclusive sendo

mencionado com referências elogiosas em diversas orações.

Com efeito, se por um lado é notório o papel de Dom João III enquanto mecenas dos letrados no reino – no âmbito de uma evidente relação de subordinação entre letras e poder –, por outro, é possível especular a respeito do quanto sua representação enquanto homem de letras tenha sido inventada por estes mesmos letrados, seus subordinados, “ainda que se admita, em um acordo mais ou menos tácito, que o Rei não possa ser comparado quanto às suas habilidades literárias e científicas com alguns de seus nobres súditos”. (PAES, 2007, p. 502) Desse modo, mesmo a dedicatória escrita por Erasmo de Roterdã não pode ser compreendida sob outra chave de leitura, uma vez que é importante contar com a hipótese de que o enaltecimento dos atributos intelectuais feito pelo humanista holandês teve um papel fundante, se não pelos letrados coevos – ou pelas gerações imediatamente posteriores –, certamente pela historiografia mais contemporânea.

É imperativo compreendermos a dedicatória escrita por Erasmo de Roterdã no interior de uma relação de subordinação, uma vez que não

se pode perder de vista o fato de que o humanista holandês a escreveu no intuito de alcançar algum privilégio junto ao rei, o que ganha particular relevância quando nos lembrarmos de que suas pensões encontravam-se atrasadas. Além disso, seria o caso de salientar que, possivelmente, a mediação do alemão Erasmo Schets está intrinsecamente articulada aos seus interesses na produção de açúcar no Brasil, visto que o comércio da especiaria seria privilégio restrito da coroa nos quadros do Antigo Sistema Colonial. É necessariamente sob esta perspectiva que ganha sentido a crítica feita por Erasmo de Roterdã ao monopólio levado a cabo por Dom João III em sua política de exploração de tipo colonial. De todo modo, o que está em evidência é a questão do reconhecimento dos méritos por meio da concessão de privilégios, e a prática da escrita foi um eficiente instrumento para alcançá-los. (BATAILLON, 1952)

Somente por meio da recuperação da densidade da situação apresentada nesse contexto é que podemos compreender efetivamente o real caráter do enaltecimento dos atributos intelectuais de Dom João III que

Erasmus nos apresenta. Diante disso, não se pode perder de vista que a escrita foi, de fato, um meio de alcançar benesses, tal como demonstrou oportunamente Ronald Raminelli em estudo recente. (RAMINELLI, 2008)

Em síntese, se nos pautamos pelas interpretações de Joaquim Veríssimo Serrão, Elisabeth Hirsch, Ana Isabel Buescu, António Rosa Mendes, ou ainda, Giuseppe Marcocci, é visível a divisão do reinado de Dom João III em dois momentos distintos: o primeiro teria sido marcado pela abertura da vida cultural no reino em direção ao humanismo erasmista, enquanto o segundo teria sido marcado pela retração da vida cultural lusitana com a fundação do Santo Ofício. Diante disso, vale sumariar alguns pontos importantes aqui apresentados. Primeiramente devemos nos lembrar de que o possível interesse de Dom João III em trazer o grande humanista holandês, Erasmo de Roterdã, com a intenção de contar com seus serviços em Coimbra nunca foi oficialmente efetivado, e dele só temos notícia pela mediação de Damião de Góis, pressionado da Inquisição. Não há notícia de qualquer prova substancial de que o

rei tenha formalizado tal convite. Somemos a isso a afirmação de Marcel Bataillon, segundo a qual, a especulação a respeito das possibilidades de ter Erasmo de Roterdã como mestre e representante das letras na Corte não foi uma iniciativa exclusiva do rei português, mas sim uma prática difundida entre diversos monarcas. (BATAILLON, 1952) Ou seja, não é de se desprezar a ideia de que, ao manifestar interesse em trazer Erasmo para sua Corte, Dom João III cumpria um protocolo, mais do que, efetivamente, fosse um simpatizante das ideias do notório humanista.

Em segundo lugar, não podemos perder de vista o fato de que, conforme podemos ler na carta de Schets ao humanista holandês, sua dedicatória ao rei de Portugal teria sido uma entre tantas outras, de modo que, além da dedicatória ter sido escrita no intuito de alcançar alguma benesse, foi mediada por um mercador que possuía evidentes interesses na produção de açúcar (e, também, em sua comercialização: nunca é demais lembrar que Erasmo critica o protecionismo de Dom João III). Por fim, tão eloquente, ou mais, do que a publicação da dedicatória, importa considerar sua supressão no

grande *Crisóstomo* de 1530, tal como nos revela Marcel Bataillon. (BATAILLON, 1952)

Com efeito, ao passo que defendemos a ideia de que todo investimento na cultura realizado por Dom João III deve ser compreendido mais como um fenômeno de caráter político do que, propriamente, um fenômeno de caráter cultural, não há dúvidas de que concordamos, por exemplo, com a sugestão de um historiador como Rui Luis Rodrigues, que entende como pragmática a postura do rei português frente aos humanistas. Para Rui Luis, “o caráter pragmático de Dom João III deve ser considerado em relação dinâmica com sua simpatia pelas perspectivas humanistas”. Em síntese, “a tolerância se constituía num dos lados desse pragmatismo, o outro lado foi ocupado pela impossibilidade de negar os benefícios práticos representados pelo estabelecimento de um mecanismo como o da Inquisição”, argumenta o colega. (RODRIGUES, 2011, p. 61)

Em última instância, a chave de leitura apresentada por Rui Luis articula os dois momentos que relacionam o reinado de Dom João III às razões de Estado da Coroa portuguesa, ou seja, um ambiente no

qual o imperativo dos interesses comerciais se apresenta articulado à atividade missionária. Nesse sentido, nosso colega sugere que o comércio deve ser compreendido como um instrumento de comunicação necessário à propagação da fé. (RODRIGUES, 2011) Sem dúvida, o processo de colonização que se desdobrou da expansão ultramarina e inaugura a Época Moderna teve na religião sua principal motivação ideológica: é sob esta ótica, por exemplo, que podemos compreender a “justificativa teológica do Sistema Colonial”, tal como formulou Laura de Mello e Souza em obra já clássica. (SOUZA, 1986, p. 79)

Com efeito, na perspectiva de Rui Luis Rodrigues, reconhecer o papel da religião como o eixo estruturador dos estados – ao que se poderia acrescentar dos impérios coloniais –, bem como aceitar o caráter pragmático de Dom João III, não exclui necessariamente a possibilidade de compreendermos o reinado de Dom João III em dois momentos distintos e bem definidos, onde o primeiro, visto como mais positivo, está relacionado com uma maior abertura ao processo de laicização tradicionalmente atribuído ao humanismo, enquanto o segundo

poderia ser entendido como mais obscurantista, visto que foi marcado pela instituição da Inquisição e assinala um período de fechamento cultural e social.

Em face dessas considerações, creio que seja importante reiterarmos, aqui, o caráter ambíguo do reinado de Dom João III, sobretudo por considerarmos que tal ambiguidade colabora na impressão de uma coloração única ao movimento humanista em Portugal. Contudo, a ambiguidade do rei não se deve ao fato de que ele não era um erudito. A questão era outra. Neste sentido, vale atentarmos para o fato de que o Colégio das Artes, ícone da modernização cultural portuguesa, foi entregue à Companhia de Jesus, influência “invisível”, mas poderosa, da Contrarreforma no âmbito da política: a paulatina presença jesuíta nas instituições de ensino deve ser compreendida como uma eficiente estratégia na batalha pela ortodoxia, afinal, seria dos colégios e das universidades que saíam os quadros mais notáveis do poder. De fato, a criação da Mesa da Consciência, em 1532, promoveu uma fusão sem precedentes entre a esfera política e a esfera religiosa no vértice do reino,

o que, juntamente com a Inquisição e a censura literária, silenciariam as vozes mais dissonantes do humanismo português. (MARCOCCI, 2012)

Por sua vez, para António Borges Coelho, em Portugal, a universidade seria a instituição responsável pela formação de quadros “que criariam e dirigiriam a Inquisição Portuguesa e também os que dirigiram o aparelho administrativo-judicial e o aparelho eclesiástico”. (COELHO, 1999, p. 113) Ainda neste sentido vale atentarmos para o fato de que, segundo Paolo Prodi, a reforma interna da Igreja católica foi uma resposta à necessidade de manter seu magistério e sua jurisdição universal em um mundo no qual o poder se laicizava paulatinamente: uma vez que não conseguiu sustentar a concorrência no plano dos ordenamentos jurídicos, ela aposta no “controle das consciências”, sobretudo por meio da instituição dos confessionários. (PRODI, 2005)

Além disso, é importante a recuperação da tese segundo a qual a influência de Erasmo de Roterdã sobre João de Barros foi modesta para definirmos o papel do

humanismo laicizante no reino: sem dúvida, a cautela do humanista português – notável em uma obra como o *Diálogo Evangélico* – em eliminar as possíveis fronteiras entre a herança pagã e o cristianismo primitivo – elemento fundamental na composição do espírito cruzadístico presente na mentalidade portuguesa – alinhava-se às exigências de uma circunstância histórica em que a religião cristã se definia como fundamento do Estado em formação (PRODI, 2005). Efetivamente, a sanção da paz de Augusta em 1555 afirmou o princípio *cuius regio eius religio*, ou seja, “quem domina uma região, determina qual é a religião”, o que fazia com que a religião do rei fosse, necessariamente, a religião de seus súditos. Esta foi, de fato, uma das linhas de força desse contexto. (FILORAMO, 2005, p. 89)

Com efeito, é interessante a sugestão de que a especificidade da produção humanista de Portugal reside, sobretudo, na literatura elaborada no contexto da expansão marítima, notavelmente na literatura de caráter etnográfico – da qual João de Barros é um grande expoente, tal como veremos. Fundamentalmente, esta literatura se desdobra da expansão do cristianismo. Assim,

creio que os dois momentos que marcaram o reinado de Dom João III denotam a indefinição dessa conjuntura. A tolerância do Rei no contexto português encontra correspondência em outros contextos, tal como entre os jesuítas, expressão máxima da contrarreforma. (MENDES, 1998) Ora, mesmo a ordem tendo sido fundada numa época em que Erasmo era considerado “o símbolo principal de tudo o que estava errado”, Inácio de Loyola “nunca publicou para a Companhia uma proibição peremptória” contra as obras do célebre humanista holandês, além disso, considerando que a companhia nasceu oficialmente com a Bula Papal de 1540, foi somente em 1552, ou seja, doze anos depois de sua criação que Inácio proibiria o uso das obras de Erasmo nos colégios jesuítas, o que nos obriga a contar com a hipótese de que elas eram utilizadas com alguma frequência. (O’MALLEY, 2004, p. 396; 406)

Desse modo, ao passo que a escrita de João de Barros incorpora tensões e embates inerentes ao contexto em que foi elaborada, vale atentar para a sugestão de que mesmo ele esteve dividido entre as principais correntes a que um

homem de letras poderia se identificar ao longo do segundo quartel do século XVI. Se, por um lado, o “espírito” erasmiano se fez presente em obras como a *Ropicapnefma*, ou mesmo, como sugere Zoltán Biedermann, em parte da primeira *Ásia de João de Barros*, ou ainda, no *Diálogo Evangélico sobre os artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus*, é de se considerar, há uma notória resignação em seus escritos – principalmente a partir do *Panegírico da Infanta Dom Maria* – diante das novas propostas socioculturais da segunda era joanina, como vimos, mais fechada e intolerante.

CONCLUSÃO

Em conclusão, creio que seja possível sugerir que João de Barros incorpora o ideal do homem renascentista. Contudo, este ideal não pode ser compreendido como uma generalização abstrata, uma vez que se desenha no âmbito da

especificidade da experiência política e cultural do reino português. Diante disso, é relevante compreendemos a escrita de João de Barros em paralelo à manifestação de sua consciência política, uma vez que deriva daí nossa percepção de que sua obra responde às diferentes conjunturas que marcaram o governo de Dom João III.

Com efeito, mesmo considerando a dimensão “protocolar” da relação entre Dom João III e Erasmo de Roterdã – relação considerada como emblemática do caráter tolerante de seu governo e de sua abertura ao pensamento humanista –, importa notar que esta tolerância foi pautada pelo pragmatismo político do monarca e encontra correspondência em outros contextos. De modo que não podemos compreendê-lo como simpatizante do laicismo humanista. Em suma, João de Barros percebeu que o segundo momento do governo de Dom João III não era um bom momento para polêmicas inconvenientes.

Referências

ANDRADE, António Alberto Banha de. *João de Barros: historiador do pensamento humanista português de quinhentos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.

BAIÃO, António. Introdução. In: BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente*. 4. ed. rev. e prefaciada por António Baião. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. Edição fac-similar.

BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente*. 4. ed. rev. e prefaciada por António Baião. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. v. 1-3. Edição fac-similar.

_____. *Ásia de João de Barros*. Oxford: Centre for the Study of the Portuguese Discoveries, 1992. Eletronic edition.

_____. *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja: ou Gramática da Língua Portuguesa*. Organizado por Gabriel Antunes de Araujo. São Paulo: Humanitas; Paulistana, 2008.

_____. *Chronica do emperador Clarimundo, donde os reys de Portugal descendem*. 4. impr. Lisboa: Officina de Francisco da Sylva, 1742.

_____. *Décadas da Ásia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1777-1788. v. 1-6.

_____. *Dialogo da viçiosa vergonha*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu[m], 1540.

_____. *Dialogos de preceitos moraes co[m] prática delles, em módo de iogo*. Lisboa: L. Rodriguez, 1540.

_____. Diálogo em louvor da nossa linguagem. In: *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Edição, introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 39-84.

_____. *Diálogo evangélico sobre os artigos de fé contra o Talmud dos judeus*. Introdução e notas de I. S. Révah. Lisboa: Studium, 1950.

_____. *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu Typographum, 1540.

_____. 'Grammatices rudimenta' (1540). In: BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Os 'Grammatices rudimenta' de João de Barros*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 93-140. (Arquivos do Centro Cultural Português, v. 4).

_____. *Panegíricos* (Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria). Texto restituído, prefaciado e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Sá da Costa, 1943.

_____. *Ropicapnefma*. Reprodução fac-similada da edição de 1532. Leitura modernizada, notas e estudo de I. S. Révah. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983. v. 2.

BATAILLON, Marcel. *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1952.

BIEDERMANN, Zoltán. Nos primórdios da antropologia moderna: a Ásia de João de Barros. *Anais de História de Além-Mar*, v. 4, p. 29-61, 2003.

BOXER, Charles R. *João de Barros, portuguese humanist and historian of Asia*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1981.

BUESCU, Ana Isabel. João de Barros: humanismo, mercancia e celebração imperial. *Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, n. 27, p. 10-24, 1996.

COELHO, António Borges. *João de Barros: vida e obra*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

_____. *Tudo é mercadoria: sobre o percurso e obra de João de Barros*. Lisboa: Caminho, 1992.

_____. Tópicos para o estudo da relação Universidade/Inquisição (séculos XVI-XVII). In: TENGARRINHA, José (Coord.). *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 101-115.

CONTI, Lígia Nassif. *Um projeto pedagógico às margens da expansão: João de Barros e seu ideal moralizador*. Franca, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista.

COUTO, Aires do. Panegíricos de D. João III de dois humanistas de quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes. *Máthesis*, n. 9, p. 37-67, 2000.

FARIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros por Manuel Severim de Faria e índice geral das quatro décadas da sua Ásia (1624)*. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1777-1788.

FEITLER, Bruno. O catolicismo como ideal: produção literária antijudaica no mundo português da Idade Moderna. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 72, p. 137-158, 1975.

FILORAMO, Giovanni. *Monoteísmos e dualismos: as religiões de salvação*. Trad. Camila Kintzel. São Paulo: Hedra, 2005.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Trad. Luiz Roncari. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

GÓIS, Damião de. *Chronica do felicissimo rei Dom Manuel*. Lisboa: Casa de Francisco Correa, 1566.

HAHN, Fábio André. *A pureza da fé: o antijudaísmo pacífico de João de Barros no Portugal Quinhentista*. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense.

HIRSCH, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. Trad. Lia Correia Raitt. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

HUE, Sheila Moura. Introdução. In: *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Edição, introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 9-35.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado: expectativas do messianismo régio em Portugal, século XIII a XVI*. São Paulo: Hucitec, 2003.

MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MARIGUELA, Adriana Duarte Bonini. *Circularidade no século dezesseis: emergência da similitude na Cartinha de João de Barros e no Cathecismo de Dom Diogo Ortiz*. Campinas, 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

MENDES, António Rosa. A vida cultural. In: MAGALHÃES, Joaquim R. (Coord.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa. 1998, p. 333-371.

O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. Trad. Domingos Armando Donita. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

OLIVEIRA, António de. A infanta D. Maria e o senhorio de Viseu: uma precisão cronológica. *Revista Portuguesa de História*, v. 27, p. 215-220, 1992.

PAES, Maria Paula Dias Couto. 'De Romatinas a Christianitas': o humanismo à portuguesa e as visões sobre o reinado de Dom João III, O Piedoso. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 500-514, 2007.

PRODI, Paulo. *Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*. Trad. Karina Jannini. São Paulo: M. Fontes, 2005.

RAMALHO, Américo da Costa. *Para a história do humanismo em Portugal*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994. v. 2.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

REBELO, Luis de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1982.

RÉVAH, I. S. João de Barros. In: BARROS, João. *Diálogo evangélico sobre os artigos de fé contra o Talmud dos judeus*. Introdução e notas de I. S. Révah. Lisboa: Studium, 1950, p. 27-48.

RODRIGUES, Rui Luis. *Entre o dito e o maldito: humanismo erasmiano, ortodoxia e heresia nos processos de confessionalização do Ocidente, 1530-1685*. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

_____. Reflexões sobre o humanismo português no alvorecer da época confessional. *Revista Angelus Novus* n. 2, p. 51-80, jul. 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: o século de Ouro (1495-1580)*. Lisboa: Verbo, 1980. v. 3.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

A OBRA "O GOVERNADOR DE PRAÇAS" DE ANTONIO DE VILLE TOLOZANO ENTRE AS PRÁTICAS DO GOVERNO ULTRAMARINO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVIII

Adriana Angelita da Conceição¹

Resumo

Este trabalho analisa um manual de instrução militar publicado na França pela primeira vez em 1639 de autoria do engenheiro militar Antonio de Ville Tolozano – *De la charge des gouverneurs des places, où sont contenus tous les ordres qu'on doit tenir (...)*. Este compêndio foi traduzido para o português por ordem do rei D. João V e impresso na oficina de Antonio Pedrozo Galvão em 1708, com o título *O governador de praças*. A obra fez parte das discussões e pesquisas do importante engenheiro-mor e professor da Academia Militar Portuguesa, Manuel de Azevedo Fortes. Entretanto, este compêndio ainda é pouco estudado pela historiografia lusobrasileira no que se refere os estudos das artes de governar o império português. Com isso, a proposta deste texto será apresentá-lo em diálogo com algumas das práticas de governar do império lusobrasileiro no século XVIII, como as do vice-rei marquês do Lavradio.

Palavras-chave

"O governador de Praças"; Governo lusobrasileiro; Vice-rei marquês do Lavradio.

Abstract

This work analyzes a manual of military instruction published in France for the first time in 1639 by the military engineer Antonio de Ville Tolozano – *De la charge des gouverneurs des places, où sont contenus tous les ordres qu'on doit tenir (...)*. This recompilation was translated to Portuguese by the order of the king D. João V and printed in Antonio Pedrozo Galvão's workshop in 1708, with the title *O governador de praças*. The work was part of the discussions and researches of the important chief engineer and professor of the Military Portuguese Academy, Manuel de Azevedo Fortes. However, this recompilation is still

understudied by the Portuguese-Brazilian historiography in what refers to the study of the governing arts of the Portuguese empire. With this, the purpose of this text will be to present it in dialogue with some of the governing practices of the Portuguese-Brazilian empire in the 18th century, such as of the viceroy Marquis of Lavradio.

Keywords

"O governador de praças"; Portuguese-Brazilian government; Viceroy Marquis of Lavradio.

Muitos papeis, muitas penas e significativas quantidades de tinta foram imprescindíveis para o estabelecimento dos governos ultramarinos. Para o historiador John Elliot, estes três instrumentos (pena, papel e tinta) garantiram a efetiva burocratização que passava a caracterizar as monarquias modernas (ELLIOT, 1998, p. 287). Neste sentido, a prática de escrita de cartas pode ser considerada a prática sociocultural mais utilizada entre os modernos para o estabelecimento de relações particulares e nos tratos administrativos. As distâncias oceânicas, separando as monarquias de seus espaços coloniais e os indivíduos entre si, em função dos grandes deslocamentos humanos, propiciaram um crescimento substantivo da escrita como prática social. Assim, pode-se pensar a intrínseca relação entre a escrita e a prática do governo ultramarino, pois, através dos papeis as notícias e informações circularam por mar e terra e os governos a distância foram estabelecidos.

Em novembro de 1775, em meio aos embaraçosos afazeres governativos, o vice-rei D. Luís de

¹ Graduada e Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: adrianaangelitac@yahoo.com.br

² A partir deste ponto, apenas far-se-á referência ao 2º marquês do Lavradio como marquês do Lavradio, sem indicar sua posição na ordem nobiliárquica da casa Lavradio.

Almeida, 2º marquês do Lavradio², envolveu-se pelos instrumentos da escrita e junto de seu secretário particular compôs uma carta ao governador de Minas Gerais, Antonio de Noronha. Ao encerrar a breve carta, na qual reclamou a ausência de resposta do amigo, escreveu: "Fique voce embora com os seo Sigarro, enquanto eu cá vou uzando da minha agoá fria"³ (BR_AN_C 1096_f 136)⁴ – indicando metaforicamente que buscava se aliviar com *água fria* diante dos percalços do governo. Deste modo, com esta rápida reflexão de Lavradio, da qual se pode problematizar a escrita e a prática do governo, apresenta-se os objetivos deste texto. Nas páginas seguintes propõe-se realizar uma breve análise entre correspondências e os sentidos de governar na idade moderna – se é que se pode falar em sentidos do mando no governo ultramarino, conforme destacou Laura de Mello e Souza na introdução de seu livro *O sol e a sombra* (SOUZA, 2006, p. 14). Assim, entre correspondências e práticas de governo, se objetiva apresentar os escritos de Antonio de Ville Tolozano, considerando a importância de sua obra, *De la charge des gouverneurs des places*, para se problematizar as práticas do governo ultramarino, entre o governo de praças e a complexidade que envolvia a administração dos territórios coloniais. Contudo, estas questões serão analisadas junto das práticas de governar no vice-rei marquês do Lavradio.

D. Luís de Almeida, nasceu em 1729, primogênito de D. Antônio de Almeida, 1º marquês do Lavradio, e de D. Francisca das Chagas

Mascarenhas. Aos dez anos iniciou a carreira militar assentando praça no regimento de infantaria de Elvas, onde o pai era coronel. Em 1746, aos 17 anos, tornou-se capitão, no mesmo ano em que recebeu o título de 4º conde de Avintes. Em 1752 casou-se com D. Mariana Teresa Rita de Távora. Com a morte do pai, através de carta régia de D. José I, tornou-se o 2º marquês de Lavradio. Em 1764 foi promovido a brigadeiro. Com esta trajetória, o destino de Lavradio era basicamente previsível: atuar como representante do rei em alguma possessão no ultramar. Assim, em 1767, foi nomeado governador da capitania da Bahia, chegando a Salvador em 1768, onde ficou menos do que esperava, pois, em 1769 foi enviado ao Rio de Janeiro para assumir o cargo de vice-rei do Brasil.

Em agosto de 1775, quando Lavradio já vivia há cinco anos no Rio de Janeiro, entre as mais de dez cartas enviadas neste mês, duas foram destinadas ao secretário do rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. Em uma das missivas, o vice-rei comunicava a Pombal a chegada ao Rio de Janeiro de D. Luís António de Souza Botelho Mourão, morgado de Mateus, que deixava o governo da capitania de São Paulo para retornar a Portugal – assumindo a capitania Martim Lopes Lobo de Saldanha. Nesta carta, Lavradio compartilhou com Pombal que governar São Paulo não era uma tarefa fácil, pois, "Para governar esta qualidade de gente *necessita-se de muita arte* e que quem os haja de governar tenha junto asy pessoas capazes, e de toda a sua confidencia: de quem se haja de servir para o

³ As transcrições presentes neste texto mantiveram a gramática, a ortografia e a pontuação dos documentos. Apenas, para facilitar a leitura, desenvolveu-se as abreviaturas, indicando o *desenvolvimento* com a marcação em itálico. Por exemplo: no original m.^{to}, na transcrição, *muito*. Mas, manteve-se a abreviatura de V. Ex.^a: Vossa Excelência.

⁴ O código de referência que indica a localização da fonte apresenta a seguinte ordem: país da instituição de guarda, instituição de guarda, código e fôlio. Por exemplo: PT_BN_PSS_cx_3_f 313 significa: Portugal, Biblioteca Nacional, Códice PSS_cx_3, fôlio 313. Ao final do texto é possível conferir a referência completa.

ajudarem” (PT-BN_C_10624_f 89v). Neste breve trecho, o vice-rei argumentou que para governar necessitava-se de *arte* e o apoio de pessoas de confiança, o que ao olhar de Lavradio, o morgado de Mateus não realizou, pois “D. Luiz não tinha ninguém veyo com os olhos inteiramente fechados; quis ezeutar as ordens ao pé da Letra” (PT-BN_C_10624_f 89v). Com estas ponderações do vice-rei, em relação à administração de Mateus, pode-se ponderar que para governar no espaço ultramarino eram necessários atributos, especificidades e qualidades. Para o pesquisador Michel Senellart, a arte de governar de cada época fez parte de jogos estratégicos que definiam as condições do que era pensável e factível, por isso, a arte de governar “variou, segundo os tempos, em seus pressupostos, suas máximas e seus afins” (SENELLART, 2006, p. 16). Embora as ponderações de Lavradio em relação a Mateus provêm, sobretudo, dos desentendimentos que vivenciaram, esta questão se apresenta neste texto para se pensar as definições de Lavradio ao exercício do governo e presentes em sua correspondência. (Cf. BELLOTTO, 2007)

No livro *As artes de governar*, Michel Senellart se propôs a analisar as pluralidades que envolveram o *governar*, pois não se deve pensar para a idade média e/ou moderna uma única arte e sim *artes de governar*. As análises de Senellart discutiram o conceito de governar, excedendo preocupações sobre as tendências platônicas e aristotélicas. Para o autor, “o discurso da arte de governar substitui a lógica dos

conceitos por um agenciamento de regras, de imagens, de exemplos, de temas de exercício que obedece a uma tríplice exigência de persuasão, de incitação e de arrebatamento”, deste modo, o estudo das artes de governar “requer portanto outras ferramentas que não aquelas que se aplicam geralmente na análise do pensamento filosófico” (SENELLART, 2006, p. 15). Por conseguinte, neste texto, de modo mais pontual, se propõe uma descrição analítica de uma obra com a temática do governo, escrita no século XVII e que circulou em Portugal no XVIII – assim, buscar-se-á os pressupostos que a obra indica no que se refere ao governar, considerando tais sentidos junto das práticas de governar o império luso-brasileiro.

Na França, na primeira metade do século XVII, em 1639, foi impresso um importante tratado militar, denominado *De la charge des gouverneurs des places, où sont contenus tous les ordres qu'on doit tenir pour préparer les choses nécessaires dans une place, tant pour la conserver, comme pour la deffendre (...)*. A obra contou com a autorização do rei Luís XIII de Bourbon e foi dedicada ao cardeal duque de Richelieu. Antônio de Ville Tolozano, autor *De la charge des gouverneurs des places* nasceu em 1596 e morreu em 1657 e teve sua obra reeditada várias vezes nos séculos XVII e XVIII, sendo que, recentemente, em 2009 e 2010, o livro foi reimpresso. (VILLE, 2009) Após, aproximadamente, seis décadas, em 1708, por ordem do rei português D. João V, este compêndio foi traduzido para a língua portuguesa com o título: *O*

governador de praças. A obra circulou em Portugal com o objetivo de instruir os militares, na arte de governar, imbricando conhecimentos militares, de engenharia e de trato com a população de cada praça⁵.

Para o historiador Marlon Salomon o livro de Tolozano – além dos compêndios do método de fortificação de Vauban – “era a principal referência a este respeito no século XVII, obra esta que imediatamente passará a ser o principal manual dos governadores de praças portuguesas” (SALOMON, 2002, p. 23). Entretanto, a tradução da obra de Tolozano deve ser compreendida em um contexto específico, no qual se estruturava um sentido de defesa do território. Deste modo, deve-se considerar o quanto a sedentarização e a organização das monarquias consolidou a estruturação militar monárquica, já que a monarquia intencionava a preservação dos territórios e a manutenção da ordem pública. Deste modo, o historiador Francis Albert Cotta estudou as discussões referentes aos problemas da afirmação de Michael Roberts de que a Europa teria passado por uma *Revolução Militar* entre os séculos XVI e XVII. Entretanto, segundo Cotta, alguns pesquisadores recusaram a ocorrência desta revolução e optaram pela ideia de reforma militar – “um conceito claramente desenvolvido na obra de John Rigby Hale sobre o exército do Renascimento, e por Franco Cardini, que interpreta a evolução dos exércitos e da guerra na Europa moderna a partir de uma perspectiva cultural” – além disso, Cotta ainda indicou outras questões, como “a

importância da revolução tecnológica, a relação entre o militar e a formação do Estado Moderno” (COTTA, 2007, p. s/p) para que se possa compreender a conceituação de reforma militar entre as práticas das monarquias na idade moderna. A ideia de uma *nova* estruturação militar junto da formação do estado moderno incluiu a artilharia como questão decisiva junto da construção das fortificações, conforme destacou Cotta. Para o autor, as altas muralhas medievais foram diminuídas, “mudou-se o traçado das obras para obtenção dos fogos cruzados; modificaram-se os métodos de construção para proteção das guarnições e criaram-se obstáculos para impedir a aproximação” (COTTA, 2007, p. s/p). Neste sentido, com a proposta das fortificações, foi necessário a elaboração de um novo saber e o papel dos engenheiros tornou-se imprescindível. Segundo Cotta, “a arte de bem fortificar tornava-se um negócio do Estado” (COTTA, 2007, p. s/p).

Diante destas configurações, foi preciso instituir a formação de portugueses para que estes novos métodos fossem incorporados às práticas lusas de defesa. Assim, a aula de fortificação e arquitetura militar em 1647 passou a ser a Academia Militar. De acordo com a pesquisadora Dulcyene Maria Ribeiro, a formação da academia fez parte das “medidas que compunham a organização do sistema defensivo português, logo após a Aclamação de D. João IV” (RIBEIRO, 2009, p. 63). Pode-se considerar como marco deste momento, a publicação de Luís Serrão Pimental, em 1680, do

⁵ As referências completas da obra em francês e da tradução constam ao final do texto, assim como a referência da obra de Manuel de Azevedo Fortes que será estudada a seguir. Além disso, todas as citações mantiveram a ortografia e a gramática dos originais.

Método Lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares. Para Cotta, a obra de Serrão Pimentel foi composta articulando a tradição portuguesa, influências estrangeiras e as experiências particulares do autor (COTTA, 2007, p. s/p).

Antes e depois da publicação do *Método Lusitano* diversas obras produzidas por portugueses e também estrangeiros circularam por Portugal, estruturando as práticas de formação defensiva lusa e que igualmente seriam incorporadas à defesa dos territórios ultramarinos⁶. A trajetória, ao longo do século XVII, da construção das fortificações e dos métodos de defesa como a formação de um *saber defensivo* no império português é um tema complexo e mereceria uma abordagem mais pormenorizada, entretanto, neste texto, passou-se rapidamente por essa questão para se problematizar este debate no século XVIII, quando a obra de Tolozano foi publicada em Portugal. Para o pesquisador Marlon Salomon, a *segurança*, em relação à conservação do território, se constitui como um problema no Setecentos, pois, "o que deve estar em estado de segurança é o espaço; todas as maneiras possíveis de defendê-lo nada mais são do que um esforço em torná-lo seguro, protegido do inimigo exterior que o ameaça" (SALOMON, 2003, p. 149).

No início do século XVIII, o mundo dos impressos em Portugal foi agitado por um considerável número de publicações que tematizaram a arte de governar, os conhecimentos de engenharia que ensinavam desde as melhores técnicas de construção de fortalezas ao trato com os

soldados e o governo do território. Em 1728, um dos mais importantes engenheiros setecentista de Portugal, publicou o manual *O engenheiro português* em dois volumes, sendo que no segundo, o tema da construção das fortalezas foi o objetivo principal. Para Salomon, estes livros instruíam e eram materiais práticos na formação dos aprendizes de engenharia e de funções militares (SALOMON, 2002, p. 23). A volumosa obra, *O engenheiro português*, segundo as considerações de Cotta, foi uma "obra crítica que, na sequência do *Método Lusitano*, reformulava e reordenava logicamente a longa experiência portuguesa e internacional neste campo" (COTTA, 2007, p. s/p).

O engenheiro português foi escrito por Manuel de Azevedo Fortes – um luso nascido em 1660 e que faleceu em 1749. Azevedo Fortes, em 1719, foi nomeado engenheiro-mor, tornando-se o chefe-maior da engenharia em Portugal. Além disso, de 1719 a 1727 atuou como professor da Academia Militar Portuguesa – local onde tinha estudado – e *O engenheiro português* foi o texto base de suas aulas, considerando que sua intenção era a formação dos engenheiros militares do reino. Azevedo Fortes também fez parte da Academia Real da História Portuguesa, fundada por D. João V em 1720. Neste sentido, cabe destacar que ao longo do XVII a engenharia torna-se um saber próprio e sua definição estava relacionada à guerra. No tomo II, Azevedo Fortes definiu o engenheiro como "hum official Militar prompto para todas as funcoens da guerra, ou

⁶ O pesquisador Francis Albert Cotta, ao final do texto *Estados-Nacionais e exércitos na Europa moderna: um olhar sobre o caso português*, apresenta um quadro dos principais compêndios militares publicados em Portugal de 1640 a 1761.

seja, ataque, e defença das Praças” além de controlar as obras da fortificação, incluindo os alojamentos e os entrincheiramentos. Para Azevedo Fortes no engenheiro se “deve achar disposição, estudo, Sciencia, e pratica de todas estas cousas, e sem estas partes se lhe não pode dar o nome de bom Engenheiro” (FORTES, 1728-1729, p. 414). Estas questões foram apresentadas no capítulo XI, *Das partes, que devem ter os Engenheiros*, do Livro VIII, no qual Azevedo Fortes justificou que suas argumentações não eram exageros – “pela parte que tenho nesta profiçãõ” – pois, estava se baseando em diversos autores estrangeiros.

Azevedo Fortes, além da obra *O engenheiro português*, escreveu discursos filosóficos sobre: a natureza dos ventos, o fluxo e o refluxo do mar, a luz e as cores, ademais de temáticas referentes aos modos de fazer cartas geográficas. Como engenheiro-mor, Fortes foi sucedido por Manuel de Maia que para muitos pesquisadores, certamente, tinha sido seu aluno. Na sua obra mais clássica, Fortes citou inúmeras vezes a obra de Tolozano e os métodos de fortificação de Vauban. No início do compêndio, no paratexto *Carta ao Leitor*, presente no tomo I, Azevedo Fortes escreveu: “No segundo Livro da Fortificação regular se explicaõ os methodos dos tres mais celebres Authores, o *Cavalleiro Antonio de Ville*, o Conde de Pagan, e o Mariscal de França, Monsieur de Vauban, e a Fortificação de hum Author Anonimo, que tomou por guias aos tres precedentes, cuja delineaçãõ seguiremos nesta obra” (FORTES, 1728-1729, p. XIII).

Após esta contextualização que buscou indicar o espaço e tempo no qual a obra de Tolozano foi inserida em Portugal, o texto passará a se ocupar especificamente da obra. A autoria da tradução do francês para o português do manual *O governador de praças* é algo que ainda apresenta dúvidas, considerando que na impressão da tradução não consta menção ao tradutor. Para alguns pesquisadores o trabalho de tradução provavelmente foi uma parceria entre Manuel de Azevedo Fortes e Manuel de Maia. No *Diccionario Bibliographico Portuguez*, composto por Inocêncio Francisco da Silva, a tradução de Tolozano consta entre as publicações de Manuel de Maia, e no verbete destinado a descrever as publicações de Manuel de Azevedo Forte, não aparece nenhuma menção a Tolozano (SILVA, 1862, p. 43). Entretanto, em duas consultas do conselho de guerra português, citadas pela pesquisadora Dulcyene Maria Ribeiro, aparecem indicações de que a tradução teria sido realizada por Fortes e Maia (RIBEIRO, 2009, p. 28). Na maior parte das vezes, a obra de Tolozano é apresentada como uma tradução de Maia sem que essa questão seja contextualizada – sobretudo, por que a obra de Tolozano embora seja citada pelos pesquisadores que tematizam a história militar portuguesa, pouco é estudada enquanto *objeto de pesquisa*. Assim, geralmente, a tradução de Tolozano é citada como base da obra de Azevedo Fortes.

O governador de praças é formado por 50 capítulos e o primeiro trata *Da eleyçãõ de hum Governador, & dos requisitos que deve ter*. Segundo Tolozano, um governador

deveria, antes de tudo, sentir-se representante do rei, pois, de seu valor, vigilância e fidelidade dependeria a conservação do território e das pessoas pertencentes ao monarca. O primeiro capítulo iniciou com a asserção “o Governador na sua Praça representa a pessoa do Rey; da sua fidelidade, vigilancia, & valor depende a conservação dos moradores, do país, & da mesma Praça” (TOLOZANO, 1708, p. 1). Nesta reflexão, constata-se uma das significações da arte de governar praticada entre os modernos, já que ao governador cabia o domínio do território e das pessoas que o habitavam. Por isso, o posto de governador de praça, era visto como “hum dos mais importantes empregos de hum estado” (TOLOZANO, 1708, p. 1). Assim, a escolha do governador de uma praça envolvia cuidados e deveria merecer a atenção do rei, já que a este homem caberia o honrado procedimento de atuar com fiel vassalagem – questão vista como sinônimo de súdito fiel. Com isso, Tolozano alertou que “deve o Principe ter grande atenção na escolha dos Governadores da taes Praças, para depois senão achar enganado: deve-os conhecer bem, & estar certo do seu talento, & mais partes que se requiere para este emprego” (TOLOZANO, 1708, p. 2). Ao confiar os cuidados de uma praça a um súdito, o rei confiava parte de seu corpo, ao se relacionar o reino ao *corpo místico* do rei.

No século XVIII, a escolha de um governador passava pela exigência de determinados requisitos que envolviam prudência, valor, responsabilidades e, especialmente,

que o militar possuísse representativa experiência de guerra e melhor seria se tais empreendimentos tivessem gerado adequados rendimentos e honra à coroa. Tais qualidades eram de grande relevância, sobretudo, entre os homens que seriam destinados às possessões ultramarinas – os que representariam a autoridade da metrópole nas colônias. Portanto, era necessário escolher um militar com boas relações na corte, garantidas pelo nome da família. Segundo o pesquisador Nuno Monteiro, o recrutamento social dos governadores-gerais e dos vice-reis ultramarinos acontecia entre os da primeira nobreza, o que poderia variar de acordo com a importância da possessão territorial. Por exemplo, no início do século XVIII, o Brasil tornou-se mais relevante economicamente do que a Índia, o que implicou em seleções mais apuradas. Ademais, Monteiro apontou que “todos os governadores-gerais e vice-reis do Brasil eram militares com experiência, mesmo se alguns, muito poucos, nunca tenham antes chegado ao comando militar de uma província ou território” (MONTEIRO, 2001, p. 265) – indicando o intrínseco vínculo do exercício governativo e das atribuições militares requeridas aos homens de governo. Assim, este conjunto de fatores formava o perfil dos governadores no ultramar, onde se localizavam os territórios que mais apresentavam fragilidades de defesa. Para o estudioso Jacques Revel, “A corte faz da aparência sua regra social. O respeito à etiqueta, à vestimenta, à palavra, à apresentação do corpo obedecem a

essa mesma exigência de um reconhecimento coletivo. O perfume, o pó, a peruca produzem um corpo enfim conforme às expectativas do olhar social” (REVEL, 1991, p. 197). Por conseguinte, o que artefatos como o perfume e a peruca produziam no corpo que era visto e analisado na corte, na sociabilidade dos governadores era representado por ações e posturas praticadas como governador militar – por este viés estes eram reconhecidos ou não como representantes do rei.

Para Antonio de Ville Tolozano os que pretendiam um posto de governador precisavam sentir-se valorosos – o valor estava, inerentemente, para o governador, como a espada para o soldado. Para ser valoroso o governador precisava afastar-se de dois vícios “que são os extremos desta virtude, a saber a temeridade, & a covardia” (TOLOZANO, 1708, p. 7). Além do governador demonstrar coragem, deveria evitar os vícios da impiedade, acreditando em Deus; da *avareza*; da *gula*, sendo moderado; e do *vinho* (TOLOZANO, 1708, p. 8-9). Pois, um governador que se mantivesse embriagado com frequência não teria razão para defender e guardar o território do rei. Nestas primeiras constatações, percebe-se que um bom governador seria aquele que com virtudes se autogovernasse – sendo que este cuidado se refletiria na conduta frente ao governo de uma praça. Tolozano ainda destacou que um governador deveria ser “prudente, seguro, que se não perturbe de cousa alguma, e dê animo aos demais; que aonde for necessario mostre ousadia, e que saiba porém conservar a sua pessoa,

como a Praça” (TOLOZANO, 1708, p. 7). Ao indicar a conservação de si, menosprezando os vícios da gula e da embriaguez, por exemplo, Tolozano apontou a inerente relação que deveria ser estabelecida entre a vida do governador e sua conduta diante da praça.

Diante de tais constatações, analisar-se-á o trecho de uma carta, no qual o ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, escreveu ao vice-rei marquês do Lavradio. O tema da correspondência foi o pedido de demissão enviado ao monarca pelo comandante da esquadra portuguesa na América, o inglês Roberto MacDouall. Melo e Castro argumentou a Lavradio que o comandante era altamente digno do posto que ocupava e escreveu que o rei D. José I acreditava que Lavradio usaria de “sua consumada prudencia, e dando com ella, ao rispido character, e insignificantes Transportes, do Capitam de Mar e Guerra Roberto Mac Douall, o justo valor, que elles merecem; ganhem V.Ex.^a por este generozo meyo, hum digno Official” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 101, D. 8698b) – acreditando Melo e Castro que a prudência requerida de um vice-rei, e neste caso de Lavradio, como bom governador, seria maior que seus desentendimentos com MacDouall.

Neste período, as fronteiras da América meridional passavam por intensos conflitos com os castelhanos, com eminentes ameaças de invasão. Portanto, o ministro pediu que o vice-rei colocasse sua prudência acima de tudo, especialmente, quando a conservação do território corria

riscos. Por conseguinte, com este breve exercício analítico, percebe-se o quanto o uso da prudência foi requerido entre as práticas administrativas, sendo que as ênfases ao uso da prudência são constantes entre as trocas epistolares da administração ultramarina. Entretanto, não se pode afirmar que Lavradio e/ou Melo e Castro tenham lido a obra de Tolozano, mas as advertências do francês permeavam o sentido de governar moderno, indicando a formação daqueles que almejavam o serviço ultramarino e com ele se relacionaram – entre o exercício administrativo e militar. Mas, em alguns casos, pode-se identificar o contato com a obra *O governador de praças*. Por exemplo, o compêndio aparece no inventário da biblioteca particular do engenheiro militar José da Silva Paes que realizou importantes serviços ao rei no sul do Brasil como primeiro governador da capitania de Santa Catarina, governando-a de 1739 a 1749 (ARAÚJO, 1999) – Silva Paes foi responsável pela construção das primeiras fortalezas da ilha de Santa Catarina. (Cf. SILVA, 2013) Neste sentido, seria relevante uma análise dos inventários de livrarias e bibliotecas particulares em Portugal ao longo do século XVIII para um levantamento da recepção da obra de Tolozano, identificando, entre os grupos sociais dos governadores ultramarinos, a presença de obras miliares, considerando que nem todos os governadores-gerais e vice-reis passaram pelas aulas de fortificação e arquitetura militar, já que os *espaços educacionais* da nobreza não estavam restritos aos colégios e universidades.

No segundo capítulo denominado *Do cargo de governador, & do que em geral deve saber*, Tolozano esclareceu que existiam dois tipos de governador: o de província e o de praça. Mas, o que os modernos compreendiam por praça? O sentido de praça estava atrelado ao território fortificado, ou seja, área de cuidado militar. Na definição de Raphael Bluteau a praça, em termos militares, “he a palavra generica, com o que se significa qualquer lugar fortificado com muros, reparos, baluartes, flanqueados, &c. em que a gente se póde defender do inimigo” (BLUTEAU, 1712-28, p. 666). Segundo Salomon, para os setecentistas, “tem-se claramente a idéia de que as praças marítimas bem como as praças que fazem fronteira com a América espanhola são as portas de entrada da colônia” (SALOMON, 2002, p. 28). Deste modo, Salomon apresenta as praças como as chaves de acesso ao território, “assim, o Mato Grosso é a chave para o sertão do Brasil pela parte do Peru; a praça de Santos é a chave para o sertão de São Paulo e a Ilha de Santa Catarina é a chave para o Brasil” (SALOMON, 2002, p. 28) – considerando que o porto da ilha de Santa Catarina era visto como um dos melhores da região sul, permitindo não apenas o abastecimento e concerto de embarcações como também a ligação da parte meridional com o restante do Brasil. Portanto, conservar o território do rei, significava a conservação da praça e da região na qual fazia parte.

Para o militar francês os “Governadores de Provincias são como Vice-Reys, & o seu poder he

grande, pois se estende não sómente sobre todas as Praças do seu governo, ou Província, mas também sobre todo o país” (p. 12-13), sendo os governadores de províncias divididos entre os que governavam praças, vilas e cidades, e os que governavam castelos. Feita a distinção, Tolozano declarou que sua escrita era direcionada aos governadores de praças e não aos de província. Com isso, como se pode definir, de acordo com a significação de Tolozano, os governadores-gerais e vice-reis do império luso-brasileiro? Acredita-se que os governadores que se destinavam ao governo das capitâneas do Brasil eram uma mescla de governadores de província e de praça, sobretudo, porque cuidavam de aspectos civis, econômicos, sociais e, sobretudo, militares. Muitos dos governadores setecentista que se deslocaram à América incluíram em suas práticas de governar preocupações voltadas ao comércio e à agricultura, sem deixar que as questões militares fossem rotineiras, principalmente, os governadores que atuaram nas áreas de fronteira.

Antoine de Ville Tolozano ainda acrescentou, quanto à definição dos atributos do governador de praça, que era obrigação deste o maior cuidado com a conservação e a defesa do território, pois destes aspectos surgiam outros “a saber, o que toca ao governo civil, que consiste em dar boa ordem entre moradores, & no governo militar que consiste na boa disposição, & ordem com que devem viver, e tratar-se os soldados para os seus Cabos, huns com os outros, & para com os paisanos” (TOLOZANO, 1708, p. 13). Com este trecho, Tolozano afirmou

que o aspecto da conservação do território era o principal atributo do governador, diante da missão de manter do rei o que já era do rei. No entanto, esta parte que define os atributos de um bom governador indica que não bastavam as qualificações militares, era necessário “dar boa ordem entre moradores”, incluindo a administração civil. De acordo com Marlon Salomon, a obra de Tolozano insere questões à arte de governar, não mais restrita aos conhecimentos arquitetônicos e militares, voltados à defesa do território, pois, o autor acrescentou o cuidado com a população. Com isso, após as indicações de Tolozano, se vê o desenvolvimento “da noção de segurança interior da praça; ou seja, a sua ordenação deve permitir e revelar que o seu inimigo não se encontra apenas no seu exterior, mas que pode se encontrar na própria praça, entre os seus moradores, donde a necessidade de se conhecê-los em sua variedade” (SALOMON, 2002, p. 34). Portanto, embora muitos dos pesquisadores que visitem a obra de Tolozano indiquem, sobretudo, a temática da política de fortificação de praças, neste texto, destaca-se, concordando com as ponderações do Salomon, que Tolozano encaminha sentidos de governação militar que não se detêm unicamente da arquitetura enquanto materialidade, e considera a necessidade de se *arquitetar* considerando o governo da população.

No compêndio *O governador de Praças* as diretrizes também estenderam-se às sociabilidades da vida particular dos governadores, pois, os referenciais da prática de

governar praças se estendia ao *governo de si*. Ainda no primeiro capítulo, que dissertou em torno dos requisitos necessários ao bom governador, Antonio de Ville ponderou que a este convinha amar a sua Praça “mais que qualquer outra cousa do mundo, suppondo que della depende a sua honra, & a sua vida”, pois, se a praça fosse perdida o governador não deveria “viver mais; & assim deve ter tanto cuydado da sua conservação, como de si mesmo, considerando sempre o como poderá melhorar, melhor guardar, & mais bem municionar” (TOLOZANO, 1708, p. 9). Por conseguinte, o governador necessitava amar sua função para manter sua honra e a praça – território do rei. O amor à pátria estaria diretamente vinculado à vida do governador, pois a perda ou o mau cuidado com o território destacariam a ausência de honra no exercício administrativo do governador. Em carta ao marquês do Pombal, o vice-rei marquês do Lavradio, vendo-se apreensivo com as constantes notícias de conflito na América meridional, desabafou com o ministro, enviando uma carta de amizade, na qual confiou a Pombal suas preocupações – “Eu Comtemplo a V Ex.^a Como o unico escudo que tenho *para* a defença da *minha* honra e do meu Credito”. Na sequência, Lavradio afirmou que se via encarregado pelo cuidado de um importante território e que para defendê-lo e conservá-lo para a glória de D. José I, estava disposto a oferecer sua vida – “Só a *minha* Vida, está me tenho estimavel e a Comservo *para* a Sacrificar gostosisimo Sempre que for neceçario aos reaes entereçes de S.

Majestade por ele não só a perderei e tudo quanto tiver Nome de meu mas desejarei reproduçirme Mil Vezes *para* em todas ellas oferecer o Mesmo Vaidoso e honrado Sacrafição aos reaes pes do mesmo *Senhor*” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 90, D. 7891). Nestas palavras identifica-se a permanência de tópicos pertencentes aos exercícios retóricos e pertinentes ao governo monárquico – dar a vida em nome do rei. D. Luís de Almeida muitas vezes enfatizou sua disposição em se doar em nome do serviço ao rei, cumprindo o que se esperava de um bom governador de praça e de província.

No capítulo XLVIII, no qual o compêndio descreve os métodos de defesa, máquinas e artifícios de guerra, consta que todos os apetrechos militares eram importantes, porém, para Tolozano: “mais que tudo serve a força, e o valor dos soldados” (TOLOZANO, 1708, p. 423). Pois, nos cruciais momentos de defesa do território era possível reconhecer os *soldados valorosos*, ponderando que “verdadeiramente em hum exercito não he o numero o que faz a força, mas sim o numero dos valerosos” (TOLOZANO, 1708, p. 444). Por conseguinte, na continuação da carta citada no parágrafo anterior, Lavradio questionou Pombal: “mas *Senhor* o que emportará perder a vida Se Senão ganhar o Estado, *para* que este Se comçerve Com o Glorioso Nome de S. *Majestade*?”. Contudo, não bastava o anseio por doar a vida em nome do rei, era preciso agir com prudência e honra para não arriscar os bens do monarca. Muitos destes questionamentos e declarações de

amor à Pátria e anseio por doar a vida ao rei perpassavam as tópicas discursivas da prática epistolar setecentista, entretanto, ao pertencerem ao campo discursivo representam os sentidos teóricos da arte de governar moderna, nos quais a representação escrita de amor pleno ao servir o rei, sobretudo, no serviço ultramarino, indicam a relevância de destacar tais sensibilidades na prática epistolar. Assim, não importa se na prática o doar a vida não fosse o ato último em nome do rei, mas, interessa a necessidade de manter este discurso na correspondência trocada entre os governadores-gerais e vice-reis com os ministros e secretários do rei, por indicar o *cumprimento* do que se requeria destes representantes da monarquia.

Manuel de Azevedo Fortes em seu manual *O engenheiro Português* refletiu que ao governador caberia “mostrar brio, e honra em todas as suas acções, medindo-as, e regulandoas pela prudencia, que he o meio mais efficaz para adquerir boa reputação; porque tendo sempre a honra diante dos olhos, não poderá commetter nenhuma baixaza” (FORTES, 1928-1729, p. 438). Fortes reforçou o que fazia parte das reflexões de Tolozano, destacando a honra e a prudência como essenciais na conduta do governador militar. Ademais, acrescentou a importância da boa reputação, pois das escolhas e ações mais acertadas, durante o exercício da governança, dependiam a estima e a boa memória do governador. Deste modo, ao se destacar a questão da memória do bom governo, a prática epistolar se consagrava como um tipo de

comprovação das boas intenções do governador, como nos exemplos que se apresenta de Lavradio. Assim, a problemática perpassa não o sentido de comprovação como intenção de verdade, mas de *realidade discursiva* que apresenta a compreensão das atitudes que se esperava de um bom governador.

Antonio de Ville Tolozano incluiu a ação preventiva no seu estudo, pois, o representante do rei, como governador, deveria agir de modo preventivo. Assim, Tolozano dissertou em torno dos cuidados com os preparativos para a defesa da praça, observando que cabia ao governador cuidar de todos os detalhes possíveis, para que diante do inimigo o corpo militar não se achasse atônito e “desprovidos de tudo sem saber a que arrimar” correndo o risco de “perdem a praça, a honra, e algũas vezes a vida com infamia, ou passãõ o resto della com ignomia” (TOLOZANO, 1708, p. 52). Neste aspecto, Tolozano deixou evidente o quanto, na sociedade de corte, as ações dos homens públicos eram os marcos de suas representações diante dos outros. Ao perder a praça, não estava em jogo apenas a perda de um território, mas estava incluída a possibilidade de perda da reputação, manchando o nome familiar. Como vice-rei, o marquês de Lavradio, procurou orientar alguns governadores, como o que fez com Pedro Antônio da Gama e Freitas que assumiu o governo interino da capitania de Minas Gerais. Deste modo, em janeiro de 1775, o vice-rei escreveu a Gama e Freitas e o aconselhou: “Prudencia, Prudencia, agoa fria, acomselhar com o traveseiro; bom

modo, *humanidade*, estimar a todos, não fiar de nenhum, fazer respeitar a memória dos que substituímos, darmos-lhe o exemplo como respeito que lhe protestamos” (BR-AN_C_1096_f 109). Com estas palavras, Lavradio indicou o que considerava como base sólida para o sucesso do exercício governativo, o que, concomitantemente, explicitam as ponderações de Tolozano e do sentido de governar no século XVIII.

O penúltimo capítulo do manual recebeu o título *Das capitulações, & entrega das Praças*. Ao iniciá-lo, o militar francês apontou uma questão: “Eu estava na resolução de não escrever este Capítulo para dar a entender aos Governadores que nunca devem capitular, e que he esta a materia que menos devem saber, e estudar” (TOLOZANO, 1708, p. 444). Mas, considerando que diante de específicas situações a capitulação seria um *mal necessário*, continuou “como pôde succeder que depois de *hũa valerosa, & competente* dilatada defesa, o Príncipe queira que a Praça se rêda por algũas considerações” (TOLOZANO, 1708, p. 444-445), sendo, assim, imprescindível a indicação de algumas das situações que tinham como consequência a capitulação: falta de espaço territorial para entrincheirar, falta de soldados para garantir a defesa e a ausência de munições para ataque e defesa. Diante disto, Tolozano apontou quais os procedimentos necessários ao antes e depois da capitulação, embora todos os métodos de defesa deveriam ser praticados, até que se cogitasse a possibilidade de entrega do território. O francês também

considerou escrever em relação aos procedimentos de assinatura e composição dos termos da capitulação e de como os acordos com o inimigo conduzir-se-iam. Assim, acreditava que apenas os governadores pouco experientes poderiam chegar ao ponto da capitulação, pois, com esta decisão “infamarão a si, e à sua posteridade por não terem resistido quãto deviaõ” (TOLOZANO, 1708, p. 445). Por conseguinte, identifica-se o quanto a obra de Tolozano perpassou a dicotomia do governo de si e do território, reforçando a ideia de que má conduta governativa implicava em más considerações pessoais.

O compêndio de Manuel de Azevedo Fortes também discorre sobre as rendições – “hum Governador de honra não deve capitular” (FORTES, 1728-1729, p. 423) –, acentuando a relação inerente entre a falta de honra e a decisão de capitular. A problemática da entrega de uma praça militar ao inimigo, com o estabelecimento de condições ou não, se apresentou nos compêndios de Tolozano e de Azevedo Fortes como uma preocupação, com isso, se apontará uma situação de capitulação no império luso-brasileiro. Em 1777 a ilha de Santa Catarina foi invadida por castelhanos e por aproximadamente um ano pertenceu ao rei Carlos III. A ilha foi entregue aos castelhanos sem que nenhum procedimento de defesa fosse praticado, embora viesse sendo preparada militarmente desde 1739, com a construção de fortes e fortalezas iniciadas no governo de José da Silva Paes. O motivo da capitulação do território vem sendo

tematizado pela historiografia com bastante variação, indicando desde a possível covardia dos militares – posição comum na historiografia ligada ao Instituto Histórico e Geográfico nacional e o de Santa Catarina, na primeira metade do século XX – ou a constatação da falta de estrutura bélica adequada ao confronto entre portugueses e castelhanos. Como a problematização desta questão excederia o espaço e os objetivos deste texto, se deterá sobre uma troca de correspondência em relação ao ocorrido. (Cf. cap. 3: CONCEIÇÃO, 2013)

O vice-rei marquês do Lavradio, como maior autoridade na colônia, ao receber as primeiras notícias da possibilidade de perda do território comunicou o acontecimento a determinados governadores do Brasil – enviou cartas a São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Sendo que Lavradio também escreveu ao chefe do exército português no sul, João Henrique Böhm. Assim, na segunda missiva encaminhada, já sabendo que a rendição tinha se consumado, lamentou a Böhm: “As tristez e inisperadas notícias que V.E.^a terá tido da Ilha de *Santa Catharina*, da Tropa, que devia defender *aquele* posto, tem trespassado o meu Coração athe o fundo d’alma como V.E.^a pode supor” (PT-BN_C_10631_f 88). O vice-rei afirmou que a tropa da ilha não tinha defendido o território e acrescentou: “Consistem todaz as minhas esperançaz hoje em V.E.^a, e no valeroso, e destinto Corpo que V.E.^a tem debaixo das Suas Ordenz. Eu não tenho que recomendar a V.E.^a: Eu de V.E.^a espero tudo quanto Seja restaurar a honra, e a gloria da Nasçaõ”. Ao

indicar o coração como trespassado pela dor da perda do território, Lavradio acionou a relação entre o corpo e o território, indicando acreditar no valoroso exército que Böhm comandava. A D. Luís de Almeida não interessava, nesta prática discursiva, se militarmente a força dos soldados de Böhm e dos soldados castelhanos fosse desigual, pois, contava com o valor de cada militar para a restituição da glória portuguesa, colocando o valor, assim como escreveu Tolozano, como o fundamento mais relevante.

Ao concluir a carta a Böhm, Lavradio referiu-se aos comandantes militares da ilha de Santa Catarina como infelizes, por terem praticado uma “vergonhaza Capitulaçaõ” e ainda compartilhou que os militares foram transportados para o Rio de Janeiro, onde ordenou que fossem mantidos “todos prezos nas Fortalezas, a onde se lhe estão fazendo as averiguaçoéz indispensaveiz em Cazos semelhantez, para eu as poder pôr na Real Presença d’El REY Meu Senhor” (PT-BN_C_10631_f 89v). Com o relato de Lavradio ao comandante, pode-se perceber o quanto a capitulação poderia macular a imagem de um militar e governador. Os envolvidos com a invasão foram sentenciados, condenados e levados a Portugal, onde cumpriram as penas. Muitos morreram na prisão, antes de receber o perdão da rainha D. Maria I, concedido mais de uma década depois. Certamente, este episódio e seus desdobramentos não foram tão simples e lineares como aqui apresentados. Mas, foram incorporados às discussões

estabelecidas neste texto como exemplo da permanente relação constituída entre as ações governativas e militares e a imagem do governador, sobretudo, neste caso da ilha de Santa Catarina, ao envolver a entrega de território.

Segundo Antonio de Vile Tolozano para que um governador fosse bom e cauteloso era recomendado que soubesse usar com perspicácia da capacidade de observação. Assim, o governador deveria fazer uso da observação sobre as práticas do ofício militar e também sobre a vida particular dos militares comandados pelo governador da praça. Para Tolozano muitas praças foram perdidas por conta da falta de prevenção do governador, ao não observar atentamente a condução pessoal e militar de sua praça. Por essa indignação, muitos governadores acabavam desacreditados e outros pagavam o “descuido com a vida, ou com huma perpetua prisaõ: assim devem neste particular os Governadores empregar toda a sua habilidade, & sutileza de engenho” (TOLOZANO, 1708, p. 28). Nas ponderações de Tolozano, a observação acompanhada por decisões preventivas seria a melhor atitude. Assim, por exemplo, logo que uma traição fosse identificada o governador deveria agir com rapidez, seguindo os procedimentos explicados no capítulo XXXIV – *Das cautelas, e remedio contra a trayça, rebelliam, & conspiraçam*.

Caso o governador identificasse uma possibilidade de traição, deveria imediatamente disseminá-la, pois, “estes males pedem prompto remedio, porque saõ

como o veneno, que insensível, & prontamente vay até as partes nobres, e chegando a ellas he o dano irremediavel” (TOLOZANO, 1708, p. 278). A traição poderia surgir entre os militares, mas também entre os moradores próximos à praça. Deste modo, cabia ao governador conhecê-los, providenciando, constantes caminhadas que o permitissem informar-se minuciosamente sobre o espaço onde a praça estava estruturada. Por conseguinte, Tolozano, encerrando o compêndio, destacou algo crucial para a prática de governar uma praça, ao apontar que independente da situação que a praça estivesse – em boas ou más condições – cabia ao governador “dar animo aos da Praça, persuadindo-os a sustentala com firmeza” (TOLOZANO, 1708, p. 414). O governador seria a peça chave para o sucesso dos empreendimentos militares, mantendo a firmeza e o ânimo. Muitas vezes, mesmo sabendo das condições ruins da ilha de Santa Catarina, decorrentes da falta de apetrechos militares e das precárias condições da esquadra portuguesa, o vice-rei marquês do Lavradio, representava em suas cartas, aos comandantes da ilha, que o território poderia ser defendido, oferecendo ânimo e cumprindo com seu posicionamento de governador, embora, este ânimo fosse apenas discursivo. Neste sentido, acrescenta-se que na segunda metade do século XVIII a reforma militar portuguesa foi de matriz prussiana, baseada no conde de Lippe, segundo as análises do pesquisador Francis Cotta. Com Lippe, se revalorizou o *espírito militar*, pois, de acordo com este

autor, antes de Lippe já se verificava este sentido de *espírito militar* entre os escritos militares em Portugal – por exemplo, “na obra *Primor e honra* (1630), fala-se de renúncia, espírito de sacrifício, resignação, desapego aos bens materiais, lealdade, amor ao soberano e à pátria” (COTTA, 2012, p. 49), sentimentos repetidamente suscitados na prática epistolar de D. Luís de Almeida.

A análise realizada neste texto sobre a obra *O governador de Praças*, de Antonio de Vile Tolozano, não se deteve sobre os aspectos mais específicos da prática militar ligada às estratégias de guerra e às construções militares – o que indica que o compêndio pode ser problematizado sobre muitos outros aspectos. Neste trabalho, *O governador de Praças* foi estudado para se refletir determinados aspectos voltados ao governar no espaço ultramarino português, por isso, se estabeleceu relações com o governo vice-reinal do marquês do Lavradio e que poderiam ser realizadas com outros governadores-gerais e vice-reis do Brasil ao longo do século XVIII. Em carta a Antônio Carlos Furtado de Mendonça, de julho de 1773, quando este general ocupava interinamente o governo de Minas Gerais, Lavradio apresentou algumas considerações sobre as conturbações que passavam os que se destinavam a servir o rei na América: “finalmente meu Antônio Carlos, pela *minha* fiel amizade torno a pedir-lhe que se não fiye de outros conselheiros *para* as suas resoluções, que do tempo, da prudência e da humanidade, na certeza *que* estes serão os que mais

fielmente o hão de conduzir aqueles acertos no serviço do Rei, e da Patria, que o poderão encher daquela gloria, e felicidade, que eu lhe *desejo*” (BR-NA_C_1096_f 55). Neste trecho, o vice-rei destacou a importância das ponderações provenientes do tempo, da prudência e da humanidade, como fiéis condutores ao bom governo. Mas, a observação de Lavradio pretere estes fundamentos do bom conselho ao indicar que os acertos e glórias praticados em nome do rei reverberam-se em glória e felicidade ao governador – argumentação que também fundamenta a obra de Tolozano e a prática de governar entre os modernos e que pode ser problematizada junto da conceituação da *justiça distributiva* através das redes de privilégios, conforme estudou Fernanda Olival (2001).

Contudo, como indicado acima, este texto não teve a pretensão de esgotar as possibilidades de estudo da obra *O Governador de praças* e as escolhas analíticas realizadas indicam o quanto este compêndio mereceu ínfima atenção dos estudiosos da história militar luso-brasileira e das práticas de governar no império português. Assim, conforme destacou Michel Senellart, “Por causa dessa relação transitiva entre o governo de si, de sua casa e do reino, a ação pública é reduzida, na maioria das vezes, às regras éticas do comportamento privado” (SENELLART, 2006, p. 15). Portanto, governar uma praça e sua população no século XVIII requeria do governar atributos que excediam bons conhecimentos da arquitetura militar,

era essencial cultivar sentimentos e valores imprescindíveis aos homens de corte, relacionando o *governo do eu* com o governo do outro e da praça – como disse o governador

Manuel Gomes Barbosa em relação a formação de uma câmara na Colônia do Sacramento: “quem não sabe governar a si, mal governará a outrem” (POSSAMAI, 2010, p. s/p).

Referências

Fontes Manuscritas

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ) – RIO DE JANEIRO

- *Códice 1095, Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1768-1772.* Código de referência: BR-AN_C_1095_fólio.
- *Códice 1096, Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1772-1776.* Código de referência: BR-AN_C_1096_fólio.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – LISBOA (PORTUGAL)

- *Códice ofícios do 2º Marquês do Lavradio, 1768-1774.* Código de referência: PT-BN_C_PSS_cx_3_fólio.
- *Códice 10624, Cartas do Vice-Rei do Brasil, Marquês de Lavradio, dirigidas ao Marquês de Pombal e a Martinho de Melo e Castro (...), 1774-1777.* Código de referência: PT-BN_C_10624_fólio.
- *Códice 10631, Cartas do Marquês de Lavradio, 11º Vice-Rei do Brasil, dirigidas aos Governadores de várias capitanias do Brasil (...).1776-1778.* Código de referência: PT-BN_C_10631_fólio.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – LISBOA (PORTUGAL)

- Carta de Martinho de Melo e Castro ao 2º marquês do Lavradio, Lisboa, 29 de setembro de 1776. AHU_ACL_CU_017, Cx. 101, D. 8698b.
- Carta do marquês do Lavradio ao marquês do Pombal, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1770. Código de referência: AHU_ACL_CU_017, Cx. 90, D. 7891.

Fontes Impressas

VILLE, Antonio de. *De la charge des gouverneurs des places, où sont contenus tous les ordres qu'on doit tenir pour preparer les choses necessaires dans une place, tant pour la conserver, comme pour la deffendre, & pour s'empescher de toute sorte de surprises (...).* Paris: Chez Matthieu Guillemot, MDCXXXIX.

_____. *De la charge des gouverneurs des places.* Kessinger Publishing, 2009. Reimpressão.

FORTES, Manuel de Azevedo. *O engenheiro portuguez.* Lisboa: Oficina de Manoel Fernandes da Costa, 1728-1729. 2 v. Disponível em: <<http://purl.pt/14547/2>>.

PIMENTEL, Luís Serrão. *Método Lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares fortes de campanha, e outras obras pertencentes a*

architectura militar distribuido em duas partes operativa, e qualificativa. Lisboa: Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, 1680. Disponível em: <<http://purl.pt/24485>>.

TOLOZANO, Antonio de Ville. *O governador de praças, obra muyto util, & necessaria não só para os Governadores das Praças; mas tambem para todos os Officiaes de Guerra, que quizerem aprender a doutrina Militar, & as suas obrigações principalmente nos Presídios*. Lisboa, 1708.

Bibliografia

ARAÚJO, Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 20, 1999.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, rchitectonico (...)*. Coimbra, 1712-1728.

CARDINI, Franco. *La culture de la guerre, X^e-XVIII^e siècle*. Paris: Gallimard, 1992.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio: sentir, escrever e governar, 1768-1779*. São Paulo: Alameda, 2013.

COTTA, Francis Albert. Estados-Nacionais exércitos na Europa moderna: um olhar sobre o caso português. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, ano 4, v. 4, n. 3, s/p., 2007.

_____. A fabricação do soldado português no século XVIII. In: POSSAMAI, Paulo César. *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

ELLIOTT, J. H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. v. 1, p. 283-338.

HALE, John Rigby. *War and society in Renaissance Europe (1450-1620)*. London: Fontana, 1985.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetória sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

POSSAMAI, Paulo César. "Quem não sabe governar a si, mal governará a outrem": conflitos pelo poder na colônia do Sacramento. *Anais do X Encontro Estadual de História – O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional*. ANPUH, 2010.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século da Luzes*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991. v. 3.

RIBEIRO, Dulcyene Maria. *A formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil*. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

ROBERTS, Michael. *The military Revolution, 1560-1660*. Belfast: Queen's College, 1956.

SALOMON, Marlon. *O saber do espaço: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. Segurança do território e segurança da população. *Projeto História*. São Paulo, n. 27, p. 147-165, 2003.

SEHELLART, Michel. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SILVA, Augusto da. *O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade (1738-1807)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. t. 6.

SOUZA, Laura de Mello. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

A MONARQUIA PORTUGUESA DURANTE A ILUSTRAÇÃO: BIBLIOTECAS, LIVROS E LEITURAS (1750-1807)

Juliana Gesuelli Meirelles¹

Resumo

Este artigo objetiva apresentar e analisar a estruturação das bibliotecas reais da monarquia portuguesa entre os governos de D. João V (1706-1750) e D. Maria I (1777-1816), tendo como foco a fundação da Biblioteca Pública de Lisboa (1796), ocorrida durante a regência de D. João (1792-1807). Primeiramente discutiremos o sentido simbólico deste *locus* de cultura da monarquia portuguesa e, em seguida, trataremos da importância da figura do bibliotecário régio Antonio Ribeiro dos Santos (1745-1818) em vieses significativos de sua principal atividade: a formação do acervo real e a formação de novos leitores. O segundo ponto discutirá o sentido público da circulação de livros particulares no período, tendo o ministro Antonio de Araújo de Azevedo (1754-1817) como personagem capital.

Palavras-chave

Bibliotecas; Livros; Leitores.

Abstract

This essay will aim to present and examine the way the Royal Libraries were structured in the Portuguese monarchy between the governments of D. João V (1706-1750) and Queen Mary I (1777-1816), focusing on the foundation of Public Library of Lisbon

(1796), occurred during the reign of King John (1792-1807). Throughout this essay, I will initially address in *cultural loci* deemed of summary importance in their political support of the government and then move on to examine the figure of the librarian, it is possible to grasp crucial aspects of their main activity: the selection and cataloguing of works from the royal collection and formation of new readers. The second section will discuss the public meaning of circulation of particular books in the period, taking Antonio de Araújo de Azevedo (1754-1817) as minister capital character.

Keywords

Libraries; Books; Readers.

I

Durante o reinado de D. João V (1706-1750) a constituição das bibliotecas do Reino – com relevo para a biblioteca real – foi concebida como mola-mestra de sua política cultural. Segundo pesquisadores portugueses, a preocupação joanina fez parte de um “programa criteriosamente delineado que procurava inspiração e modelo no que de melhor se fazia na Europa” (CLUNY, 1998, p. 132). A profícua comunicação entre a coroa lusitana e seus súditos enviados para as cortes mais polidas do Velho Mundo, como Inglaterra, França e Países Baixos ocorria de forma sistemática. Não por acaso, em 1721, o súdito português Antonio Galvão de Castelo Branco fazia um extenso relatório acerca das bibliotecas inglesas, onde garantia a

¹ Graduada, Mestra e Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS). E-mail: jugmeirelles@gmail.com

patente diferença com os conventos lusitanos (FERRAUD, 1991, p. 431).

Pouco a pouco, porém, os constantes pedidos de D. João V enriqueceram o *locus*, que chegou a ter 70 mil volumes. De listas de manuscritos e livros avulsos à compra de livrarias inteiras, o amplo mosaico de temas e coleções ganhava grande visibilidade. Portanto, ao fim da década de 1720, a biblioteca lisboeta já era considerada uma das maiores e mais preciosas da Europa, despertando o interesse, inclusive, de livreiros internacionais que passaram a frequentar a corte lusitana (DOMINGOS, 1994, p. 59).

Contemporaneamente na França, Luís XIV (1643-1715) contava com o auxílio de homens de Estado para a construção de sua imagem entre os súditos como o rei acessível, protetor das artes e das letras. Ao idealizá-lo como o mais poderoso monarca do universo, seus ministros tiveram a árdua tarefa de estruturar uma ampla propaganda das qualidades do Rei Sol. (BURKE, 1994). Porém, já em 1627, Gabriel Naudé, o bibliotecário de Luís XIII, refletia sobre a importância simbólica desse *locus* de cultura para as monarquias absolutistas na Idade Moderna.

[não há] nenhum meio mais honesto e seguro para adquirir uma grande fama entre os povos, que construir belas e magníficas bibliotecas, para depois voltá-las e consagrá-las ao público. Por isso, é verdade que esse empreendimento nunca enganou nem decepcionou os que o souberam conduzi-lo bem; ele sempre foi julgado de tais consequências, que

não somente os particulares o fizeram resultar em sua vantagem (...), que mesmo os mais ambiciosos sempre quiseram se servir dele para coroar e aperfeiçoar todas as suas belas ações, como se faz com a pedra angular, que fecha a abóbada e serve de brilho e ornamento a todo o resto do edifício. (NAUDÉ, 1627. Apud. CHARTIER, 2006, p. 184)

A arguta observação de Naudé assinala para uma importante estratégia política das coroas europeias: a consolidação do poder real perpassava necessariamente pela construção simbólica da sua autoridade. Por esta razão, seja na França ou em Portugal, os reis estavam cientes de que a biblioteca com "suas coleções de manuscritos e impressos podem ser mobilizadas a serviço do saber, da história da monarquia, da política ou da propaganda do Estado" (CHARTIER, 2006, p. 185), já que no Ocidente o *locus* é concebido como o lugar de memória (JACOB, 2006, p. 11).

Apesar do sucesso da política cultural joanina, o terremoto de 1755 destruiu boa parte de Lisboa, incluindo a Real Livraria (localizada no Paço da Ribeira). Sob a direção do futuro marquês de Pombal, o projeto de reedificação da corte ocorreu sob o paradigma do Iluminismo, em que vigorava a concepção de *cidade ilustrada* (CARVALHO, 2008). Em 1756 o governo josefino já buscava viabilizar uma nova coleção. Uma das soluções encontradas por Pombal a fim de evitar outra perda significativa dos livros foi a transferência da Real Livraria para o Palácio d'Ajuda, que passou a abrigar o novo acervo e ser a residência da realeza.

Paralelamente, erguia-se a Primeira Biblioteca Pública da Corte, (1775-1795), considerada um dos principais empreendimentos culturais do governo de D. José (1750-1777), uma vez que fora idealizada e organizada sob a inspiração das grandes bibliotecas europeias (SCHWARCZ; COSTA; AZEVEDO, 2002, p. 140).

A nova coleção da Real Biblioteca d' Ajuda contou com três aquisições de destaque. A primeira delas foi a livraria privada do Conde de Redondo, negociada pessoalmente por D. José I e mantinha um respeitável número de obras e manuscritos de história que primavam pela qualidade da conservação. A livraria do gazeteiro José Maria Monterroio de Mascarenhas foi a segunda conquista real. Composta por dicionários e livros genealógicos, a biblioteca de Mascarenhas destacava-se pela natureza de suas obras de origem castelhana, inglesa e portuguesa. Porém, o investimento de maior vulto intelectual da Coroa foi a aquisição da coleção do abade Diogo Barbosa Machado, negociada por Frei Manoel do Cenáculo Vilas Boas, entre os anos de 1770 e 1773.

De acordo com o pesquisador Rodrigo Bentes Monteiro, a doação da coleção à Real Biblioteca expressa bem o coroamento de uma trajetória. Se durante os anos 1770 a 1772 Barbosa Machado prestou serviço ao rei, cuja atuação destacava-se pelo mecenato e interesse em associar sua imagem régia à preciosa compilação, o agradecimento do monarca também foi à altura, vindo

através de mercê em forma de pensão. O significado simbólico do desempenho do proeminente bibliófilo está, segundo o autor, intrinsecamente associado ao valor da construção póstuma de sua memória (MONTEIRO, 2009). *Biblioteca Lusitana. História, Crítica e Cronologia* é considerada pelo próprio Diogo Barbosa Machado sua obra maior. Organizada em quatro tomos, *Biblioteca Lusitana* foi dedicada aos monarcas D. João V e D. José I, tendo como principal finalidade apresentar ao leitor as personagens de renome da história do país. Em forma de biografia, mais de cinco mil figuras são catalogadas em ordem alfabética, com ênfase para os líderes políticos, intelectuais, nobres e religiosos. Na presente análise, particularmente, nos interessa trazer à luz o empenho da monarquia portuguesa em relação à aquisição de sua biblioteca, a ponto de o cuidado com o deslocamento dos livros ter sido tratado como questão prioritária do Estado. A empreitada contou com a assídua colaboração do então diretor da Imprensa Régia, o livreiro-impressor italiano Nicolau Pagliarini, que também dirigia as livrarias do Paço das Necessidades e do Colégio dos Nobres. Além disso, Pagliarini era publicamente antijesuíta, o que corroborava com a reforma educacional pombalina (DOMINGOS, 1994, p. 64).

É, portanto, neste contexto de grandes transformações sociopolíticas e culturais que a Primeira Biblioteca Pública da Corte nascia em Lisboa (1775-1795). A curta existência do *locus*, no entanto,

foi marcada por desafios e dificuldades. (DOMINGOS, 1994, p. 68-69). Apesar da instabilidade enfrentada pelo espaço, esta foi uma experiência crucial para a fundação de sua congênere, em 1796: a [segunda] Real Biblioteca Pública da Corte, inaugurada durante o governo mariano. A estruturação e funcionamento desse espaço nos primeiros de vigência nos interessa discutir mais detidamente, uma vez que o empreendimento foi considerado o modelo por excelência da Real Biblioteca Pública do Rio de Janeiro inaugurada em 1814, quando a corte portuguesa residia no Brasil.

O Alvará de fundação (1796) teve a chancela da Rainha. Contudo, desde 1792 o Império Português era conduzido politicamente sob a regência *de fato* do Príncipe Regente D. João, uma vez que D. Maria I havia sido afastada do poder por questões de saúde: apesar disso, a produção discursiva do documento tem importantes questões simbólicas. Para além de ter sido publicado pela voz da monarca – o que o referencia como um projeto governamental situado nos limites do seu reinado (até porque D. João assumiu a regência *de jure* apenas em 1799) –, o alvará também nos coloca diante de um ponto capital para a coroa lusitana, que vivia sob os ventos da Revolução Francesa: a soberania política era intrínseca ao conhecimento público. Ademais, a inspeção geral da instituição ficou sob a responsabilidade do Ministro da Real Fazenda, à época D. Tomás Xavier de Lima Teles da Silva, o Marquês de Ponte de Lima, que

deveria auxiliar e prever tudo o que considerasse conveniente ao progresso do *locus* e, em última instância, da monarquia (MARTINS, 2007, p. 6).

Em fins do século XVIII, a aquisição do conhecimento era considerada o meio fundamental no processo de conquista da sabedoria, sendo nítida a concepção governamental de livreria pública em que pesava a indissociabilidade entre política e religião, ou seja, a base da monarquia portuguesa. Não por acaso, a escolha do Bibliotecário Maior recaiu sob Antonio Ribeiro dos Santos (1745-1818), clérigo formado em Direito pela Universidade de Coimbra, onde também exerceu o magistério (1779-1795) e atuou como bibliotecário da Livreria do Estudo (1777-1796). Ribeiro dos Santos era um súdito de grande respeitabilidade no campo da política ou da moral. Além disso, sua vasta erudição o distinguia como homem de letras e amante dos livros. (DIAS, 1974, p. 417).

Funcionário responsável pela direção geral do *locus*, o Bibliotecário Maior respondia diretamente ao Ministro da Real Fazenda, posição que o destacava entre os homens de Estado e reiterava, mais uma vez, a concepção de que a monarquia portuguesa era a interventora capital no universo da cultura, cuja missão era instruir e “civilizar” a nação. Portanto, como personagem central dentro da estruturação e manutenção do espaço, um de seus intentos basilares era servir ao bem público “com utilidade e prontidão”, primando pelo efetivo atendimento

aos “estudiosos” que fossem a biblioteca. Abaixo dele, encontramos o segundo bibliotecário, cujo dever era ajudar “o Bibliotecário Maior no que necessário for”, substituindo-o “na sua ausência e em seus impedimentos” (*Alvará...*, Biblioteca Nacional de Portugal [doravante BNP], Códice 10. 610).

A projeção profissional de Antonio Ribeiro dos Santos nos meios ilustrados portugueses deu-se desde os tempos da política reformista pombalina. Crítico fervoroso de Pombal, Ribeiro dos Santos tinha uma concepção política de viés tradicionalista. Para ele, a salvaguarda das estruturas do poder permitiriam uma maior intervenção social (PEREIRA, 1983, p. 194). À época da morte do primeiro-ministro, a reforma pedagógica universitária foi mote de suas reflexões:

Meu amigo. Vem vossa carta Lamentando [sic] a decadência dos estudos acadêmicos, e pranteais a falta do Marquês de Pombal. Mas que havia ele fazer agora, se fez pouco no princípio? Se edificou um edifício ruinoso, como havia agora de o ter [sic] em pé? Deixai-me soltar meus sentimentos, ainda que vos pareçam paradoxo, e que sejam contra a opinião comum (...). Cumpre ver as coisas por dentro. O Marquês não fez o que convinha fazer. Este Ministro apesar de tudo o quanto disseram dele os seus Panegiristas, não talhou um Plano útil, que honrasse a sua Nação e o seu século (SANTOS, 1974, p. 448-449).

A epístola fazia uma crítica direta ao modo pelo qual o primeiro-ministro de D. José tratou a expulsão dos jesuítas do Império Português: o furor em eliminá-los, demonstrando

como estes haviam “estragado a Literatura Portuguesa, e que era necessário a Portugal novos esforços para restaurar outra vez as Artes e as Ciências” o motivara a recusar toda a contribuição dessa ordem religiosa. Em outra carta, Santos reiterava a pouca perspicácia do Marquês em não preservar as pinturas e bibliotecas jesuíticas, as últimas consideradas por ele as melhores do Reino. “dos Livros, uns furtaram-se, outros converteram-se em papelão na oficina de Pallerini [sic], aonde se viu se andar de rojo pelo chão, das pinturas umas se roubaram, outras se perderam, apodrecendo em lugares aonde nunca mais se cuidou”, lamentava (SANTOS, 1974, p. 479).

A postura do Antonio Ribeiro dos Santos convergia com as diretrizes políticas dos primeiros anos do governo mariano, pautada principalmente pela ampla valorização da religião católica. O “espírito zeloso do teólogo e do canonista, permitiam, sem perigo, a leitura cristã de uma visão mais aberta, experiencial, sem subversão dos fundamentos teológicos, políticos e jurídicos” (PEREIRA, 1983, p. 195). É sob esse viés que as primeiras experiências de organização, seleção, catalogação e leitura de obras, manuscritos e periódicos vigoraram na Biblioteca Pública da Corte de Lisboa.

Antonio Ribeiro dos Santos viveu boa parte de sua vida para os livros. A extensa experiência como bibliotecário em Coimbra contribuiu para a instalação condigna das obras na Biblioteca Pública da Corte, sendo

a formação do acervo um objeto privilegiado de seu olhar². Nesta atividade, o homem de letras enfatizava as bibliografias, jornais, efemérides, mercúrios e gazetas sem contarmos com as novas produções literárias. Mesmo mantendo a coleção de gazetas no rol de leituras a serem preservadas e, portanto, estarem acessíveis ao público, Santos as considerava um periódico de pouca utilidade:

Meu amigo: espantado estais de que eu não soubesse das coisas, que todos sabem, e que até foram anunciadas nas gazetas: pois sabeis que um dos grandes bens que vim a conseguir em minha vida foi deixar de ler gazetas; pelo comum ou me davam notícias de coisas muito inúteis, ou de guerras, e desgraças: as primeiras sempre me enjoavam, as segundas me entristeciam: desde que as não leio poupa a nojo e a tristezas. (SANTOS, 1974, p. 480).

À época, a concepção de gazeta perpassava pelo ideal de imprensa cuja missão era cumprir o papel de um relato “fiel” da História política do tempo presente, sendo a cronologia, a narração e a coleção de documentos públicos os pontos nodais desse tipo de periódico. Não por acaso, desde 1752 a *Gazeta de Lisboa* pertencia aos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o que circunscrevia sua “oficialidade”. Apesar de a gazeta não ser o tipo de leitura que agradasse a Santos, a folha era pensada como a coleção de documentos para escrever a História sendo, portanto, um instrumento de afirmação da realeza. Sob essa ótica, os diretores do periódico valorizavam

o interesse dos leitores pelos acontecimentos políticos: a vida pública da realeza, as disputas entre as Coroas e as guerras eram os grandes motes a serem divulgados. Portanto, o bibliotecário tinha a obrigação de colecioná-las, porém com a liberdade de não lê-las. (MEIRELLES, 2008). Esta opção também esteve especialmente vinculada ao fato de Portugal tecer um importante diálogo com o movimento editorial estrangeiro, pautado pelo critério da atualidade (ARAÚJO, 2003, p. 72).

Como amante da literatura pátria e universal, o experiente homem de letras assumia seu novo posto de Bibliotecário Maior com um salário no valor de 600\$000 réis (*Alvará...*, BNP, Códice 10.610). A despeito do bom rendimento e do trabalho hercúleo que realizou ao longo dos vinte anos (1796-1816) em que dirigiu o *locus*, o funcionário contou com a ajuda de um seletivo grupo de súditos. Nos cargos internos da biblioteca, a função do Guarda Mor e dos bibliófilos eram primordiais para o bom funcionamento do espaço e da recepção aos ilustres visitantes. O primeiro era responsável pela custódia e segurança da Real Biblioteca, assim como pela arrumação, asseio, e a arrecadação dos móveis, instrumentos e papéis. O segundo grupo – os bibliógrafos – era composto por seis oficiais que se dividiam pelas diversas salas e gabinetes, a fim de subministrarem ao público às consultas do acervo real, entre os livros, os manuscritos e outros monumentos das Artes e Ciências. Estes profissionais ainda

² Durante os 19 anos em que ficou à frente da Biblioteca da Universidade, Ribeiro dos Santos trabalhou na reorganização da livreria da Universidade, fazendo-a no âmbito das reformas pombalinas e tendo como finalidade a promoção do progresso dos estudos. Ademais, elaborou a *Minuta para o regimento da Livreria da Universidade de Coimbra*, onde discutiu questões de disposição interna, tratamento documental e criação de catálogos. Além disso, propôs que os fundos da Livreria se tornassem públicos, sendo permanentemente ampliados e atualizados.

tinham o auxílio de seis ajudantes na tarefa da vigilância constante das salas. A Biblioteca ainda contava ainda com a proteção de um porteiro e do apoio de um agente responsável pela diligência dos negócios externos relativos à Biblioteca e suas oficinas (*Alvará...*, BNP, Códice 10.610). "Com graduações, ordenados e funções diferentes, todos estes indivíduos eram remunerados como funcionários do Paço e nele serviam com exclusiva assistência à livraria" (ARAÚJO, 2008, p. 21). O grande empenho em sustentar a ampla magnificência da biblioteca nos múltiplos aspectos (internos e externos) reitera a política cultural da coroa que considerava o *locus* como símbolo de poder e sabedoria.

Para além de manter um acervo de peso – cujo destaque dava-se para a Biblioteca da Real Mesa Censória e o fundo da extinta Academia Real de História (*Decreto...*, BNP. Códice 10.612) – o *locus* também contou com a dádiva de colecionadores de renome, entre eles Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, com quem Antonio Ribeiro dos Santos manteve ativa correspondência entre os idos de 1796 e 1797. Estas missivas são uma riquíssima documentação do período em que podemos perceber vieses da atividade do bibliotecário régio na própria maneira de gerir e pensar a estrutura do novo *locus* de cultura. (BNP, Mss. 160, 80-84).

Em uma das cartas é notável a admiração de Ribeiro dos Santos diante da experiência do "primeiro benfeitor e diretor" da Real Biblioteca Pública da Corte no que se refere à

composição e respectiva organização do acervo. (Carta n. 84, BNP, Mss. 160, 80-84). Já em outra epístola, o funcionário avisava-o sobre a formação de dois catálogos alusivos aos livros doados ao espaço, fazendo questão de informá-lo sobre suas diferentes destinações: enquanto o primeiro catálogo seria de uso exclusivo da Real Biblioteca, o segundo seria apresentado ao Príncipe Regente através da Secretaria de Estado para que D. João tivesse ciência de "quão imenso cabedal de doutrina civil e sagrada lhe tem entrado pela capital" (Carta n. 80, BNP, Mss. 160, 80-84).

No final de 1796, por exemplo, Frei Manuel do Cenáculo doava a instituição dez caixas de livros (PEREIRA, 1983, p. 79). Entre as avultadas raridades encontravam-se obras da literatura oriental, considerada objetos de grande estima em qualquer biblioteca europeia. Além da distinta coleção, Cenáculo ainda fazia uma doação em dinheiro (Carta n. 82, BNP, Mss. 160, 80-84). Nas monarquias absolutas, tal qual o gesto de escritores quando faziam dedicatórias aos príncipes como forma de elevá-los diante do Céu e da Terra, as doações aparentemente desinteressadas de colecionares de prestígio também serviam ao mesmo propósito. "Na imagem da relação entre o soberano e o escritor, o livro tomou o lugar do edifício sagrado, o autor o do fundador, e o rei o do Deus, do qual ele é a terra e o lugar-tenente" (CHARTIER, 2006, p. 186). No caso da Real Biblioteca Pública da Corte, D. Maria I foi a fundadora do espaço

e sua principal mecenas. Não à toa, portanto, em uma sala central os leitores se deparavam com a estátua pedestre da soberana, o que, na prática, simbolizava a filiação do *locus* à política cultural da rainha.

A digníssima tarefa de organização e classificação dos livros reais foi intrínseca à troca de saberes em âmbito intelectual assim como à experiência política desses súditos ilustrados, que deveriam conhecer profundamente as vicissitudes do Reino para, então, assumirem um cargo de tamanha responsabilidade³. Em especial no caso de Ribeiro dos Santos, a sua polêmica trajetória dentro da Universidade de Coimbra é um importante demonstrativo do seu intenso interesse pela reforma pedagógica (PEREIRA, 1983). Além disso, os cargos de censor régio, Comissário da Junta da Diretoria Geral dos Estudos do Reino (1799), Desembargador (1800), Deputado da Nova Junta do Código Militar Penal (1802) e Deputado da Mesa de Consciência e Ordens (1802) evidenciam que, aos olhos da realeza, Ribeiro dos Santos tinha todos os atributos de um súdito fiel, sendo, ainda, um homem de ampla versatilidade intelectual à altura de ser conselheiro do Príncipe Regente, como de fato o foi, a partir de 1802. Por fim, nesse universo de mercês e reverências cortesãs, Ribeiro dos Santos teve na figura do Frei Manuel do Cenáculo seu orientador político e intelectual, cuja ajuda não media esforços para que o capital simbólico de ambos diante da realeza fosse ainda mais valorizado.

II.

A educação dos súditos da monarquia era foco de todas as atenções da realeza. Em *Elementos da Civilidade e da Decência, para instrução da mocidade de ambos os sexos*, um dos manuais de bom comportamento da sociedade cortesã da época, a relação entre leitura e conversação era estabelecida como um meio primordial para a educação da razão e dos sentidos. De forte caráter pragmático, a obra elevava a História e as Belas Letras como os dois grandes pilares do conhecimento, ensinando aos seus leitores os caminhos e vieses para a aquisição das 'luzes', ou na expressão de Immanuel Kant, do uso público da razão. Se as notícias adquiridas tinham o poder de desembaraçar as faculdades da alma, o aprendiz deveria dirigi-las para evitar cometer erros sobre os princípios do bom, tomando o falso pelo verdadeiro (ELEMENTO, 1801, p. 219). Na realidade, esse processo pedagógico esteve muito próximo ao conceito de *crítica* que vigorava na Europa no século XVIII, cujo significado geral estava vinculado à arte de julgar, e, portanto, de distinguir (KOSELLECK, 1999, p. 93).

Em fins dos Setecentos e princípios d'Oitocentos é patente o processo de transformações de postura política da sociedade lusitana. Os cidadãos interessados na coisa pública, "podem desde logo optar por uma atitude crítica e pelo uso público da palavra como formas de legitimação política, econômica ou social, antes recusadas no espaço

³ Na década de 1790 iniciavam-se os graves desdobramentos políticos advindos do processo revolucionário francês no Velho Mundo e, neste contexto, a situação de Portugal na diplomacia europeia tomava novos rumos. Desde a Campanha do Rossilhão (1793), a tradicional neutralidade portuguesa foi visivelmente ameaçada. A aliança militar que a Rainha travara com a Coroa espanhola converter-se-ia, dois anos depois, em um difícil xadrez político. A assinatura do Tratado de Santo Idelfonso (1796), se selava a aproximação entre França e Espanha, também colocava Portugal em grandes dificuldades. Ou seja, a Península Ibérica ficava ainda mais vulnerável. Se Madri era, agora, explicitamente inimiga de Londres; Lisboa não o era: muito pelo contrário, desde o início do século XVIII a monarquia lusitana contava com a proteção militar britânica.

público representativo” (ALVES, 2004, p. 25). Esta nova concepção de espaço público em formação emergia também e, sobretudo, das mudanças ocorridas nas práticas culturais. E é por este prisma que consideramos a biblioteca como um *locus* primordial de produção do conhecimento uma vez que possibilitava múltiplas leituras e reflexões acerca de uma realidade em constante mutação.

Apesar da crise do sistema absolutista na Europa (cuja dimensão ganhava maiores proporções à medida que se acentuava o processo revolucionário na França), a Coroa portuguesa empenhava-se em dar continuidade à política cultural da Livraria Pública da Corte, realizando-a, inclusive, como uma maneira de manter-se politicamente estável diante de países como França, Inglaterra e Espanha. Esta postura é o que nos indica o aviso de 30 de Março de 1803, que colocava em pauta o papel dos ministros Plenipotenciários do Príncipe Regente residentes nas Cortes estrangeiras. Estes homens de Estado passavam a atuar também como agentes culturais, tendo como responsabilidade a “abertura das correspondências literárias que se farão necessárias para a aquisição de bons livros, de que carecia prover-se a Real Biblioteca Pública de Lisboa” (*Decreto...*, BNP, Códice 10. 612). Não obstante a pouca variedade de obras que Ribeiro dos Santos tentou suprir ao longo de vinte anos (1796-1816), o estabelecimento assumiu-se como “lugar privilegiado da ostentação erudita da realeza”

(DOMINGOS, 1994, p. 8), mostrando-se mais aberto aos interesses do Estado e da sociedade letrada.

Entre maio de 1805 e janeiro de 1806, a atuação do então Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Antonio de Araújo de Azevedo, demonstra a mesma política de Estado no que tange à aquisição de livros. Neste período, Araújo negociou com o embaixador português em Londres, D. Domingos de Souza Coutinho, o transporte de sua livraria particular deixada em Haia (Holanda), quando da sua permanência no cargo de ministro plenipotenciário da monarquia portuguesa (1790-1799). Mesmo que o caso refira-se a uma biblioteca particular, os trâmites diplomáticos enfrentados para a condução do acervo até Lisboa compõem um episódio importante da Coroa lusitana, especialmente se considerarmos as personalidades envolvidas. Azevedo e Coutinho situavam-se em polos ideológicos divergentes. Enquanto o primeiro era um notório representante do “Partido Francês” na Corte, o segundo era assumidamente anglófilo (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 88-91).

As diferentes posturas políticas, no entanto, não os impediu de atuarem diplomaticamente em nome de uma causa maior: a reaquisição da livraria do futuro Conde da Barca. Na correspondência de 2 de maio, Araújo informava a Coutinho sobre o pedido que fizera ao Príncipe Regente no qual requeria “facilidades” para solicitar junto ao Governo Britânico um Salvo Conduto

para os caixotes que constituíam a livraria, rogando-lhe que estes não sofressem “embaraço algum no seu trânsito”, vindo igualmente em “Navio neutro” (*Originais...*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo [doravante ANTT]. MNE. Cx. 152. Carta n. 61). Apesar de Coutinho ter conseguido a proteção inglesa para o transporte das 62 caixas contendo livros, minerais, estampas e cartas (*Originais...*, ANTT. MNE. Cx. 152. Carta n. 79), em início de agosto o navio havia sido tomado (e depois liberado) pelos britânicos. Como ainda não tinha notícias sobre a localização dos seus pertences, Azevedo utilizou-se, mais uma vez, da intervenção pessoal de D. João na negociação. Segundo o ministro, o Príncipe Regente determinava que “[se] faça diligência por saber se as ditas Caixas que me pertencem estarão já desimpedidas, e quando não estejam o representará a esse Governo que espero não fará a menor dificuldade em as mandar [sic] pôr livres” (*Originais...*, ANTT. MNE. Cx. 152. Carta n. 79).

Dias depois, seu correspondente em Amsterdã o deixava ciente sobre o paradeiro da embarcação, que se encontrava em Yarmouth. Mesmo já conhecendo o destino de seus pertences, porém, Araújo se mostrava muito receoso de haver alguma baldeação que pudesse atrapalhar ou mesmo adiar o envio. Por isso, apelava à Coutinho que fizesse “todas as diligências para haver a menor danificação possível nos meus efeitos” que podiam ser identificados pela “marca AA”, as iniciais do seu nome (*Originais...*,

ANTT. MNE. Cx. 152. Carta n. 83). Enfim, em janeiro de 1806 encerrava-se o episódio tendo Antonio de Araújo de Azevedo reavido a sua livraria. No entanto, para que o ministro recuperasse um objeto cultural que lhe era tão caro, foi necessário que alguns personagens capitais da diplomacia europeia se envolvessem no caso. Da parte britânica, para além de Souza Coutinho, Azevedo teve a ajuda de Lord Strangford e Lord Mulgrave (*Originais...*, ANTT. MNE. Cx. 152. Carta n. 88); já do lado francês, contou com a autorização de Junot, que lhe concedeu o passaporte para o livre trânsito da livraria (*Originais...*, ANTT. MNE. Cx. 152. Carta s/n).

Neste intrincado processo, o ministro fez questão de destacar que seu acervo possuía dois retratos de figuras ilustres da monarquia portuguesa, sendo um do Marquês de Pombal e outro de D. Luis da Cunha (*Originais...*, ANTT. MNE. Cx. 152. Carta n. 83). Ao final do imbróglio, Azevedo não poupou agradecimentos “às pessoas públicas que nessa Corte [de Londres] se interessaram a favor desta restituição” (*Originais...*, ANTT. MNE. Cx. 152. Carta n. 86). As estratégias retóricas utilizadas pelo ministro lusitano eram próprias à cultura diplomática da época, da qual era um dos mais destacados agentes. Nesse sentido, Antonio de Araújo tentava deixar claro que a sua influência como homem de Estado assim como o prestígio da monarquia lusitana com as Coroas francesa e britânica tinham sido as duas grandes razões para o sucesso dessa

difícil missão, sobretudo em tempos de guerra.

Enquanto isso, Antonio Ribeiro dos Santos compunha os vários Catálogos da Livraria Pública, uma experiência crucial para que o *locus* alcançasse o esplendor objetivado pela monarquia⁴. A composição desses manuscritos, contudo, envolvia uma complexa rede de agentes circunscritos ao mundo da palavra impressa: do contato com correspondentes, livreiros e impressores em âmbito internacional às escolhas dos livros a serem adquiridos e cuidadosamente organizados, o bibliotecário ia tecendo respeitáveis relações sociopolíticas nesse múltiplo circuito de informações, ao mesmo tempo em que dava forma a um amplo e novo mosaico de obras (MEIRELLES, 2008, p. 51-53).

As bibliotecas públicas em Portugal entre 1780 e 1820 eram frequentadas normalmente dentro de um espírito de 'trabalho' e de 'investigação'. Logo, é dentro desse paradigma que um leitor – laico ou religioso – pedia uma novela para ler: objetivava conhecer algum tipo de literatura, ou algum autor. A distração e o entretenimento estavam em segundo plano. O círculo estava circunscrito aos "estudiosos" (LISBOA, 1992, p. 44). Mas o que estes "leitores especializados" encontrariam nas estantes da Real Biblioteca Pública da Corte?

A análise de um dos Catálogos de Antonio Ribeiro dos Santos – intitulado *Lista de livros e periódicos estrangeiros que a Biblioteca Nacional de Lisboa necessita adquirir*

de novo ou para completar colecções. 1796-1816 (BNP, Códice 565) –, nos coloca diante de suas escolhas literárias, trazendo-nos importantes indícios sobre *quais* eram as obras de destaques nos círculos letrados da Europa considerada culta, uma vez que o centro cultural de diálogo do bibliotecário foi restrito a seis locais: Espanha, França, Itália, Nápoles, Berlim e Inglaterra (nesta ordem). Em relação às obras de forma geral, o literato faz comentários sobre os títulos que constituía o acervo ou que deviam ser comprados. Analisa-os com um discurso detalhado – informando o local e ano da publicação, além de, em alguns casos, fazer uma pequena descrição da obra, caracterizando-a. Para além de facilitar o seu próprio trabalho de catalogação interna, esta postura do bibliotecário também tinha o intuito de promover as atividades dos seus ajudantes, quando entravam em contato com os leitores do espaço, fossem eles frequentadores eventuais ou assíduos. Com as informações minuciosas do acervo, os agentes da biblioteca podiam direcionar melhor a pesquisa e os interesses do seu público leitor. "Pela leitura, pelo estudo, pelos comentários e resumos, os leitores/autores buscavam dominar, utilizar, apropriar, vivenciar as ideias e valores impressos" (ANTUNES, 2009, p. 255). Nesse contexto, compreendemos melhor as escolhas temáticas de Antonio Ribeiro dos Santos. Vejamos mais detidamente a sua classificação acerca da *lista de algumas Obras Periódicas de Espanha:*

⁴ Neste artigo trabalharemos com o seguinte Catálogo: SANTOS, Antonio Ribeiro dos. *Lista de livros e periódicos estrangeiros que a Biblioteca Nacional de Lisboa necessita adquirir de novo ou para completar colecções. 1796-1816*. BNP. Seção de Reservados. Códice 565. O respectivo manuscrito trata de diversas colecções de naturezas diferentes da Real Biblioteca Pública da Corte ao longo de todo o período em que Ribeiro dos Santos atuou como bibliotecário, isto é, entre os anos de 1796 e 1816. Os demais Catálogos conhecidos são: *Catálogos de livros escolhidos* (BNP. Seção Fundo Geral. Códices: 4622, 4625, 4626 e 4627), *Catálogos de livros para sortimento da Real Biblioteca de Lisboa* e um *Catálogo de livros que se devem mandar vir de fora* (BNP. Seção Fundo Geral. Cód. 4631), *Bibliotecas de legislação* (BNP. Seção Fundo Geral. Códice 4628), e, por fim, *Biblioteca de história política de Portugal* (BNP. Seção Fundo Geral. Códice 4629).

Memorial Literário o Bibliotheca Periódica de Ciências y Artes. (temos o tomo I., ano primeiro. Madri, en la Imprenta de Garcia e Comp. ^a . Octubre de 1801.);
Bibliotheca Española Economico _Política (É coleção de extratos, e se abriu por subscrição em 1802 e tem já saído seis pequenos cadernos, ou nºs. []).
Correio literário de Xeres (Começou em 1800, e subscreve-se em Madri na Casa de Esparza).
Semanário de Agricultura y Artes (Publicam-se por ordem Superior. Temos o tomo IX e X. Impressos em Madri em 4º em 1801 n a Imprenta de Villal Pando[]).
Mercurio de España Madrid: (Há m.tos anos que sai, e necessitamos de todos os tominhos [sic] que tem saído até agora []).
Anales de Ciências Naturaes (Publicam-se por Ordem Superior, julgamos serem já 14 tomos []).
Anales de Artes y Manufacturas por R. O. Reylli.

Já para a "lista [rasurado] de alguns livros de Espanha que necessita a Real Biblioteca", por exemplo, seleccionou as seguintes obras:

Memorias Políticas, y Economicas sobre los frutos Comercio, Fabricas, y Minas de España, por D. Eugenio Lavruga 1792. (46 tomos de 4º e talvez haverá mais).
D. Luiz Luniga. Plano de Antiguidades Espanolas [sic] (em casa de Castilla frente alas grades de S. Filippe).
Introduction a la Historia Natural y a la Geografia física de Espana por D. Guillermo Bowles. 1 tomo. 4º []).
Historia de Políbio Megapolitano traducida del Griego por D. Ambrosio Ruy Bomba. 3. V. 4º.
Obras Poéticas de Píndaro em Metro Castellano con el texto Griego y notas Críticas , por D. Fran.co Patricio de Berguiza. 12.º
Los diez libros de Diogenes Laercio sobre las vidas de los Filósofos traducidas del Griego por D. Jozé Ortiz. 2 V. 4º.
Oraciones e Cartas de Socrates traducidas del Griego, y ilustradas con notas por D. Antonio Ranz Ramanellos. 3V. 8.º maior.
Examen de la possebilidad [sic] de fixar la significacion de los sinonimos de la língua Castellana, por D. Jozé Lopes de la Huerta. 1V. 8º.
D. Juan de la Reguera Val de tomar Resumem de la Historia Cronologica del Derecho y Leis de España. Tomos dez Fueros.
D. Rennan Lavaró de Dou Instituicones del Derecho Publico Geral de Espana.

D. Dionizio Marcate e Dias . Leciones de Navegacion e Arte de la cria de Gusanos de Seda por Juan Lanes y Durval. 1V.8.º
Elementos de Higiene trad. De Esteban Soustelle por D. Luiz Mexia.
D. Segismundo Malats. Elementos de Veterinarianel Dissertacion sobre la explicacion y uso de um Maquina agramadera para agramar Canais e linos em 4.º
Descripcion de las Maquinas de mas general utilidade que hay en el Real Gabinete de ellas em el Buen Retiro. V. 1.2.3.4.
Diccionario histórico de las Artes de la Pesca nacional por D. Antonio Sanz Reguard. 5.tomod 4º maior.
Reflexiones sobre las Maquinas y Maniobras del uso de à bordo pr D. Francisco Ciscar. 1 tomo. 4º.
Memoria elemental sobre los nuevos pesos, y ,medidas decimales fundados en la natureza por el mismo.
Tratado de Navegacion por d. Joseph de Mendoza y Rios. 2V. 4º.
Ensayos políticos econômicos y filosóficos del Conde de Rumtoro. Traducidos por D. Domingos Aguero y Neyva.
Elementos del Arte de tenir de Mr. Berthollet traduc. Com adiciones D. Domingos Garcia Fernandes. 2V. 8º.
Ordenanzas Generales dela Armada Naval. 2 tomos. Fol.
D. Jayme Bovells y D. Ignacio Lacaba. Curso completo de Anatomia.
Diccionario elemental de Farmacia por D. Manuel Hernandez de Gregorio 2 tomos. 4º.
Diccionario General de Medallas de D. Thomaz de Gulseme. 1773. 6V. 4º.
Casto Gonzales Instrucciones Antiquario Lapidarias, traducidas de la língua Toscana. Madrid 1794. 1 V. 4º.

(Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 565)

O bibliotecário privilegiou as obras de História, Geografia, Política, Jurisprudência, Medicina, Letras (Literatura e Ortografia, com ênfase para os dicionários), e Ciência em geral. A natureza deste corpo documental assim como a intervenção do profissional na montagem do Catálogo e na classificação das obras, provavelmente obedeceu a uma tradição literária com dois polos distintos: Portugal e Europa. No país, destacava-se a relevância do trabalho do bibliófilo Diogo Barbosa

Machado, cuja organização e classificação já deixavam claro o eminente valor dado à palavra escrita, aspecto que a diferenciava das demais compilações do período, tão voltadas para os vestígios materiais do passado como as medalhas e moedas (MONTEIRO; CALDEIRA, 2007, p. 78). Já no Continente, a classificação da *Encyclopédie* era a referência por excelência (DARNTON, 2001, p. 252).

Uma visão mais geral do Catálogo nos mostra que diferentemente da Espanha, a

catalogação dos títulos da França foi separada em duas listas: livros e periódicos. Para o primeiro acervo, o foco esteve na lista *Das continuações de que necessita a Biblioteca de Lisboa para completar as obras que já tem*, sendo estas estruturadas em seis temas: 1. História Civil e Política; 2. História Literária; 3. Filosofia e Artes; 4. Medicina em particular [sic]; 5. Poligrafia e 6. Outras Obras de novo [sic]. Já o segundo, foi intitulado *De Jornais e mais obras Periódicas que necessita a Biblioteca de Lisboa*, sendo a prioridade os periódicos de História Natural, Arte e Ciência, Literatura e Política. Para a Itália, o bibliotecário fez uma classificação semelhante. Se o princípio foi a seleção temática – 1. História Literária; 2. História Civil e Política; 3. Ciências e Artes; 4. Medicina em particular [sic] e 5. Poligrafia – notamos duas importantes diferenças quando comparamos com o arranjo dos impressos franceses. A primeira delas refere-se à ordem dos temas (enquanto para França História Civil e Política aparece no topo da lista, para a Itália o destaque é dado para a História Literária) e a segunda à classificação propriamente dita. Para os livros franceses, Ribeiro dos Santos denominou as obras de “Filosofia e Artes”, enquanto os livros italianos de categoria análoga foram categorizados como “Ciências e Artes”.

Ambas as denominações, no entanto, respeitam a ordem classificatória do século XVIII, inclusive a veiculada na *Encyclopédie*, e, à época, eram

consideradas sinônimos. “A noção de Filosofia, se exclui a Teologia e Jurisprudência, inclui então como parte muito importante a chamada ‘Filosofia Natural’, onde cabiam as ciências da natureza” (LISBOA, 1992, p. 91). Esse tipo de leitura era tão valorizado no período que em 1815 a *Gazeta de Lisboa* anunciava um “jogo otimamente encadernado da Enciclopedia, ou Dicionário Geral das Ciências, Artes e Ofícios, por Diderot e d’Alembert” cuja edição, tida como “asseada e cômoda” era composta por 39 volumes, podendo ser compradas na loja de Livros de João Henriques, na Rua Augusta N. 1 (*Gazeta de Lisboa*. 1815. n. 116). Em relação às outras produções impressas italianas de que necessitava a biblioteca, definiu-as como “coleções e extratos”, sendo as obras de Nápoles divididas em “coleções” e “outras obras”. Finalmente, se Berlim e Inglaterra também são contempladas como grandes centros culturais, a catalogação de seus livros foi feita de forma mais geral. Para a cidade germânica, o bibliotecário selecionou obras de História, Ciências e Artes. Já para as obras inglesas compôs duas listas: a primeira referente aos jornais, papéis e periódicos que precisavam ser adquiridos e a segunda alusiva aos livros especificamente.

A produção e classificação de um catálogo de obras impressas é um ato de poder (ALGRANTI, 2004, p. 179). Neste caso, a personificação dessa atividade na figura de um súdito ilustrado de relevo, como foi o caso de Antônio Ribeiro dos Santos,

representava a exaltação da sua concepção particular de leitura, que seria compartilhada para os leitores em geral. Em outras palavras, os olhos de Antonio Ribeiro dos Santos tornava-se uma lente necessária para que os súditos reais comesçassem a ler (mesmo que de forma crítica) o mundo em que viviam.

Entre o final do século XVIII e o raiar do século XIX, o predomínio da *civilização da escrita*, na acepção do historiador Fernando Bouza, já demonstrava quão estreito havia se tornado o vínculo entre o poder e a tipografia, realidade que muito influenciou as escolhas Antonio Ribeiro dos Santos na composição do acervo real. O trabalho diplomático dos ministros do Príncipe Regente, que atuavam como agentes culturais responsáveis pela preservação da memória real, ou ainda eram colecionadores e proprietários de livrarias particulares de grande monta, no caso de Antonio de Araújo de Azevedo também demonstram a consolidação da leitura e circulação de impressos no século das luzes.

Todas essas transformações socioculturais se fez presente ao longo de todo o período joanino nos dois lados do Atlântico, sobremaneira depois de 1808, quando a monarquia portuguesa transladou para o Rio de

Janeiro a sede da Coroa. A despeito da atuante censura joanina, a produção, circulação e leitura de livros, almanaques e periódicos como a *Gazeta de Lisboa*, *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota* e *O Investigador Portuguez* se tornava uma realidade nas duas capitais do Império Português, Lisboa e Rio de Janeiro. A nova capital viu nascer a sua Real Biblioteca Pública da Corte em 1814 também através de um maciço projeto governamental.

Os livros não respeitam fronteiras linguísticas ou nacionais e não se limitam, portanto, a relatar a história. Eles a fazem (DARNTON, 1995, p. 130). A leitura, posse e circulação de impressos mudaram em definitivo a face luso-brasileira: a emergência de novos sujeitos no espaço urbano colocava em cena a força transformadora dos livros. Surgia a possibilidade de se fazer novas leituras críticas acerca de um mundo em crise ideológica e em rápida mutação. A autonomia intelectual dos súditos ilustrados da Coroa portuguesa no universo político, advinda desse processo, começou a se delinear mais nitidamente a partir da década de 1820, quando estes exigiram e conquistaram a monarquia constitucional. Esta história, porém, está inscrita na ordem de outras leituras.

Referências

ANTUNES, Álvaro. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: ALGRANTI, Leila Mezan, MEGIANI, Ana Paula Torres (Org.). *O Império por*

escrito: formas da transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (Sécs. XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2009, p. 255-263.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

_____. Uma longa despedida: cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. In: MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro (1811-1821)*. Coordenação de Elisabet Carceller Guillamet. Pesquisa e Revisão de Maria Conceição Geada. Transcrição e Índices de Cristina Pinto Basto, Elisabet Carceller Guillamet. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, p.13-39.

AVISO em que se determina se abra as correspondências com os Ministros de S.A residentes nas cortes estrangeiras. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Códice 10. 612.

ALVES, José Augusto dos Santos. *A opinião pública em Portugal*. 2. ed. Lisboa: Edual, 2004.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

CARTAS de Ribeiro dos Santos (Bibliotecário Real) de 1796-1797. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Mss. 160, 80-84.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma idéia de cidade ilustrada: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

CHARTIER, Roger. O príncipe, a biblioteca e a dedicatória. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Trad. Marcela Mortara. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p.185-199.

CLUNY, Isabel; BARATA, Paulo. J. S. A propósito de um documento da política cultural joanina. In: *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, n. 3, supl. 3, p.129-139, 1998.

DARNTON. Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa. Trad. Sonia Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DECRETO da Nomeação de Bibliotecário Maior da Real Biblioteca Pública da Corte na Pessoa do Desembargador Antonio Ribeiro dos Santos. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Códice 10.610.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho. Algumas cartas do Doutor Antonio Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1974. t. 14. Separata.

DOMINGOS, Manoela. A primeira biblioteca pública portuguesa, 1775-1795. Planos, projetos e primeiros fundos. *Cadernos BAD*, n. 1, 1994, p. 59-70.

ELEMENTOS da civilidade e da decência, para instrução da mocidade de ambos os sexos: traduzidos do francês em vulgar. Lisboa: Rollandiana, 1801.

FERRAUD, Luís Almeida. D. João V e a biblioteca real. *Revista da Universidade de Coimbra*, n. 36, p. 413-438, 1991.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Trad. Marcela Mortara. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart, *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. Luciana Villas Boas Castelo Branco. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 1999.

LISBOA, João Luís. *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura; Universidade Nova de Lisboa, 1992.

MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais, 2007.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MONTEIRO, Rodrigo. Bentes; CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. A ordem de um tempo: folhetos na coleção Barbosa Machado. *Topoi*, v. 8, n. 14, p. 77-113, 2007.

ORIGINAIS de despachos da Corte, n. 14. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 152.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PEREIRA, José Esteves. O pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

PINHEIRO, Andréa de Souza; MUNIZ, Luciana. *Antônio de Araújo de Azevedo, o Conde da Barca: política, ciências e saberes na biblioteca de um diplomata português*. In: <<http://bndigital.bn.br/200anos/araujense.html>> Acesso em: 15 set. 2014.

SANTOS, Antonio Ribeiro dos. *Lista de livros e periódicos estrangeiros que a Biblioteca Nacional de Lisboa necessita adquirir de novo ou para completar colecções. 1796-1816*. Biblioteca Nacional de Portugal. Seção de Reservados. Códice 565.

SCHWARCZ, Lilia M.; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Márquez da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JOÃO MENDES DA SILVA, UM JUDEU CARIOCA CONDENADO AO ESQUECIMENTO

Francisco Topa¹

Resumo

O artigo aborda a figura do judeu carioca João Mendes da Silva (1659-1736), pai do dramaturgo António José, comentando a sua obra literária – quase toda inédita – e as indicações de leitura que ela revela no contexto do Rio de Janeiro de finais de seiscentos.

Palavras-chave

Brasil; Barroco; Inquisição.

Abstract

This paper discusses the figure of the Jew João Mendes da Silva (1659-1736), father of the playwright António José, commenting his literary work – almost all unpublished – and the indications of reading that it reveals in Rio de Janeiro at the end of the XVII century.

Keywords

Brazil; Baroque; Inquisition.

O objetivo deste artigo é chamar de algum modo a atenção para uma figura interessante da intelectualidade luso-brasileira do final do século XVII e primeiro quartel de setecentos e que, por razões diversas, acabou por ficar esquecida. Trata-se do carioca João Mendes da Silva, marcado por uma tripla condição desfavorável: ser de origem judaica, ter sido obrigado a delatar um grande número de pessoas no decurso do processo inquisitorial em que se viu envolvido e ser pai de um dramaturgo *genial*, António José, que foi também mártir da Inquisição. Na verdade,

admitámo-lo ou não, o preconceito antissemita não está extinto e continua a pesar na historiografia e na crítica (literárias ou não), mais ainda quando se encontram razões, aparentemente objetivas, para tachar de covarde alguém com essa origem. Além disso, o ser pai de um filho muito valorizado – e não apenas no plano literário ou artístico – acaba por trazer mais inconvenientes do que vantagens: se impediu o completo silenciamento do nome de João Mendes da Silva, o facto é que também não suscitou nos investigadores interesse pelas suas composições literárias, ofuscadas à nascença pelo brilho das peças de António José. E, no entanto, o *génio* raramente brota do nada, o que poderia ter justificado uma atenção maior ao ambiente familiar em que se formou o dramaturgo.

Não é este ainda o trabalho que irá reparar essa eventual injustiça: o meu objetivo é mais modesto e consiste apenas em chamar a atenção para a figura e para os seus textos, problematizando o que está em foco no *dossier* desta revista: os livros e a leitura, no contexto do Brasil colonial.

Começemos então por uma breve síntese dos seus dados biográficos. Como escreve Diogo Barbosa Machado, João Mendes da Silva era “natural do Rio de Janeiro na America Portuguesa, filho de André Mendes da Silva, e Maria Henriques” (1759, IV, p. 168). Outros estudiosos, como João Lúcio de Azevedo (1932, p. 149), acrescentaram novos dados sobre os progenitores: André, o pai, era um comerciante originário do Alentejo – nascido no Crato, em 1624, de

¹ Doutor em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor Associado da Universidade do Porto (Portugal). E-mail: ftopa@letras.up.pt

acordo com Alberto Dines (1992, p. 175) –, ao passo que a mãe era natural de Lisboa. A ida para o Brasil terá ocorrido em meados de seiscentos (DINES, 1992, p. 175). Quanto à data de nascimento, ela deveria rondar 1656, admitindo como correta a informação de Barbosa Machado que o dava como falecido com 80 anos, a 9 de janeiro de 1736. Este dado viria contudo a ser definitivamente corrigido por Alberto Dines (DINES, 1992, p. 175), que, com base no assento de batismo da freguesia da Candelária, no Rio de Janeiro, situa o nascimento do pai de António José em 4 de julho de 1659.

Relativamente ao percurso escolar, diz o autor da *Bibliotheca lusitana* que estudou humanidades no colégio local dos jesuítas, obtendo o título de Mestre em Artes. Viria depois, em 1685 – com 26 anos, portanto, o que era pouco comum e demanda uma explicação ainda não encontrada –, para Coimbra, formando-se em Cânones seis anos mais tarde (MORAIS, 1949, p. 47).

Regressado ao Brasil, seria provido em 1698 no cargo de Procurador da Coroa e da Fazenda Real, conservando o cargo até ao seu encarceramento (DINES, 1992, p. 458). De acordo com José Maurício Saldanha Álvarez (2006), uma das suas funções era impedir que os senhores de engenho castigassem cruelmente os seus escravos, o que lhe terá valido uma série de atritos e dissabores. No mesmo ano, por provisão de 15 de fevereiro, foi também nomeado procurador dos índios de todas as aldeias do Recôncavo da cidade do Rio de Janeiro (DINES, 1992, p. 572-573).

A 25 de julho de 1699 (DINES, 1992, p. 564-565), casou com Lourença Coutinho, nascida no Rio de Janeiro em 1679 e, segundo Claude-Henri Frèches (1982, p. 19), filha de um cristão-novo local, Baltasar Rodrigues Coutinho, senhor de engenho. Desse casamento resultaram três filhos: Baltasar, nascido em 1700; André, em 1702; e António José, o futuro dramaturgo, em 1705.

O normal curso da vida de João Mendes da Silva seria interrompido em fevereiro de 1711: a 20 desse mês, segundo Claude-Henri Frèches (1967, p. 12), foi presa Lourença e, quatro dias depois, o bacharel, ambos acusados de serem cristãos-novos. Outros membros da família foram também envolvidos no processo, sendo todos remetidos para Lisboa em julho do ano seguinte. João Mendes, que seguiu no navio Madre de Deus, chegou à capital portuguesa a 10 de outubro de 1712, ao passo que Lourença, que viajou na embarcação Nossa Senhora da Candelária, chegaria no dia seguinte (AZEVEDO, 1932, p. 148).

Segundo os especialistas², mais do que a origem e as eventuais práticas judaizantes da família, os inquisidores estariam motivados pela sua prosperidade, confirmada nos processos. Sobre o caso concreto do advogado João Mendes da Silva, afirma Paulo Roberto Pereira:

Conforme consta no inventário de seus bens confiscados, o cristão-novo fluminense João Mendes, conquanto não fosse dono de engenho, possuía uma partida de cultivo de cana-de-açúcar em São João de Meriti³, no Rio de Janeiro, com escravaria. Já como advogado, era possuidor de grande

² Cf. José de Oliveira Barata, 1998, p. 60.

³ Alberto Dines refere que o partido se situava em Inhaúma, no engenho do cunhado Félix Corrêa de Castro Pinto de Bragança (1992, p. 408).

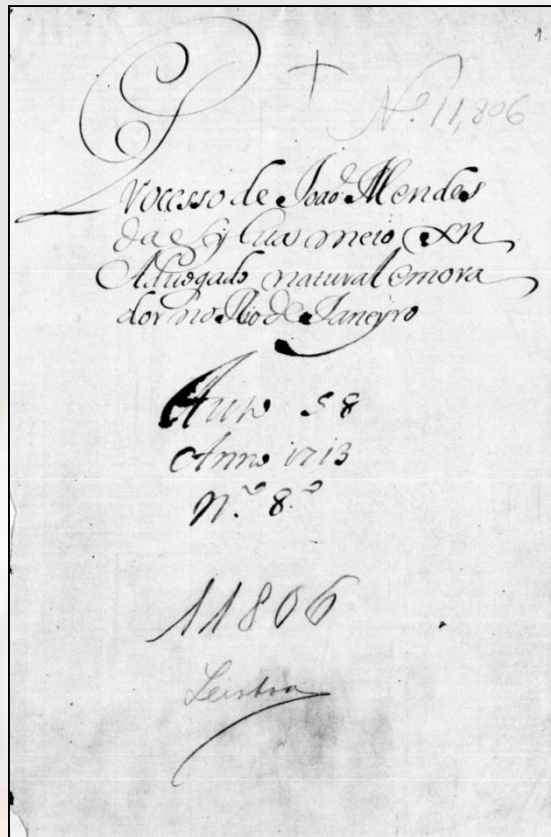
biblioteca para a época, 'que constava de cento e cinquenta e tantos volumes de direito, fora noventa e tantos livros de histórias e curiosidades' (PEREIRA, 2007, p. 21).

Depois de alguns meses nos cárceres inquisitoriais, ambos os membros do casal foram justicados no auto de fé de 9 de julho de 1713, realizado em Lisboa, sob a direção do cardeal Nuno da Cunha. Condenados a penas de abjuração, cárcere e hábito penitencial e confisco de bens, acabariam por sair em liberdade a 20 de julho (AZEVEDO, 1932, p. 157).

Contra o que talvez fosse de esperar, a família não regressa ao Rio de Janeiro, optando por permanecer em Lisboa, onde João Mendes passa a exercer advocacia. Oliveira Barata (1998, p. 63, nota), retomando o raciocínio de outros estudiosos, sugere que o facto de o bacharel não ter acompanhado cinco dos seus irmãos na volta ao Brasil se terá devido ao receio de represálias por parte de alguma das muitas pessoas que se vira obrigado a denunciar. Escreve também o mesmo investigador que as dúvidas sobre o

seu carácter são reforçadas pela circunstância de, pouco tempo depois, ter passado a advogar na Casa da Suplicação, um tribunal superior também conhecido por Tribunal da Corte.

Seja como for, a verdade é que João Mendes da Silva não voltaria a ser incomodado pelos inquisidores, ao contrário do que aconteceu com alguns dos seus familiares diretos. De facto, a esposa volta a ser presa a 8 de agosto de 1726 (BAIÃO, 1973, p. 184), acompanhada pelo filho mais novo, António José. Desta feita seria condenada, no auto celebrado na igreja do convento de S. Domingos a 16 de outubro de 1729, a degredo por três anos para o couto de Castro Marim (AZEVEDO, 1932, p. 185). Anos mais tarde, seria de novo penitenciada, desta vez a cárcere a arbítrio, no auto de fé de 18 de outubro de 1739, realizado na mesma igreja. Quanto a António José, é bem conhecido o seu martírio, concluído nesse ano de 1739.



Folha de rosto do processo inquisitorial de João Mendes da Silva
(Torre do Tombo, TSO, IL, 11806)

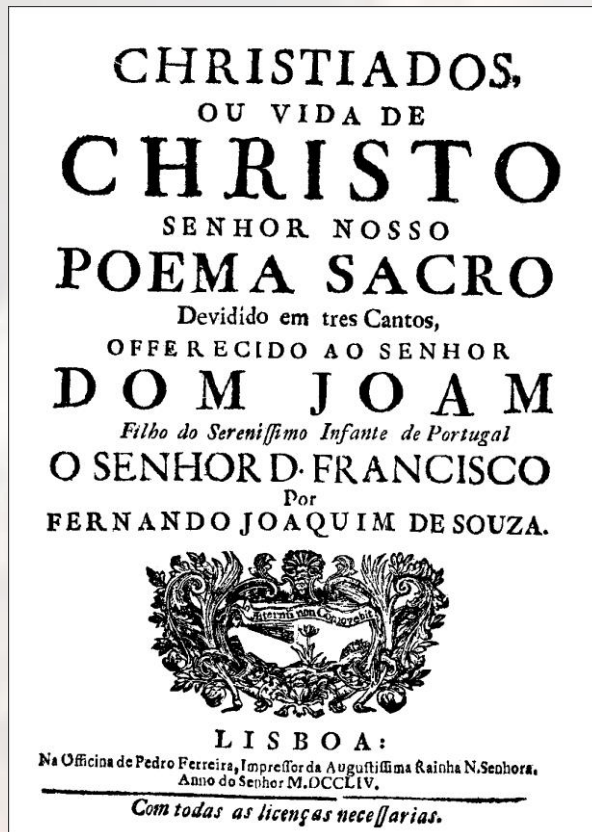
Da biografia de João Mendes nada mais se sabe, a não ser a data da morte, fixada por Barbosa Machado (1759, IV, p. 168) em 9 de janeiro de 1736, em Lisboa, aos 77 anos portanto, segundo a data de nascimento apurada por Alberto Dines.

Relativamente à sua obra literária, as referências são escassas, embora não se trate de um escritor completamente desconhecido. É mencionado pelo autor da *Bibliotheca lusitana*, que o dá como "dos mais insignes Poetas do seu tempo, como testemunhão as suas metrificações suaves, cadentes e conceituosas". Segundo o bibliógrafo, João Mendes da Silva seria autor de quatro composições, todas inéditas: o poema lírico *Christiados. Vida de*

Christo Senhor Nosso; as traduções em verso *Officio da Cruz de Christo* e *Hymno de Santa Barbara*; e o poema em oitava rima *Fabula de Ero*, e *Leandro*. Informações posteriores – de Inocêncio Francisco da Silva (1859, II, p. 273-274), Rubens Borba de Moraes (1969, p. 363-365) e Alberto Dines (1992, p. 564-565) – confirmam a autoria do primeiro texto e mostram que ele chegou a ser publicado, em 1754, postumamente portanto, embora com uma estratégia de ocultação do autor: o Fernando Joaquim de Sousa indicado na folha de rosto seria um pseudónimo do advogado carioca. Nas pesquisas que tenho desenvolvido nos últimos anos, pude localizar três versões manuscritas deste longo poema, o que

testemunha a sua relativa
popularidade e confirma em
definitivo a autoria do pai de António

José da Silva: numa das miscelâneas
o texto vem atribuído ao "D.^{or} João
Mendes da Sylva".



Como o anuncia o subtítulo, trata-se de uma "Vida de Cristo Redentor Nosso dividida em três partes, que contém os Mistérios Gozosos, Dolorosos e Gloriosos dedicada à Sacratíssima Virgem do Rosário por um seu devoto e indigníssimo servo". Independentemente da possível *sinceridade* do autor – questão de resto sem grande pertinência –, é visível uma grande cultura e erudição bíblica, patrística e litúrgica. São constantes as citações em forma de notas colocadas ao lado do texto poético, servindo de suporte à narração da vida de Jesus. Predominam claramente as

passagens da Bíblica, sobretudo do Novo Testamento, mas são também citados hinos e ofícios litúrgicos vários, em latim, assim como techos dos *Sermones* de S. João Crisólogo, das *Confesiones* de S.^{to} Agostinho, das *Homiliae* de S. Gregório Magno e ainda de autores clássicos como Virgílio, através de *Georgicon* e *Aeneis*.

Para avaliar com seriedade o significado de todas estas referências seria necessária uma formação em estudos teológicos que eu não possuo e um melhor conhecimento do modelo educativo praticado no colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro. De qualquer modo,

admitindo que a obra é anterior a 1712 e que foi escrita na cidade natural do autor, há duas questões que devem ser colocadas: seria comum que um cristão-novo tivesse acesso a este tipo de cultura com o grau de profundidade revelado em *Christiados*? Se sim, de que maneira? A investigação desta matéria poderá revelar outras particularidades do modo de sobrevivência das comunidades de cristãos-novos no Brasil colonial que não aquelas mais habitualmente referidas pela historiografia.

Quanto aos restantes poemas sacros referidos por Barbosa Machado, é o próprio João Mendes da Silva – secundado depois por várias testemunhas – quem os refere no decurso do processo inquisitorial⁴: nas suas palavras, seria seu um “Romance devoto á SS.^a Cruz” (f. 44v), bem como traduções em verso do “Lymno [sic] de S.^{ta} Barbara, e o Simbolo de S.^{to} Athanzio, e o off.^o da S.^{ta} Cruz”, “p.^a o uso de sua familia, e parentes, e o deu tãobem a m.^{tas} pessoas estranhas.”. Apesar destas atestações, estes últimos textos não chegaram a ser publicados, o que não impediu contudo o comentário de vários estudiosos, a começar por Varnhagen, que avaliou assim a sua provável motivação:

Notamos que na maior parte dos assuntos se contém, pelo menos nos títulos, a não serem paródias, profissões de fé anti-judaicas. Dedicar-se-ia ele, pois, a tais composições, só para que o não perseguissem? É certo que João Mendes morreu advogado da Casa da Suplicação, quando a mulher e o filho sofriam os tratos dentro da Inquisição. Se as tais obras foram compostas para defender-se das

perseguições desta, desculpemos-lhe a hipocrisia; mas cremos que não seriam elas obras de inspiração, porém poesias de cálculo; e em tal caso a perda de tais manuscritos não deve muito lamentar-se. (VARNHAGEN, 1987, tomo I, p. 57)

No mesmo sentido, mas aparentando ter lido os textos, se pronuncia José de Oliveira Barata, que coloca lado a lado um “interminável processo de delação” e a “não menos espectacular” escrita de “maus versos repassados de ortodoxa religiosidade” (BARATA, 1998, p. 60). Num caso e noutro temos a avaliação mais do homem que dos poemas, sendo o primeiro discretamente criticado pela alegada falta de sinceridade dos segundos. Esta atitude parece revelar alguma incapacidade de compreender tanto a natureza da poesia quanto a situação de um judeu no mundo luso-brasileiro de inícios de setecentos.

Em pesquisas que venho desenvolvendo em bibliotecas e arquivos sobretudo de Portugal, tive oportunidade de localizar alguns dos textos em causa, que espero poder editar em 2015. Para além de *Christiados*, localizei o romance à Cruz de Cristo e a tradução em verso do Símbolo de Santo Atanásio. Da tradução do Hino de Santa Bárbara e do Ofício da Cruz de Cristo não encontrei até hoje sinais, o mesmo se verificando com a *Fábula de Ero e Leandro* mencionada por Diogo Barbosa Machado. Quanto ao seu interesse estético, pode dizer-se que os versos nem sempre serão bons, o que não significa que devam ser rejeitados em bloco, com a sobrançeria preconceituosa que muitas vezes despreza o barroco literário luso-brasileiro. Não podemos

⁴ Torre do Tombo, TSO, IL, 11806. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=2312004>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

de resto esquecer que, no quadro em que o autor se moveu, constituem um importante indicador de cultura, literária e católica. Além disso, constituem um documento de uma triste página da história que não pode ser queimada.

Voltemos contudo à questão principal que motiva este artigo: as indicações de leitura que podemos perceber na obra deste bacharel carioca. De um segundo grupo de textos literários inéditos⁵ que encontrei, destaca-se um tratado em prosa incluído no Ms. 1407 da Biblioteca Pública Municipal do Porto. O volume é uma miscelânea literária, constituída sobretudo por poemas do período barroco, não apresentando data nem folha de rosto. O escrito do pai de *o Judeu* é uma tentativa de resposta a um enigma poético em forma de soneto que deve ter surgido em Lisboa no primeiro quartel do século XVIII. Significa isto que a sua redação deve ter ocorrido já em Portugal, em data incerta, mas posterior à libertação do autor dos cárceres inquisitoriais. Na versão que precede o texto do advogado carioca, a adivinha apresenta-se assim:

Qual é a cousa no mundo mais amada
que todos em geral aborrecemos?
Todo o bem que nos dá por mal o
temos,
e tudo que nos dá redundando em nada.

Do grande e do pequeno desejada,
navegação com velas, mas sem
remos;
dos olhos corporais já nunca a vemos,
nem foi de ninguém vista nem
achada.

Não é pau, nem é pedra, ar, nem
vento,
não é cousa criada nem nascida,
não é memória, voz, nem
pensamento;

em cada um de nós anda escondida,
de sorte que sem ela um só momento
não pode conservar-se a própria vida.

Enigmas como este são relativamente comuns no período⁶, mantendo-se a sua popularidade até ao final do século XIX, segundo se pode ver pelos almanaques e jornais. Como é característico do género, o registo metafórico e a aparência paradoxal ou oximórica tornam a resposta muito difícil, assim se justificando o sucesso do poema e o grande número de tentativas de resolução, também em verso, que suscitou⁷. Entre os resultados propostos encontram-se *idade* e *felicidade* ou *fortuna*, havendo no grupo de participantes no desafio figuras importantes da literatura da época, como Francisco Leitão Ferreira (*1667 †1735?), o Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses (*1673 †1743) e Tomás Pinto Brandão (*1664 †1743), poeta natural do Porto que viveu algum tempo no Brasil, onde foi companheiro de Gregório de Matos.

A solução proposta por João Mendes da Silva é um tanto diferente: num registo sério e erudito, defende o *amor* como resposta e, ao contrário de todos os outros textos que encontrei, usa a prosa em lugar do verso. Este caso é também incomum pela sua natureza de exercício de argumentação que testemunha uma sólida cultura literária, mesmo que admitamos que o autor se terá valido de instrumentos auxiliares, como antologias e outras compilações características da época.

⁵ Entre eles, 14 poemas que publiquei em Topa, 2002.

⁶ Sobre o tema, *vd.*, Ana Hatherly, 1988.

⁷ Cf. TOPA, 1999, p. 164 e ss.

Apenas a título de exemplo, vejamos uma das engenhosas razões aduzidas pelo advogado carioca:

Qual é a cousa no mundo mais amada?

Que é? É o amor, e para mostrar a verdade desta resposta, será necessário primeiro mostrar qual é no mundo a cousa mais aborrecida; porque, como dos contrários é a razão de oposição a mesma, conforme ensina a Filosofia, conhecida que é a cousa mais aborrecida, conheceremos logo qual é a cousa mais amada, o que melhor se conhece pelos contrários opostos.

Digo pois que o amor e o ódio são *ex diametro* opostos e contrários, o que ninguém pode negar, e como o ódio é a cousa mais aborrecida, fica evidente que o amor é a cousa mais amada; pois tanto se opõe o ódio ao amor como o aborrecer ao amar.

Outra das estratégias argumentativas consiste no recurso à citação, como forma de respaldar as afirmações que vão sendo feitas. Uma vez mais surpreende a sua quantidade e a sua diversidade, num homem que – tendo possuído no Rio de Janeiro uma biblioteca considerável – fez a parte mais importante da sua formação cultural no Brasil e não corresponde ao perfil mais comum do que habitualmente consideramos um literato. O autor mais vezes citado é Camões, com um total de 33 referências, feitas aparentemente com base na edição, pouco comum, de 1598 das *Rimas*. O segundo é o espanhol Luis de Góngora, com 18 menções, a partir

da edição de 1654 de *Todas las Obras*. Há depois, com um número muito menor, uma série de outros autores que escreveram em castelhano: Agustín de Salazar (quatro citações), Francisco de la Torre (três), Jerónimo de Cáncer (duas) e Calderón de la Barca, Luis Carrillo, Gaspar Mercader e Antonio de Solís (todos com uma). A terceira língua presente neste tipo de recurso é o latim, através de duas referências da Bíblia, três de autores clássicos (Horácio, Ovídio e Propércio, este último de forma indireta) e cinco de autores quinhentistas ou seiscentistas: Andrea Alciato (uma), John Owen (três) e Ottavio Tronsarelli (uma). Note-se que a obra deste último – *Ianus quadrifrons poëticus Octavii Tronsarelli* –, publicada em Roma em 1639, era (e continua sendo) bastante rara, o que confirma o perfil pouco comum do advogado carioca.

Concluindo, vale a pena recuperar esta figura de João Mendes da Silva, que conseguiu escapar das fogueiras inquisitoriais mas acabou sendo condenado a um esquecimento injusto. Se os seus méritos literários não ultrapassam a mediania do período barroco, constituem contudo um importante indicador de cultura e de leituras no Rio de Janeiro de inícios do século XVIII, fornecendo também indicações preciosas sobre o ambiente em que se terá formado António José, o *genial* dramaturgo.

Referências

- ÁLVAREZ, José Maurício Saldanha. 'No meio do caminho tinha um vulto': biografia transversa do juiz especular que foi o pai de Antônio José da Silva, o 'judeu'. *Espéculo: Revista de Estudios Literarios*, Madrid, v. 31, 2006.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Novas epanáforas: estudos de história e literatura*. Lisboa: Clássica, 1932.
- BARATA, José de Oliveira. *História do teatro em Portugal (século XVIII): António José da Silva (O Judeu) no palco joanino*. Lisboa: Difel, 1998.
- DINES, Alberto. *Vínculos do fogo: António José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FRÈCHES, Claude-Henri. *António José da Silva et l'Inquisition*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1982.
- HATHERLY, Ana. O divertimento proveitoso: enigmas barrocos portugueses. *Colóquio / Artes*, Lisboa, v. 76, p. 5-13, 1988.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana, historica, critica, e chronologica*, na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compozeraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo presente; por Diogo Barbosa Machado, Ulyssiponense, Abbade Reservatorio da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever, e Academico do Numero da Academia Real. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759. t. 4.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial: catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*. São Paulo: IEB-USP, 1969.
- MORAIS, Francisco. Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil. *Brasília*, Coimbra, v. IV, 1949. Suplemento: Publicação Comemorativa do Quarto Centenário da Cidade do Salvador.
- SARAIVA, António José. *Inquisição e cristãos-novos*. Lisboa: Estampa, 1985.
- SILVA, António José da. *El prodigio de Amarante: comédia famosa*. Édition critique, introduction, notes et glossaire de Claude-Henri Frèches. Lisbonne; Paris: Livraria Bertrand; Les Belles-Lettres, 1967.
- SILVA, António José da. *As comédias de António José, o Judeu*. Introdução, seleção e notas de Paulo Roberto Pereira. São Paulo: M. Fontes, 2007.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. v. 2.

Mnemosine Revista

Volume 6, n.1, jan/jun 2015

TOPA, Francisco. Poesia inédita do brasileiro João Mendes da Silva. *Revista da Faculdade de Letras: línguas e literaturas*, Porto, v. 19, n. 2, p. 301-327, 2002.

_____. *Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos: Vol. II: edição dos sonetos: anexo: sonetos excluídos*. Porto, 1999.

VARNHAGEN, F. A. de. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1987. t. 1.

DECONSTRUCCIONES Y RECONSTRUCCIONES: LA GUERRA ENTRE INCAS Y CHANCAS EN LA OBRA DE BERNABÉ COBO

Clementina Battcock¹
Sergio Botta²

Resumen

Este texto se centra en la historia del Perú y del Incario a través del tema recurrente de la guerra entre incas y chancas. Diferentes cronistas se ocuparon de este famoso conflicto, ya que la victoria del grupo inca representa un momento clave a partir del cual se inicia la expansión y consolidación del Tawantinsuyu en los Andes centrales. En consecuencia, examinaremos la obra del padre Bernabé Cobo, la *Historia del Nuevo Mundo*. Nos proponemos rescatar elementos simbólicos andinos en la construcción y representación de la guerra. De esta forma, el éxito de los Incas y la asunción del Inca Viracocha aparecen como un elemento narrativo que permite marcar cambio completo en la estructura general de los relatos de la historia inca.

Palabras Claves

Inca; Chanca; Bernabé Cobo.

Abstract

This article focuses on Peruvian and Incan history through the recurring topic of the war between the Incas and Chancas. Different chroniclers addressed this famous conflict, since the victory of the Incas represents a key moment in the expansion and consolidation of the Tawantinsuyu in the Central Andes. Therefore, we examine the particular version of the war articulated in the work of Father Bernabé Cobo, the *Historia del Nuevo Mundo*. We intend to rescue symbolic Andean elements contained in the construction and representation of the war. Thus, the success of the Incas and the assumption of Viracocha represent a narrative element that marks

a complete change in the general structure of the accounts of Incan history.

Keywords

Inca; Chanca; Bernabé Cobo.

Para los estudiosos del área andina el siglo XIX fue un fructífero período de descubrimientos de diferentes fuentes documentales. Específicamente, esa etapa auspició el nacimiento de la historiografía andina cuando Marcos Jiménez de la Espada, en España, y Manuel de Mendiburu y Manuel González de la Rosa, en Perú, se echaron auestas la tarea de rescatar las vidas y obras de los antiguos cronistas de aquella región. En la siguiente centuria, empezaron los debates y las discusiones respecto de los autores recuperados; así González de la Rosa sostuvo una profunda controversia académica con José de la Riva Agüero en torno a las fuentes y a la veracidad histórica del texto del Inca Garcilaso de la Vega. (PEASE, 1995) En el mismo marco analítico se inscribieron las indagaciones de Raúl Porras Barrenechea, a las que debemos el hallazgo de manuscritos inéditos y el minucioso examen de varias crónicas.

Con este camino andado, alrededor de los años 1950, los especialistas hicieron una revisión exhaustiva de las crónicas elaboradas durante los siglos XVI y XVII. (REGALADO, 2005, p. 245-252) Y fue entonces cuando empezaron a "leerlas" y explorarlas de una manera distinta a la tradicional, es decir, aquella que buscaba sólo datos y precisiones. La atención empezó a

¹ Doutora em História pela Universidade Autônoma Nacional de México (UNAM). Professora de História da Faculdade de História da UNAM. Investigadora da Direção de Estudos Históricos (DEH) do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), no México. E-mail: cbattcock@yahoo.com.br

² Doutor e Pós-Doutor em História das Religiões pela Sapienza Università di Roma. Professor do Departamento de História, Cultura e Religião da Faculdade de Letras e Filosofia da Sapienza Università di Roma, na Itália. E-mail: sergio.botta@uniroma1.it

dirigirse ya no a los "hechos" en sí, sino al discurso mítico y a las formas de oralidad contenidas en tales escritos. Paralelamente, se pusieron sobre el tapete nuevos temas que adquirieron un carácter interpretativo como, "la visión de los vencidos" (WACHTEL, 1976), entendida como una versión nativa de la conquista, de ahí que diversos autores hayan criticado esta falsa, pero generalizada dicotomía "vencedores-vencidos". (ROJAS, 1996, p. 507-532; OKUBO, 2007, p. 55-96) Todo ello suponía la utilización de nuevas fuentes y de métodos distintos para analizar tanto los documentos conocidos como los testimonios de reciente hallazgo. (PEASE, 1995, p. 137-160) Con el tiempo, se hizo habitual asignar un sitio particular a los textos estrechamente vinculados, por su origen, temática o autores, a los naturales de América. (REGALADO, 2000, p. 3-18)

Entre los autores de la historia antigua del Perú y concretamente del Incario, así como entre la visión metatextual de sus obras, el tema recurrente es la guerra, específicamente la desarrollada entre incas y chancas que es, fuera de discusión, un parteaguas. Diferentes cronistas, tempranos y tardíos, se ocuparon de este famoso conflicto, ya que tras la victoria del grupo inca, se inició el Tawantinsuyu, "las cuatro partes", aquello que hoy denominamos "imperio incaico". En consecuencia, en este trabajo examinaremos la obra del padre Bernabé Cobo *Historia del Nuevo Mundo* (COBO, 1892, p. 145-147), que ofrece una versión particular de tal episodio, centrándonos en su

narración sobre la referida guerra en los Andes Centrales en el siglo XV.

SOBRE LAS PARTICULARIDADES DE LAS FUENTES ANDINAS

Por principio de cuentas, el pasado incaico que nos ha llegado a través de la documentación europea es la formulación que de tal pretérito hicieron los hombres andinos a la llegada de los españoles, tanto como la correspondiente formulación de los mismos cronistas europeos, cuyo sentido histórico gravitaba en torno al providencialismo. De tal suerte que, inevitablemente, unos y otros manipularon la historia de acuerdo con sus intereses y perspectivas, pero cada uno echando mano de esquemas conceptuales muy distintos.

Demos un ejemplo, p. tras la conquista del territorio andino, la Corona de Castilla se vio precisada a justificar y legitimar su dominio ante las demás monarquías europeas. A tales efectos, lo conveniente era que los españoles se mostraran como los liberadores de un mundo subyugado a la tiranía de los incas y para que el argumento fuera convincente, era absolutamente indispensable reacomodar la historia y la naturaleza de la "monarquía incaica". (OSSIO, 1992, p. 75-77)

Por otro lado, las descripciones tempranas de los andinos y de los Andes proporcionaron una fuente de información única de las expresiones narrativas históricas sobre la sociedad inca. Estos textos se escribieron entre quince y cuarenta años después de la desestructuración

y destrucción de lo que se conocía como el Imperio Inca. Los escritores indígenas intentaron recrear el pensamiento andino como un sistema totalizante, con las mismas dimensiones del pensamiento histórico europeo, sin embargo, para los andinos, las fuentes de conocimiento eran completamente diferentes y descansaban sobre los principios de cronología absoluta, causa y efecto.

Según Frank Salomon, los cronistas indígenas pretendían crear una narrativa diacrónica de los sucesos de la conquista que, sin dejar de ser fiel a los patrones andinos, fuera comprensible para los europeos y esto condujo a conflictos irresolubles. Es decir, la contradicción partió de las raíces mismas, de las diferentes concepciones andinas y europeas, de la relación entre lo histórico y lo atemporal. (SALOMON, 1984, p. 81-97)

Como sea, la intención de los andinos de reformular el pasado para escribir la historia de la posconquista implicaba, necesaria y forzosamente, una trasposición, una nueva síntesis y una conceptualización (RABASA, 2011). Algunos de los cuales, detalla José Luis Martínez, "tuvieron que plantearse nuevos problemas (el reordenamiento de los tiempos en una secuencia lineal, por ejemplo y nuevos conceptos como el de acontecimiento), requeridos para registrar esas memorias en el mundo colonial." (MARTÍNEZ, 2011, p. 192)

Además, si el fundamento de tales crónicas yace en una tradición oral, y en una reelaboración realizada por los propios autores, es indispensable que se les trabaje considerando los criterios que rigen

el funcionamiento de las tradiciones orales y los universos intelectuales de sus respectivos autores.

Los cronistas andinos que recogieron su información entre los siglos XVI y XVII nos dejan entrever por los menos tres ciclos míticos, p. el tiempo de los orígenes, el de la guerra contra los chancas, y la lucha final originada tras la muerte del Inca Huayna Capac entre grupos que aspiraban al poder. Es este último hecho, el incorrectamente denominado "guerra entre hermanos o guerra civil", el que permite estudiar a los investigadores diferentes aspectos de la vida andina, partiendo de los acontecimientos que más cerca tuvieron los cronistas, pero considerando siempre que estos sólo fueron testigos de los últimos eventos de Cajamarca. (PEASE, 1991, p. 159-168) Otro asunto no menor es la necesidad de cavilar sobre aquello que pudieron asimilar estos primeros cronistas respecto de lo que vieron, y la interpretación y significación que les dieron a los hechos ocurridos, a las prácticas y actos observados, así como a las historias escuchadas.

Ya la crítica ha señalado que la etapa 1550-1575, denominada "temprana", es un periodo rico y complejo, en el que la información que ingresaba y egresaba de las Indias no era aún objeto de gran censura; todavía no se consolidaba la cultura europea en el área andina, la evangelización avanzaba lentamente y aún florecían los ritos nativos. (FOSSA, 2006, p. 24) Esta es pues la fase en que se forja y difunde la interpretación indígena del pasado incaico, que los españoles del siglo XVI recogieron de los tres ciclos

míticos que les sirvieron para componer una historia incaica. (PEASE, 1991, p. 13)

En primer lugar figura, el ciclo de los orígenes que aparece en las crónicas identificado con la deidad de Viracocha en el Cusco y que incluye el mito de los Hermanos Ayar. (ROSTWOROWSKI, 2001) Sobre este tema se han aportado diferentes interpretaciones, que, no obstante, coinciden en afirmar que tanto las versiones del mito de Viracocha como las de los hermanos Ayar representan elementos fundamentales de la memoria más antigua del Cusco. Así, los elementos del ciclo de los orígenes reaparecerán en los otros dos, de tal modo que Pachacuti, personaje clave del ciclo de la guerra de los incas contra los chancas, puede ser un arquetipo similar a Manco Capac, fundador del linaje inca. (PEASE, 1991, p. 29)

En segundo lugar está el ciclo de la guerra chanca, que las crónicas destacan como el momento en que se produce la expansión histórica del Tawantinsuyu de los incas. Es en éste – el de la guerra entre incas y chancas – donde los incas inician su proceso de transformación y expansión que culminará o cerrará con la llegada de los españoles. Es un periodo de transición entre dos distintos momentos históricos de la sociedad incaica, y que indica transformaciones en el grupo de poder.

El tercero y último de los ciclos es el de la “guerra entre hermanos”, es decir, entre Huascar y Atahualpa que disputan la herencia del poder tras la muerte de su padre, Huayna Capac.

Como vemos, los tres ciclos funcionan simbólicamente como elementos *historizantes* y aglutinantes de la memoria de un grupo y todos reflejan tensiones, conflictos, situaciones bélicas que dan salida a las situaciones de transición.

BERNABÉ COBO Y SU HISTORIA DEL NUEVO MUNDO

El cronista Bernabé Cobo (1580-1657), nacido en Lopera, Jaén, llegó a las Indias siendo muy joven y, como otros muchos aventureros, venía en pos de la ciudad de El Dorado; algunos años después profesó con los jesuitas en el Colegio de San Martín. (OLMO PINTADO, 1992, p. 795-796) Pasó más de sesenta años de su vida en los nuevos dominios, sobre todo en el Perú y en México, y como resultado de sus experiencias y sus lecturas – por ejemplo, la de José de Acosta – escribió la crónica denominada *Historia del Nuevo Mundo* a cuya redacción dio término en 1653. Sin embargo, su obra permaneció desconocida hasta principios del siglo XIX (MATEOS, 1956, p. XXXIX), y sólo se le publicó en 1890. (MILLONES, 2000, p. 49) En el “Prólogo al lector” Cobo aducía que la razón que lo motivó a convertirse en historiador era desmentir la diversidad de opiniones encontradas en otras crónicas que, en varios casos, no se ajustaban a la verdad de los hechos ni a la realidad de la fauna y flora de las tierras americanas. Cobo se consideraba una voz autorizada en estas materias, pues se jactaba de pertenecer a una generación que, legítimamente, podía

aducir derechos como primeros pobladores, amén de tener acceso a informaciones privilegiadas. Así, también se ufanaba de tener en su poder textos fundamentales, como los de Bernardino Vázquez de Tapia (para la Nueva España) y de Pedro Pizarro (para el Perú), aparte de:

informaciones antiguas que hicieron los conquistadores para calificar sus servicios con testigos de los mismos conquistadores, en que se hallan particulares circunstancias que no llegaron a noticia de los primeros coronistas. Otro sí de cédulas y provisiones reales, y cartas de virreyes y gobernadores, que muchas se guardan en los archivos públicos, y otras están insertas en informaciones autorizadas por la justicia; y, finalmente, he visto y sacado muchas cosas de los archivos eclesiásticos y seculares en las partes donde he estado. (COBO, 1892, I, p. 5)

De las tres partes en las que se estructura la *Historia*, nosotros analizaremos la segunda, centrándonos en aquellos capítulos del Libro Undécimo que refieren a las costumbres, gobierno, administración, religión de los reyes Incas.

LOS PRECEDENTES DE LA GUERRA SEGÚN COBO

El antecedente de Cobo sobre la guerra contra los chancas nos remite al período de gobierno de Inca Roca, entre cuyas conquistas se contó la de los chancas, victoria en la que resultó esencial el auxilio de sus vecinos, p. los canas y los canches. Después del triunfo, Inca Roca envió a su hijo y heredero, Yahuar Huacac, a continuar su empresa

conquistadora. En el relato se pone de manifiesto que la calidad esencial de Inca Roca era la de conquistador, pues fue justamente él quien avanzó hacia el territorio de Andahuaylas, hábitat de los chancas, en un intento de ejercer control sobre el territorio vecino al Cusco.

Seguidamente, se describe la muerte de Inca Roca y la asunción de Yahuar Huacac-Inca Yupanqui como nuevo gobernante. Este último tuvo varios hijos y el mayor de ellos, de quien el capítulo X no registra el nombre, resultó ser indigno de su linaje, pues:

era áspero y altivo, y que degeneraba de la blandura y mansedumbre de los Incas sus progenitores, con temor de que no destruyese el reino, si tomaba el cetro, no dejó medio que no intentase para corregirlo; y como no viese en él enmienda, lo apartó de sí enviándolo como desterrado á un páramo llamado Chita (...) y le mandó viviese en compañía de los pastores que allí guardaban el ganado del Sol; y para mostrarle más desfavor, tomó por compañero en el gobierno á otro hijo menor, con autoridad y mando igual al suyo. (COBO, 1892, p. 148)

Varios son los aspectos que demandan análisis en esta versión. En primer lugar, hay que hacer notar que el pasaje es casi igual que el que reproduce el Inca Garcilaso en sus *Comentarios Reales* (GARCILASO, 2008), tanto en el anonimato del hijo rebelde, como en su forzado exilio en Chita. En segundo término, este hijo no nombrado que se enfrenta al padre, quizás represente una dicotomía en las estructuras explicativas andinas, tan común en sus narraciones. Por otro lado, su destierro para cumplir tareas junto con los pastores responsables de

cuidar los animales del Sol tal vez nos sugiera, precisamente, el planteamiento una relación con la deidad solar y, finalmente, el que su destino fuese Chita refuerza la vinculación con el origen del grupo inca. (BATTCKOCK, 2010, p. 2767-2777; 2011, p. 53-70)

Harto significativo es en el relato que, tras el destierro del hijo insurrecto, se hubiesen rebelado los chancas. Posiblemente este levantamiento se pueda explicar como resultado del desorden y el caos que provocó entre el grupo de poder inca el problema entre padre e hijo. Como fuese, los chancas asesinaron a los gobernadores impuestos antes por los incas, en un palmario acto de insurrección, y luego se organizaron para avanzar y conquistar Cusco. Al evaluar la situación a la que se enfrentaba, Yahuar Huacac abandonó Cusco, y cuando en Chita le llegaron a su hijo noticias de lo que estaba sucediendo —una situación que dejaba acéfala y en desamparo a la ciudad sagrada— éste decidió volver del exilio y enfrentar a los chancas con el apoyo de los pocos pobladores que quedaban en Cusco. Según Cobo, para avalar y legitimar su acción, este “príncipe” *fabricó una ficción*:

mientras estaba en su destierro, recostándose un día á la sombra de una peña, se le apareció entre sueños el dios Viracocha en una figura y traje de hombre blanco, barbado y con vestiduras largas hasta los pies, y se le quejó de que, siendo él señor universal y criador de todo, que había hecho el Cielo, el Sol, la Tierra y los hombres, y estaba todo debajo de su mandado, no le daban los indios la honra y veneración debida, antes adoraban con igual reverencia á la que á él hacían, al Sol, al Trueno, á la

Tierra y á otras cosas criadas que de suyo no tenían más virtud de la que él les daba; y que les hacia saber, que en el Cielo, á donde habitaba, le llamaban Viracocha Yachachic, que significa “Criador universal”; y que para que creyesen aquellas gentes ser esto así, que aunque él estaba solo y desfavorecido del rey su padre, levantase gente en su nombre, porque aunque los chancas eran muchos y andaban victoriosos, con su favor y ayuda los vencería y lo haría señor de la tierra; porque, al tiempo de darles batalla, el enviaría socorros de gente, que sin ser vista de nadie le ayudase contra sus enemigos; y para memoria de seste favor que le hacía, y por devoción suya, se llamase de allí en adelante Viracocha. (COBO, 1892, p. 149)

El pasaje es en extremo sugerente de la presencia de un conspicuo esquema retórico en las estrategias andinas de representación de acontecimientos bélicos. En nuestro concepto, la aparición del dios Viracocha en el sueño del “príncipe” anónimo no es sino producto de una ideología teológico-política. No obstante que la primera parte de este relato podría ser interpretada desde un punto de vista religioso, simultáneamente, el objetivo explícito de la narración sería favorecer y esclarecer la rápida derrota de los chancas. Desde este punto de vista, si bien se puede apreciar un nivel de cristianización en la “aparición” —que muestra las huellas de una deformación colonial del relato y de la representación del acontecimiento—, también creemos que en este contexto la cristianización no produce realmente un cambio radical en el sentido general de la estructura narrativa. Por el contrario, la cristianización de la versión desarrolla simplemente

una función retórica y la lógica profunda del acontecimiento sólo arraiga en los esquemas explicativos del pensamiento incaico.

Para confirmar esta hipótesis de trabajo, es pertinente analizar otras dos variantes del mismo acontecimiento, las de Polo Ondegardo y de Garcilaso, aunque no sin aclarar antes que existen muchas otras versiones que también ameritarían ser examinadas con detenimiento. Empecemos, pues, con la más temprana (1571) mayormente relacionada con un punto de vista "tradicional" sobre el episodio. El licenciado Juan Polo Ondegardo³ (ONDEGARDO, 2012, p. 224-225), funcionario virreinal y cronista del siglo XVI, es quien ofrece un relato más escueto del "sueño", si se le compara con el de Cobo:

Y antes que saliese del Cuzco le dijo su madre haber soñado que la razón de la victoria de los changas había sido que se hacía en el Cuzco más veneración al Sol que al Pachayachache, que era criador universal, y que prometiese que de ahí [en] adelante se haría más sacrificios y más ordinarios a aquellas estatuas, y que fuese luego contra los changas y qué le daría victoria y le enviaría del cielo gente que le ayudase. (ONDEGARDO, 2012, p. 225)

Aunque en el texto se advierten elementos semejantes a los que, casi un siglo más tarde, aportaría Cobo, hay también importantes diferencias en el cuento del sueño-aparición, influidas por el contexto histórico de producción de esta fuente. En la versión de Ondegardo, la más antigua e indiscutiblemente la menos

permeada por el contexto cristianizado, el tema de la legitimación del soberano se desarrolla casi del todo en el seno de una visión incaica del poder, de la religión y de la guerra. En esta perspectiva, es evidente, pues, que un "error" en la gestión del ritual teológico-político puede producir la victoria de los chancas, así que el soberano viene a ser el eje fundamental de los equilibrios sagrados, políticos y militares. Es entonces incontrovertible que el restablecimiento del culto "correcto" hacia el criador Pachayachache (el mismo Viracocha) abre el campo a la ulterior reforma teológica del gobernante. Sin embargo, de momento no nos interesa detenernos en el punto de la historicidad de esta transformación de la ritualidad incaica, sino mostrar que, pese a los profundos cambios en la estructura de la versión, se mantiene en las diferentes variantes una misma forma retórica de legitimación del poder político a través del uso simbólico de recursos religiosos.

Pasemos ahora a la versión que, a principios del siglo XVII ofrece Garcilaso de la Vega:

Solo Señor, sabrás que, estando yo recostado hoy a mediodía (no sabré certificarte si despierto o dormido) debajo de una gran peña de las que hay en los pastos de Chita, donde por tu mandato apaciento las ovejas de Nuestro Padre el Sol, se me puso delante un hombre extraño en hábito y en figura diferente de la nuestra, porque tenía barbas en la cara de más de un palmo y el vestido largo y suelto, que le cubría hasta los pies. Traía atado por el pescuezo un animal no conocido. El cual me dijo:

³ Utilizamos el nombre Juan Polo Ondegardo, suprimiendo la preposición "de" entre sus dos apellidos, y en esto seguimos la opinión de Gonzalo Lamana Ferrario (en la Nota Aclaratoria de su libro, 2012).

Sobrino, yo soy hijo del Sol y hermano del Inca Manco Cápac y de la Coya Mama Ocllo Huaco, su mujer y hermana, los primeros de tus antepasados; por lo cual soy hermano de tu padre, y de todos vosotros. Llámome Viracocha Inca; vengo de parte del Sol, Nuestro Padre, a darte aviso para que se lo des al Inca, mi hermano, cómo toda la mayor parte de Chinchaysuyu sujetas a su imperio, y otras de las no sujetas, están rebeladas y juntan mucha gente para venir con poderoso ejército a derribarle de su trono y destruir nuestra imperial ciudad del Cuzco. Por tanto vé al Inca, mi hermano, y dile de mi parte que se aperciba y prevenga y mire lo que le conviene acerca de este caso. Y en particular te digo a ti que en cualquiera adversidad que te suceda no temas que yo te falte, que en todas ellas te socorreré como a mi carne y sangre. Por tanto no deje de acometer cualquiera hazaña, por grande que sea, que convenga a la majestad de tu sangre y la grandeza de tu Imperio, que yo seré siempre en tu favor y amparo y te buscaré los socorros que hubiese menester. Dichas estas palabras (dijo el príncipe), se me desapareció el Inca Viracocha, que no le vi más. (GARCILASO, 2008, p. 249-250)

En el relato de Garcilaso aparecen los rasgos de aquella cristianización en sentido neoplatónico que reviste un papel protagónico en la obra del cronista. (BERNARD-GRUZINSKI, 1988) Sin embargo, aunque aquí la escueta descripción de la cara "barbuda" del protagonista de la aparición sea una señal evidente de la cristianización en acto (piénsense en la imagen colonial del barbado Quetzalcóatl como proto-imagen del Cristo), De la Vega logra mantener un sentido plenamente bélico en el relato del sueño y es evidente que la renovada alianza sagrada entre el Inca y su antepasado (que en este caso es

Viracocha como Inca y no como Dios), se desarrolla en un contexto y en una función político-militar.

Si confrontamos pues las variantes de Polo Ondegardo y Garcilaso con la de Cobo resulta evidente que en ésta – a pesar del lenguaje sumamente cristianizado – se salvaguarda una perspectiva retórica y política de estilo eminentemente incaico. Es verdad, empero, que sus elementos "cristianizantes" resaltan mucho más, por ejemplo, el aspecto exterior del cuerpo de Viracocha que aparece definitivamente como un dios y que asume la figura de un "Cristo" blanco y barbado. Por ello puede decirse que esta narración es una tentativa más desarrollada de lograr la aceptación de los interlocutores cristianos, de ahí el acercamiento de Viracocha al dios bíblico ("él señor universal y criador de todo, que había hecho el Cielo, el Sol, la Tierra y los hombres"). Sin embargo, la verdadera puesta en juego sigue siendo el hecho de que los chancas "eran muchos y andaban victoriosos". Así pues, paralelo al "revestimiento" cristiano de Viracocha, lo destacable aquí es la indigenización-politización del "criador universal", toda vez que, solamente con su favor y ayuda, los incas podían dar batalla y vencer a los chancas.

Por tanto, opinamos que esta escena del sueño constituye un discurso legitimador a partir de la escenificación de un libreto en el que se juega el orden de la transmisión de un poder por la vía del nombre, allí precisamente donde la nominación por parte de Yahuar Huacac de su hijo está ausente. Así,

pues, ¿es casual que, en los instantes previos al conflicto con los chancas el "heredero" carezca de nombre? Siendo el apelativo propio la marca distintiva para encontrar un lugar, tanto en la cadena generacional como en el ámbito social, este anonimato del futuro gobernante, este ocultamiento de su principal signo de identidad, seguramente opera como un cercenamiento en la trama discursiva que no es gratuito, sino que tiene consecuencias.

Reiteramos que, en líneas generales, esta versión es la misma que la del Inca Garcilaso. Los elementos que subraya Cobo, como la aparición de la deidad para legitimar el nuevo poder, el nombre que el dios se adjudica ante el "príncipe", el sueño como mecanismo para entablar relación y diálogo con el deidad Viracocha, entre otros, los hallamos igualmente en los *Comentarios Reales*. Lo interesante es que Bernabé Cobo insista de continuo en que este relato es una ficción, una revelación y una fábula, es decir, una construcción deliberada para legitimar la nueva autoridad incaica. Así, por el sentido y significado que alcanzó tal invención, los sacerdotes incas persuadieron a los pocos pobladores que quedaban en el Cusco de prestar apoyo a Viracocha Inca para enfrentar a los chancas. No es pues casual que el nombre del futuro Inca gobernante sea el de la deidad. La verdad detrás de la estructura ficticia – la inminencia en el relevo en el poder, las luchas de facciones, los incidentes de una historia política – asoma y se oculta detrás de la belleza del mito, como

algo que sólo puede ser enunciado a medias.

Así, Viracocha Inca salió del Cusco para combatir a los chancas en Guazavara, que según Cobo era una llanura a una legua de la ciudad. (COBO, 1892, p. 149) Ahí se entabló la batalla entre ambos grupos, aunque los incas recibieron el auxilio de los vecinos cercanos y los chancas comenzaron a *desmayar*. Luego del cruento choque, Viracocha Inca triunfó sobre sus enemigos y, en recordatorio de la magnitud y encarnizamiento del combate, aquel campo fue nombrado en adelante Yahuarpampa.

Sin dejar de reiterar que el relato es ficticio, Bernabé Cobo añade que Inca Viracocha venció gracias a la intercesión de la deidad Viracocha, quien le envió: "hombres barbados con arcos y flechas, que habían peleado tanto, que degollaron á los más de los Chancas que fueron muertos en la pelea; y que estos hombres él mismo los había visto, y que á sola su persona estaba reservado verlos." (COBO, 1892, p. 150) A estos singulares "hombres-guerreros" se los conoce como *Pururaucas* que, según traducción de Cobo, significaba "ladrones escondidos." La facultad de visión "exclusiva" de dichos guerreros que el cronista atribuye al Inca Viracocha acaso se relacione con las capacidades del Inca como *huaca*, es decir *ser sagrado*. A este respecto hay registros de que el Inca y la Coya podían dialogar con piedras, montañas, ríos e, incluso, con las mismas deidades. (CURATOLA, 2008, p. 28) Por otro lado, Cobo indica que los auxiliares de los incas fueron las piedras y matas de aquel

campo que se convirtieron en hombres-guerreros por disposición del Sol y del dios Viracocha y por voluntad expresa del gobernante, que a partir de Viracocha Inca, se retoma como una capacidad divina del Inca.

Esto nos remitiría a fases más antiguas, al mito de los Hermanos Ayar, porque dicha facultad la tuvo primero Manco Capac, fundador del linaje gobernante y creador de la ciudad de Cusco, a quien sus hermanos – convertidos en *huacas*, en este caso piedras – le anunciaron la futura grandeza de los incas. Él fue quien primero adquirió su autoridad, su poder y su derecho al mando a partir de una comunicación oral, fluida y, sobre todo, directa y privilegiada con seres sagrados. Con ello, los elementos del ciclo de los orígenes reaparecen en el de la guerra contra los chancas, donde Viracocha Inca – al igual que Manco Capac – es un ordenador, un arquetipo cusqueño, eventualmente repetible en forma cíclica. (PEASE, 1991, p. 29)

EL REORDENAMIENTO TRAS LA VICTORIA INCA

El vencedor de los chancas, Viracocha Inca desplazó del cargo a su padre, así como al heredero por él elegido (y cuyo nombre tampoco se precisa). En el capítulo XI Cobo detalla que Yahuar Huacac había dejado al ejército en estado deplorable (COBO, 1892, p. 151), en consecuencia, la primera medida de Viracocha Inca fue reforzar las milicias. A este respecto, este cronista, al igual que otros, presenta

un esquema binario y dicotómico, no sólo entre padre e hijo, sino también entre el gobernante pasivo y el conquistador. Con todo, las virtudes bélicas de Viracocha Inca no se manifestaron solamente en la guerra contra los chancas, puesto que:

Mostróse Viracocha Inca desde sus tiernos años tan belicosos, que cuando estaba desterrado y en desgracia de su padre, solía platicar á menudo de las cosas de la guerra, mostrando con palabras de desestima el sentimiento que tenía de ver á su padre tan poco soldado que no tratase de emprender cosas dignas de memoria; y añadía en estas pláticas, que no recibiera pesar de que faltara su padre, porque tenía esperanzas que, viéndose con el cetro del reino, había de conquistar medio mundo. (COBO, 1892, p. 152)

Por otro lado, hay más datos sobre su trayectoria, pues se casó con una hija del Señor de Anta (pueblo cercano a Cusco) llamada Mama Roncay y fundó el *ayllu* Socsoc-Panaca, dejando en él un ídolo denominado Inca Amaro, del cual dijo Viracocha Inca que era su hermano. (COBO, 1892, p. 153) Asimismo, sujetó a distintos pueblos, como los canas y canchas, entre otros.

EL HEREDERO VALIENTE, GUERRERO, SABIO Y REPUBLICANO

Tras la muerte del Inca Viracocha, le sucedió Pachacutic, quién casó con Mama-Anahuarque, natural del pueblo de Choco, cerca de Cusco, y fundó la *panaca* denominada Yñaca. Los rasgos que le atribuye el cronista a este Inca era el

de ser el "más valiente y guerrero, sabio y republicano de todos los Incas; porque él ordenó a república con el concierto, leyes y estatutos que guardó todo el tiempo que duró de entonces hasta la venida de los españoles." (COBO, 1892, p. 156)

Pachacutic ordenó, quitó y añadió ritos y ceremonias, acrecentó el culto, estableció los sacrificios y la veneración de las deidades, y fijó el cómputo del tiempo, entre otras cosas. De acuerdo con Cobo, el nombre de este gobernante, creador y ordenador, significaba "vuelta del Tiempo ó del Mundo", porque, por su gobierno tan acertado, se mejoraron las cosas de tal manera, que parecían haberse trocado los tiempos y dado una vuelta el Mundo". (COBO, 1892, p. 157) Ya se ha visto antes que la cuestión de los nombres es crucial porque se vincula con las acciones.

El relato apunta que antes de asumir el gobierno, fue a visitar a Viracocha Inca, su padre, en Jaquijaguana, y al llegar junto a una fuente llamada Susurpúquiui vio caer en ella una "tabla de cristal", en la cual se apareció una figura de indio, con un particular aspecto:

en la cabeza tenía un *LLáutu* como el tocado de los Incas, y de la parte alta del cerebro le salían tres rayos muy resplandecientes, semejantes á los del Sol, en los encuentros de los brazos unas culebras enroscadas; las orejas horadadas y puestas en ellas unas grandes orejeras; el vestido era de la misma traza que el de los Incas; salíale la cabeza de un León por entre las piernas, y en las espaldas tenía otro cuyos brazos abrazaban los hombros de la estatua, y una manera de culebra que el tomaba las espaldas de alto á abajo. (COBO, 1892, p. 157)

La visión atemorizó a Pachacutic, quien trató de huir, pero desde el interior de la fuente la imagen lo llamó por su nombre y lo tranquilizó: "ven aca, hijo, no tengas temor; yo soy el Sol, tu padre; sé que has de sujetar muchas naciones y tener muy gran cuenta con honrarme y hacer memoria de mí en tus sacrificios." (COBO, 1892, p. 157) Acto seguido, la deidad desapareció, quedando sólo la "tabla de cristal", que Pachacutic tomó y guardó.

Paralelo a éste es el relato del cronista Cristóbal de Molina, acerca de una visión del Inca Pachacutic Yupanqui en la fuente del Susurpuquio:

Dicen, que antes que [Pachakuti] fuese señor, yendo a visitar a su padre Viracocha Inca que estaba en Sacsahuana, cinco leguas del Cuzco, al tiempo que llegó a una fuente llamada Susurpuquio, vio caer una tabla de cristal en la misma fuente, dentro de la cual vio una figura de indio en la forma siguiente, p. en la cabeza del colodrillo della, a lo alto le salían tres rayos muy resplandecientes a manera de rayos del Sol los unos y los otros; y en los encuentros de los brazos unas culebras enroscadas; en la cabeza un llauto como Inca y las orejas horadadas y en ellas puestas unas orejeras como Inca. Salíale la cabeza de un león por entre las piernas y en las espaldas, otro león, los brazos del cual parecían abrazar el un hombro v el otro, y una manera de culebra que le tomaba de lo alto de las espaldas abajo. Y que así visto el dicho bulto y figura, echó a huir Inca Yupaququi, y el bulto de la estatua le llamó por su nombre de dentro de la fuente, diciéndole: 'Vení acá hijo, no tengáis temor, que yo soy el Sol vuestro padre, y sé que habéis de sujetar muchas naciones; tened muy gran cuenta conmigo de me reverenciar y acordaos en vuestros sacrificios de mí', y así desapareció el bulto y quedó

el espejo de cristal en la fuente, y el Inca le tomó y guardó; en el cual dicen después veía todas las cosas que quería. Y respecto desto mandó hacer, en siendo señor y teniendo posible, una estatua con figura del Sol, ni más ni menos de la que en el espejo había visto. (MOLINA, 2008, p. 18)

La crítica histórica especializada en imágenes simbólicas ya ha señalado que los cristales se contaban entre los objetos mágicos que servían de instrumentos adivinatorios y de vehículos de comunicación con los dioses. No obstante, este pasaje incluye algo adicional, p. la presencia del agua, pues al caer el espejo al líquido adquiere una condición luminosa que permite al Inca establecer contacto con Viracocha. El agua es fundamental por más de un concepto, pues tiene que ver también con el origen: "el dios (...) que al amanecer, en la primera edad del mundo, surge del lago Titicaca (o 'Wari cocha', que quiere decir 'el lago del sol') en forma de sol diurno." (BOUYSSÉ-CASSAGNE, 2004, p. 81) Así pues, la tabla o espejo, proveniente del cielo, cae al agua, y con ello se crea el puente entre el *hanan pacha*, representado en el firmamento; el *kay pacha*, representado por el Inca, hijo del Sol, y el *hurin pacha*, materializado en el agua.

Otro cronista del siglo XVII, Pedro Sarmiento de Gamboa (1988, p. 87), también indica que Pachacuti tenía un espejo en el que "veía" las cosas que iban a suceder y que, en gratitud por esta revelación, mandó hacer una estatua al Sol y erigió en su honor un edificio llamado Coricancha, así como otros diversos

templos, a los que "dotó de rentas", para que en él se adorase y reverenciase al Sol.

Es digno de resaltar que –en el relato de Cobo-- luego de tales acontecimientos, Pachacuti reflexionó sobre el Sol, para llegar a la particular conclusión de que el astro:

no debía ser sino mensajero enviado por el Hacedor á visitar el Universo; demás de que, si fuera Dios, no fuera parte un pequeño ñublado que se le pone delante, para impedirle su resplandor y rayos para que no alumbrase; y que si fuera él el Criador Universal de todas las cosas, algún día descansara y desde un lugar alumbrara toda la tierra y mandara lo que quisiera; y así, o era posible sino que había otro Señor más poderoso que lo mandase y rigiese, el cual era sin duda el Pachayachac (..) determinó que fuese preferido al Sol el Pachayachac, á quien dentro de la ciudad del Cuzco edificó templo particular que se llamó Quishuar-Cancha; y en él puso el simulacro del Criador del Mundo, Viracocha Pachayachac, de oro, del tamaño de un muchacho de diez años, con figura de hombre, muy resplandeciente, puesto en pie, con el brazo derecho levantado, la mano casi cerrada y altos los dos dedos pulgar y segundo, como de persona que estaba mandando. (COBO, 1892, p. 158)

Tal vez el reflejo de la personalidad, proyectada sobre un grandioso aparato visual es lo que permite, en este caso, hacerse de un nombre y de un cargo. En su momento, Felipe Guaman Poma trató sobre una curiosa relación entre el arcoíris, los cristales y los felinos, al referir el encuentro oracular que el Inca Topa Yupanqui tuvo con el Sol en el templo de Coricancha⁴:

en el templo de Coricancha, que todas las paredes alto y bajo estaban

⁴ El Coricancha fue el templo más importante del culto solar incaico, también llamado Templo del Sol. Las descripciones hasta ahora conocidas de este recinto desbordan en adjetivos referidos a la cantidad de planchas de oro que revestía sus muros. De él queda su estructura arquitectónica y algunos salones majestuosos, pues a la llegada de los españoles, por su riqueza y simbolismo de poder como centro religioso, fue convertido en el convento de Santo Domingo.

guarnecidas de oro finísimo y en el alto del techo estaba colgado muchos cristales y a los dos lados dos leones apuntando el sol alumbraban de las ventanas la claridad de los dos partes, soplaban dos indios y se (...) Entraban el viento del soplo y salía un arco que ellos llaman cuychi; y allí en medio se ponía el Inga, hincando de rodillas, puestas las manos, el rostro al sol, y decía su oración y respondían los demonios lo que pedía. (POMA DE AYALA, 2005, p. 195-196)

A partir de ahí el Inca Pachacuti emprendió guerras de conquista, y tuvo que arrostrar algunos problemas provocados por su familia. Así se dice que Inca Urco, su "hermano bastardo," trató de rebelarse contra su gobierno. Al saberlo, Pachacuti Inca lo mandó a llamar y le encomendó ponerse al mando de "cierta" guerra; simultáneamente, instruyó secretamente a un "capitán" suyo para que asesinara a Urco en medio del fragor de la batalla. Según Cobo, la orden fue cumplida y cuando esto llegó a oídos de Pachacuti, fingió tristeza y dispuso que se efectuaran en honor de su hermano las ceremonias y ofrendas correspondientes.

NOTAS FINALES

Como se ha dicho, en la historia de los incas el episodio de la guerra contra los chancas es un momento clave porque señala la fase de expansión y consolidación del Tawantinsuyu en los Andes centrales. La construcción de este "hecho" recurre a elementos

simbólicos y representaciones del pensamiento andino que subyacen en los relatos de los cronistas y, en el caso presente, en el de Bernabé Cobo. Hemos destacado algunos de ellos, por ejemplo, el que el Inca Viracocha se hubiera convertido en un oráculo y hubiera recibido el "auxilio" de las piedras para vencer a los chancas. El sueño, por otro lado es un conglomerado de significados, donde la vertiente onírica o "profética" adopta una jerarquía igual que la "real" u "objetiva".

Cabe también subrayar que la guerra se contextualiza en momentos de tensiones y reacomodos políticos en la región entre los grupos incas y chancas por el control del espacio que, al resolverse, dan lugar al nacimiento del Tawantinsuyu.

Así pues, el éxito inca en la guerra y la ascensión del Inca Viracocha están íntimamente relacionados, es decir, se trata de una unidad explicativa que marca un antes y un después en la estructura general de los relatos de la historia andina.

Por último, el propósito de este breve ensayo fue demostrar que carece de utilidad preguntarse si el relato de Bernabé Cobo es "verdadero" o "falso" y que las interrogantes realmente pertinentes se orientan a desentrañar su significado ulterior, el entramado que se aloja dentro del discurso, para exponer los diversos hilos de la perspectiva histórica.

Referencias

BATTCKOCK, Clementina. Garcilaso y Oliva: dos miradas, dos lecturas de la guerra entre incas y chancas. *Revista Latinoamérica*, Ciudad de México: CIALC-UNAM, n. 52, p. 53-70, 2011.

_____. *Un oráculo para lo que de allí adelante quisite ordenar: la figura de Viracocha Inca en la obra de Garcilaso de la Vega*. Actas del XIII Congreso Latinoamericano sobre Religión y Etnicidad. Granada, España: Universidad de Granada; Asociación Latinoamericana para el Estudio de Las Religiones (ALER), p. 2767-2777.

BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *De l'idolatrie: une archéologie des sciences religieuses*. Paris: Éditions du Seuil, 1988.

BIBLIOTECA de Autores Españoles. *De la formación del lenguaje hasta nuestros días* (continuación). Obras del P. Bernabé Cobo de la Compañía de Jesús. Estudio Preliminar y ediciones del P. Francisco Mateos. Madrid: Atlas, 1956.

BOUYSSÉ- CASSAGNE, Thérèse. El sol de adentro: wakas y santos en las minas de charcas y en el lago Titicaca (siglos XV-XVII). *Boletín de arqueología PUCP*, Lima, n. 8, 2004.

COBO, Bernabé. *Historia del nuevo mundo*. Sevilla: Sociedad de Bibliófilos Andaluces, 1892.

CURATOLA PETROCCHI, Marco. La función de los oráculos en el Imperio inca. In: CURATOLA PETROCCHI, Marco; ZIÓLKOWSKI, Mariusz S. (Ed.). *Adivinación y oráculos en el mundo andino antiguo*. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos; Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2008, p. 15-69.

FOSSA, Lydia. *Narrativas problemáticas: los inkas bajo la pluma española*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú; Instituto de Estudios Peruanos, 2006.

GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Comentarios reales de los incas*. Lima: AMC, 2008. [1609]

GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe. *Nueva coronica y buen gobierno*. Lima: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LAMANA FERRARIO, Gonzalo. *Pensamiento colonial crítico*. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas; Instituto Francés de Estudios Andinos, 2012.

MARTÍNEZ C., José Luis. ¿Cómo recordar? La construcción de las memorias andinas coloniales. In: REGALADO DE HURTADO, Liliana; HERNÁNDEZ ASTETE,

Francisco (Ed.). *Sobre los incas*. Lima: Instituto Riva-Agüero; Pontificia Universidad Católica del Perú, 2011, p. 191-228.

MILLONES, Luis. Una edición por terminar: 'La historia del nuevo mundo' de Bernabé Cobo. In: ARELLANO, Ignacio; MAZZOTTI, José Antonio (Ed.). *Edición e interpretación de textos andinos*. Navarra: Universidad de Navarra-Iberoamericana, 2000, p. 49-64.

MOLINA, Cristóbal de. *Relación de las fábulas y ritos de los incas*. Editado por Urbano Enrique y Julio Calvo. Lima: Universidad San Martín de Porres, 2008.

OKUBO, Yukitaka Inoue. Crónicas indígenas, p. una reconsideración sobre la historiografía novohispana temprana. In: LEVÍN, Danna; NAVARRETE, Federico (Coord.). *Indios, mestizos y españoles: interculturalidad e historiografía en la Nueva España*. México: Universidad Autónoma Metropolitana; Instituto de Investigaciones Históricas de la UNAM, 2007, p. 55-96.

OLMO PINTADO, Margarita del. La historia natural en la 'Historia del nuevo mundo' del P. Cobo. *Revista de Indias*, v. 52, n. 195-196, p. 795-824, 1992.

OSSIO, Juan M. *Los indios del Perú*. Madrid: Mapfre, 1992.

PEASE, Franklin. *Las crónicas y los Andes*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú; Instituto Riva-Agüero-FCE, 1995.

_____. *Los últimos incas del Cusco*. Madrid: Alianza América, 1991.

RABASA, José. *Tell me the story of how I conquered you: elsewhere and ethnosuicide in the Colonial Mesoamerican world*. Austin: University of Texas Press, 2011.

REGALADO DE HURTADO, Liliana. La historiografía del siglo XXI y las nuevas posibilidades para el estudio de las fuentes coloniales. In: *Regalado de Hurtado, Liliana y Someda, Hidefuji (Ed.). Construyendo historias: aportes para la historia hispanoamericana a partir de las crónicas*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú; Universidad de Estudios Extranjeros de Osaka, 2005, 245-252.

_____. Las crónicas indígenas y el recurso del texto. *Diálogos en Historia*, Lima: UNMSM, n. 2, p. 3-18, 2000.

ROJAS, José Luis de. El papel de las élites indígenas en el establecimiento del sistema colonial en la Nueva España y el Perú. In: CERVANTES, Mayán (Coord.). *Mesoamérica y los Andes*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 1996, p. 507-532.

ROSTWOROWSKI, María. *Pachacutec Inca Yupanqui*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2001.

SALOMON, Frank, Crónica de lo imposible: notas sobre tres historiadores indígenas peruanos. *Revista Chungara*, Chile: Universidad de Tarapacá, n. 12, p. 81-97, 1984.

SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Historia de los incas*. Madrid: Miraguano; Polifemo, 1988.

WACHTEL, Nathan. *Los vencidos: los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570)*. Madrid: Alianza, 1976.

LA HISTORIA GENERAL DEL PERÚ DE FRAY MARTÍN DE MURÚA COMO RELACIÓN DE MÉRITOS Y SERVICIOS

Patricia Escandón¹

Resumen

La escritura de obras históricas está siempre inmersa en circunstancias, incidentes e intencionalidades del autor que necesariamente repercuten en el producto final y cuya exploración, rescate y exposición aportan otros ángulos al análisis historiográfico de esos textos. En esa convicción, el presente artículo hace un ejercicio demostrativo respecto del fraile mercedario Martín de Murúa y su *Historia general del Perú* (1613).

Palabras clave

Fray Martín de Murúa; *Historia general del Perú*; Historiografía-Biografía.

Resumo

A escrita de obras históricas está sempre imersa em circunstâncias, incidentes e intencionalidades do autor que, necessariamente, repercutem no produto final e cuja exploração, resgate e exposição contribuem para fornecer análises historiográficas desses textos. Nessa convicção, o presente artigo faz um exercício demonstrativo sobre o frei Martín de Murúa e sua *História geral do Peru* (1613).

Palavras chave

Frei Martín de Murúa; *Historia general del Perú*; Historiografía-Biografía.

Abstract

When writing historical works, authors are always immersed in circumstances, incidents and intentions that affect the final outcome. To explore, rescue and reveal these contexts maybe useful in the historiographical analysis of those

writings. The purpose of this paper is to make such an exercise on the mercedarian friar Martín de Murúa and his *Historia general del Perú* (1613).

Keywords

Fray Martín de Murúa; *Historia general del Perú*; Historiography-Biography.

En los últimos años, y simultáneamente con el acercamiento entre la historia y la literatura, cuyas fronteras disciplinarias se han flexibilizado, ha resurgido el interés por la que durante mucho tiempo fuera la "cenicienta" del género histórico: la biografía. A horcajadas entre lo ficcional y lo factual, la biografía fue relegada y guardada en el cajón de las antiguallas y los anecdotarios cuando la historia quiso volverse científica – sobre todo por lo mucho que sobre ella gravitó el estructuralismo – a fin de alcanzar un lugar decoroso entre el conjunto de las ciencias sociales.

Sin embargo, en épocas más recientes, y tomando su distancia respecto de números y estructuras, la historia cultural ha decantado la epistemología hacia lo que puede denominarse un "giro biográfico" y ha vuelto sus ojos a métodos y formas de conocimiento que, hace no mucho, eran francamente desdeñadas. En virtud de ello, ahora importa tanto la percepción de la sociedad en calidad de conjunto y abstracción, como la del individuo, ciertamente partícipe de modelos y formas comunitarias, pero también determinado por sus propios intereses, por sus perspectivas personales y sus experiencias

¹ Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Mestre e Doutora em História do México pela UNAM. Pesquisadora Titular do Centro de Investigações sobre América Latina y el Caribe (CIALC) da UNAM. E-mail: escadon@unam.mx

subjetivas. (CHAMBERLAYNE, 2000; LÄSSIG, 2004; CAINE, 210)

No pretendo, naturalmente, meterme en el viscoso pantano del debate sobre los límites entre la ficción y la historia –algo que ha sido y es materia de infinitas polémicas desde la Grecia clásica a nuestros días—, pero sí me interesa destacar que esta nueva valoración de los estudios biográficos ha dado un mayor margen al uso legítimo de la imaginación histórica, sin que ello descargue a los historiadores de la obligación de mantener un equilibrio consciente ante la perenne tensión entre la “identidad literaria” y la “identidad científica”. (DOSSE, 2007a; 2007b) Como sea, en los medios académicos, ahora se apuesta a que la biografía puede ser el recurso adecuado para investigar y esclarecer determinadas cuestiones que no siempre afloran cuando se trabaja con estructuras o globalizaciones.

En cierto tipo de estudios, por ejemplo los historiográficos, recurrir a la biografía no demanda forzosamente hacer una reconstrucción puntual y prolija de la trayectoria de vida de un autor, pero sí tomar seriamente en consideración algunos de los incidentes y rasgos particulares de su existencia, para hacer luz sobre el contexto general en el que se preparó la obra, sobre los propósitos de la escritura o sobre el contenido mismo de ella. En más de una ocasión, volver a revisar las fuentes primarias y aproximarse con ojos frescos a la vida de un autor determinado, ha exhibido la cadena de errores, lugares comunes repetidos por generaciones de profesionales, que han respaldado

sus análisis en una fe irrestricta en los dichos o afirmaciones de algún “clásico” en la materia. En otros casos, realizar esa tarea simplemente pone de manifiesto factores o elementos que permiten ponderar desde otra perspectiva distinta el trabajo que se examina. Y eso, justamente, es lo que me propongo en el siguiente ejercicio sobre fray Martín de Murúa y su *Historia general del Perú*.

DOS MANUSCRITOS Y UNA SOLA OBRA

El Galvin (1590)

En 1879 el polígrafo, y estudioso de las antigüedades del Perú, Marcos Jiménez de la Espada descubrió en el colegio de los exiliados jesuitas españoles en Poyanne, al sur de Francia, el manuscrito de una *Historia del origen y genealogía real de los reyes incas del Perú* que, hacia fines del siglo XVI, escribiera un doctrinero mercedario llamado fray Martín de Murúa. De este documentose sacó una copia manuscrita al año siguiente, trasunto que volvió a España – junto con los ignacianos ya readmitidos – y se resguardó en el archivo de la casa de Loyola, en Guipúzcoa. (ADORNO; BOSERUP, 2008, p. 7) El manuscrito original de Poyanne desapareció alrededor del año 1900; sin embargo, entre 1922 y 1925, y a partir de la copia de conservada en Loyola, los editores peruanos de fuentes coloniales, Horacio Urteaga y Carlos Romero, lo sacaron a la luz (MURÚA, 1922-1925), en lo que constituyó la

primera presentación realmente pública del referido texto. Dos décadas después, esa misma copiavería otras dos ediciones simultáneas, una en Madrid (MURÚA, 1946a) y otra hecha nuevamente en Lima. (MURÚA, 1946b)

Desde la primera aparición de esta obra se levantó gran revuelo entre los peruanistas, pues sus noticias históricas eran riquísimas y adicionaban o completaban las conocidas obras de Pedro Cieza de León (1553, 1880), Polo Ondegardo (1583), Juan Díez de Betanzos (1880), la de Felipe Guamán Poma de Ayala (1908) y otros cronistas del incario.

Desafortunadamente, ninguna de esas tres ediciones de la historia de Murúa estaba completa; la información era desorganizada, había huecos y saltos, faltaban partes enteras. Empero, la búsqueda del original de Poyanne no cesó; ya en la décadas de los 70 a los 80 del siglo XX John Rowe y Juan Manuel Ossio indagaban su paradero. Una década más tarde, Ossio logró dar con él y consultarlo por autorización de su propietario, el irlandés Sean Galvin. Finalmente, en 2004 hizo del manuscrito una edición completa en facsímil, acompañada de un estudio. (CÓDICE MURÚA, 2004)

El Getty (1613)

Hasta mediados del siglo XX, los estudiosos del manuscrito de 1590 sabían que la obra no era íntegra, así como también inferían que, consecuentemente, debía existir otro texto, uno "original".

La primera noticia de tal documento, la había dado en 1672 el bibliógrafo español Nicolás Antonio,

quien adujo que, alguna vez, fue posesión del humanista y consejero de Indias, don Lorenzo Ramírez de Prado. A la muerte de éste, en 1658, su biblioteca la adquirió el Colegio de Cuenca de la ciudad de Salamanca. En el siglo XVIII, al ser secularizada la institución, el texto fue a dar a la Real Biblioteca, en cuyos estantes, a principios del XIX, hizo abundante rapiña el llamado "rey intruso", es decir, José Bonaparte. Entre lo que se apropió se contaba justamente el texto de fray Martín, que en 1813 fue metido en el voluminoso equipaje que Bonaparte preparó a toda prisa para salir huyendo hacia Francia de la persecución de las tropas del futuro duque de Wellington. Pero fue alcanzado en Vitoria, y ahí, aparte de derrotarlo, el militar británico lo aligeró del botín. Con ello, el manuscrito original del mercedario fue a parar en Inglaterra. En los años inmediatos, el honrado Wellington quiso devolver al restituido monarca Fernando VII sus propiedades así incautadas, pero con gran displicencia, éste le dijo que podía conservarlo todo. Por ese motivo, la *Historia general del Perú* permaneció en la residencia del noble inglés (y por eso mismo se le conoció en algún tiempo como "manuscrito Wellington"). (ESTEVE BARBA, 1999, p. 547; MURÚA, 1967, p. 10) Finalmente, en 1951 Manuel Ballesteros lo descubrió y lo dio a prensas un decenio después. (MURÚA, 1962; ADORNO, 2004, p. 48)

En 1983 el manuscrito fue adquirido por el Museo J. Paul Getty de Los Angeles, California, donde hoy se le resguarda como ms. Ludwig XIII 16. El Getty, que no era tanto el

pretendido "original" sino la versión definitiva que Murúa dejó lista para la imprenta, incluye hojas interpoladas con dibujos a página entera elaborados por Guaman Poma y otros, que originalmente formaron parte del manuscrito Poyanne.

Así, los especialistas han llegado al consenso de que estos dos textos no son en realidad libros diferentes, sino que se trata de fases sucesivas de revisión y edición de un solo concepto y una única obra. El Galvin, cuya factura se data en los años 90 del XVI, incluía cuatro partes: la historia del origen y genealogía de los "reyes y señores" del Perú; las proezas de sus hijos y descendientes; el gobierno de los Incas y la ulterior organización política española. En este primer borrador, que ostenta el título de *Historia y genealogía de los reyes Ingas del Pirú*, no siempre hay correspondencia entre el enunciado temático y el contenido y, como se ha dicho, presenta saltos e inconexiones en sus 145 folios. En cambio, el Getty, que es la "puesta en limpio" se fecha en 1613, se titula *Historia general del Pirú* y alcanza los 387 folios. Éste consta únicamente de tres libros: el primero el origen y hechos de los Incas, el segundo, sus creencias y prácticas rituales y el último la institucionalización española en el Perú, incluida la fundación de ciudades, más algunas notas sobre la acción mercedaria en los Andes. En éste, el texto fluye con mayor facilidad y presenta una disposición coherente y bien enlazada, que demuestra el arduo trabajo "editorial" al que lo sometió su autor.

FRAY MARTÍN DE MURÚA, FRAILE MERCEDARIO

Buena parte de lo que se narra en la *Historia general del Perú* indicaba que su autor era un hombre igualmente familiarizado con la historia preincaica que con la de la reciente transformación del Tawantinsuyu en el reino hispánico del Perú. Y si lo primero no era nada excepcional, ya que pudo haberse documentado – como de hecho lo hizo – en los trabajos de otros historiadores y cronistas de tradición indígena que lo precedieron, (SAAVEDRA INARAJA, 2006, II, p. 939-951) lo segundo, en cambio, sí revelaba que tuvo conocimiento y trato personal con aquello que puso en su historia. Así lo certificaban los dictámenes anexos de dos eclesiásticos de Charcas, quienes se referían a Murúa como cura y "comendador" (o encargado del convento) del pueblo de Huata, antes doctrinero de Cusco y residente fijo del Perú a lo largo de unas cinco décadas.

Para los criterios de su medio y época tal trayectoria bastaba para considerar al autor como una indiscutible autoridad en el tema, pues tanto en materia de libros como de juzgados y tribunales, el testimonio personal de un ministro de lo sagrado, y mayormente el de uno anciano y de tanta experiencia, era el más valioso y veraz de los que podían recabarse en la sociedad hispánica. Saltando a nuestros días y al seno del gremio histórico, es evidente que nosotros también acostumbramos conceder esta alta graduación de certidumbre a las

afirmaciones de aquellos religiosos que, sabiendo la lengua de los indígenas y habiendo trabajado muchos años entre ellos, recogieron noticias de su pasado y costumbres y las pusieron por escrito. Ciertamente que no, como antes, en razón de su respetable senectud o de su carácter de hombres consagrados a Dios, sino en la de los criterios de su cercanía, interés e hipotética comprensión de sus sujetos de estudio. Y para muestra, ahí está el sitial que hoy ocupan, por ejemplo, Motolinía o Sahagún en la historiografía del área mesoamericana. Sólo que solemos olvidarnos de que estos frailes no eran ni pretendían ser antropólogos ni etnólogos y que su interés en los indígenas no era académico, sino espiritual; pues todos los conocimientos que adquirieron sobre los naturales iban dirigidos a desarraigar su idolatría.

Siendo así, cabe plantearse si las circunstancias personales de Murúa fueron y son suficientes para validar *per se* la precisión, la objetividad y la veracidad de todos sus juicios históricos. La respuesta, desde luego, es negativa y para aquilatarlos hay que hacer antes una adecuada contextualización que atienda a los rasgos de su propio tiempo, a las condiciones en que se desarrolló su vida, a sus intereses particulares y a las eventualidades directas e indirectas que rodearon la elaboración de su obra. Veamos.

Fue Murúa un vasco, de la provincia de Guipúzcoa, cuya fecha de nacimiento se ignora, pero que algunos ubican alrededor de los años 30 del siglo XVI y que aún otros suponemos más tardíos. Es creencia común que se trasladó a América, ya

convertido en mercedario, alrededor de 1577; debió ser, como muchos otros integrantes de las barcadas de misioneros, un fraile relativamente joven – mediada la treintena –, ya profeso y totalmente ayuno a las realidades de las Indias. Hizo su arribo a un Perú que había superado las guerras civiles y que ahora experimentaba las sacudidas de la enjundia reformadora del virrey Toledo. Era aquel un mundo en reorganización que abría amplias perspectivas a los pioneros institucionales, como la orden de la Merced, que recientemente había erigido aquí jurisdicciones autónomas respecto de la provincia madre de España: las provincias de Lima y Cusco. Hasta ese entonces habían menudeado los pleitos entre los frailes indianos y los de la casa matriz de la península, pues, un día sí y otro también, éstos les remitían vicarios y visitadores, que – según se afirmaba – más que inspeccionar, tenían interés en meter en sus alforjas todas las limosnas y cosas de valor que pudieran hallar en la zona andina para llevárselas a la metrópoli.

Además, cabe indicar que, a diferencia de otros sitios donde los franciscanos eran los amos, en el Perú los mercedarios les habían precedido (1534), se habían extendido por la tierra y ostentaban primacía en muchos rubros, incluso tenían doctrinas de indios, lo que, efectivamente, les confería ingresos y considerable poder. Por irregularidades en el comportamiento de algunos religiosos, se suspendió el envío de mercedarios a las Indias en las décadas siguientes.

De algún modo ello puede corroborarse en los dichos de los expertos, que aducen que “por el ambiente de riqueza” en el que se había desarrollado la nueva provincia (LEÓN CÁZARES, 2004, p. 138) y por su reciente independencia respecto de la casa madre española, ya se presenciaban fenómenos de relajación entre los religiosos peruanos, lo que mucho preocupaba al maestro general mercedario. En concreto, se decía que, mucho más que el tiempo que destinaban a administrar espiritualmente a los indígenas, era el que invertían los frailes en pelearse por los puestos y prebendas, en hacer negocios particulares y en otras profanidades del mismo tenor.

Sin que se pueda precisar el orden y las fechas, pero sí hacer un acomodo según la jerarquía ascendente de sus funciones, la carrera eclesiástica americana de Murúa debió iniciarse en calidad de simple doctrinero en el poblado de San Salvador de Capachica, en las inmediaciones del lago Titicaca, seguir como vicario en el corregimiento de Aymaraes, en la vertiente oriental de los Andes, y muy posiblemente en la casi recién fundada ciudad de Chalhuanca, para culminar como sucesivo comendador de los conventos de Huerta, Yanaoca y Huata, pueblo este último del que también fue cura. Se sabe que vivió por años en Cusco, donde ya residía permanentemente desde 1606, que aprendió el quechua y el aymara, y que, desde luego, tuvo estrecho contacto con los naturales.

Respecto de cuánto lo envolvió e influyó el enrarecido ambiente de su provincia religiosa

sólo pueden sacarse conjeturas, en mucho apoyadas en el ríspido testimonio que de él dejó en sus propias páginas Felipe Guaman Poma, su conocido y coetáneo. Para empezar, el cronista mestizo lo retrató en una de sus ilustraciones (la 227), (GUAMÁN POMA DE AYALA, 2005, II, p. 524) ocupado en la minuciosa tarea de tundir con un palo la cabeza de una india tejedora y, para que no hubiese lugar a equívocos, asentó en una nota que el golpeador era el “fraile mercedario Morúa”. Ya en el texto reafirmaba que el susodicho, que era a la sazón comendador de Yanaoca, obligaba a las mujeres a hilar y a amasar para luego vender los productos entre la comunidad y los viandantes. Explicaba que sus métodos para fomentar el trabajo eran las amenazas, no raramente cumplidas, de crueles azotes y castigos y que para estas prácticas gozaba no sólo de la protección, sino incluso del visto bueno del padre provincial y también de los del corregidor local, que lo había hecho su juez comisionado. Es, pues, posible que Murúa hubiera sido uno de esos religiosos metidos a “empresarios” a los que denunciaba no únicamente Guaman, sino la mismísima correspondencia virreinal y de los cuales también nos han llegado ecos a través de los historiadores de la orden mercedaria.

En su *Nueva Corónica*, Guaman dedicó un apartado entero a dar cuenta de los abusos de los frailes, así que el caso de Murúa no es único incluido, si bien es cierto que su lugar ahí es indiscutiblemente estelar. No obstante, Guaman Poma era curaca y no se puede descartar

que su elevado estatus y los privilegios a él aparejados lo condujeran inevitablemente a chocar de frente con otros poderosos locales, como este padre doctrinero. Pudo tener, y casi seguramente tuvo, fricciones con Murúa a causa del control de la mano de obra de las mujeres de la comunidad que, para el curaca, equivalía a la disponibilidad de bienes y productos para establecer relaciones recíprocas de intercambio con otros jefes indígenas, en tanto que para fray Martín se trataba simplemente de una fuente adicional de ingresos personales.

En cuanto a esto mismo, como dice algún analista de la obra de Murúa, aun creyendo que lo que Guaman aseveró sobre él pudiera ser sólo parcialmente cierto, al menos nos ofrece un aspecto de la condición humana de fray Martín, bastante alejado del acartonamiento con el que habitualmente se han confeccionado las biografías de otros frailes escritores. (ESTEVE BARBA, 1999, p. 547) Aspecto que, por otra parte, apunta con claridad a la afanosa búsqueda de provecho individual.

Según piensan sus estudiosos, a fines del XVI, luego de casi un cuarto de siglo de foguearse como doctrinero de los indígenas del Perú, Murúa concibió la idea de servirse de su acervo de experiencia personal y de sus indagaciones sobre el pasado incaico para verterlo todo en una historia. ¿Cuáles serían sus motivaciones inmediatas y mediatas? Difícil de determinarlo, pero acaso fueron varias las que se conjugaron o bien las que sucesivamente fueron apareciendo en su mente a lo largo

del tiempo y éstas pudieron ser: el simple gusto por escribir, la familiaridad con el mundo los naturales y su deseo de divulgar noticias sobre él, la emulación y la tentativa de superar a otros cronistas a quienes había leído y finalmente, la posibilidad de cosechar con este trabajo la fama, la celebridad y también algunas apetecibles recompensas mundanas.

Lo último parece entrar en sintonía con los poquísimos datos adicionales que hay sobre Murúa. Se tiene por un hecho que después de desempeñar los cargos referidos, su carrera siguió en ascenso y, a la postre, debió constituirse en una de las grandes figuras de su orden, pues, alrededor de 1611 se le designó elector general de las provincias del Perú para el capítulo general (o asamblea plenaria) de los mercedarios, que debía realizarse en España antes del verano de 1615. En dichas juntas, los representantes de todas las regiones elegían a su ministro o maestro general y también tomaban resoluciones sobre el gobierno y administración de la institución entera. Esto quiere decir que los hermanos del Perú (en sus dos provincias de Los Reyes y Cusco) habilitaron a Murúa con voz y voto para argumentar y decidir sobre el futuro político de la comunidad, lo que deja ver el prestigio que había alcanzado. De ahí a presuponer que fray Martín determinó aprovechar esta encomienda oficial y el borrador de su historia, que por entonces ya había terminado, como medios para coronar su carrera de clérigo mercedario, no hay más que un paso. Murúa volvía a España, a Madrid, sede de la corte y del

generalato de la orden de la Merced, donde siempre podría negociar una posición más ventajosa que la que ya ocupaba. Por ejemplo: aspirar a la de confesor en la corte, a la de canónigo de alguna catedral e incluso ¿por qué no? a la de obispo en diócesis peninsular o indiana. Y en esto último tenía antecedentes que podían darle esperanzas.

DE CÓMO LA PLUMA CONQUISTA BENEFICIOS

En 1589 el dominico novohispanofray Agustín Dávila Padilla había iniciado la escritura de su *Historia de la fundación y discurso de la provincia de Santiago de México*. Para 1591, cuando ya era calificador del Santo Oficio de México, el religioso solicitó y obtuvo una información sobre su genealogía y limpieza de sangre (AGN, Inquisición, 194, exp. 8). Por otro lado, era fama que tenía buena relación con las altas esferas de la orden y que gozaba de la estima del padre general, residente en Madrid. Así, en 1592, al acabar su libroy al haber obtenido las aprobaciones de rigor, sólo restaba entregarlo a la imprenta. Empero, con el argumento de que en la Nueva España había “falta de papel” – esperadas remesas que, según se decía, no llegaron en la flota de ese año – se resolvió que Dávila Padilla debía viajar a la metrópoli para publicarlo. Esto se hizo en 1596 y, a la vuelta de un lustro escaso, es decir, en 1601, fray Agustín era ya arzobispo en Santo Domingo. (MILLARES CARLO, 1986, p. 189) Nada en tal lista de sucesos –salvo quizá la falta de papel para

impresión— parece fortuito, sino más bien un esquema bien organizado para la consecución de un beneficio personal (en el caso del autor) y corporativo (en el caso de la orden dominica).

Una figura geográficamente más próxima a fray Martín de Murúa, dado que fue nativo del Cusco, era la del Inca Garcilaso de la Vega, quien en 1605 había publicado en Lisboa *La Florida del Inca*, y en 1609 sus *Comentarios reales*. Y aunque es verdad que, desde el punto de vista material, estas ediciones no le reeditaron nada al Inca, sí acabaron por consolidar firmemente su fama entre la comunidad peninsular de “letras y ciencias”. (VEGA, 1991, p. XXX)

Simultáneamente con la labor de Murúa, se desarrollaba en la lejana Nueva España la del franciscano Juan de Torquemada, que cristalizó en su monumental *Los veintiún libros rituales y Monarquía indiana*. Desde el tiempo en que fray Juan se afanaba todavía en la escritura de sus pliegos, ya era muy publicitada su obra, tanto en el seno de su orden como fuera de ella. A grado tal que, en 1609 el comisario general de Indias, fray Bernardo de Salvá, cuya sede estaba en Madrid, le mandaba al autor, por voto de obediencia, que tomase los textos precedentes (el de Gerónimo de Mendieta, entre otros) para apoyar su crónica. Esa misma carta del comisario anticipaba a la culminación del escrito y planteaba abiertamente los detalles de la futura publicación. “Porque estamos informados que sin muchos gastos y dificultades no se podría en esos reinos imprimir la dicha historia, en

acabándola vuestra reverencia nos la remitiría para que en su nombre la hagamos imprimir acá". (TORQUEMADA, 1976, VII, p. XII)

Pero, al igual que en su momento hiciera el dominico Dávila Padilla, en vez de mandar el texto como lo había pedido el comisario Salvá, Torquemada se embarcó rumbo a la península ibérica en 1614, llevando consigo el voluminoso cartapacio, que fue a entregar personalmente a los impresores de la ciudad de Sevilla. En premio a su diligencia, la *Monarquía indiana* se pudo leer en moldes de imprenta desde 1615 y con ello, su autor ganó la gloria y la memoria secular que esperaba. Así lo expuso paladinamente en el prólogo a su libro XV: "por cuanto no nos permite el cielo que vivamos por siempre, es bien que dejemos alguna cosa, en la cual corra nuestro nombre por muchos siglos. Y esto hace a muchos que escriban, y a mí me ha puesto ánimo a que haga lo mismo". (TORQUEMADA, 1968-1976, V, p. 14)

Es perfectamente posible que – descontando el de Torquemada – fray Martín de Murúa haya sabido de estos casos y haya confiado, a su vez, en alcanzar algo con su trabajo histórico.

Esto es lo que parece inferirse del hecho de que algunos curacas y principales del Cusco conocían su obra desde que estaba en preparación. Los mismos señores escribieron a la Corona – y entre los firmantes se contaba el propio Guaman Poma de Ayala, cuando aún sostenía relaciones cordiales con el fraile mercedario – solicitando que se publicase la obra de Murúa, que ellos

habían visto y autorizado, pues tal edición serviría para "inmortalizar la memoria y nombre de los grandes señores, por sus hazañas." (CÓDICE MURÚA, 2004, p. 16)

El destino de la *Historia general del Perú*

Las presunciones que ya se han expuesto se apuntalan adicionalmente en la circunstancia de que el viaje de fray Martín hacia España no discurrió por la ruta habitual que, tomando rumbo norte, consistía en subir hasta Panamá a través de unas 450 leguas (o 2 600 km) para abordar ahí un navío. Muy por el contrario, el padre elector de las provincias peruanas de la Merced optó por un camino áspero, durísimo y muy largo: el del sur. Éste lo hizo bajar al altiplano, pasar por Charcas, cruzar en diagonal a Tucumán, descender por Córdoba, atravesar la Pampa y llegar a Buenos Aires, donde finalmente podría embarcarse para el viaje trasatlántico. Era un complicado trayecto terrestre de unas 600 leguas (es decir, 3 300 km), cruzando elevadas montañas y valles, sin caminos que merecieran tal nombre y plagado de incontables riesgos. Murúa era ya un fraile anciano, pues en el mejor de los casos habría sobrepasado los 70 años, así, el único estímulo posible para que hubiera resuelto emprender semejante travesía era el que más tarde demostraron los hechos: recoger a lo largo de ella todas las aprobaciones posibles para su escrito, de puño y letra de cuanto dignatario eclesiástico y civil de relieve se encontrase.

Pero esto, realmente, no era un requisito indispensable. En aquella época, para que un eclesiástico, o cualquier persona, publicase un libro era imperativo primero pedir "licencia", que se solicitaba – en el caso de las Indias – al virrey o a la Audiencia. La autoridad civil lo turnaba luego a la censura eclesiástica (hoy diríamos dictamen) (AGÚNDEZ FERNÁNDEZ, 2005, p. 9-10; GARCÍA PÉREZ, 1998, p. 198-199), de un número variado de clérigos comisionados por el obispo local que luego entregaban su opinión por escrito a éste, a fin de que, si no había objeciones, se expidiese al interesado el permiso. De acuerdo con ello, habría bastado con que el virrey del Perú y el diocesano de la ciudad de Los Reyes le hubieran dado el visto bueno a la obra de Murúa, una vez recibidos los pareceres aprobatorios reglamentarios de el o los clérigos encargados de ello. Pero no aconteció así y esto confirma que Murúa tenía ya decidido otro itinerario y otro sitio para publicar su obra.

Así, al bajar de Cusco, obviamente no se dirigió al norte, a la ciudad de Los Reyes, sino que enfiló al meridión, hacia la diócesis de La Plata o Charcas (hoy Bolivia). Paró primero en Ylabaya (en la frontera del actual Chile), luego en la misma La Plata (Sucre), donde se detuvo un año entero. Para marzo de 1613 estaba en Potosí y a continuación abandonó el Alto Perú para emprender un largo periplo que, el año de 1614, lo puso en Tucumán, de donde, por fin, se dirigió a Buenos Aires. (MURÚA, 1987, p. 8-10)

En su prolongada andadura de un bienio (1612-1614) se hizo de

diez aprobaciones: la del cura de Ylaba y comisario del Santo Oficio, Martín Domínguez; la del visitador general fray Pedro González, la del canónigo Alejo de Benavente Solís, la del maestro de capilla Gutierre Fernández y la del arzobispo don Alonso de Peralta, todos de la diócesis de La Plata; la del cura de La Paz, fray Diego Guzmán; la de los mercedarios del Potosí, fray Luis Carrillo, fray Baltasar de los Reyes y la del provincial local, fray Pedro de Arce; la del gobernador de Tucumán, Luis de Quiñones y la del comisario del Santo Oficio en Buenos Aires, Francisco de Trejo.

A excepción del gobernador de Tucumán, todos los declarantes pertenecían al estado clerical y los más, eran gente experimentada en el trato con indígenas. Entre los más altos dignatarios, figuraban un arzobispo y un gobernador, a quienes seguía en jerarquía un provincial mercedario; más abajo venían los comisarios de la Inquisición, los miembros de cabildo catedral (visitador, canónigo y maestro de capilla) y cerraban la lista escalafonaria los frailes doctrineros. Era éste un selecto y nutridísimo grupo de dictaminadores.

Con su texto y sus cartas-recomendación, al iniciarse el año de 1615 fray Martín de Murúa se hizo a la vela rumbo a España. Llegó oportunamente para el capítulo mercedario, realizado en Calatayud el 13 de junio. En el transcurso de él, Murúa debió haber hablado de su historia con el nuevo maestro general, fray Francisco de Ribera, un buen conocedor de la realidad americana, puesto que hacía poco había sido vicario en Indias. Ribera

recibió el texto y lo dio al dictamen del famoso cronista de la orden, fray Alonso Remón, quien formuló una opinión elogiosa sobre él. Y tiene que haber sido de aquí, de la misma curia general de la orden de la Merced, de donde la *Historia general del Perú*, yaseñada y rubricada por Ribera, saliera rumbo al real palacio.

Naturalmente, en manos de la autoridad regia, la obra fue sometida a un proceso de censura, que expurgó proposiciones “no adecuadas” desde los puntos de vista político y religioso; de los primeros, las injusticias de la Conquista, de los segundos, el recuento de ritos idolátricos de los incas. (ADORNO, 2004, p. 58ss) A los pocos meses, don Pedro de Valencia, cronista oficial del rey Felipe III – y el mismo que, poco antes diera el visto bueno a la *Monarquía indiana* de Torquemada – entregó un nuevo parecer aprobatorio que el soberano tomó en cuenta para firmar la autorización final, con la que el manuscrito podría, por fin, entrar a prensas. (ADORNO, 2008, p. 57)

Esto último acaeció el 26 de mayo de 1616, y sin embargo, la obra de Murúa quedó inédita. No se sabe qué aconteció, pero todo parecería indicar que fray Martín falleció por estas fechas o poco después y es cosa sabida que, sin la diligente promoción del principal interesado, que es el autor mismo, y por muchas que sean sus excelencias, poco puede hacer un manuscrito para imprimirse solo. Y así, la *Historia general del Perú* tuvo que esperar otros 300 años para llegar a los moldes tipográficos y con ellos a la difusión que, algún día,

quiso darle el mercedario fray Martín de Murúa.

CONSIDERACIONES FINALES

El orden de la sociedad hispánica en la que vivió Murúa era jerárquico y estamental. En ella, el honor venía aparejado a una cuna hidalga; pero la fama, la gloria o el mérito se alcanzaban mediante una buena reputación y actos importantes de servicio al rey. Para demostrar sus calidades, su pertenencia a un estrato superior y, de paso aspirar o conseguir cargos o beneficios materiales, los laicos disponían de instrumentos protocolizados, como los informes de pureza de sangre y las relaciones de méritos y servicios. Y, según se ha visto en el caso de Dávila Padilla, no era que los eclesiásticos tuvieran vedado el acceso a ellos, sino que, en razón de su estado o condición, sus probanzas, preferentemente, tenían que ser de distinto tenor o, por decirlo de algún modo, habían de tener un sesgo mucho más “espiritual” o “intelectual” que las de los seglares. Por descontado que las relaciones de limpieza de sangre y méritos de los clérigos no hacían referencia a descubrimientos, conquistas, ni a servicios pecuniarios al monarca, sino a su insigne linaje, a los méritos y servicios de sus padres y abuelos, a sus propios grados universitarios, a su lucimiento en la cátedra, o bien, a aspectos pastorales que les diesen relieve, como el hábil desempeño en el púlpito, en la prédica o en los oficios en catedrales, pero en este rubro también servía de mucho ser autor

de obras o tratados célebres. Y todo ello entraba en la categoría, potencialmente recompensable por la gracia regia, de actos de servicio a Dios y al soberano.

Desde luego, no me consta, ni asumo que Murúa hubiera recurrido jamás a notario o juzgado alguno para levantar una información de limpieza de sangre y de genealogía – quizá en principio porque su estirpe no era de hidalgos – ni tampoco afirmo que pergeñó una historia del mundo incaico con el exclusivo propósito de usarla como resorte impulsor para llegar a las cumbres en la escala de la clerecía indiana. Y, no obstante, a la vista de los indicios y hechos aquí presentados, me parece claro que, en algún momento, a lo largo del proceso de su elaboración perfectamente pudo ir imaginando las posibilidades de aprovecharla y que, en la coyuntura de su viaje a la península, decidió probar fortuna con ella, tanto por el buen nombre de su instituto religioso, como en el de sí mismo. Finalmente ¿qué se lo impedía?... si ya tenía una trayectoria bastante lustrosa como

doctrinero y como prelado mercedario en Indias ¿por qué no apostar para obtener otro premio aun mayor? Ejemplos había otros bien conocidos.

Pero, para efectos de la historia, mucho más importante que esto, sería determinar cuánto de su proclividad a sacar partido de las situaciones y a destacar sus propios merecimientos pudo haber influido en aquello que registró en su *Historia general del Perú*, aunque sé que éste es un asunto que habría que tomarse con más miramientos y que demandaría exámenes más profundos y ponderados de la obra. Y, sin embargo, se me ocurre, por citar sólo un ejemplo, que sus roces y rivalidades con Guaman, y tal vez con otros señores principales, bien pudieron sesgar, o matizar al menos, sus pareceres y veredictos respecto del papel que desempeñaban los curacas en el seno de las comunidades indígenas, puesto que hoy sabemos que sus opiniones a este particular no eran ni podían ser neutras o desinteresadas.

Referencias

- ADORNO, Rolena. Estudiosos y censores de la *Historia general del Perú* (1611-1613) de fray Martín de Murúa. *Letras*, Lima, año 85, n. 107-108, p. 47-72, 2004.
- _____; BOSERUP, Ivan. The Making of *Historia General del Perú*. In: CUMMINGS, Thomas B. F.; ANDERSON, Barbara (Ed.). *Essays on the making of Martin de Murúa's "Historia general"*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2008, p.7-75.
- AGÚNDEZ FERNÁNDEZ, Antonio. *Estudio jurídico del plagio literario*. Granada: Comares, 2005.
- CAINE, Barbara, *Biography and History (Theory and History)*. New York: Palgrave-McMillan, 2010.

CHAMBERLAYNE, Prue; BORNAT, Joanna; WENGRAF, Tom. *The turn to biographical methods in social science: comparative issues and examples*. New York: Routledge, 2000.

CÓDICE MURÚA: historia y genealogía de los reyes incas del Perú del padre mercenario fray Martín de Murúa. Ed. Juan Manuel Ossio. Madrid: Testimonio, 2004. 2 v.

DOSSE, François. *El arte de la biografía*. México: Universidad Iberoamericana, 2007.

_____. *La apuesta biográfica: escribir una vida*. Valencia: Universitat de Valencia, 2007.

ESTEVE BARBA, Francisco. *Historiografía indiana*. 2. ed. Madrid: Gredos, 1992.

GARCÍA PÉREZ, María Sandra. Imprenta y censura en España desde el reinado de los Reyes Católicos a las Cortes de Cádiz: un acercamiento a la legislación. *Boletín de la ANABAD*, t. 48, n. 2, p. 198-199, 1989.

GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe. *Nueva corónica y Buen gobierno*. Edición y prólogo de Franklin Pease. Lima: FCE, 2005. 2 v.

LÄSSIG, Simone. Toward a biographical turn? Biography in Modern Historiography-Modern Historiography biography. *German Historical Association Bulletin*, n. 35, p. 147-155, Fall 2004.

LEÓN CÁZARES, María del Carmen. *Reforma o extinción: un siglo de adaptaciones de la orden de Nuestra Señora de la Merced en Nueva España*. México: UNAM, 2004.

MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor y elites*. Madrid: Siglo XXI, 1984.

MILLARES CARLO, Agustín. *Cuatro estudios biobibliográficos mexicanos*. México: FCE, 1986.

MURÚA, Martín de. *Historia de los incas, reyes del Perú, por el R. P. Fr. Martín de Morúa, de la Orden de la Merced; crónica del siglo XVI*. Lima: Sanmartí, 1922-1925. 2 v.

_____. *Historia del origen y genealogía real de los reyes Incas del Perú* Introducción, notas y edición Constantino Bayle. Madrid: CSIC, 1946.

_____. *Historia general del Perú*. Introducción y notas Manuel Ballesteros Gaibrois. Madrid: Historia, 1987.

_____. *Historia general del Perú: origen y descendencia de los incas*. Introducción y notas Manuel Ballesteros Gaibrois. Madrid: Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo, 1962-1964. 2 v.

_____. *Los orígenes de los Incas*: crónica sobre el antiguo Perú escrita en el año 1590 por fray Martín de Murúa. Estudio bio-bibliográfico sobre el autor Raúl Porras Barrenechea. Lima: D. Miranda, 1946.

PORRAS BARRENECHEA, Raúl. *Los cronistas del Perú (1528-1650) y otros ensayos*. Prólogo y edición Franklin Pease. Lima: Banco de Crédito del Perú, 1986.

SAAVEDRA INARAJA, María. La obra de Martín de Murúa: fuentes de los dos manuscritos. In: SÁNCHEZ BAENA, Juan José; PROVENCIO, Lucía (Ed.). CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE AMERICANISTAS: El Mediterráneo y América. 11., 2004. *Actas...*, Murcia: Editora Regional de Murcia, 2004. 2 v.; v. 2, p. 939-951.

TORQUEMADA, Juan de. *Monarquía indiana*. México: UNAM-IIH, 1969-1976. 7 v.

VEGA, Inca Garcilaso de la. *Comentarios reales*. 3. ed. Prólogo Aurelio Miró Quesada. Caracas: Ayacucho, 1991.

UM FRANCÊS ENTRE MÉXICO E BRASIL: PIERRE VERGER E OS FOTOLIVROS *AU MEXIQUE* (1938) E *BRÉSIL* (1950)

Carlos Alberto Sampaio Barbosa¹

Resumo

Entre as décadas de 1930 e 1950 o fotógrafo francês Pierre Verger (1902-1995) viajou fotografando o mundo. Seu trabalho neste período estava vinculado ao projeto do Musée de L'Homme de Paris dirigido por Paul Rivet. Como resultado dessas viagens publicou uma série de fotolivros. Entre eles estão *Au Mexique*, com introdução e notas de Jacques Soustelle, publicado em 1938 e *Brésil*, em 1950, ambos provavelmente da mesma série editada por Paul Hartmann em Paris. O objetivo desse texto é refletir sobre a importância dos fotolivros na construção de uma cultura visual latino-americana e como este fotógrafo ajudou a elaborar uma identidade visual nos dois países na primeira metade do século XX.

Palavras Chave

Pierre Verger; Fotolivros; Cultura visual.

Abstract

Between the 1930s and 1950s, the French photographer Pierre Verger (1902-1995) travelled around the world taking photographs. His work in that period was attached to the project of the Musée de L'Homme in Paris, directed by Paul Rivet. As result of his travels, he published a series of photobooks. Two of those are *Au Mexique*, with introduction and notes by Jacques Soustelle, published in 1938, and *Brésil*, in 1950, both probably from the same series edited by Paul Hartmann in Paris. The aim of this text is to reflect on the importance of the photobooks for the construction of a Latin American visual culture and how this photographer helped to create a visual identity in both

countries in the first half of the 20th century.

Keywords

Pierre Verger; Photobooks, Visual culture.

Na primeira metade do século XX os países latino-americanos passam por profundas modificações tanto sociais, políticas como culturais. As transformações são marcantes, devido, em especial, a um desenvolvimento da industrialização, e ao modelo de substituição de importações, a configuração de um mercado interno ampliado pelo deslocamento de uma população camponesa para o mundo urbano e a chegada de levas de imigrantes. Ao longo deste período vive-se uma mudança nas cidades, que se transformaram rapidamente ao mesmo tempo em que surge uma indústria cultural de massa e seus respectivos dispositivos como o cinema, as revistas e livros ilustrados ou fotolivros, o rádio e posteriormente a televisão. Estes elementos representavam o modo moderno de sociabilidade urbana que dá origem a novos padrões de visualidade e a uma pedagogia do olhar neste espaço em metamorfose. Embora estas mudanças tenham se iniciado ainda no final do século XIX, elas se potencializaram durante o século XX em especial entre as décadas de 1920 e 1930 que possibilitam uma sensibilidade visual distinta da anterior. Estas transformações atingem um momento decisivo entre as décadas de 1930 e 1950.

As balizas temporais desse artigo se centram justamente entre

¹ Graduado e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutor em História pelo Centro de Ciências Humanas e Sociais do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) (Espanha). Professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), câmpus de Assis. E-mail: casb@assis.unesp.br

estes dois momentos: as décadas de 1930 e 1950. Afinal, será nestes anos que se desenvolve uma cultura visual que predominará ao longo do século XX no continente americano, consubstanciada nas películas do cinema, por fotografias, e imagens levadas a cabo por anúncios publicitários, estampadas em livros, cartazes e impressas nas revistas culturais ou mesmo em reformas urbanas com novas conformações arquitetônicas. Julgo que neste momento se estabelece uma cultura visual gestora de um novo imaginário político e identidade nacionais e transnacionais. Será esse um momento privilegiado para se examinar como se constituíram repertórios visuais comuns e a circulação de imagens e o surgimento de uma cultura visual tanto no Brasil como no México partindo da hipótese de que ainda que existam dificuldades nos contatos entre ambos os países, ocorreu uma circulação de propostas e projetos políticos e culturais.

A proposta desse texto é enfocar dois momentos decisivos de ambas as sociedades na formação desta visualidade. Os trinta anos que vão do chamado renascimento mexicano dos anos 1920, posterior a Revolução Mexicana com a fase heróica do muralismo ao apogeu do cinema mexicano consubstanciado no que ficou conhecido como a Era de Ouro do Cinema Mexicano na década de 1950. No caso do Brasil o momento que gira em torno da Semana de Arte Moderna e seus desdobramentos na década de 1920 e 1930 até a era das bienais (ALAMBERT; CANHÊTE, 2004, p. 21) e da consolidação do cinema inserido

na indústria cultural de massa e de um mercado produtor e difusor de fotolivros nos anos de 1950.

Para tanto nesse artigo vamos delimitar nossa análise em um produto específico o fotolivro. O fotolivro por definição é mais do que um livro ilustrado; é resultado de um esforço de um autor (fotógrafo ou não) na organização de um conjunto de fotografias tendo em mente uma narrativa iconográfica com o intuito de produzir um discurso visual. Os fotolivros em geral possuem, portanto um projeto gráfico em sintonia com o material imagético, tornando-se um produto cultural e um modelo de expressão. (FERNÁNDEZ, 2011; PARR; BADGER, 2010)

Os fotolivros por sua própria característica são elementos de circulação de idéias e projetos estéticos, políticos e culturais. São vendidos, doados, emprestados, portanto são mais suscetíveis de circular, ao contrário, por exemplo, das exposições que duram pouco e atingem um número menor de pessoas. Existem poucos trabalhos, notadamente no campo da história, que se voltam para os fotolivros, que só recentemente têm se tornado objeto de estudos mais aprofundados.

Segundo Fernández (2011, p. 11-27), embora pouco conhecidos, existe uma gama diversificada de fotolivros na América, com destaque para algumas temáticas mais recorrentes, tais como os fotolivros de denúncia (frutos em geral de projetos de artistas engajados); publicações engajadas sejam de protestos ou memória; fotolivros de propaganda governamental;

fotolivros de registro da paisagem; fotolivros da paisagem urbana, ou seja, aqueles que possuem a cidade como temática principal; fotolivros de fotógrafos nacionais e estrangeiros com fins antropológicos, etnográficos, arqueológicos, fotolivros com fins turísticos, de divulgação de tipos populares ou folclóricos, buscando o exótico; e fotolivros artísticos. Enfim, o fotolivre representa um elemento importante neste complexo universo da elaboração de uma cultura visual latino-americana.

O objetivo aqui é investigar como se constitui uma cultura visual na América Latina no século XX por meio dos fotolivros através de estudo crítico dos fotógrafos, do seu contexto social, cultural e político das obras. Atenção especial será dada ao projeto gráfico desses livros: composição, seleção das imagens, impressão, encadernação e narrativa fotográfica. Procura-se também estabelecer o diálogo com outros discursos iconográficos (cinema, gravura, pintura, entre outros) e com outros fotógrafos e fotolivros. Esse trabalho é um recorte de uma pesquisa maior em que investigo de forma comparada a cultura visual de Brasil e México na primeira metade do século XX. Enfim a proposta aqui é analisar a publicação de dois fotolivros de Pierre Verger sobre o México (*Au Mexique*, 1938) e o Brasil (*Brésil*, 1950) ambos publicados pelo editor Paul Hartmann em Paris em um intervalo de 12 anos.

ENTRE A FOTOGRAFIA E A ETNOLOGIA: PIERRE VERGER FOTÓGRAFO DA EXPRESSÃO BRUTAL DO HUMANO

Pierre Edouard Léopold Verger nasceu na França em Paris em 1902, no seio de uma família burguesa de origem Belga e Alemã proprietária de uma tipografia. Com a morte de seu pai em 1915 a administração dos negócios passa para seus tios até 1930 quando a empresa faliu. Seus primeiros anos de vida foram marcados pela morte de sua família; além do pai, seus dois irmãos mais velhos morrem em 1914 e 1929 e sua mãe em 1932. A morte de sua mãe foi um marco em sua vida; com o desaparecimento do último vínculo familiar decide viajar, atividade que será uma constante ao longo de sua vida².

Os anos entre 1930 até 1950 foram intensos e decisivos em sua vida e como compreende o período das publicações aqui investigadas apresentaremos de forma mais detalhada.

Em 1932 aprende a fotografar com seu amigo Pierre Boucher e adquire sua primeira máquina, uma *Rolleiflex*, equipamento que vai acompanhar por quase toda a vida. Inicia uma constante em sua vida: as viagens e a fotografia. Passa pela ilha da Córsega, depois a União Soviética, e em seguida vai para as Ilhas do Pacífico Sul, queria seguir os passos de seu conterrâneo Paul Gauguin. Em 1934 de volta a Paris ocorre outro encontro decisivo com Georges-Henri Rivière assistente do diretor do Museu de Etnografia do Trocadero, que naquele momento organizava uma exposição sobre as Ilhas da

² Para a composição desse segmento utilizei muito o livro de LODY; BARADEL (2002).

Oceania, que acaba utilizando algumas de suas fotografias. Verger acaba admitido como colaborador voluntário sendo encarregado do laboratório de fotografia. Os antropólogos, etnólogos e pesquisadores do museu julgaram que ele já possuía experiências de viagens e registros fotográficos relevantes para trabalhar na instituição. Seus primeiros trabalhos foram ampliações feitas a partir de negativos realizados por Alfred Métraux, para uma exposição sobre a população da Ilha da Páscoa no Pacífico, organizada George-Henri Rivière. Esse evento marca o início de uma relação não só com o museu, mas com toda a equipe que posteriormente dará origem ao Museu do Homem³.

Em seguida terá sua primeira experiência como fotojornalista ao fazer uma viagem ao redor do mundo financiado pela revista *Paris Soir*. Nesta viagem passa por diversas cidades dos Estados Unidos, em seguida vai para a Ásia: Japão, China e Filipinas. Em seguida, é enviado a Londres para fazer um ensaio para a revista francesa, oportunidade em que vende algumas imagens para o jornal *Daily Mirror*. Em seguida junto com seu amigo Pierre Boucher e outros fotógrafos (René Zuber, Emeric Feher e Denise Bellon) cria a *Alliance Photo*, precursora da *Agência Magnum*. Posteriormente se junta a eles os fotógrafos Robert Capa e Henri Cartier Bresson. Embora venha a trabalhar para várias revistas ilustradas importantes da época, como *Life* (1937), *Match* (1938), *Argentina Libre* e *Mundo Argentino* (1941 e 1942), e já no Brasil *O*

Cruzeiro (1946-1950), nunca se considerou um fotojornalista.

Após uma viagem de bicicleta pela Espanha em 1935, um ano antes da eclosão da Guerra Civil, encontra o editor Paul Hartmann (falaremos deste em seguida) que o convida para publicar suas fotografias em sua coleção de livros. Será o início de uma colaboração de mais de 30 anos e diversas publicações. Após a Espanha, vai à Itália e, novamente, mais dois livros são publicados na coleção. No final desde ano faz sua primeira jornada à África, se encantando pelo continente e em especial a África subsaariana (negra).

Sua vida transumante continua com nova viagem, agora o destino é a América Latina: primeiro Cuba, depois Martinica, Guadalupe, Trinidad, República Dominicana e México. Nesse último país percorre do centro ao sul, de Teotihuacán "onde os Deuses vivem" até Xochimilco, depois Oaxaca, Tehuantepec, Taxco e Yucatán. Compara os vulcões com a comida "picante" e a tequila, ficando admirado com as diversas facetas da cultura mexicana, tais como as touradas, os bailes e suas danças, os festivais com sua musicalidade, mas principalmente a mescla das culturas e da religiosidade ibérica e pré-hispânica.

Volta a Paris a tempo de fotografar a Exposição Universal de 1937 e suas imagens são selecionadas para a histórica exposição *Fotografias 1839-1937*, organizada por Beaumont Newhall, no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque e além de 48 de suas imagens serem selecionadas pela revista *Art*

³ O Museu do Homem foi concebido como parte da Exposição Internacional de 1937 e é herdeiro do Museu Etnográfico do Trocadero contava com uma equipe etnólogos como Alfred Métraux, André Leroi-Gourhan, Maurice Leenhardt, Marcel Griaule, Michel Leiris, Jacques Soustelle que participavam dos seminários de Marcel Mauss no Institut d'Ethnologie, da Université de Paris nos anos 1920. O Museu será importante nesse momento da história francesa, pois será dentro dele que se concebem novas estratégias e propostas metodológicas de trabalho de campo que terá reverberações na museografia a partir da reformulação que esta instituição passa quando assume Paul Rivet (1937-1938). Paul Rivet (1876-1958) foi um antropólogo francês com trabalhos de pesquisa nos anos 1920 em países andinos. Em 1929 torna-se professor de Antropologia no Museu Nacional de História Natural e diretor do Museu Etnográfico do Trocadero. Em 1937 reorganiza com George-Henri Rivière as coleções de antropologia física e de etnologia desses museus, no âmbito do novo Museu do Homem que passa a dirigir. Militante socialista durante a ocupação alemã da França, refugia-se na América

et métiers graphiques. Segue sua vida errante visitando a China, Filipinas, Indonésia, Vietnã, Camboja e Laos. Em seguida novamente pela América Latina: México, Guatemala, Panamá, Equador, Peru, Bolívia, Argentina e Brasil. De nosso país faz pela primeira vez a travessia do Atlântico. Desembarca no Senegal, lá conhece Théodore Monod diretor do Instituto Francês da África Negra (IFAN), tornando-se rapidamente amigo desse outro personagem fundamental em sua vida. Aproveita a estadia em terras africanas para conhecer outros países e regiões, mas decide voltar para a América do Sul. Estabelece-se em Buenos Aires onde consegue viver das fotografias publicadas nos periódicos *Argentina Libre* e *Mundo Argentino*.

Entre 1942 e 1946 transfere-se para Lima onde consegue um posto como fotógrafo do Museu Nacional de Lima graças a sua experiência e contatos do Museu do Homem. Realiza ensaios fotográficos encomendados por empresas (Rubber Development Corporation e Cerro de Pasco Copper Corporation). É desta época o fotolivro *Fiestas e danzas en el Cuzco y en los Andes*, publicado pela Editorial Sudamericana em 1945 com textos do historiador e antropólogo peruano Luis Eduardo Valcárcel, um dos protagonistas do indigenismo peruano. (FERNÁNDEZ, 2011) Esta será uma constante em suas publicações: a colaboração com antropólogos, sociólogos e pesquisadores de cada um dos países fotografados para realizarem os textos que acompanham sua produção iconográfica.

Em 1946, depois de uma viagem pela Bolívia, chega ao Brasil, passa por São Paulo e encontra mais uma pessoa que terá muita importância em sua vida, Roger Bastide, na época professor da Universidade de São Paulo (USP). Através da ajuda de Vera Pacheco é contratado como fotógrafo da revista semanal *O Cruzeiro*. Trabalho que a despeito de sua relutância em ser fotojornalista mantém até 1950, segundo ele, porque nesta publicação nunca teve restrições a sua liberdade artística. Por indicação de Bastide e pela leitura do romance *Jubiabá*, de Jorge Amado, vai para Salvador.

A Europa vivia o pós-Segunda Guerra Mundial, e a descoberta desse mundo africano do outro lado do Atlântico o deixou encantado. A cidade de Salvador então foi escolhida para ser sua casa depois de muitos anos de peregrinação. A população era um dos seus focos de atenção há muito tempo em suas viagens. Na capital da Bahia a forte presença da população negra que predominava na cidade chamou-lhe a atenção, em especial as semelhanças de elementos culturais em comum com a população do Golfo de Benin que havia conhecido quando esteve na África. Descobre o candomblé e começa a estudar o culto dos orixás, o que o levou a ganhar uma bolsa de estudos junto ao IFAN, intermediado pelo amigo Théodore Monod, para investigar a religiosidade de origem africana. Com este objetivo volta à África em 1948.

Na África com o aprofundamento de seus estudos e a aproximação com os sacerdotes e autoridades acabou sendo iniciado como babalaô – uma espécie de

Latina, oportunidade em que cria o Museu de Etnografia de Bogotá e o Instituto Francês da América Latina no México. (SEGALA, 2005)

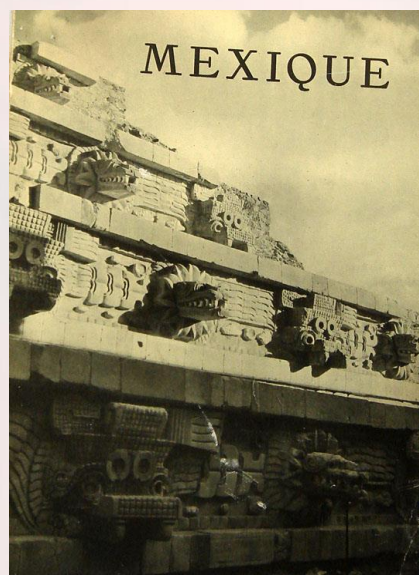
adivinho através do jogo do Ifá – fato que abriu as portas às tradições orais dos iorubas. É dessa época o convite do IFAN para escrever sobre sua investigação. A partir de então passa a viver entre a África e Salvador no Brasil. Por volta de 1953 já havia produzido aproximadamente dois mil negativos como resultado de sua pesquisa fotográfica. Entretanto gradativamente passa a dedicar-se mais ao estudo da história, costumes e principalmente a religião praticada pelos povos iorubas e seus descendentes tanto na África Ocidental assim como na Bahia, em detrimento da fotografia.

Segundo suas próprias palavras, a obrigação de escrever diminui sua produção de imagens. A partir destes anos podemos falar que faz a transição de fotógrafo para o etnólogo, antropólogo e historiador. Em 1968 defende sua tese na Sorbonne, junto ao departamento de

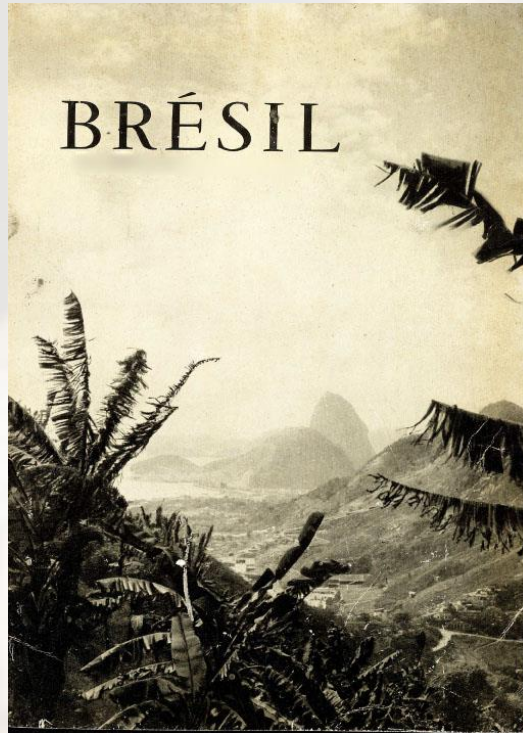
Estudos Africanos, denominada *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benim e a Bahia de Todos os Santos, do século XVII ao XIX*, um clássico da história das relações entre a África e o Brasil. Embora nunca tivesse uma carreira universitária regular torna-se professor visitante de algumas universidades e professor da Universidade Federal da Bahia (1974), além de participar da criação do Museu Afro-Brasileiro em Salvador em 1982.

Ao longo de sua vida manteve longas amizades e correspondências com colegas e amigos de ofício, como André Metraux, Rogério Bastide, Gilberto Rouget, Gilberto Freyre, Carybé, Jorge Amado, Melville Hreskovits e com a rede de pesquisadores e colegas do Museu do Homem e do IFAN. Em 1988 cria a Fundação Pierre Verger em sua casa de Salvador. Falece em 1996.

PIERRE VERGER E SEUS FOTOLIVROS *MEXIQUE* E *BRÉSIL*



Capa do livro *Mexique* (1938), editados em Paris pela editora Paul Hartmann.



Capa do livro *Brésil* (1950), editados em Paris pela editora Paul Hartmann.

Em primeiro lugar, cabe falar de Paul Hartmann (1907-1979), pois este foi um importante editor francês do século XX. Em 1926, com apenas 19 anos, funda a sua primeira casa editorial *La Nuée bleue* (algo como A Nuvem Azul), publicando literatura francesa, livros infantis e belos livros ilustrados sobre diversos países. No ano seguinte parte para a sua mais ousada empreitada, funda em Paris outra casa editorial que leva seu nome. Com esta nova editora se aproxima dos principais escritores e intelectuais franceses e se insere nos debates da esquerda francesa da época. Durante a ocupação publica livros clandestinamente. Após a Segunda Guerra Mundial a pedido de Georges Duhamel, dirige o periódico *Mercure de France* de 1945 até 1958,

quando a revista é comprada pelo Grupo Gallimard⁴. Trabalhou também na editora *Flammarion* e na seção de publicações da Escola Prática de Altos Estudos, ao mesmo tempo em que mantinha o comando de sua editora até o ano de 1968.

A coleção em que são lançados os livros de nossa investigação tem como diretrizes a divulgação iconográfica de vários países, cidades e regiões do mundo. Espécie de livros ilustrados turísticos voltados para o público francês que além de belas imagens possuem interesse em uma informação especializada em pequenos textos introdutórios. A coleção privilegia a fotografia e é voltada a um público amplo e leigo. Os livros contam sempre com uma introdução de

⁴ *Mercure de France* é uma revista literária originária ainda no século XVII e embora tenha mudado de nome e sua distribuição interrompida em alguns períodos segue atuante. Sua fase moderna começa em 1890, ligada aos escritores e poetas Simbolistas. Em 1935, Georges Duhamel assume a revista mas é substituído por Jacques Bernard, que fica até 1945 quando é preso por ter colaborado com as forças germânicas de ocupação.

especialistas das ciências humanas e de aspectos dos locais retratados. Pierre Verger publica quatro livros da série como autor principal e outros quatro em colaboração com outros fotógrafos.

Como autor principal publica *Mexique* (1938), com introdução de Jacques Soustelle; *Congo Belga* (1951), com introdução Charles d'Ydewalle⁵; *Deuses da África* (1952), com prefácio de Théodore Monod e Rogério Bastide; e *Cuba* (1959), com introdução de Lydia Cabrera. Em colaboração publicou *Espanha* (1935), com Maurice Legendre⁶; *Itália dos Alpes a Siena* (1936) e *Roma, a campanha romana e a Umbria* (1936), ambos com textos de Jen-Louis Vaudoyer (1883-1963)⁷. Como podemos perceber existe uma aproximação com intelectuais católicos.

Passemos aos dois livros objetos centrais desta investigação. O livro *Mexique* possui 183 fotografias, sendo que destas 170 são de Pierre Verger; as demais são de Marcel Gautherot (3), Jacques Soustelle (6), Rodney Sadler (1) Maudslay (1) e Frans Blom (1). O livro possui formato 25 cm x 18 cm (quase a dimensão americana de revistas) e conta com uma introdução escrita por Jacques Soustelle, que ocupa apenas quatro páginas.

Cabe um destaque especial referente a Jacques Soustelle (1912-1990), etnólogo francês e especialista nas civilizações mesoamericanas. Assim como Pierre Verger, trabalhou no Museu do Homem quando este foi criado chegando a ser seu diretor. Entre 1932 e 1940, encarregou-se de

missões científicas no México e escreveu diversos livros sobre o tema, o mais conhecido é *A vida cotidiana dos Aztecas nas vésperas da Conquista*, oxalá seja o seu livro mais conhecido do público brasileiro⁸. Em sua passagem por terras mexicanas junto a etnólogos daquele país colabora para a criação da Sociedade Mexicana de Antropologia. Em seu país natal atua politicamente e foi diretor do serviço secreto e governador geral da Argélia, além de ocupar cargos na administração gaullista até romper com o regime por ser contra a independência da colônia francesa. Exilou-se no Brasil em 1950, depois da tentativa de deposição do general De Gaulle e se tornou conhecido do público brasileiro por sua atuação em publicações. (FERNANDES; MORAIS, 2003)

O texto possui três partes, a primeira página, é uma apresentação geográfica do México e suas variedades climáticas, físicas e humanas. Seguida por um panorama histórico, que começa com a descrição das primeiras civilizações pré-hispânicas até o governo de Lázaro Cardenas. Soustelle não deixa de mencionar os pontos de contato com a França como a influência da Revolução Francesa na independência e a ocupação francesa no século XIX, sem dúvida algo chamativo ao público francês, alvo preferencial da publicação. A terceira e última parte da introdução é um pequeno comentário sobre as fotografias e a seleção destas.

Segundo Soustelle o fotolivro procura retratar mais do que as construções e aspectos arqueológicos, busca a vida

⁵ Charles d'Ydewalle é um jornalista católico belga simpático as ideias conservadoras.

⁶ Maurice Legendre foi um intelectual católico e hispanista francês, pode ser considerado como um dos primeiros hispanistas franceses. Foi devido ao seu incentivo que muitos franceses de distintas ideologias se voltaram para o estudo da Espanha como é o caso de Pierre Vilar. Apoiou os franquistas e, portanto, gozou de prestígio entre as autoridades espanholas deste regime.

⁷ Jean-Louis Vaudoyer, historiador da arte e escritor francês, curador de diversas exposições, foi também conservador e diretor do Museu Carnavalet. Vinculado à direita francesa e às ideias católicas, foi colaborador da Ocupação alemã na França.

⁸ A abordagem de Jacques Soustelle com relação a civilização Azteca coloca a Europa como referência para a interpretação das civilizações pré-hispânicas. O Estado Azteca é superestimado e a conquista é vista como uma fatalidade. Entretanto, entende a destruição do Estado como uma tragédia, pois a considerava como uma instituição civilizada e próxima à cultura europeia. Sua abordagem se aproxima de autores como

cotidiana, sua religiosidade. Ambiciona ir além de um olhar superficial, pretende captar a alma deste povo tão enigmático e apaixonado:

Tal como acontece com a sua calma um pouco sombria e taciturna, a devoção secreta, coragem e desprendimento, aparecem neste povo, indígena e mestiço, para quem os conhece. Visto através das imagens do álbum, especialmente as festas que tanto amam, mas não se esqueçam de olhar para as fotografias que se fixam nos gestos da vida cotidiana e do trabalho: a colheita do milho, a pesca, o mercado, o lento caminhar em suas trilhas, através dos burros carregados. É estranho pensar que esses agricultores tranquilos e aplicados são os mesmos que enfrentaram, há tão pouco tempo, por mais de dez anos, uma guerra civil; é a paixão que silenciosamente corre sob a fleuma mexicana assim como as águas subterrâneas sob o platô de Yucatán. (SOUSTELLE, 1949)⁹

Procura apresentar a população mestiça e principalmente o indígena vivo ao lado das obras do indígena de ontem. (SOUSTELLE, 1949) Nesse país que é:

tão jovem e tão velho, que prometia muito e desperta muita esperança. Duzentas imagens, nem mesmo mil, não poderia resumir; que nós queremos ser apenas como pontos de apoio para uma visão simpática. Após fechar o livro, queremos desconstruir e recompor pouco a pouco, para formar, uma paisagem, a história, os ritos, e o trabalho, a visão de um país e de um povo que sabem aliar como nenhum outro a simplicidade e a grandiosidade. (SOUSTELLE, 1949)

No que toca às imagens, aproximadamente 40% (72 fotografias) delas são dedicadas a aspectos arquitetônicos e

arqueológicos. Neste último quesito são fotografias de pirâmides, templos, ruínas das civilizações pré-hispânicas e de igrejas e construções coloniais. Apenas uma imagem é referente a uma construção industrial moderna, uma refinaria de petróleo. O segundo item que mais destaque teve é das festas (malhação de Judas, touradas, dança de mouros e cristãos, carnaval, danças e festas diversas) que ocupam 20% (36 fotos) das imagens no álbum. Depois temos as imagens da população em geral, os chamados "tipos humanos"; são *close up's*, retratos de indígenas, da população na cidade e no campo, crianças das diferentes regiões do México. Neste tópico, contabilizamos aproximadamente 15% das fotografias do álbum (30 fotos). As fotografias que classificamos como cotidiano (trabalho em geral: pesca, mercado, atividades no campo) e de paisagens, praticamente se equiparam com 13% e 12 % cada (23 e 21 fotos respectivamente).

Agora um breve resumo do livro sobre o Brasil (1950). A primeira questão que se faz necessário aclarar é que o livro é produzido em colaboração com Antoine Bom, Marcel Gautherot, Verger e outros fotógrafos. No livro Verger é responsável por 97 fotografias, seguido por Bon com 73 e Gautherot com 48. A lista de fotógrafos se completa com imagens de estúdios e fotógrafos brasileiros com o estudo *Foto Hess* do Rio de Janeiro (3 fotos), uma fotografia do geógrafo francês e professor na USP, entre 1935 e 1946, Pierre Mombeig, três do fotógrafo R. P. Secondi e uma do escritório do governo brasileiro em Paris. Julgamos que embora seja

William Prescott ou Leopold von Ranke que são citados diversas vezes. Há uma breve discussão no livro de: FERNANDES; MORAIS, 2003, p. 149.

⁹ O livro não possui numeração de páginas. As traduções livres do francês para o português são minhas.

um livro coletivo e que o papel do editor seja marcante, sem sombra de dúvida a visão de Verger prevaleceu na obra.

A apresentação fica a cargo de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) (1893-1983), membro da Academia Brasileira de Letras e intelectual católico brasileiro. Foi o responsável pela fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores e dirige o Centro Dom Vital e a revista A Ordem além de ter participação na fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Sua apresentação para o livro possui uma abordagem original em bases geográfica e sociológica. Segundo Lima:

Esta coleção de fotografias apresentada por verdadeiros artistas poderá dar a melhor meio que as palavras que ele poderia escrever uma idéia sumária, mas solidamente fundada da realidade brasileira. Não é um documento anedótico, menos ainda uma propaganda. Esta obra quer apresentar uma *imagem verdadeira* de nosso país, com suas camadas superpostas ou coexistências de culturas em um estado totalmente diferenciado uns dos outros, mas apresentam ao mesmo tempo certas nuances comuns de estilo psicológico, que constitui o fundamento do humanismo brasileiro. (LIMA, 1950)

O texto está organizado em três partes uma primeira muito interessante onde o autor procura apresentar o Brasil em comparação com as Américas. Segundo ele as Américas podem ser duplas, em termos geográficos (América do Norte e do Sul), quádrupla, do ponto de vista cultural (América Anglo-Francesa o Canadá, a América Inglesa os Estados Unidos, a América

Espanhola e a América Portuguesa ou Brasil). Sendo que, segundo nosso autor, o Brasil é o único que manteve a unidade político-cultural, enquanto que os outros se fragmentaram. Os Estados Unidos, que poderiam entrar neste computo como uno, segundo ele, entretanto, se formou por agregação de Estados e mantém uma consciência muito clara das autonomias locais. Já o Brasil se formou por segregação.

A segunda parte do texto é uma síntese da história política do Brasil a partir de algumas datas essenciais da formação histórica brasileira. O último trecho do texto é uma reflexão extremamente interessante que o autor procura fazer sobre a "Civilização Brasileira". E se dá sob uma tensão constante entre elementos de unidade e diversidade. Os elementos de unidade seriam quatro: unidade geográfica, histórica, política e psicológica. Os elementos de diversidade se dividiriam em estágios culturais, planos de civilização e zonas de civilização.

Os estágios culturais que coexistiam se subdividiam em três: o primeiro estágio da madeira ou da pedra em que se encontrariam os indígenas; o segundo estágio da mula característico do sertão ou interior do país; e o terceiro o estágio do motor ou dos arranha-céus das grandes cidades do litoral ou do interior. Os planos de civilização seriam a civilização atlântica das grandes cidades; a civilização mista das pequenas cidades ou mesmo das fazendas melhor organizadas, a civilização "sertaneja" ou "caipira" das zonas rústicas não tão remotas e das pequenas vilas; e por fim, a

civilização primitiva da floresta e da planície deserta. As zonas de civilização são as regiões espaciais que apresentam condições muito diferentes e se distinguem em: zona do extremo Norte ou Oeste, do Nordeste, Centro e Sul. (LIMA, 1950)

Em termos visuais o livro divide-se em 31% (71 fotos) de fotografias arquitetônicas, com destaque para a arquitetura colonial (igrejas e demais construções), mas também fotos das construções de arranha-céus e demais edificações urbanas. Logo depois temos as imagens das festas populares, religiosidade e arte popular com 24 % das fotografias (57 fotos). São imagens de procissões, carnaval ou mesmo do futebol. Em seguida seguem-se as imagens de paisagem com 23 % (52 fotos); são estampas da natureza, em especial das diversas regiões do Brasil como do Rio de Janeiro, da Amazônia, do Rio São Francisco, e ainda da flora e fauna mostrados em mosaicos formados em uma página ou em página dupla, com os frutos característicos de nosso país. As imagens do cotidiano, de trabalhadores, de atividades de cultivo e extração, ocupam 18% do espaço do livro com fotografias dos cultivos de café, fumo, colheita da cana-de-açúcar, seringueiros, de vaqueiros, garimpeiros ou jangadeiros. Poucas imagens foram estampadas dos indígenas ou outro tipo de populares que podemos considerar como voltadas para a população brasileira, localizamos apenas 4 % destas imagens.

BREVE COMPARAÇÃO ENTRE OS LIVROS AU MEXIQUE E BRÉSIL

Gostaria de fazer algumas comparações preliminares entre os dois livros. A primeira conclusão que chegamos é que o fotógrafo Pierre Verger surge como um importante mediador cultural entre a Europa, México e Brasil. Suas atividades como viajante, fotógrafo e autor de livros permite uma circulação de fotografias e imagens e elemento de produção de um rico vocabulário iconográfico para a América Latina. Sem sombra de dúvida Pierre Verger terá uma importância muito maior para a história da fotografia brasileira, até por sua instalação em solo nacional a partir do ano de 1946. Ele, assim como outros fotógrafos estrangeiros, terá um papel decisivo na formação da moderna fotografia brasileira a partir da década de 1940. (FERNANDES JUNIOR, 2003) Depois, embora se constate que mesmo que as publicações possuam diferenças com relação à atuação de Verger: na primeira, ele é o principal autor das fotografias e, no segundo, ele é coautor; ambas as obras tiveram a sua figura como elemento central na edição assim como para a sua divulgação.

Em ambos os livros as imagens referentes à arquitetura são equivalentes. Provavelmente esta constatação se refere à própria proposta da coleção voltada para a busca pelo público francês de imagens das principais edificações de cada um dos países retratados. No entanto, no livro sobre o Brasil as imagens de paisagens possuem mais destaque e são mais significativas do

que no livro do México, o que denota a idéia de uma construção de um vocabulário visual em que esse tópico é mais relevante comparativamente ao México. Essa temática para o Brasil seria um dos principais elementos formadores de uma visualidade e identidade nacional para o olhar estrangeiro. Se pensarmos assim, não é casual a indicação de Athayde que assinala a importância do ambiente, os costumes do “sertão” e da paisagem que rodeia o homem brasileiro na formação da identidade nacional.

Tristão de Ataíde, mesmo que mais na sua primeira fase, é um intelectual filiado às correntes que pregavam um apego à natureza, que valorizavam a tradição rural e agrária como Jackson de Figueiredo, e os verde-amarelos Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, e mesmo Oliveira Viana e Monteiro Lobato. Como muito bem afirma Marly Motta: “Para estes intelectuais a identidade nacional teria que ser buscada longe dos centros urbanos litorâneos corrompidos pelo ‘vício da imitação’”. (MOTTA, 1992, p. 35)

Esse pensamento inspirava-se no pensamento romântico que privilegiava a natureza e o espaço e que buscava a identidade nacional em aspectos da natureza: os rios, as florestas, a riqueza mineral. Esses elementos conformaram um imaginário nacional. Nessa linha de pensamento a ideia de geografização e espacialização do Brasil eram elementos que formavam o “caráter” distintivo do Brasil. Tal concepção foi gestada desde os anos 1920 pelo grupo verde-amarelo de Cassiano Ricardo e Plínio Salgado. Esse último escreveu *Geografia sentimental* em

que o espacial era o elemento que permitia a originalidade do Brasil e possibilitava a identificação entre nacionalismo e território. (MOTTA, 1992, p. 37)

Por seu turno, a publicação sobre o país mexicana se destaca pelo item população. As imagens sobre as diversas etnias mexicanas suplantam a atenção ao mesmo tópico da edição sobre o Brasil. As imagens de festas e religiosidade assim como de cotidiano praticamente se equivalem em ambos os livros (20% a 24% e 13% a 18% respectivamente).

A identidade brasileira nestas publicações será construída em torno da sua natureza e da paisagem exuberante enquanto que a mexicana vinculada com sua população mestiça e indígena. A esta constatação imagética se soma aos textos introdutórios com a escolha de dois autores imersos no mundo francófono: um etnólogo francês e um intelectual católico (Soustelle e Tristão de Athaide), este último amplo conhecedor dos intelectuais franceses depois de estudar e ser professor neste país.

As estruturas narrativas destes livros são semelhantes a outras publicações da primeira metade do século XX. Em outro trabalho expus estas idéias quando procurei comparar dois fotógrafos alemães Hugo Brehme e Theodor Preising que vieram para o México e o Brasil respectivamente. Brehme enfatiza a base da nacionalidade mexicana pela construção visual caracterizada por um passado nostálgico mesclado com a paisagem natural, o que por certo engloba o indígena e o camponês. Estes são retratados como produtos da terra,

da natureza e do céu, enquanto que para o Brasil Verger elabora uma mistura de natureza com elementos urbanos e modernos. (BARBOSA, 2012)

Já os fotolivros de Pierre Verger publicados por Paul Hartmann estão imersos numa conjuntura posterior, mais para os anos 1940 e 1950, num olhar calcado nos novos paradigmas da antropologia visual e da geografia humana que vivia uma transformação da visualidade, passando da tão característica visão do exótico e dos tipos pitorescos do século XIX e do início do XX vinculado a certa influência do romantismo, para uma nova visualidade em que surgem, como

muito bem definiu Segala, os “tipos e aspectos” do país associados à paisagem e as configurações sociais formando “quadros humanos”. (SEGALA, 2005, p. 79) Verger inserirá figuras novas como os tipos de rua, as festas e ritos populares, devocionais e profanos. Não podemos esquecer que esta nova antropologia visual possuía uma convergência com a nova Escola Colonial francesa, que buscava uma renovada racionalidade burocrática e administrativa para as suas colônias. Todavia estas imagens não deixam de recriar representações iconográficas convencionalizadas ainda no século XIX com novos filtros e apropriações.

Referências

- AB' SABER, Aziz. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA-USP, v. 8, n. 22, p. 221-232, 1994.
- ALAMBERT, Francisco; CANHÊTE, Polyana. *Bienais de São Paulo: da era do Museu à era dos curadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. Dois fotógrafos alemães em terras americanas: Hugo Brehme e Theodor Presing. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Olhares sobre narrativas visuais*. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2012, p. 107-122.
- FERNÁNDEZ, Horacio. *Fotolivros latino-americanos*. São Paulo: Cosacnaify, 2011.
- FERNANDES JUNIOR, Rubens. *Labirinto e identidades: panorama da fotografia brasileira (1946-98)*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- LIMA, Alceu Amoroso. Introduction. In: VERGER, Pierre. *Brésil*. Paris: Hartmann, 1950.
- LODY, Raul; BARADEL, Alex. *O olhar viajante de Pierre Verger*. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2002.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 1992.
- PARR, Martin; BADGER, Gerry. *Photobook: a history*. New York: Phaidon, 2010.
- SEGALA, Lygia. A coleção fotográfica de Marcel Gautherot. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 73-134, jul-dez 2005.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República, da Belle Époque à era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 7-48.

SOUSTELLE, Jacques. Introduction et notes. In: VERGER, Pierre. *Au Mexique*. Paris: Hartmann, 1938.

VELLOSO, Monica P. Os sentidos do modernismo: raízes e rupturas. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Ed.). *Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1, p. 353-386.

VERGER, Pierre. *Au Mexique*. Paris: Hartmann, 1938.

_____. *Brésil*. Paris: Hartmann, 1950.

A GÊNESE DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO NA HISTÓRIA DAS IDEIAS LATINO-AMERICANAS

Neuzimar Campos e Silva¹
Neimar Machado de Sousa²

Resumo

Este artigo constitui-se de investigação a partir do campo teórico da História da Filosofia latino-americana, sobre o tema da gênese da Filosofia da Libertação em Enrique Dussel. Seus objetivos principais são: a) analisar a concepção dusseliana de Filosofia da Libertação; b) contextualizar a história das ideias filosóficas latino-americanas e seus principais problemas; c) definir o movimento da Filosofia da Libertação e biografar seu principal representante; d) investigar a origem da Filosofia da Libertação de acordo com o filósofo argentino Enrique Domingos Dussel. O método de abordagem consistiu em pesquisa bibliográfica e documental a partir de um vocabulário inspirado nas categorias: colonização, opressão, ética, história e filosofia política. A temática justifica-se, do ponto de vista curricular, pelo fato desse tópico estar presente em poucos cursos de filosofia no Brasil. Ademais, esse assunto é relevante, tendo-se em vista a necessidade de se fortalecer uma identidade própria, além do direito à autonomia de pensamento que perpassa a trajetória histórica da própria filosofia desde suas origens. Os principais resultados obtidos foram: a percepção de que a colonização da América Latina não implicou somente na conquista de suas terras e de seus habitantes, mas no silenciar de um *logos* originário e, conseqüentemente, da filosofia latino-americana em sua totalidade; A Filosofia da Libertação é um movimento que nasceu fora da filosofia e que encontrou eco na academia, considerando a reflexão sobre a ética e a filosofia política provocadas pela história da América.

Palavras chave

História da filosofia latino-americana; Filosofia da Libertação; Enrique Dussel.

Abstract

This paper is a research about the American philosophy and its beginning by the philosopher Enrique Domingos Dussel. Its objectives are: a) to analyze the Dussel's conception about the Liberation's Philosophy; b) to contextual the History of American Philosophy and its themes; c) to define the Liberation's Philosophy and its beginner; d) to investigate the start of Liberation's Philosophy by the Henrique Dussel. The method consisted in bibliographical and documental researching from the categories: colonization, oppression, ethic, history and political philosophy. The thematic is very important because many courses don't study this subject in Brazil. The results were: the perception that Latin America colonization only didn't imply in the conquest of her lands and her people, but in the silence of their words. The Liberation's Philosophy is a social movement who starts outside the philosophy and came to university.

Keywords

History of American philosophy; Liberation's Philosophy; Enrique Dussel.

INTRODUÇÃO

Ao se deparar diante do tema da filosofia latino-americana, a pergunta que se impõe, desde Augusto César Salazar Bondy³, é a seguinte: existe uma Filosofia latino-americana? Tal interpelação se configura em nós, e principalmente, naqueles que já tomaram consciência da importância da elaboração da sua própria filosofia.

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Frade da Ordem Franciscana. E-mail: neuzimarcampos@hotmail.com

² Graduado em Filosofia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestre em História Regional pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor da Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Mato Grosso do Sul. E-mail: neimarsousa@ufgd.edu.br

³ Augusto César Salazar Bondy (1925-1974) foi um filósofo e educador peruano nascido em Lima a 8 de dezembro de 1925. Contribuiu significativamente para a construção da Filosofia da Libertação indagando-se a respeito da dependência econômica, dominação ideológica e falta de originalidade filosófica no pensamento latino-americano. Salazar Bondy doutorou-se em filosofia em 13 de agosto de 1953 com a seguinte tese: *Ensayo sobre la distinción entre el ser irreal y el ser real*, pela Universidade Maior de São Marcos, considerada a primeira das Américas e que se encontra na capital peruana. Faleceu em Lima em 6 de fevereiro de 1974.

Neste sentido, quando o tema da filosofia latino-americana se manifesta frente aos sistemas ditos filosóficos paradigmáticos, notamos que existe na história da filosofia latino-americana, uma certa dicotomia em que os pensadores se apresentam como sendo os construtores-donos da verdade quando afirmam que não existe uma filosofia genuinamente latino-americana. Evidentemente, tal perspectiva é eurocêntrica e colonial. Muitos são os filósofos que construíram argumentos interessantes, desde o ponto de vista da lógica formal, para justificar a inexistência de um *logos* latino-americano.

Assim sendo, ao contrário da afirmativa acima, vários filósofos latino-americanos, elaboraram argumentos concatenados a partir da lógica, e concomitantemente da história, do tempo e da circunstância, na qual estavam inseridos para provarem a existência da Filosofia latino-americana.

Dentre esses pensadores latino-americanos, podemos citar Enrique Domingos Dussel, o mexicano Leopoldo Zea, os brasileiros Jesus Eurico Regina Miranda, Márcio Luís Costa, dentre outros verdadeiros defensores e forjadores da Filosofia Latino-Americana.

Ao iniciar o itinerário da história da filosofia latino-americana é importante ter sempre em mente que tal processo não pode ser desvinculado das circunstâncias históricas e sociais inerentes à construção de um projeto social e intelectual como é a filosofia. Tratar da filosofia latino-americana é

também lidar com a história da filosofia e com a própria América Latina do ponto-de-vista metodológico.

Assim, em termos de periodização da história da filosofia na América Latina, considerada desde a perspectiva da historiografia latino-americana a própria história da filosofia na América Latina foi pedagogicamente dividida na obra *Filosofia na América Latina*, da filósofa brasileira Cesar (1988), contendo os seguintes períodos, a saber: a Escolástica, a Ilustração, o Ecletismo, Positivismo e as Tendências Contemporâneas. É válido lembrar que tal divisão não é absoluta e pode variar dependendo do autor trabalhado.

Entre as referências históricas desse artigo, houve grande destaque ao passado colonial e seu desenvolvimento até o romper-se com o "Grito de Morélia", episódio inicial da independência do México, que defendeu a necessidade de uma filosofia a partir da América Latina. O desenvolvimento das contradições históricas e sociais, fruto da negação de uma identidade latino-americana, foi o marco que antecedeu, cronológica e ideologicamente, o movimento da Filosofia da Libertação.

PANORÂMICA E PROBLEMÁTICA

O professor Ricardo Vélez Rodríguez, em sua palestra proferida em 7 de março de 1996, com o título: *A filosofia em ibero-américa*, apresenta três problemas abordados pela filosofia contemporânea na América Latina, a saber: o primeiro relativo ao método de estudo, em

seguida a do arquétipo da totalidade e o da integração. (RODRÍGUEZ, 1996, p. 19)

Assim sendo, frente ao primeiro problema, Vélez apresenta três tendências sustentadas pelos filósofos latino-americanos, na qual um grupo de pensadores nega a originalidade filosófica desse continente; outro defende a ideia de uma originalidade total da filosofia em terra de índios; e uma parcela de pensadores defende uma originalidade filosófica relativa.

Em seguida, apresenta o segundo problema em que busca mostrar as duas vias que têm enveredado os pensadores da América Latina, que encara a cultura ibero-americana como totalidade arquetípica em uma realidade hermenêutica e a via que defende uma atitude crítica frente à abordagem totalizante.

A respeito do terceiro problema, Rodríguez (1996, p. 19) expõe quatro concepções da integração proposta pelos pensadores latino-americanos. Nesse sentido, a pergunta subjacente à sua conferência é a seguinte: é possível uma filosofia genuinamente latino-americana?

Vários são os pensadores que buscaram responder tal interpelação. Nesse sentido, é válido frisar que subjaz uma dicotomia de opiniões frente a tal interrogativa.

O primeiro filósofo apresentado por Rodríguez a negar a originalidade de uma filosofia genuinamente latino-americana é o brasileiro Clóvis Bevilacqua, que sustenta que os brasileiros limitam-se somente em copiar o pensamento europeu sem possuir uma escola

própria de filosofia. (RODRÍGUEZ, 1996, p. 20)

Opinião semelhante é a do filósofo colombiano Fernando González Ochoa (1895-1964), que acredita ser impossível falar de uma filosofia puramente latino-americana, uma vez que "quem é colônia por dentro concebe a liberdade como câmbio de dono". (RODRÍGUEZ, 1996, p. 20)

Contrária à posição de Bevilacqua e de Ochoa é a reflexão do brasileiro Ricardo Gomes, que sustenta ser possível a elaboração de uma filosofia altamente latino-americana e original partindo sempre da própria realidade de América Latina e esquecendo a filosofia européia. Gomes frisa que: "do ponto de vista de um pensar brasileiro, Noel Rosa (compositor brasileiro) tem mais a nos ensinar do que o senhor Immanuel Kant, uma vez que a filosofia, como samba não se aprende no colégio". (GOMES, 1980, p. 107)

Augusto Salazar Bondy (1925-1974), filósofo peruano, acreditava que a América Latina, sendo um continente subdesenvolvido, somente possuiria uma filosofia própria, quando superasse as causas do atraso do seu desenvolvimento pleno.

O filósofo mexicano José de Vasconcelos, acredita que o povo latino-americano não pode roubar a sua própria filosofia utilizando-se do legado cultural ocidental.

Já o filósofo peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) acredita não haver um pensamento filosófico hispano-americano. Entretanto não nega a possibilidade do surgimento de tal pensamento puramente hispano-americano.

Para o pensador peruano Francisco Miró Quesada (1918) é indiscutível a construção de uma filosofia genuinamente latino-americana. O mesmo acredita que existem duas vias de construção, a saber: daqueles filósofos que pensam desde a América Latina, os problemas universais da filosofia, e os filósofos que pensam desde a luz da filosofia universal, os problemas do homem latino-americano.

Segundo Miró Quesada, o pensar desde a filosofia universal os problemas do homem da América Latina tem se realizado pela terceira geração de pensadores latino-americanos do século XX, uma vez que a primeira geração foi a dos "patriarcas" ou "fundadores", que discursaram pela primeira vez acerca da filosofia americana. Dentre os "patriarcas" destacaram-se: Juan Bautista Alberd, A. Korn, J. E. Rodó, Farias Brito e José de Vasconcelos, dentre muitos outros.

A segunda geração foi a dos "consolidadores" ou "forjadores", que buscaram formular a problemática da originalidade de tal filosofia. Rodríguez apresenta como sendo pensadores forjadores: F. Romero, C. Astrada, N. de Aquin, J. de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, J. C. Mariátegui, S. Ramos, dentre outros.

Dito isso, é justamente a terceira geração de pensadores latino-americanos que realizou o ideal perfazendo os dois trajetos apresentados. Essa geração caracterizou-se por ser "técnica", tendo os seus membros nascidos na segunda década do século XX. Eles assumem e continuam o projeto das gerações antecessoras, tendo como vantagem a sistematização da

filosofia como disciplina, o que favorece para a construção de uma filosofia autêntica. Fazem parte desta terceira geração: Miró Quesada, R. Frondizi, V. Fatone, C. Casio, J.A. Vásquez, E. Pucciorelli, A. Vasallo, Miguel Reale, O. N. Derisi, Leopoldo Zea, José Gaos, Antonio Paim, C. B. Gutiérrez e Alexandre Correia. Dentre esses pensadores pode-se incluir Enrique Dussel. (RODRÍGUEZ, 1996, p. 23)

Dando continuidade à apresentação, Leopoldo Zea (1974) afirma ser possível falar de uma filosofia latino-americana como uma filosofia "sem mais", ou autêntica filosofia. Tal filósofo acredita que pelo fato do homem latino-americano ser também homem está dotado da capacidade para pensar filosoficamente, sistematicamente. Fundamentados nos filósofos europeus, o homem da América Latina partiu para a discussão da problemática que o preocupava: a liberdade. À luz dos pensadores europeus, os latino-americanos foram percebendo a necessidade de se libertar do colonialismo e, concomitante, do neocolonialismo.

Nesse sentido, foi justamente na busca da negação da servidão que os pensadores latino-americanos foram percebendo lampejos daquilo que poderia ser chamado de uma autêntica filosofia da história do latino-americano, forma essa que prevalece no continente em questão. Zea chamou tal forma de "filosofia sem mais", pois responde a pergunta fundamental do ser humano pelo próprio sentido do seu ser.

Leopoldo Zea, resumidamente, apresenta a sua

concepção a respeito da filosofia latino-americana:

resumindo, poderíamos dizer que a nossa filosofia, inegável filosofia, partiu e parte da consciência de servidão e da dependência imposta pelos interesses de outros homens (...). É o mesmo homem que, sem deixar de sê-lo, toma consciência da sua servidão para transformá-la em liberdade, sem deixar por isso de ser o mesmo homem concreto que aspira a ser livre. Tudo isso decorre de uma filosofia da história expressa nessa história da Filosofia latino-americana. Filosofia da história que, ao tomar consciência da servidão e da dependência, transforma-se numa filosofia sem mais, que projeta pôr fim à servidão e à dependência impostas ao longo dessa história. Filosofia da Libertação, que é, enfim, a preocupação de toda filosofia, mas que nessa nossa América apresenta-se como preocupação central. (ZEA, 1986, p. 127)

Ainda nesse sentido, Enrique Dussel (1977), frisa ser possível uma Filosofia latino-americana como uma Filosofia da Libertação. Para Dussel, é preciso construir um novo discurso filosófico, que tenha como ponto de partida os "dominados da terra", aqueles que estão na periferia, fora do sistema. (RODRÍGUEZ, 1996, p. 25)

Torna-se necessário ressaltar que a construção desse novo discurso que parte do oprimido, que é da periferia, utiliza-se de uma linguagem do centro, provindas das filosofias hegeliana, heideggeriana, husserliana e marxista.

Enfim, o ápice da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel é justamente a libertação das classes oprimidas do sistema imperialista vigente.

FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO COMO FILOSOFIA UNIVERSAL⁴

Sabe-se que na época colonial dos séculos XIV ao XVIII, a filosofia na América Latina, era orientada para a formação religiosa dos filhos da corte, que uma vez iniciados no saber nos moldes escolásticos estavam preparados para irem a Europa prolongar tal formação.

Frente à assertiva acima, Inca Garcilaso de La Vega buscou produzir várias reflexões comparativas entre a visão cosmológica europeia confrontando com a dos ameríndios.

Com o final do século XVII, os filhos dos europeus que viviam no México, Buenos Aires, Lima, Caracas e Bogotá, passaram a divulgar e aplicar as ideias iluministas de matriz francesa na América Latina. Após o advento do pensamento evolucionista e mais tarde positivista, tais chaves de leitura da realidade foram progressivamente dominando a América Latina principalmente o Brasil, México, Argentina, contribuindo para a continuação do estado de subdesenvolvimento e dependência do continente em questão.

Ao final do século XIX alguns pensadores, desenvolveram a imagem unificada cultural do latino-americano, tendo forte presença da ideologia norte-americana na região.

Interessante notar, que a partir desse momento acima posto, pensadores genuinamente latinos, começaram a surgirem dentre eles destacam-se: o uruguaio José Enrique Rodo, o cubano José Martí e o mexicano José Vasconcelos.

⁴ Segundo o Prof. Dr. Márcio Luis Costa, autor das obras *Educação e libertação na América Latina: ensaio introdutório à aproximação entre a pedagogia de Paulo Freire e da pedagógica de Enrique Dussel*. Campo Grande, 1992; e *Lévinas: uma introdução*. Petrópolis: Vozes, 2000; a expressão "filosofia sin más" é traduzida por 'filosofia sem mais'. Assim sendo, uma filosofia sem mais está justamente para o modo de pensar do latino-americano, que mesmo submetido em um mundo subdesenvolvido, busca a sua emancipação intelectual, filosófica, política, econômica, etc. Nesse caso, optou-se pelo uso do termo universal. Destaca-se que se trata de tradução livre da expressão *filosofia sin más*.

Assim sendo, anos mais tarde tem-se a revolução cubana (1959), que buscou superar os problemas sociais da sua época e concomitante a influência norte-americana. Foi nesse período histórico que surgiu a Teoria da Dependência, que esforçou para superar o atraso em vários aspectos social, político, tecnológico, filosófico, econômico da América Latina. Enfim, vê-se a América Latina correndo em busca da sua identidade e da sua dignidade, cultural, étnica, ética, dentre outras.

Nesse sentido essas apresentações nos impelem para o tema da Filosofia da Libertação na América Latina. Tal filosofia é a opção incondicional pelo outro, que foi colocado fora do sistema mundial, como sem terra, sem teto, sem o logos, sem o ser.

Frente a tal assertiva, a pergunta que se impõe é a seguinte: para que e por que surge essa Filosofia da Libertação na América Latina, a partir do declínio da década de 1960?

Dito isso, sabe-se que os movimentos sociais, filosóficos, ideológicos são resultados de uma determinada circunstância social. Nesse sentido, todo discurso filosófico é situado, contextualizado. Com a Filosofia da Libertação não é diferente, portanto, segundo Gabriel L. Santiago, autor do artigo "Filosofia da Libertação", ela "aparece como resultado da consciência de uma situação de opressão política, econômica e cultural na América Latina, decorrente de um capitalismo dependente, desmascarado pela teoria da dependência". (SANTIAGO, 2008, p. 40)

A Filosofia da Libertação é a tomada de consciência de uma comunidade acerca da realidade opressora, dependente na qual está submergida completamente pela força esmagadora do sistema em vigência. É, ainda, a tomada de consciência do ser do seu direito ao logos, à fala.

Assim sendo, essa geração de pensadores, entre os quais se destacam Horácio Cerutti, Enrique Dussel, Oscar Ardiles, Ignácio Ellacuria e o brasileiro Hugo Assmam, que se esforçaram para refletir a respeito de tudo aquilo que impede o homem da América Latina, da África, da Ásia e do sudoeste asiático de ser pessoa em todos os sentidos, em todos os aspectos e o porquê do descaso para com a sua dignidade.

Nesse sentido o contexto sociopolítico no qual eclodiu a Filosofia da Libertação foi justamente no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na hipertensão da Guerra Fria (1945-1991), quando o conjunto de ideias dos blocos Estados Unidos e a ex- União Soviética, procuram zonas de influência. É válido informar que a América Latina, seria área de segurança norte-americana.

O contexto sociocultural da Filosofia da Libertação era aquele no qual o filósofo Wilhelm Dilthey (1833-1911), afirmava ser a história uma experiência vivida através do método compreensivo, totalmente contrário ao método explicativo das ciências naturais. Ainda no mesmo contexto tem-se a influência do racio-vitalismo de Ortega Y Gasset (1883-1955), juntamente com a figura de José Gaos (1900-1969), mestre de Leopoldo Zea (1912-2004).

A fenomenologia participou significativamente desse momento acima posto, quando postulava “a volta as coisas mesmas”. Nessa corrente filosófica muito refletiu o pensador lituano Emanuel Lévinas (1906-1995), que contribuiu significativamente para a construção do pensamento de Enrique Dussel (1934) e Jean Carlos Scannone.

As influências que também contribuíram para o advento da Filosofia da Libertação foram a própria descoberta do endividamento, da pobreza e a dependência dos centros imperialistas. Importante anotar que a Filosofia da Libertação, buscou refletir incessantemente a superação do endividamento, da pobreza e a dependência dos países imperialistas – fruto da violência colonial cometida no século (XVI) – dos países que formam a “comunidade” América Latina.

Frente à assertiva acima, toda essa movimentação, essa *práxis* de libertação, culminou com o lançamento oficial da Filosofia da Libertação para toda a América Latina, no encontro de Filosofia de Morélia – México, no ano de 1975. Temos na América Latina, trinta e cinco anos de Filosofia da Libertação.

Que significa uma Filosofia da Libertação?

O filósofo mexicano Leopoldo Zea, ao iniciar *La filosofía americana como filosofía sin más* (1989), afirma que o logos, ou palavra, verbo é o elemento fundamental para o homem situar-se no seu mundo da vida, no seu universo, na sua constelação. É justamente porque o homem é possuidor do logos que ele, passa de

um mero ente entre os entes no mundo para um ser habitante. Um ser que sabe de ser e existir sendo no mundo da vida.

Assim sendo, o homem que é detentor do logos é condição de possibilidade para a organização do caos, pois somente o homem pode instaurar a ordem em um mundo configurado pela caoticidade, ou seja, é o logos caminho para a instalação da ordem no universo.

Nesse sentido, Leopoldo Zea contraria toda uma tradição histórica ao afirmar, que todo e qualquer homem é possuidor do logos, da razão, da palavra e não somente aqueles que vieram via caravelas, pelas águas aos remos dos cativos. Para o pensador mexicano em questão, os filósofos são os homens que mais procuram saber a respeito do seu ser e da organização do caos, pois eles também possuem o logos, e pensam por si só.

Para Zea, é o próprio homem latino-americano, que pensa a sua própria história e, conseqüentemente, busca elaborar o seu modo de pensar, sua filosofia, sua essência e a relação com os habitantes dos diversos continentes “descobertos”. É justamente o homem latino-americano, aquele que também tem o logos, o direito à palavra e por isso constrói a sua cultura, a sua história a sua filosofia.

Interessante anotar que Zea recorre à polêmica entre o dominicano Las Casas (apóstolo dos indígenas) com Sepúlveda, para provar aos cristãos e filósofos modernos vindos da Europa, que os habitantes primeiros dessa terra, o homem da América Latina também é constituído de logos. Também ousa

pensar por si só. É por tal constituição que o homem latino-americano é "homem como todo homem", porém com as suas singularidades econômicas, culturais, religiosa, éticas, cosmológica, dentre outras.

Em última análise, uma vez discriminados pelos "ditos" homens civilizados, o homem da América Latina pergunta-se pelo seu próprio direito ao logos, ao verbo, à razão. Desde a perspectiva de Leopoldo Zea é justamente a reflexão acerca do seu direito ao logos, de ser "homem como homem", de ser um ser humano, que constitui o filosofar desse povo explorado por uma parcela de homens vindos da Europa. Logo, nota-se que o modo de filosofar na América Latina é pensar a respeito da sua própria realidade. É o voltar-se sobre si mesmo, filosofando acerca do espaço onde está inserido e progressivamente apresentando soluções factíveis à realidade imposta ao homem da América Latina. Assim sendo, tal reflexão é a busca incessante pela emancipação filosófica, histórica, econômica e cultural do homem latino-americano, que sentiu por longos séculos o peso do seu encobrimento realizado pelos homens vindos da modernidade. Enfim, uma Filosofia da Libertação sem mais, significa o modo de pensar do homem da América Latina, que busca a sua emancipação intelectual, filosófica, econômica, dentre outras, voltando-se para a sua realidade dada no seu modo de ser aí. Segundo o mexicano Leopoldo Zea, o processo de voltar-se para a sua realidade é possível, pois também o homem latino-americano *cogita*,

pensa por si só sem tomar por empréstimo o *logos* alheio.

Assim sendo, uma vez que o homem latino-americano é também um homem "*sin mas*", vê-se na condição de criar a partir de si mesmo. A partir da sua história, da sua realidade na qual está profundamente emergido. Leopoldo Zea, referindo-se a Simón Rodríguez, outrora mestre do revolucionário e libertador Bolívar, afirmava que a América não deveria imitar a Europa, ou os Estados Unidos, mas deveria esforçar-se para ser original. E ser original significa elaborar uma filosofia desde a sua realidade tanto histórica quanto econômica, religiosa, social, e política. É passar da mera posição de seres passivos para cidadãos ativos, protagonistas da sua história, da sua arte, da sua filosofia etc. Nesse sentido, uma vez elaborada uma filosofia genuinamente latino-americana a partir de um determinado contexto estritamente particular deste continente, urge ao mesmo tempo o surgimento de propostas que venham com soluções factíveis para os problemas dados na América Latina. Zea acreditava, que a mesma solução apresentada pela filosofia frente os problemas encontrados na mesma América Latina, deveriam também possuir certa universalidade, servindo como solução para outros continentes que sofreram com as problemáticas semelhantes as da América Latina. Ou seja, uma filosofia que teria um valor particular e concomitante universal. Essa seria uma filosofia original. Uma filosofia gestada a partir da América Latina e para além da América. Ou seja, uma filosofia para o mundo como um

todo, pois a mesma visa dar respostas aos problemas de cada realidade determinada a partir da sua dimensão de tempo e espaço.

Interessante anotar, que Leopoldo Zea, ao longo da sua obra em questão, reconhece que por muitas vezes fomos meros imitadores da filosofia européia.

Para Zea, pode-se elaborar uma filosofia latino-americana, imitando não a forma, a estrutura lógica do modo de pensar do homem europeu, mas, sim, construir a nossa filosofia imitando o "espírito", a "atitude" e o "ânimo", que contribuíram para a construção de sistemas filosóficos que ainda hoje se encontram configurados em nosso universo.

Leopoldo Zea (1994, p. 37) insiste na tese de que a solução para os problemas do homem latino-americano e da América Latina está sob a ação dos filósofos latino-americanos, que ao olhar para a sua própria realidade, para a sua circunstância na qual estão existindo busca solucionar tais problemas racionalmente, tendo sempre como ponto de partida o mesmo homem latino-americano, que também tem o logos. A Grécia quando se confrontou com as suas problemáticas dadas no tempo e no espaço daquele período, ousou ter como medida a si mesmo. Hoje igualmente e com fortes elementos próprios deste continente, parte-se de si mesmo com lucidez e audácia, para também solucionar os problemas dados neste continente.

Assim sendo, Leopoldo Zea afirmou que a filosofia é mais que uma ciência ou uma técnica. É uma lógica que é capaz de demarcar o que é daquilo que não é. Leopoldo

Zea pensa a filosofia como sendo uma ideologia assim como a ética também foi uma ideologia. Interessante notar, que é justamente essa filosofia que é uma ideologia como a ética, que se pergunta pelas relações humanas, ou pela qualidade das relações humanas, frente ao desenfreado desenvolvimento tecnológico da sociedade contemporânea.

O pensador em questão acredita em uma filosofia que também é ideologia como é a ética, que possa tornar o homem da América Latina, consciente da sua realidade enquanto homem diante de outros homens, enquanto povos diante de outros povos. O mesmo pensador, sustenta que a filosofia deva ser uma ideologia assim como a ética e concomitantemente ser um instrumento a favor da construção do bem estar, do desenvolvimento, reprodução e emancipação do homem latino-americano e não como um mero instrumento para outros homens ou, para uma classe de homens, mas para todos os homens.

Nesse sentido, Leopoldo Zea em sua agudez filosófica, de filósofo latino-americano, admoestam o leitor a respeito dos perigos do cientificismo positivista exacerbado e *cogita* a possibilidade da união entre a filosofia que é uma ideologia juntamente com a lógica, como caminho para a superação do subdesenvolvimento e inserção no mundo ocidentalizado como "povos entre povos", como "homens entre homens".

Ainda tratando-se da nossa Filosofia latino-americana, segundo Leopoldo Zea, foi justamente com a introdução do historicismo na

América Latina pelo filósofo hispânico José Ortega Y Gasset, que este continente, toma consciência de si, da sua própria realidade e do seu potencial filosófico.

Dando continuidade a essa reflexão, Leopoldo Zea, afirma que é justamente em uma situação de sofrimento e solidão, que o homem latino-americano, o não-latino e não-ocidental, que se esbarram e reconhecem – se como homem. É a partir da experiência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que o homem por “excelência”, europeu, que vê como também sendo homem o não europeu, o latino-americano de pele parda, negra, amarela, o africano, o asiático. É em meio aos destroços e ruínas geradas pela Segunda Guerra, que o homem esbarra com o outro homem sendo homem também. É a partir da experiência de solidão, de vazio, de falta de sentido e significado da existência, causado pela mesma guerra que o homem da Europa reconhece o outro homem, o não sendo europeu, francês como semelhante, como sendo o outro parcialmente igual e parcialmente diferente de mim.

Assim sendo, Zea (1944, p. 135), ao epigrafiar o pensamento do filósofo africano Frantz Fanon, acredita que a descolonização do homem latino-americano, africano é de suma importância para a gestação de uma nova espécie de homem e conseqüentemente a gestação de uma nova forma de pensar. Esse novo homem descolonizado afirma o pensador africano é autor de seu próprio modo de pensar, da sua própria filosofia, da cosmologia e forma de interpretar e solucionar a realidade com os seus

respectivos modos de ser. Tal homem é a busca incessante dos filósofos latino-americanos desenvolvimento, que tomaram consciência em um primeiro momento de si mesmo, de homens da América Latina, que também são capazes de logos e elaboração da sua própria filosofia contrariando e libertando-se da “pseuda-educação” da incapacidade de sistematização do seu pensamento proferido pelos “ditos” homens civilizados, mas que fazem guerra, que sabem fazer bomba atômica, que destruíram em séculos idos os ameríndios e depois Hiroxima e Nagazaque.

Nesse sentido, uma vez o homem latino-americano, africano, asiático, descolonizado surge a possibilidade da ascensão de uma nova sociedade e talvez até uma sociedade que prime pela “civilização do amor”, tornando-se factível após esse processo de libertação, de descolonização. Ainda sobre a descolonização afirma o filósofo africano Fanon: “A descolonização realmente é criação de homens novos”. (1979, p. 143)

Em última análise, Zea ao fazer referência ao pensamento do filósofo africano Patricio Lumumba, o mesmo fala da importância do homem latino-americano continuar a sua libertação, a sua obra de libertação. Frente ao massacre sofrido pelo povo latino, ao longo da história, acredita-se que tal povo teria total direito de destruir a cultura ocidental e até mesmo o homem branco. Porém, tanto Zea quanto Lumumba e Fanon falam de destruir somente aquilo que venha impedir o desenvolvimento, a descolonização, a libertação do homem da América

Latina, da América – hispânica, da África e da Ásia.

Dito isso, terminando a nossa discussão a respeito da pergunta pela possibilidade da existência de uma Filosofia Latino Americana como Filosofia, Leopoldo Zea argumenta nas últimas paginas da obra em análise, que “não só é possível como foi e o é, independentemente da forma que a mesma tenha tomado, independentemente de sua autenticidade ou inautenticidade”. (ZEA, 1994, p. 155)

Enfim, a filosofia genuinamente Latino Americana é; pois no seu afã de ser um modo de refletir a realidade com os seus modos de ser, busca detectar os problemas dessa mesma realidade e concomitantemente busca apresentar soluções factíveis para a realidade na qual a filosofia americana está inserida.

A GÊNESE DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO POR ENRIQUE DUSSEL

O capítulo final desse estudo trata da origem na América e das condições, a partir das quais surgiu a Filosofia da Libertação, de acordo com a leitura de Enrique Dussel, publicada na década de 1970. Trata-se da exposição das reflexões de Dussel, desde a sua obra *A Filosofia da Libertação na América Latina* (1977), na qual estuda especificamente a construção teórica de uma filosofia tendo como ponto de partida o excluído e seu lugar: a periferia.

Enrique Domingos Dussel é um filósofo latino-americano de naturalidade argentina, nascido no

povoado de La Paz, cidade de Mendoza, em 1934. Personalidade de renome internacional, é referência nas áreas de filosofia, teologia e história.

Dussel, após concluir a graduação em Filosofia na Universidade Nacional de Cuyo, Mendoza, foi para a Europa. Conheceu a Espanha e a França em seu itinerário de jovem filósofo latino-americano. Obteve o doutorado em Filosofia na Universidad Complutense de Madrid e o doutorado em História na Universidade de Sorbonne, Paris, além da licenciatura em Teologia em Paris e Minster.

Assim sendo, segundo Hilton Japiassú, em seu *Dicionário básico de filosofia* (2008), a ida de Enrique Dussel à Europa, serviu para tal pensador descobrir a América Latina, até então “desconhecida” por ele mesmo numa sensação de estranhamento.

Desta forma, o fato de Dussel ter entrado em contato com pensadores europeus como Paul Ricoeur, Husserl e Heidegger, contribuiu para que conseguisse elaborar racionalmente a destruição/devastação do continente latino-americano pela colonização.

Neste sentido, feito Dussel a descoberta da América Latina, o mesmo volta para Argentina em 1966 permanecendo no país até o retorno do *peronismo*, que terminou levando o filósofo latino-americano a se exilar no México, onde se transformou em um dos maiores propagadores da Filosofia da Libertação, movimentado liderado por ele mesmo a partir de 1972.

A partir da Filosofia da Libertação, Dussel elaborou categorias novas para interpretar e compreender racionalmente a realidade latino-americana na qual se encontra situada.

Segundo Enrique Dussel, toda filosofia que deseja gozar de vigência e universalidade no mundo da vida, precisa ser um filosofar a partir de uma situação, ou seja, não se constrói uma filosofia desvinculada da realidade concreta.

Para Dussel, a situação a ser modificada é justamente a América Latina, negada em seu ser, pela injustiça social, desigualdade sócio-econômica, exploração, violência e morte.

Frente à assertiva proferida acima, pode-se concluir, que o papel do filósofo na realidade latino-americana é o de fomentar, provocar libertação frente a qualquer ideologia que venha ocultar o processo de libertação do homem na América Latina, dado na sua realidade concreta.

Atualmente, Dussel é cidadão mexicano e professor do Departamento de Filosofia da Universidade Autônoma Metropolitana (UAM, Iztapalapa, Cidade do México) e no Colégio de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). O filósofo trabalha especialmente nos campos da Ética e da Filosofia Política.

Enrique Domingos Dussel (1977) em sua referida obra, afirma que tal produção é dirigida no primeiro momento àqueles que se iniciam na filosofia. E iniciar-se na filosofia é o primeiro passo para a

elaboração de um pensar propriamente legítimo do homem latino-americano.

Dussel ao caracterizar o centro com as suas realidades e características toda própria nela mesma, acredita que a filosofia não nasceu no centro, mas sim na periferia, em um espaço periférico. Segundo Dussel (1977, p. 8), depois tal filosofia seguiu-se para o centro em "suas épocas clássicas", mediante ontologias e destrói-se na má consciência moralista.

Dussel (1977) afirma que tanto a filosofia antes de Descartes, quanto à moderna, sempre viu o homem como manipulável, como meros instrumentos a ser manuseados. Percebe-se que a partir da historiografia latino americana, que essa forma de ver o homem caiu sobre os seres humanos da América Latina subdesenvolvida e periférica. Marcados pelo peso do colonialismo violento e opressor, não seria o momento do homem da periferia começar a vislumbrar a sua própria libertação?

Enrique Dussel (1977) acredita que a filosofia pensa o não filosófico, que é a própria condição na qual se encontrava o homem latino-americano existindo em sua realidade. Sendo assim, pensar a própria realidade é voltar-se sobre si mesmo e concomitante libertar-se da forma de pensar, de interpretar a realidade imposta pela colonização. E justamente o pensamento que vem da periferia, como também os pensadores periféricos, que suscitam verdadeiras transformações, tanto da realidade social, econômica, política, filosófica, quanto humana. Para Dussel é a Filosofia da Libertação,

que busca superar o modo de ser oprimido, a forma de pensar de colono, imposto por aqueles que hoje ainda utilizam de tal violência.

Ao confrontar-se com a historiografia filosófica do pensamento greco-romano, percebe-se desde a leitura de Parmênides, Platão e Aristóteles, que a sociedade escravagista grega dos primeiros séculos elaboraram um modo de pensamento concatenado para justificar a subcondição do escravo, do estrangeiro e dos degredados.

Em assim sendo, é justamente a partir da construção filosófica acima descrita que os homens vindos para a América Latina construíram e tentaram outro modo de pensar nos primeiros habitantes da América Latina. Hoje, após mais de quinhentos anos de barbárie sofrida, os homens da periferia do mundo saem em busca da sua libertação da forma de pensar introjetada a base da força, da espada pelo homem possuidor do logos.

A Filosofia da Libertação proposta por Enrique Dussel quer mostrar justamente essa mudança paradigmática da forma lógica estrutural do pensar do latino-americano, do homem da periferia, de colono a cidadão, que pensa por si mesmo desde o ponto de vista da sua realidade com os seus diversos modos de ser na qual está profundamente emergido.

Enrique Dussel em sua obra *A Filosofia da Libertação na América Latina* (1977) afirma que tal filosofia é recente. Entretanto os antecedentes de tal modo de *cogitar* são mais antigos que a própria filosofia racionalista européia.

Nesse sentido Dussel, citando Bartolomeu de las Casas (1484-1566), fala que duas maneiras foram usadas para exterminar as nações, ou seja, dominar a periferia: "por injustas, cruéis, sangrentas e tirânicas guerras" e pela opressão contra as mulheres, crianças submetendo-os a uma "dura, horrível e áspera servidão". (DUSSEL, 1977, p. 15-16) Ou seja, o homem europeu impôs-se de uma forma tão áspera e violenta sobre o homem latino-americano, que o produto final dessa atitude foi a morte de milhões de indígenas. A respeito de tal barbaridade, Sartre, ao prefaciar a obra do psiquiatra Frantz Fanon (1925-1961), em *Os condenados da terra* (1979), afirmou que "a terra tinha dois bilhões de habitantes, isto é, quinhentos milhões de homens e um bilhão e quinhentos milhões de indígenas", ou seja, a sociedade primeira aqui na América Latina era indígena. Eram da periferia do mundo desde a visão etnocentrista do europeu. Hoje, o homem latino-americano apresenta a seguinte pergunta: onde estão os *tupinambás*, os *araraquaras*, os *guaranis*, os *payaguás*, os verdadeiros proprietários deste grande terreno chamado América Latina?

Nesse sentido, Fanon (1979) responde da seguinte maneira a tal interpelação: os homens vindos da Europa os mataram. Já Enrique Dussel, um dos progenitores da Filosofia da Libertação, responde a mesma inquietação, dizendo que "assassinaram o índio".

A filosofia que pensa a realidade posta, desde a própria realidade de periferia segundo Dussel, não é uma filosofia

estritamente ideológica – ao menos em pequena medida. Essa filosofia tem por finalidade ampliar a geografia social da terra para abarcar os excluídos e os condenados que teimaram em resistir nesta terra.

Para Enrique Dussel, a Filosofia da Libertação trata justamente da libertação neocolonial propriamente dita em seu mais último grau de imperialismo. E para Dussel, o referido imperialismo é o norte-americano. Esse imperialismo que pesa sobre grande parte da Ásia, na África e, sobretudo na América Latina.

Assim sendo, contra a ontologia do centro, desde o pensamento de Hegel até Herbert Marcuse, que se levanta a Filosofia da Libertação, que tem o seu endereço na periferia. É justamente a partir daqueles que foram julgados como sendo desprovidos do logos, da razão, da luz, que parte a Filosofia da Libertação. Portanto, trata-se de uma filosofia genuinamente suscitada da periferia, uma filosofia de índio, um modo de *cogitar* “bárbaro”: Penso que não sou, porque não sou, penso. Para que eu seja, penso.

Em última análise, a Filosofia da Libertação tem como escopo elaborar uma metafísica, que segundo Dussel, (não é uma ontologia), exigida pela prática revolucionária e pela produção tecnológica, desde a formação social da periferia que se sistematiza em formas de produção complexamente concatenadas. Dito isso, torna-se necessário distinguir segundo Dussel “o ser de sua pretensa fundamentalidade eterna e divina”; anular a religião de caráter extremamente fetichista; mostrar a

ontologia como sendo uma ideologia das ideologias; desvelar os funcionalismos tanto nos moldes estruturalistas, quanto lógico-cientificistas; apresentar o sentido da *práxis* de libertação que perceberam uma parte dos críticos pós-hegelianos de esquerda europeus e que somente a prática dos povos oprimidos da periferia da América Latina, Ásia e África podem revelar-nos.

Para Enrique Dussel, a fenomenologia ocupa-se daquilo que aparece e como se dá tal aparecer desde o horizonte do mundo de sentidos e significados do sistema, do ser. Já a epifania⁵, segundo Dussel, é a “revelação do oprimido, do pobre, do outro, que não é puramente aparência e muito menos fenômeno, pois conserva uma “exterioridade metafísica”. (DUSSEL, 1977, p. 22)

Nesse sentido, todo aquele que se revela ultrapassa o sistema e põem em questão o dado. Assim sendo, a epifania desde a obra em análise é o “começo da libertação real” nos dizeres do referido pensador.

Sendo assim, a Filosofia da Libertação deposita toda a sua “atenção no passado e na espacialidade, para detectar a origem, a arqueologia de nossa dependência, debilidade, sofrimento, aparente incapacidade, atraso”. (DUSSEL, 1977, p. 31)

Ou seja, para falar de uma proposta filosófica libertadora, torna-se necessário tratar dos reais motivos, causas, que levaram tal continente a uma dependência tanto de cunho filosófico quanto econômico e assim sucessivamente.

Uma vez dito isso, Enrique Dussel argumenta que dentre as

⁵ Dussel apresenta o termo epifania como sendo a revelação do oprimido, do pobre, do outro. (DUSSEL, 1977, p.22)

categorias fenomenológica de proximidade, totalidade, mediações e exterioridade, essa última é a mais importante para a Filosofia da Libertação, pois é justamente a partir desse instrumento interpretativo que se torna possível construir um discurso não mais a partir do centro, mas sim, desde a realidade do oprimido, do excluído, do marginalizado da sociedade da sua época. (DUSSEL, 1977, p. 45)

Nesse sentido, Dussel compreende a exterioridade como sendo o "além do horizonte do ser do sistema uma transcendentalidade interior, um "além" do sujeito no sistema, de seu trabalho, de seu desejo, de suas possibilidades, de seu projeto". Ainda acerca da exterioridade, a título de informação, Dussel, afirma que a transcendentalidade interior ou exterioridade possuem a mesma significação no discurso filosófico em questão. (DUSSEL, 1977, p. 46)

Enrique Domingos Dussel fala da seguinte maneira a respeito da exterioridade: "a categoria de exterioridade, como dissemos acima, pode ser entendida de maneira equivocada e pensar-se que o que está "além" do horizonte do ser do sistema o é de maneira total, absoluta e sem nenhuma participação interior do sistema. Para evitar este mal-entendido dever-se-ia compreender a exterioridade como transcendentalidade interior á totalidade. Nenhuma pessoa, enquanto tal, é absolutamente ou só parte do sistema. Todas, mesmo no caso das pessoas membros de uma classe opressora, têm uma transcendentalidade com relação ao

sistema, interior ao mesmo". (DUSSEL, 1977, p. 53)

Dessa forma, a metafísica utilizada na elaboração do discurso da Filosofia da Libertação por Enrique Dussel "é o saber pensar o mundo desde a exterioridade alterativa do outro". (DUSSEL, 1977, p. 54) Assim sendo, é saber pensar aquele mesmo ser a partir do "além" da exterioridade que o julga.

Enfim, conclui Dussel: "nós, ao contrário, negamos o próprio ser e sua utopia, em nome não de uma utopia futura, mas de uma utopia presente: os povos periféricos, as classes oprimidas, a mulher e o filho". (DUSSEL, 1977, p. 54) Dussel, ao longo do seu trabalho em análise vai mostrando progressivamente o funcionamento interior do sistema totalitário que destrói a exterioridade do outro lhe impondo a alienação. Tal prática perversa exercida pelo sistema acima posto, que encobre e aniquila o seu semelhante impondo-lhes a "medalha" da exclusão da periferia, do que não tem logos, que não sabe e não tem a condição de *cogitar* por si mesmo desde a sua realidade na qual está atuando.

É frente à assertiva acima descrita, que Dussel apresenta a categoria de libertação. Para ele, em sua obra *Filosofia da Libertação na América Latina*, a libertação não é uma simples "ação fenomênica" e sim "a práxis que subverte a ordem fenomenológica e transpassa numa transcendência metafísica que é crítica total ao estabelecido, fixo, normalizado, cristalizado, morto". (DUSSEL, 1977, p. 64)

Nesse sentido, a libertação também é "o próprio movimento metafísico ou transontológico pelo

qual se ultrapassa o horizonte do mundo. É o ato que abre a brecha, que fura o muro e se adentra na exterioridade insuspeitada, futura, nova da realidade". (DUSSEL, 1977, p. 67) Ou seja, a libertação é justamente essa movimentação que busca superar o que está plenamente estruturado, dado na realidade com os seus diversos modos de ser.

Assim sendo, Dussel afirma que a libertação, ação, ato, daquele que está no estado de opressão se "des-oprime do reprimido pelo qual se expressa ou realiza" tendo dois grandes momentos de uma mesma atividade: "negação da negação no sistema". (DUSSEL, 1977, p. 68) Segundo Dussel, tais momentos passam "despercebidos" na dinâmica dialética como negação da negação. Para Dussel negar o negado pelo mesmo sistema é afirmar o sistema em seu fundamento, pois tal negado não deixa de ser um momento interno no sistema. Negar o negado no sistema afirma Dussel é "á afirmação expansiva daquilo que no oprimido é exterioridade "tal duplo momento de uma só atividade é a libertação". Sendo assim, por libertação compreende-se desde a leitura do pensador em questão o "deixar a prisão (negar a negação) e afirmação da história que foi anterior e exterior à prisão". (DUSSEL, 1977, p. 68)

Em se tratando da práxis de libertação é importante assinalar que tal prática sempre envolve a relação homem-homem e inclui-se também a relação homem-natureza. Posto isso, Dussel pensa a práxis de libertação como sendo o "próprio ato pelo qual se transpõe o horizonte do sistema e se entra realmente na exterioridade

(...) pela qual se constrói a nova ordem, uma formação social justa". (DUSSEL, 1977, p. 69) Portanto, a práxis de libertação é de suma importância para a construção factível de uma ação que tenha em sua estrutura interna a condição de instaurar uma nova ordem social justa e horizontal. Ademais a práxis de libertação é o próprio questionamento verdadeiro acerca do sistema; é uma "práxis metafísica, transontológica" a libertação como tal. É ainda a práxis de libertação a "procriação" de uma nova ordem social tendo uma estrutura inédita, que não mais oprime e, que permite com que o outro seja. Por isso, o *ethos* libertador deve buscar não mais repetir um sistema opressor, maléfico, mas instaurar um novo, tendo como eixo principal o amor para com o outro que também é outro que tenha comiserção⁶, no sentido pleno da palavra.

Assim sendo, na contramão da práxis de libertação está a práxis de dominação do imperialismo, da qual Dussel afirma se realizar em dois níveis, a saber: o primeiro no nível econômico, "pela extração de uma plusvalia mundial neocolonial" e o segundo sendo endereçado ao poder político consentido pelo controle militar. Tais práxis de dominação do imperialismo matam o oprimido sem nenhum peso de consciência, pois os dominadores acreditam estarem matando um simples coelho de laboratório, pois essa é a sua práxis de dominação, que exclui e mata violentamente. Enrique Dussel acredita que na essência do *ethos* da dominação puramente imperialista e assassina, encontra-se o verdadeiro burocrata

⁶ Dussel fala no sentido de "comiserção, que é a pulsão alterativa ou de justiça metafísica; é o amor ao outro como outro, como exterioridade; amor ao oprimido, mas não em sua situação de oprimido, e sim como sujeito da exterioridade". (DUSSEL, 1977, p.70)

“que cumpre diariamente seus deveres pátrios e religiosos com escrupulosa consciência moral de fazer avançar o caminho da civilização, da cultura, da democracia, da liberdade, da filosofia... por meio do assassinato, (...) da corrupção, da exploração, da fome, do sofrimento da periferia.” (DUSSEL, 1977, p. 78-79)

É frente a tal realidade posta que Enrique Dussel frisa que em toda periferia existe uma lenta, mas ascendente tomada de consciência da realidade na qual os cidadãos da periferia estão existindo e passam a perceber a necessidade de libertação, de romper com tal sistema, tal laço de dominação, de dependência. Assim sendo, o processo político de libertação acontece de fato na “libertação social nacional periférica das classes camponesas e operarias”. Para tal libertação acontecer é necessário passar pela revolução social dos países da periferia tomando nas mãos o poder por parte das classes oprimidas. Somente por essa via aconteceria a libertação nacional. (DUSSEL, 1977, p. 79-82)

Dito isso, quando Dussel fala de libertação é importante esclarecer, que a referida trata-se a respeito da “libertação das nações periféricas e tomada do poder das classes populares, para organizar realmente a formação social”. Enfim, a “Filosofia da Libertação, em seu nível político, deve ter isso bem claro, do contrário se transformaria novamente numa ontologia ideológica, confusa, encobertadora, reformista e pequeno burguesa”. (DUSSEL, 1977, p. 82)

Nesse sentido, a respeito da cultura imperial, Dussel afirma ser

aquela que é do centro, que se sobrepõe às demais, que “domina na ordem vigente”, que é européia, norte-americana e russa. Desde essa cultura é que se busca metrificar todas as demais. É a partir desse etnocentrismo cultural, que se buscou medir a cultura do Latino – americano, do africano, do indígena, do asiático, daqueles que vivem à margem do sistema consolidado. Interessante anotar, que a periferia, por muitos anos, foi obrigada em suas realidades duras e pobre, reproduzir Beethoven, a imponente Igreja de Notre Dame, o falar inglês fluidamente etc.

Assim sendo, a cultura oprimida é simplesmente a reprodução da cultura imperial, porém em um espaço geográfico distinto das capitais imperialistas. Dussel frisa que é preciso destruir essa ideologia acima posta, que propaga o imperialismo subjacente na cultura de massa. A libertação da cultura popular é a consequência da autolibertação do oprimido, que toma consciência do seu estado de opressão e sai em busca da sua libertação. Dussel frisou que para tal libertação ocorrer de fato torna-se necessário a contribuição do intelectual orgânico, que também é povo e sai em busca da libertação com o povo. Para Enrique Dussel, a presença de tais intelectuais é indispensável para a libertação tornar-se factível. (DUSSEL, 1977, p. 100)

Segundo Enrique Dussel é através da “consciência crítica do mestre”, que é o intelectual orgânico, que está inserido no meio do povo, que também é povo e que desperta o pensar do povo, que o processo de

libertação do estado de opressão ocorrerá.

Nesse sentido, tal libertação do oprimido e da cultura popular, desembocará na auto-afirmação da cultura nacional frente à cultura imperialista subjacente às formas de arte presentes na periferia.

Para Dussel, a figura do intelectual orgânico, os grupos críticos, os partidos críticos são de fundamental importância para a contribuição e superação da opressão cultural, filosófica, e socioeconômica. É com a ajuda desses grupos que o oprimido alcançará o estado de consciência fundamental para despertar da sua própria libertação. Dussel acredita que as majorias estão na periferia. Logo, a filosofia tem muito a fazer. (DUSSEL, 1977, p. 101)

Segundo Dussel, é a partir da cultura revolucionária libertadora, que emergirá uma nova cultura global, que a frente a cultura imperialista, muito mais rica.

Dito isso, Dussel ao tratar da natureza econômica no capítulo quarto de *A Filosofia da Libertação na América Latina* frisa que a Filosofia da Libertação, quando comparada com o realismo e o materialismo ingênuo, que afirma que o cosmo "é o primeiro" abandonando a noção de natureza, acredita em uma Filosofia da Libertação, "para além do realismo crítico e do pensamento heideggeriano, supera a contradição falsa do realismo - idealismo afirmando a anterioridade real do cosmos, a prioridade existencial do mundo e a interpretação econômica da natureza". (DUSSEL, 1977, p. 114)

Assim sendo, segundo Dussel somente a libertação política da periferia será possível com a regeneração do equilíbrio ecológico natural, que foi desfeito pelo sistema econômico opressor tanto de pessoas quanto da própria natureza.

Interessante notar, que um dos instrumentos para a realização da libertação tanto política quanto ecológica da periferia é o pleno uso e domínio da linguagem, do verbo (ZEA, 1994), que possibilitará ao oprimido falar, interpretar e descrever a totalidade, que não se anula em excluir produzindo violências e mortes. (DUSSEL, 1977, p. 126-127)

Nesse sentido, Dussel (1977), ainda fala da necessidade da libertação da tecnologia de ponta que muitas vezes são dos países imperialistas. Ele cogita ser de suma importância a busca do uso de tecnologias nacionais, que também não deixam de ser de ponta frente às dos países imperialistas. A proposta de uma Filosofia da Libertação por Dussel, não se limita em libertar-se somente dos moldes do pensar feito europeu, ou norte-americano, mas uma libertação que perpassa pela educação, pedagógica, cultura, natureza, tecnologia, e economia, dentre outros setores. O projeto Filosofia da Libertação ultrapassa o "mundo" da filosofia e busca alcançar quase todos os demais setores do nosso continente.

A respeito da econômica, Dussel afirma que "é a parte da filosofia que pensa a relação prático-produtiva, a relação do homem com o outro mediado pelo produto da ação homem-natureza". (DUSSEL, 1977, p. 147)

Nesse sentido, a econômica busca ver a relação do homem com a produção e ao mesmo tempo com a sua distribuição e o seu consumo desse mesmo produto, fruto do trabalho do homem. O pensador em questão discorre a respeito da expansão européia desde o século XVI, que foi progressivamente “engolindo” e sobrepondo-se aos demais sistemas econômicos vigentes nas periferias, gestando uma população altamente alienada pela imposição do sistema imperialista.

É válido lembrar, que uma vez a periferia alienada pela imposição do sistema vigente, consequentemente o subdesenvolvimento já é, pois o mesmo tem as suas raízes no século XVI. Para Dussel, é justamente o sistema capitalista propagado, imposto pelos países imperialistas desde os séculos XVI, que submeteram a América Latina, a África negra, a Ásia e o sudoeste asiático, no estado de subdesenvolvimento. Interessante, que o colocar da América Latina na condição de subdesenvolvimento foi uma decisão da Europa no século XVI, que saía em busca de riquezas alheias. Frente a tal assertiva, a pergunta que se impõe é a seguinte: os “ditos” modernos leitores de Descartes, perguntaram para o povo latino-americano se eles desejavam ser colocados no estado de subdesenvolvimento, opressão, periferia?

É justamente frente a essa desumanidade cometida pelos propagadores do humanismo dos séculos XIV ao XVII, que Enrique Dussel apresenta a proposta da

libertação econômica da “periferia e suas classes trabalhadoras”. (DUSSEL, 1977, p. 156)

Dito isso, a “alienação econômica é a realização de todas as alienações”, porém o projeto de uma libertação econômica “é a realização concreta da libertação humana, processo pelo qual o oprimido se lança num novo projeto cultural”. (DUSSEL, 1977, p. 156) Logo, a libertação econômica dos países acometidos pelo imperialismo, a periferia é o primeiro objetivo.

Segundo Dussel tal “libertação econômica da classe operária e camponesa exige uma revolução econômica completa. A filosofia da economia deve esclarecer esta problemática, a da transição a outro sistema mundial, e já sem periferia, para além do modo de produção capitalista”. (DUSSEL, 1977, p. 157)

Desde uma leitura de Dussel, é com a revolução⁷ econômica e a implantação de um sistema econômico de produção, que tenha justiça no exercer a liberdade econômica, que Dussel pensa ser possível a libertação econômica frente ao imperialismo arcaico na América Latina.

Enfim,

a econômica libertadora é o serviço justo, a mediação realizadora do outro, a inovação técnica, tecnológica para o outro, para o seu crescimento, desenvolvimento, felicidade (...) a libertação não só supõe um projeto e um entusiasmo, mas também as mediações planejadas, fabricadas, viáveis, tecnologicamente eficazes. Sem libertação econômica, que supõe invenção a partir de técnicas populares, tradicionais, nacionais, não há libertação real. (DUSSEL, 1977, p. 158)

⁷ A proposição revolução deriva do radical latino *revolutio* que é o ato de revolver.

Assim sendo, em seu último capítulo da obra *Filosofia da Libertação na América Latina* (1977), Dussel passa a expor questões relacionadas aos métodos que perpassa pela teoria e chega a determinação do método da Filosofia da Libertação, propondo de tal forma uma crítica, ou melhor, um discurso crítico.

Segundo Dussel, o método da ciência se definiria como um caminho altamente explicativo e concomitante demonstrativo. As ciências fáticas, afirma Dussel, têm como âmbito da sua ação o nível ôntico que se refere a entes naturais. O desde onde desse tipo de ciência são justamente os fatos. O fato é a prova real daquilo que aconteceu que já se tornou história, que está aparecendo no mundo, que está aí. Já o "fato das ciências fáticas é o enunciado de uma nota ou aspecto fenomênico real da coisa enquanto real; é o enunciado de um momento real". (DUSSEL, 1977, p. 160)

Assim sendo, as ciências fáticas consideram a substantividade real. A mesma pode ser tanto física quanto humana, a última enquanto dada naturalmente. (DUSSEL, 1977, p. 160)

Dito isso, fica claro, que o processo científico, o desde onde parte exclusivamente do fato enquanto fenômeno, aquilo que aparece no aí do mundo da vida. É o fato, objeto da ciência. Porém a ciência se ocupa exclusivamente da explicação do fato, do seu por que. Dessa forma, um paradigma da ciência tem que partir necessariamente da interpretação do

fato, confrontando com o seu marco teórico já existente.

Nesse sentido, dialética para Dussel "é um atravessar diversos horizontes ônticos para chegar de totalidade em totalidade até o fundamental". (DUSSEL, 1977, p. 162) Aristóteles em seu *Tópico* demonstrou que a dialética era um caminho, mais científico, pois poderia *cogitar* argumentativamente os princípios das ciências desde as opiniões da cotidianidade. Já Marx, acreditava que o método dialético fosse como um movimento "que se eleva do abstrato, do metafísico ao concreto, material, até alcançar a mais simples categoria, que não é senão o fundamento da totalidade". (DUSSEL, 1977, p. 162)

Dessa forma o ambiente do método dialético é o ontológico, que passa de um horizonte de um ente até seu fundamento. Dussel frisa que o "seu princípio é o de identidade e diferença". Diferentemente do processo científico que parte da teoria para explicar, o fato, o processo dialético parte do código teórico da ciência como totalidade e alcança os seus pressupostos tanto históricos, quanto econômicos, sociais.

Assim sendo, Dussel sustenta que o método dialético pode ser usado em todo e qualquer forma de discurso, seja político, pedagógico, dentre outros. (DUSSEL, 1977, p. 163)

Dito isso, Dussel afirma que a analética, "quer indicar o fato real humano pelo qual todo homem, todo grupo ou povo, se situa sempre 'além' (...) do horizonte da totalidade". (DUSSEL, 1977, p. 163) É o analético que possibilita ver o

outro fora do sistema, na periferia. Enrique Dussel disse que “o momento analético refere-se ao outro semanticamente”. (DUSSEL, 1977, p. 163) Sua categoria é a exterioridade do outro, tendo como princípio, a distinção.

O momento analético, olha com exclusividade o outro, o que foi submetido ao estado de opressão pelo sistema dominante sem direito a ser consultado. Afirma Enrique Dussel: “saber dar até a vida a fim de realizar as exigências de tal protesto, e lançar-se a práxis do oprimido, é parte do processo do momento analético”. (DUSSEL, 1977, p. 164) Desde a leitura de Dussel, no momento analético a teoria não é suficiente.

Frente a tal assertiva, o momento analético “é crítica e superação do método dialético negativo, não nega como a dialética não nega a ciência, simplesmente o assume, o completa, lhe dá seu justo e real valor”. (DUSSEL, 1977, p. 164)

Nesse sentido, todos os métodos que serão apresentados a partir de agora são definidos desde o momento analético, que se apresentou agora. O filósofo da libertação em questão frisa que

o momento analético é a afirmação da exterioridade não é somente negação da negação do sistema desde a afirmação da totalidade. E superação da totalidade, mas não só como atualidade do que está em potência no sistema (...). Afirmar a exterioridade é realizar o impossível para a totalidade, o que surge a partir da liberdade incondicionada, revolucionária, inovadora. (DUSSEL, 1977, p. 165)

Em relação à prática, Enrique fala do método prático “como

o saber operar praticamente no nível das decisões públicas, sociais, governamentais, sindicais, militares, da política como responsabilidade do cidadão ou profissão do político”. (DUSSEL, 1977, p. 165)

Saber operar no nível das decisões implica-se na utilização da linguagem e conseqüentemente do seu domínio. Somente participa efetivamente das decisões com os seus respectivos âmbitos o cidadão, que tem o domínio da linguagem, como um instrumento necessário para a construção da decisão (ZEA, 1994), quando fala do logos, do direito do homem latino-americano ao logos, ao verbo, à linguagem, está orientando da importância de tal poder, que é o logos, o verbo, a linguagem.

Sendo assim, as decisões práticas além da sua dimensão política são tomadas na pedagógica, e até mesmo no nível do antifetichismo.

O desde onde das decisões práticas é sempre a interpelação, daquele que está além da margem do sistema corrente, “do oprimido como exterioridade”. Dussel apresenta como sendo a categoria substancial do método prático “a de exterioridade, afirmativa e operativamente o da libertação e por princípio do método prático a analogia, que inclui o de distinção, passivamente, e o de inovação, criativamente”. (DUSSEL, 1977, p. 165)

Assim sendo, o homem de ação, prático e também político, segundo Dussel deve renunciar as ciências fáticas, formais e humanas para solucionar mais adequadamente o tema autoconsciência de seus

princípios, e de solucionar os seus problemas.

Para Dussel, o momento de maior importância do processo de decisões em seu nível prático é justamente o momento de deliberação, resolução, decisão, que posteriormente é seguido pela necessidade de planejar a implantação daquilo que foi decidido, utilizando-se das ciências, tecnologias disponíveis ao homem prático. Assim, põe-se em ação aquilo que foi planejado, mas que antes foi pensado, decidido, planejado e agora aplicado e que posteriormente será avaliado. (DUSSEL, 1977, p. 167)

Continuando a presente exposição, Dussel apresenta a categoria da *poiética*, que está para o trabalho, relacionado ao fabricante de algo, de um artefato. Interessante afirmar, que tal trabalho é constituído de um método produtivo altamente projetual, que consiste na previsão ou realização que a de vir de um objeto, de um artefato, que ainda não tem uma realidade, uma história, e concomitante um ser. Enrique Dussel frisa que a teoria descobre o que de fato "já" são os entes. A teoria possibilita desvelar o que já são cada ente, cada fato, cada artefato. A *poiésis* constrói os entes, que "ainda-não" são. A categoria própria da *poiésis*, afirmou Dussel, ser a de coerência formal do artefato, tendo como princípio operativo a projetualidade *poiética*. (DUSSEL, 1977, p. 167-168)

Dito isso, das ciências fáticas para as ciências do homem, o filósofo em questão, frisa ser a "liberdade do outro, uma variável de diferente substantividade, estatuto

significativo". (DUSSEL, 1977, p. 169) Ou seja, Dussel nota que esse bem imaterial que é a liberdade do outro, não é uma mera variável a mais, ou outra qualquer.

No mesmo sentido, as categorias essenciais das ciências do homem são desde o nosso pensador em exposição "as de totalidade ou estrutura social exterioridade (passivamente) e libertação como categoria operativa". O princípio de tal categoria tem a complicação estrutural e analógica "na descrição de novas ordens históricas *prático-poiéticas*". Enfim, "ao se eliminarem os momentos dialéticos e analíticos, a ciência humana, com pretensão de cientificidade, caiu no cientificismo ideológico". (DUSSEL, 1977, p. 170)

Segundo Enrique Dussel a cultura do centro, aquela que afirmou ser o homem da América Latina desprovido de *logos*, introjetou em nosso povo a oposição entre ideologia e ciência. Para os "civilizados" quando há ciência não poderia haver ideologia. Interessante frisar, que o tema da exclusão além de ser real é também altamente ideológico. Afirma Dussel: "toda mediação significativa, semiótica, é ideológica quando oculta, e por isso justifica a dominação prática que o homem exerce sobre o homem" em seus diversos níveis. (DUSSEL, 1977, p. 171)

É perceptivo que todo e qualquer discurso seja ele libertador ou não, é uma forma de ideologia. "Toda teoria, toda prática ou significativa prático, toda *poiésis*, que em função de encobrimento da dominação é ideológica".

Assim sendo, para Dussel a ideologia "é um conjunto de

expressões semióticas que encobrem a dominação (...), tendo como função a relação do sinal ou significante como justificação de tal *práxis* dominadora". (DUSSEL, 1977, p. 171)

Mediante o método ideológico que é um instrumento de alta voltagem, pode-se legitimar na linguagem e posteriormente na prática, à escravidão, o encobrimento do outro, e por fim o seu assassinato. As ideologias metódicas, para Dussel são as mais ideológicas, pois fundamentam cientificamente, teoricamente e até mesmo filosoficamente a prática de dominação do outro igual a si mesmo.

Para Enrique Domingos Dussel, o verdadeiro cientista é aquele que consegue ouvir as interpelações dos oprimidos frente ao sistema opressor e desumano que recai sobre os marginalizados do mesmo sistema excludente e desumano em funcionamento. Se o cientista não consegue ouvir tal apelo, ele não é um verdadeiro cientista e sim, um cientificista, pois se utiliza da ciência para legitimar a opressão, a dominação do centro sobre a periferia. (DUSSEL, 1977, p. 172)

Dito isso, são frente aos métodos acima descritos, que possuem subjacente suas ideologias contendo dispositivos para a justificação do encobrimento da periferia, que Dussel apresenta um método crítico, que parte primeiro desde o sofrimento, exclusão, da exterioridade daqueles que foram explorados pelos senhores vindos do humanismo clássico, que ao aportarem na América Latina,

revelaram-se altamente desumanos para com aqueles humanos que já há muito tempo por aqui viviam e davam forte testemunho da sua humanidade no respeito e cuidado para com a terra, com os seus bens naturais. Dussel afirma que: "somente aquele que pode interpretar os fenômenos do sistema à luz da exterioridade pode descobrir a realidade com maior lucidez, acuidade, profundidade". (DUSSEL, 1977, p. 173) Dussel acredita que somente os métodos críticos – dentre eles a Filosofia da Libertação – que se constrói desde um processo analético a partir da exterioridade – estão aptos para investigar a favor das nações periféricas, das classes populares.

Em se tratando da Filosofia da Libertação, Dussel, apresenta como método, o teórico analítico. Assim sendo, o próprio método da Filosofia da Libertação acredita ser a justiça a filosofia mor, a filosofia primeira, pois a política é o centro da ética superando progressivamente a ontologia de dominação. (DUSSEL, 1977, p. 174)

Nesse sentido, a Filosofia da Libertação, frente às "filosofias ontológicas" (como a fenomenologia, o marxismo, o existencialismo, a filosofia analítica, dentre outras), pretende assumir uma postura que venha superar as ditas "filosofias ontológicas", presentes na periferia. Dussel ainda frisa que a Filosofia da Libertação, não é eclética, pois a pretensão da Filosofia da Libertação é apresentar um discurso que incluía de certa forma o discurso das filosofias ontológicas, porém dando-lhes seu real e autêntico sentido.

A pretensiosa Filosofia da Libertação visa ainda, histórico-filosoficamente, superar tanto o fisiologismo grego, quanto o teologismo medieval e concomitante o consciencialismo moderno vindo do centro. Tal iniciativa é em busca de uma antropologia, tanto quanto de uma filosofia que tenha o ser pessoa humana, que sabe ser de ser e existir, como centro, como liberdade, como exterioridade, como pessoa, como oprimido.

Dessa maneira, a política no sentido ético-metafísico é o ponto central da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel.

Assim sendo, frente às problemáticas genuinamente da ordem do dia da América Latina, a Filosofia da Libertação, buscou apresentar uma reflexão que suscitasse um novo discurso não mais a partir daqueles que estão no poder, mas daqueles que estão sob o julgo dos opressores.

A partir de 1965, aproximadamente, foram surgindo questões entre os filósofos latino-americanos a respeito da possibilidade do fazer filosofia em países subdesenvolvidos. Mais tarde, tal interpelação concretizou-se com a seguinte questão: "É possível filosofar autenticamente em uma cultura dependente e dominada?" (DUSSEL, 1977, p. 176)

Interessante frisar que desde a leitura de Dussel e Zea (1994), a interpelação apresentada acima, configurou-se no problema central da Filosofia da Libertação. Dussel, aprofundando tal questão, *cogita* a respeito da possibilidade de uma filosofia latino-americana, ou até mesmo uma filosofia genuinamente

africana, asiática da comunidade periférica. (DUSSEL, 1977, p. 176)

Augusto Salazar Bondy (1964) foi categórico em responder tal questão, afirmando a impossibilidade de uma filosofia latino-americana, pois a cultura do dominado, colonizado foi assimilada desde o dominador. Logo, torna-se impossível a colônia construir uma filosofia genuinamente *tuya*. (DUSSEL, 1977, p. 176)

Contrária à posição de Augusto Salazar Bondy (1964), foi a resposta dos filósofos do Cone Sul da América Latina, na Argentina com o título de Filosofia da Libertação. Para os progenitores da Filosofia da Libertação, do qual Enrique Dussel faz parte, a resposta foi a seguinte:

Parece que é possível filosofar na periferia, em nações subdesenvolvidas e dependentes, em culturas dominadas e coloniais, numa formação social periférica, somente se não imita o discurso da filosofia do centro, se descobre outro discurso. Tal discurso, para ser outro radicalmente, deve ter outro ponto de partida, deve pensar outros temas, deve chegar a diferentes e com método diferente. (DUSSEL, 1977, p. 176- 77)

Ou seja, o novo ponto de partida é pensar o novo, aquilo que ainda não foi *cogitado*, o processo de libertação da periferia, das nações dependentes das metrópoles.

Dussel afirma ser a Filosofia da Libertação "uma operação pedagógica desde uma *práxis* que se estabelece na proximidade mestre-discípulo, pensador-povo, intelectual orgânico, no dizer de Gramsci, no povo". (DUSSEL, 1977, p. 182)

Enfim, após essa longa exposição, "conclui-se", que a

Filosofia da Libertação é "pensar tudo à luz da palavra interpelante do povo, do pobre, da mulher castrada, da criança e da juventude culturalmente dominada, do ancião

descartado por uma sociedade de consumo, com responsabilidade infinita e diante do infinito, isto é Filosofia da Libertação". (DUSSEL, 1977, p. 182)

Referências

ARDAO, Arturo. *La filosofía en el Uruguay en el siglo XX*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1956.

CESAR, Constança Marcondes. *Filosofia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1988.

CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

CONDILLAC. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tienne_Bonnot_de_Condillac>. Acesso em: 24 mar. 2010.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1977.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

GOMES, R. *Crítica de razão tupiniquim*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1980.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo?* Petrópolis: Vozes, 1974.

NUNES, Antônio Vidal. A filosofia na América Latina: uma leitura do seu desenvolvimento. *Filosofia, Ciência e Vida*. São Paulo, n. 33, p. 18-27, 2009.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1990. v. 1.

REALE, Miguel. A doutrina de Kant no Brasil. In: *As idéias filosóficas no Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Convívio, s/d., p. 230-231.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. A filosofia em ibero-américa. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 19-48, 1996.

SANTIAGO, Gabriel. Filosofia da Libertação. *Revista de Filosofia*, São Paulo, p. 38-49, 1º out. 2007.

ZEA, Leopoldo. *A filosofia americana como filosofia*. São Paulo: Pensieri, 1994.

_____. *La filosofía americana como filosofía sin más*. México: Siglo XXI, 1989.

Mnemosine Revista

Volume 6, n.1, jan/jun 2015

_____. *La filosofía latino americana como filosofía sin más*. 2. ed. México: Siglo XXI, 1974.

_____. *La história da la filosofía latinoamericana*. In: MARQUINEZ ARGOTE, G. (Org.). *Qué és eso de filosofía latinoamericana?* Bogotá: El Buho, 1986.

UM ISOLAMENTO OPCIONAL: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO IMIGRANTE NÃO INTEGRADO AO BRASIL DA OBRA *UM RIO IMITA O RENO*

Rodrigo Luis dos Santos¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar como o escrito Clodomir Vianna Moog estabelece a construção da imagem do imigrante e descendente não vinculado de forma opcional à sociedade brasileira, através do romance *Um rio imita o Reno*, de 1938. Também pretende-se apontar as bases que Vianna Moog utilizou para a concepção de seu livro, tanto da construção literária da cidade onde se desenvolve a história, Blumental, como na construção do enredo e de alguns personagens, vinculados, possivelmente, com alguns agentes históricos que atuaram nas décadas de 1930 e 1940.

Palavras-chave

Imigrantes alemães; Inserção social; Preconceito étnico.

Abstract

This article aims to analyze how the writing Clodomir Vianna Moog establishes the construction of the image of the immigrant and descendant unbounded optionally Brazilian society through the novel *Um rio imita o Reno*, 1938. Also seeks to point out bases that Vianna Moog used to design your book, both literary construction of the city where the story develops, Blumental, as in the construction of the plot and some characters, linked possibly with some

historical actors who acted in the decades of 1930 to 1940.

Keywords

German immigrants; Social inclusion; Ethnic prejudice.

INTRODUÇÃO

Em 1938, a Livraria e Editora do Globo, sediada em Porto Alegre, lança o livro *Um rio imita o Reno*, do escritor Clodomir Vianna Moog. Em pouco tempo, esta obra se torna um grande sucesso editorial, com um número bastante expressivo de exemplares vendidos, exigindo inclusive a publicação de novas edições. Em 1939, Vianna Moog é contemplado com o Prêmio Graça Aranha² Nas décadas seguintes, outras edições do livro são publicadas, também por diferentes editoras, como a Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro. Em linhas gerais, e como é mais comumente conhecido, *Um rio imita o Reno* enfoca a questão do conflito étnico, a partir do romance não aceito de dois personagens: Geraldo Tôrres, um jovem amazonense, e Lore Wolff, uma jovem de origem alemã.

Nosso objetivo neste artigo é abordar uma análise sobre alguns aspectos desta obra. Uma atenção maior será dada para a forma como Vianna Moog constrói a participação social de imigrantes e descendentes de alemães, como estes se relacionam com a sociedade brasileira. Além disso, buscaremos mostrar como se deu a construção do cenário e do ambiente político

¹ Graduado e Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail:

rluis.historia@gmail.com

² Prêmio concedido pela Academia Brasileira de Letras. O prêmio homenageia, em sua denominação, o escritor e diplomata José Pereira da Graça Aranha (1868-1931), nascido no Maranhão, que fizera parte da Academia Brasileira de Letras até 1924, quando se desvinculou da mesma. Era defensor do Modernismo, sendo inclusive um dos organizadores da semana da arte Moderna de 1922, em São Paulo. Sua visão de modernização artística e literária foi um dos motivos de seu afastamento da Academia Brasileira de Letras, da qual acusava de não aceitar renovações e mudanças. Foi fundador da Cadeira 38 desta agremiação. Sua obra mais conhecida é *Canaã*, publicada em 1902, que aborda a questão da imigração alemã para o estado do Espírito Santo.

escolhido pelo autor na feitura de seu romance. Para tanto, este trabalho será dividido em três partes: a primeira, trazendo aspectos da biografia de Vianna Moog; a segunda, estabelecendo apreciações sobre o contexto político e social do Rio Grande do Sul na época da escrita do livro e, terceira parte, verificar analiticamente alguns elementos significativos presente em *Um rio imita o Reno*.

Apreciar criticamente uma obra literária é um processo desafiador para um historiador. Segundo Valdeci Rezende Borges, "se a literatura, como outros monumentos e arquivos humanos, guarda as questões de um tempo e as marcas de um povo e de um lugar, lidar com tais fontes requer a construção de instrumentos afinados capazes de lançar luz àquilo que traz em seu bojo". (BORGES, 2010, p. 107)

A não proximidade com certos instrumentais teórico-metodológicos de análise literária podem corroborar muitas vezes para uma análise superficial. Inclusive pelo fato de, durante muito tempo, a literatura ser vista como uma fonte não satisfatoriamente segura ou meramente ilustrativa. Conforme Pesavento (2006) "a literatura cumpria face à história um papel de descontração, de leveza, de evasão, "quase" na trilha da concepção beletrista de ser um sorriso da sociedade...". Mas também podem surgir análises que tragam luz sobre aspectos intrínsecos presentes em determinada obra, que somente os referenciais e os métodos historiográficos conseguem expor e analisar. É neste campo ténue que

iremos analisar este romance de Vianna Moog.

CLODOMIR VIANNA MOOG

Clodomir Vianna Moog nasceu na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, no dia 28 de outubro de 1906. Era filho de Maria da Glória Vianna Moog, professora, que faleceu quando Vianna Moog ainda era criança, e de Marcos Moog, funcionário público federal. Marcos Moog também era natural de São Leopoldo, mas possuía fortes ligações com Novo Hamburgo, inclusive residindo nessa localidade, que até 1927, era o 2º Distrito de São Leopoldo. Tanto que Marcos Moog era integrante do grupo que se empenhou pela emancipação de Novo Hamburgo, entre 1924 e 1927. Pela parte paterna, Clodomir Vianna Moog era neto de Frederico Adolfo Moog, que exerceu liderança política em São Leopoldo, inclusive sendo conselheiro municipal (atual cargo de vereador) entre 1924 e 1928. Um fato curioso é que neste período ocorreu a tentativa (e posterior êxito) de emancipação de Novo Hamburgo, da qual Frederico Adolfo Moog não era favorável. Tendo em vista que seu filho, Marcos Moog, era membro do grupo emancipacionista, temos um cenário de conflito também familiar envolvendo esta questão. O que em um primeiro momento pode parecer destoante dentro da análise da biografia de Clodomir Vianna Moog, é um aspecto importante para compreender a obra que estamos apreciando. Voltaremos a abordar esta questão política mais adiante.

Sobre a formação educacional e intelectual de Clodomir Vianna Moog, sua alfabetização iniciou em uma escola que sua mãe dirigia, a Escola Primária de São Leopoldo. Posteriormente, ingressou no Colégio Elementar Visconde de São Leopoldo. Quando do falecimento de sua mãe, permaneceu dois anos como aluno interno do Instituto São José, mantido pelos Irmãos Lassalistas, em Canoas, então distrito de Gravataí. Estudou ainda no Colégio São Jacó, em Hamburgo Velho, localidade então pertencente ao 2º Distrito de São Leopoldo, Novo Hamburgo, onde morava seu pai. Por fim, ingressa no Ginásio Júlio de Castilho, em Porto Alegre, no ano de 1918. Em 1925, após não conseguir se matricular na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, ingressa na Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde se formou bacharel em janeiro de 1930.

Profissionalmente, Vianna Moog iniciou no comércio em Porto Alegre. Em 1925 é nomeado guarda-fiscal de Repressão ao contrabando na Fronteira, além de ser nomeado para a Delegacia Fiscal de Porto Alegre. Nos anos seguintes, após passar em concurso para agente fiscal de imposto do consumo, trabalhou nas cidades de Santa Cruz do Sul e Rio Grande.

Do ponto de vista de sua participação no âmbito político, Vianna Moog aderiu à Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul, como candidato à presidência da República em 1929. No ano seguinte, participou do movimento de outubro de 1930, também chamado de Revolução de 1930, que derrubou o então presidente Washington Luiz,

levando Getúlio Vargas ao poder federal. Ainda em 1930, retorna à Porto Alegre, como agente fiscal desta cidade. Neste período começa a atuar como jornalista, escrevendo para o Jornal da Noite. No ano de 1932, apoia a chamada Revolução Constitucionalista, promovida pelo estado de São Paulo contra o governo Vargas, exigindo, entre outros aspectos, a promulgação de uma nova constituição para o Brasil. No Rio Grande do Sul, o principal nome que apoiou os revolucionários paulistas foi Antônio Augusto Borges de Medeiros, que governara o estado durante 25 anos, sendo durante este período a liderança unipessoal do Partido Republicano Rio-grandense, da qual Getúlio Vargas, fora integrante.

Por apoiar o movimento paulista, Vianna Moog é preso e transferido para Manaus, no Amazonas. Logo após, é transferido para Teresina, no Piauí, retornando ao Amazonas, mas desta vez para o interior do estado. Em 1934. Com a promulgação da nova constituição e com a anistia concedida aos rebeldes de 1932, Vianna Moog retorna ao Rio Grande do Sul.

É no período de exílio no norte brasileiro que Vianna Moog inicia sua vida literária. E essa passagem pelo Amazonas e Piauí teria reflexo na construção de *Um rio imita o Reno*, como veremos. Enquanto estivera no Amazonas, publicou duas obras: *Heróis da decadência*, um ensaio sobre Machado de Assis, Miguel de Cervantes e Petrólio, na qual defendia que, em épocas de decadência moral, cultural, política, e social da humanidade, surgem grandes homens capazes de decifrar

e analisar, até com bom humor, as razões e consequências destes processos. Também lança, neste período, *Ciclo do Ouro Negro*, na qual tece uma análise sobre a realidade amazônica daquele momento. Ao retornar à Porto Alegre, passou a trabalhar no jornal *Folha da Tarde*³, publicado pela Companhia Jornalística Caldas Júnior. Chegou a ser um dos diretores deste jornal. Nesse período escreveu *Novas cartas persas*, no qual, em forma de sátira, debate o ambiente político e social do Brasil existente naquele momento.

Ocupou diversos cargos, entre as décadas de 1940 e 1960, representando o Brasil, em organizações internacionais, entre eles a Organização nas Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1945, foi eleito para ocupar a Cadeira 04 da Academia Brasileira de Letras, que fora ocupado por Alcides Maya⁴, falecido no ano anterior. Tomou posse em 17 de novembro de 1945, sendo recebido pelo acadêmico Alceu Amoroso Lima⁵. Clodomir Vianna Moog faleceu no Rio de Janeiro, cidade onde residia, em 15 de janeiro de 1988, vítima de uma parada cardíaca.

Para melhor compreender a obra de um autor, um dos caminhos importantes para isso é a dimensão da trajetória do mesmo, que caminha ao lado de suas obras literárias. Em muitos casos, são justamente suas vivências, percepções, análises e relações que embasam e se refletem em seus escritos. Como tentaremos mostrar nesta segunda parte deste trabalho, a trajetória pessoal e profissional de Vianna Moog será importante para compreender um

pouco de suas intencionalidades e dos aspectos utilizados para a concepção de seu romance *Um rio imita o Reno*. Este aspecto recebe atenção de Roger Chartier, que também aponta dois pontos importantes referentes ao próprio conceito de autor. Apoiado em Michel Foucault, Chartier lembra que

em uma conferência famosa 'Que é um autor?', proferida diante da Société Française de Philosophie em 1969, Foucault distinguia dois problemas, frequentemente confundidos pelos historiadores: por um lado, a análise sócio-histórica do autor como indivíduo social e as diversas questões que se vinculam a essa perspectiva (por exemplo a condição econômica dos autores, suas origens sociais, suas posições e trajetórias no mundo social ou no campo literário etc.), e, por outro lado, a própria construção do que chama a "função-autor", isto é, "o modo pelo qual um texto designa explicitamente esta figura [a do autor] que se situa fora dele e que o antecede. (CHARTIER, 2000, p. 198)

Conscientes das possíveis limitações e diante das considerações assinaladas anteriormente, principalmente nos apontamentos que Chartier faz de Foucault sobre o papel do autor, convém ressaltar que nossa análise sobre Vianna Moog está vinculada, sobretudo, com o contexto social em que viveu e atuou e sua trajetória.

O RIO GRANDE DO SUL NO FINAL DA DÉCADA DE 1930

No ano em que a obra foi escrita, 1938, tanto em nível federal quanto em nível estadual, já haviam sido promulgados decretos que

³ O jornal *Folha da Tarde* foi fundado em 1936, sendo publicado até meados de 1984. Um de seus diretores mais famosos foi o jornalista e também escritor gaúcho Sérgio Jockymann (1930-2011).

⁴ Alcides Castilho Maya nasceu em São Gabriel, Rio Grande do Sul, em 1878 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1944. Foi jornalista, escritor e político. Politicamente, era filiado ao Partido Republicano Rio-grandense, pelo qual se elegeu deputado federal entre 1918 e 1921. Foi diretor do Museu Júlio de Castilhos e colaborador do jornal *Correio do Povo*. Na literatura, escreveu, entre outras obras, o romance *Ruínas vivas* e o livro de contos *Alma bárbara*.

⁵ Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro em 1893 e faleceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, no ano de 1983. Ocupou a Cadeira 40 da Academia Brasileira de Letras. Foi professor, escritor e líder católico brasileiro. Entre suas obras, destacam-se *Elementos de ação católica* e *Mitos de nosso tempo*.

determinavam o processo de nacionalização. Sobretudo na área educacional. Para se compreender o período retratado no romance de Vianna Moog, algumas considerações sobre as relações entre as autoridades estaduais e os imigrantes alemães e seus descendentes devem ser pormenorizadas.

Em março de 1938, assume como interventor federal no Rio Grande do Sul o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias. Nascido em Jaguarão, Rio Grande do Sul, em 1901, Cordeiro de Farias fora nomeado para esse cargo, pois, segundo o presidente Getúlio Vargas, não estava vinculado aos grupos que disputavam o poder no estado. Ao assumir o governo estadual, mantivera o secretariado que havia sido composto pelo general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, que fora interventor entre outubro de 1937 e janeiro de 1938. O general Daltro Filho fora um dos responsáveis por forçar a renúncia do então governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha.

Flores da Cunha, que até 1936 era favorável a Getúlio Vargas, embora já houvesse certo distanciamento a partir de 1935, passara a ser um de seus principais adversários. Flores da Cunha tinha intenções de se candidatar a presidência da República, nas eleições previstas para 1938. Além disso, se tornou uma ameaça inclusive ao plano do golpe de Estado, efetivado em 10 de novembro de 1937, que fez entrar em vigor o Estado Novo. Por isso, era preciso tirá-lo do poder e do *campo de combate*. E foi isso o que ocorrera

em 16 de outubro de 1937. Essa disputa entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha é um ponto importante, pois veremos que este conflito estará presente na obra de Vianna Moog, não identificando diretamente estas duas lideranças, mas autoridades que estão subordinadas a eles.

Entre os membros do secretariado nomeado em 1937, estava José Pereira Coelho de Souza, titular da secretaria de Educação. Coelho de Souza permaneceu neste cargo até 1945. Além das secretarias, a Chefia de Polícia do Rio Grande do Sul permaneceu com o mesmo responsável: o tenente-coronel Aurélio da Silva Py, que ocupou esta função até 1943. Dentro do processo de nacionalização, Cordeiro de Farias, Coelho de Souza e Silva Py seriam os principais responsáveis pela implementação das ações, tanto no âmbito político, quanto educacional e da repressão. E o principal foco de atuação das autoridades foram as chamadas áreas de colonização, sobretudo italiana e alemã, mas também outros grupos foram visados, como poloneses, judeus e japoneses.

Compreender este ambiente social e político é importante para melhor direcionar a análise da obra e vislumbrar bases sobre a qual a mesma está alicerçada. A seguir, iremos abordar diretamente o romance *Um rio imita o Reno*, procurando, na medida em que trazemos determinados pontos da obra, fazermos uma análise sobre a mesma.

UM RIO QUE IMITA O RENO: CONTEXTO, ESCRITA E ANÁLISE

Nesta parte, iremos abordar a obra propriamente dita. Por conta disso, cabe aqui algumas considerações acerca do período em que é lançada e também sobre a editora pela qual é publicada. Como demonstrado anteriormente, a obra é lançada já no período de implemento das ações de nacionalização. Na edição que estamos analisando, data de 1966 (8ª edição), no prefácio, escrito pelo próprio Vianna Moog, ele argumenta que sua obra foi fundamental para a execução das ações de nacionalização. Além disso, aponta que seu romance despertou indignação junto às autoridades alemãs no Brasil.

um fato de todo imprevisto veio soprar forte nas velas do meu barco: o protesto da Embaixada alemã junto ao Itamarati. Sim, por incrível que pareça, o Embaixador alemão saiu-se de seus cuidados para reclamar do nosso Governo a imediata apreensão do meu romance, por ofensiva aos brios do III Reich. Até que ponto essa reclamação lhe terá aumentado a saída é coisa que ignoro. O que sei é que esse episódio, entre os fatos e circunstâncias relacionados com *Um Rio Imita o Reno*, é positivamente muito do meu agrado. Digo mais: nem o prêmio Graça Aranha, nem a cobertura da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, nem mesmo, mais tarde, a confiança do meu amigo Marechal Cordeiro de Farias, atribuindo a *Um Rio Imita o Reno* o poder de convencê-lo a promover com Coelho de Souza a nacionalização do ensino no Sul do Brasil, produziram em mim maior satisfação (MOOG, 1966, p. XIV)

Na perspectiva relatada por Vianna Moog, foi seu romance que

incentivou as ações nacionalizadoras promovidas pelas autoridades estaduais. É importante aqui talvez relativizar esta afirmação. Não podemos desconsiderar os efeitos causados por esta publicação. Tanto que a obra teve realmente repercussão bastante forte no Brasil e mesmo internacionalmente. Porém a afirmação de que ela foi o fator decisivo para as ações de nacionalização, sobretudo, do ensino, merecem ser ponderadas. Cremos que este recurso elogioso tenha sido utilizado pelo autor para enaltecer sua obra. Quando da escrita do livro, o governo estadual já havia emitido, em 7 de abril de 1938, o Decreto nº. 7.212, que regulamentava a nacionalização das escolas estrangeiras. A obra de Vianna Moog, dentro do ambiente social e político vigente, com certeza, fomentou inclusive desconfianças para com imigrantes e descendentes, sobretudo alemães, assim como fora usada a favor da nacionalização. Mas cremos que ela não foi a grande propulsora das ações iniciadas em abril de 1938, mas um forte instrumento agregado a estas.

Entre 1938 e 1942, no Rio Grande do Sul, alguns livros abordando a temática do *perigo* advindo das áreas da colonização imigrante, sobretudo alemã, são publicados. Há outras obras apontando para o *perigo* existente em outros grupos étnicos, como os japoneses, por exemplo. É o período em que surgem obras que tomamos a liberdade de classificar como *literatura de denúncia*. Além de *Um rio imita o Reno*, romance lançado em 1938 pela Livraria e Editora do Globo, temos, em 1941, a publicação

do livro *Denúncia: o nazismo no Sul do Brasil*, de Coelho de Souza, lançado pela Editora Thurmman. Em 1942, novamente pela Editora e Livraria do Globo, temos duas publicações lançadas: *A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração Nazi no Rio Grande do Sul*, do tenente-coronel Aurélio da Silva Py e *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*, de Carlos de Souza Moraes. Os dois primeiros autores, conforme relatado anteriormente, foram o secretário estadual de Educação e o chefe de Polícia do estado, respectivamente. O terceiro, Carlos de Souza Moraes, era secretário da Prefeitura de São Leopoldo e diretor da Instrução Pública no município. Mas queremos chamar a atenção para um aspecto: das obras citadas, incluindo *Um rio imita o Reno*, três foram publicadas pela Livraria e Editora do Globo. Três obras que acentuam aspectos considerados perigosos da presença de imigrantes e de núcleos de origem imigrante não nacionalizados. Duas obras, de Vianna Moog e Coelho de Souza tratam principalmente de alemães e o livro de Carlos de Souza Moraes aborda a imigração japonesa, mas também relata a questão dos imigrantes e descendentes de alemães. Embora não seja aqui nosso foco principal, mas o papel da Livraria e Editora do Globo na publicação de obras relacionadas com discursos nacionalizadores e contra imigrantes merece ser melhor analisado. Eis um campo interessante de estudo para aqueles que se dedicam a questão da imigração e da política das décadas de 1930 e 1940, assim como para aqueles que se

dedicam aos estudos da literatura rio-grandense e brasileira desse período.

Prosseguindo com nossas considerações, iremos traçar uma análise do local onde a história escrita por Vianna Moog se desenvolve, a cidade de Blumental. No romance, Blumental é descrita como uma cidade industrial, que inicialmente fora uma feitoria, mas que se tornara bastante desenvolvida ao longo dos anos. Por conta desse progresso industrial, Blumental é conhecida como a *Manchester do Brasil*. Em determinado momento, um dos personagens, Karl Wolff, reflete sobre a mudança que ocorrera em Blumental em um século:

Karl estava neste momento pensando em que essa riqueza do Sul era produto exclusivo do trabalho alemão. Com os colonos alemães é que tinham aparecido as indústrias do Brasil. E considerava com orgulho a ascensão de Blumental, de mera feitoria há cem anos, até o parque industrial que lhe valia o nome de Manchester do Brasil. (MOOG, 1966, p. 66)

Na maioria das análises já feitas sobre *Um rio imita o Reno*, a cidade fictícia de Blumental é identificada como uma referência a São Leopoldo. Esta constatação está em parte correta. Alguns elementos presentes na construção literária de Blumental são encontrados historicamente em São Leopoldo, como a citação da existência de uma feitoria⁶, que daria lugar a colônia alemã e ao futuro município, posteriormente. Além disso, existe a questão da construção da hidráulica, obra para a qual o personagem principal do romance, o jovem engenheiro Geraldo Torres é

⁶ A Colônia Alemã de São Leopoldo foi fundada em 25 de julho de 1824, quando ocorrera a chegada das primeiras famílias de imigrantes vindo das regiões que hoje constituem a Alemanha, como Mecklenburg-Schwerin, Hamburgo, Holstein, Renânia-Palatinado. Em 1846, após a guerra civil Farrroupilha, A Colônia de São Leopoldo foi elevada à categoria de Vila e em 1864, em Município autônomo, se desvinculando de Porto Alegre. Da antiga Colônia de São Leopoldo se originam municípios como São Leopoldo, Novo Hamburgo, Esteio, Sapucaia do Sul, Campo Bom, Sapiranga, entre outros. No local onde foram instaladas as primeiras famílias de imigrantes alemães existia, até início de 1824, a Real Feitoria do Linho Cânhamo, que foi estabelecida próximo ao rio dos Sinos, em 1788. Nesta fazenda o trabalho utilizado era escravo, sendo aí produzido o linho e o cânhamo utilizados na produção de cordas para os navios portugueses. Com o encerramento das atividades da Real Feitoria, os escravos foram levados para outras regiões da província, como Canguçu e Pelotas, ao sul desta.

contratado. Em São Leopoldo também ocorrera a construção de uma hidráulica municipal, ainda na década de 1920. Mas chamamos aqui a atenção para um ponto interessante: a cidade de Blumental é chamada no romance de *Manchester do Brasil*. Mas, historicamente, esta denominação não é conferida a São Leopoldo, mas sim a Novo Hamburgo, o antigo distrito, emancipado em 1927. O historiador René Gertz, ao analisar as discussões entre lideranças de São Leopoldo e Novo Hamburgo através dos jornais *Deutsche Post* (leopoldense) e *O 5 de Abril* (hamburguense), traz subsídios que evidenciam este fato:

a discussão com a *Deutsche Post*, também continuou. Em 9 de julho, esta publicara um comentário sobre o abastecimento de energia elétrica em Novo Hamburgo: desde o início do mês a Companhia de Energia Elétrica Hamburguesa assumiu o fornecimento de luz e energia [em Novo Hamburgo]. Mas, ó pena! Já no dia 7 faltou energia. (...) A famosa 'Manchester do Brasil' encontrava-se, portanto, sem energia. (GERTZ, 202, p. 234)

Deste modo, podemos deduzir que Vianna Moog utiliza-se de elementos presentes nas duas cidades de origem imigrante da qual teve maior contato, São Leopoldo e Novo Hamburgo, para criar o ambiente físico, social e político de Blumental. Outro ponto que mostra a presença de elementos vinculados a Novo Hamburgo é menos evidente, mas é de grande importância. No período em que o livro é escrito, Novo Hamburgo é visto pelas autoridades estaduais como uma cidade ainda *muito germânica*. Em

Um rio imita o Reno, já nos primeiras páginas, Vianna Moog apresenta Blumental como uma cidade que parece não pertencer ao Brasil, mas de ser uma localidade alemã. Ao expor uma das impressões que Geraldo Torres nutria pela cidade, Vianna Moog ressalta que "Blumental dava-lhe a impressão de uma cidade do Reno extraviada em terra americana. Desde o gótico da igreja, até a dura austeridade das fachadas, tudo nela, à exceção do jardim era grave, rígido, tedesco"⁷. (MOOG, 1966, p. 15) Na mesma passagem, essa contrariedade de Blumental em relação ao Brasil fica mais clara, quando afirma que Geraldo Torres "sentia saudades do Brasil". Mas qual a relação dessa característica alemã com Novo Hamburgo?

Em Novo Hamburgo, ao longo da década de 1930, se desenvolveram dois grupos políticos, que após a decretação do Estado Novo, além de serem proibidos, seus partidários diretos ou indiretos foram perseguidos: um grupo de simpatizantes e filiados ao Partido Nazista, e outro grupo filiado a Ação Integralista Brasileira. Estes e outros fatores fizeram com que, em dezembro de 1937, fosse nomeado para administrar a cidade alguém de confiança das autoridades não apenas estaduais, mas também federais. Por conta disso, fora nomeado como prefeito Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, amigo pessoal de Getúlio Vargas a mais de 30 anos. Odon Cavalcanti além de ter como objetivo restaurar as finanças do município, também recebera a determinação de conferir uma característica mais brasileira ao município, sobretudo através de

⁷ *Tedesco* é como os alemães são chamados no idioma italiano.

ações de nacionalização do ensino. Essas características corroboram para nossa percepção de que Novo Hamburgo também foi bastante forte na concepção que Vianna Moog pensou para sua Blumental.

Após esta contextualização e apreciação histórica sobre o local onde a história se desenvolve, vamos analisar os personagens que dão vida ao romance e, principalmente, o ponto que compreendermos ser o mais significativo do livro: a construção de uma visão de imigrantes alemães e descendentes que não querem se integrar ao Brasil.

O romance conta a história do amor não possível entre o engenheiro amazonense Geraldo Torres e Lore Wolff, filha de uma tradicional família de origem alemã, do ramo dos curtumes e fábrica de sandálias, residente na cidade de Blumental. Geraldo chega ao município para a construção da hidráulica municipal, justamente no período do verão, estação onde os problemas decorrentes da falta de água potável se propagam, sobretudo o tifo. Outros personagens que tem destaque na obra são: Armando Seixas, fiscal de impostos; Karl e Martha Wolff, irmão e mãe de Lore; o velho Cordeiro, que tem uma postura de antipatia e contrariedade aos alemães e descendentes; o Dr. Stahl, médico e o major, que aqui é apenas identificado por esta denominação, prefeito da cidade.

Por uma questão de escolha, iremos deter nosso enfoque para alguns personagens que não os protagonistas deste romance, Geraldo Torres e Lore Wolff. Mas queremos dar atenção especial para os personagens Karl e Martha Wolff,

Armando Seixas, Cordeiro e o major, que governa Blumental. Iniciemos com Armando Seixas.

Armando Seixas é fiscal de impostos, responsável por fiscalizar as casas de comércio e as indústrias de Blumental. Também era responsável por fiscalizar questões envolvendo contrabando, embora o próprio, muitas vezes, usasse desta prática. Em pouco tempo torna-se o melhor amigo de Geraldo Torres em Blumental. Aqui é oportuna uma breve consideração sobre Geraldo Torres: este personagem reflete, através de sua fala e das reflexões e lembranças que tem da região amazônica, a experiência e a percepção que Vianna Moog tem daquela região, na qual viveu enquanto de sua punição por ter apoiado os revoltosos paulistas em 1932.

O personagem de Armando Seixas é uma inserção da obra da figura do próprio autor, Vianna Moog. Através deste personagem, o autor adentra no livro, expondo inclusive suas impressões e opiniões sobre o que acontece em Blumental. Essa identificação entre Armando seixas e Vianna Moog é perceptível na própria caracterização que o autor faz de seu personagem:

depois que conseguir boa classificação num concurso que lhe trouxe a nomeação de fiscal de consumo, interrompera o seu terceiro ano de direito e vivia agora malbaratando o tempo em tentativas de artigos, novelas e ensaios que acabavam sempre na vala comum do cesto de papéis. (MOOG, 1966, p. 17)

Neste caso, as semelhanças entre Armando seixas e Vianna Moog, com exceção do abandono a

Faculdade de Direito, não são apenas coincidências. Mas a característica de Armando Seixas que queremos destacar, que está mais próxima com nosso ponto central de análise, é a opinião que o mesmo tem sobre os alemães de Blumental. O fiscal de consumo sempre viu com desconfiança a forma como a população de Blumental enaltece a origem alemã (ou germânica), buscando se aproximar mais das coisas da Alemanha do que das coisas do Brasil. Armando Seixas, em determinado momento, demonstra sua afinidade com a ideia de se nacionalizar os núcleos imigrantes. E essa afinidade se torna mais evidente quando, em um evento em Blumental, um morador local, o velho Cordeiro, toma a palavra e faz um discurso inflamado de apoio a nacionalização. E assim partimos para compreender melhor este personagem e em quem ele é, segundo nossa avaliação, inspirado.

O personagem Cordeiro é descrito como um homem que, embora não fosse dado a grandes manifestações públicas, não escondia sua desconfiança e até mesmo raiva para com os alemães e descendentes em Blumental. Aventuramos a hipótese que o personagem Cordeiro tenha inspiração no interventor federal do Rio Grande do Sul no período, o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias. Embora as características físicas e de personalidade não sejam tão próximas, mas a postura nacionalista entre os dois é muito próxima. Para melhor ilustrar nossa interpretação, analisemos uma fala de Cordeiro de Farias, publicada do jornal Correio do Povo em 1938,

quando da publicação do decreto referente à nacionalização do ensino:

atende o decreto, que vem a ser hoje assignado, a dois aspectos grandemente significativos: um, de importância geral, educativo, ferindo de fundo o problema de nacionalisação do ensino, num sentido forte e firme de brasilidade. O outro, mais nosso, que concilia os interesses e o grande trabalho educacional já existente na região colonial do Rio Grande do Sul, que é a falta de professores e, mesmo, de organização do ensino no Estado, permittindo o seu desenvolvimento, sem uma orientação uniforme. Não tem, portanto, o decreto, uma finalidade destruidora da obra já existente, nos núcleos de origem immigatoria, mas sim o de ser aproveitado o efficiente trabalho já feito num sentido legítimo de brasilidade. (Correio do Povo, Porto Alegre, Ano XLIV, 08/04/1938, nº 82, p. 14)⁸

Agora atentemos para a fala do personagem Cordeiro:

saibamos dizer aos descendentes da raça germânica – continua o velho Cordeiro – que fazem das lendas do Reno o motivo exclusivo dos seus devaneios; aos de origem italiana, polonesa ou lusa, que só estremecem de civismo com as epopéias dos seus antepassados, saibamos dizer aos representantes de todas as correntes humanas a quem o Brasil tem dado agasalho, que é preciso de uma vez por todas, varrer essa errônea concepção de pátria, para se firmar para sempre no Brasil a unidade nacional, pela identidade de tradições, pela unidade de língua, de cultura e de educação, coisas todas do mundo moral, asseguradoras da paz dentro da nação. (MOOG, 1966, p. 135)

Embora o discurso atribuído ao personagem do romance de Vianna Moog possa ter uma tonalidade mais agressiva, vemos pontos em comum entre o que o

⁸ Por conveniência, mantivemos a grafia original da publicação.

velho Cordeiro prega como fórmula agregadora e de instauração de uma unidade nacional brasileira, com os caminhos indicados por Cordeiro de Farias, através da nacionalização do ensino. Desta forma, a possibilidade de que o personagem tenha sido inspirado no governante estadual da época nos parece plausível.

O terceiro personagem que elegemos para apreciação é o major, prefeito de Blumental. Sobre este, identificado apenas pela patente militar que possui e pelo cargo que ocupa, também temos considerações que podem indicar em qual agente histórico do período é inspirado. Entre 1928 e 1944, São Leopoldo é governada por Theodomiro Porto da Fonseca, que no período em que o romance é escrito e publicado, tinha a patente de major. Mas além desta indicação, outro ponto é mais significativo: a mudança de postura por parte do prefeito, que ora apoia o governador, ora o presidente da República. E assim como ocorrera com o governante de Blumental, também ocorrera com o prefeito leopoldense. Como vimos, Vianna Moog usa de uma série de elementos, tanto de vivência pessoal como de observação social e política, para embasar sua obra. No caso da figura do major, ou melhor, de Theodomiro Porto da Fonseca, essa oscilação política entre o governador Flores da Cunha e o presidente Getúlio Vargas, não explicitamente citados no romance, se comprova inclusive documentalmente. No acervo pessoal de Theodomiro Porto da Fonseca, doado ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, localizado na cidade de São Leopoldo, encontramos telegramas entre o

prefeito leopoldense e Flores da Cunha, datados de 1936, no qual o prefeito declara seu apoio ao governador. Mas na mesma coleção encontramos uma publicação, datada de março de 1937, na qual Theodomiro Porto da Fonseca declara sua dissidência, rompendo com Flores da Cunha e declarando apoio incontestado ao presidente Getúlio Vargas. Hoje temos estes documentos que nos ajudam a comprovar este fato. E naquele período, Vianna Moog era testemunha dos acontecimentos. Desse modo, também acreditamos que a nossa observação acerca do inspirador do personagem do major que governa Blumental é digna de considerações.

Chegamos ao ponto que consideramos nevrálgico da obra de Vianna Moog, que é caracterizado por dois personagens por nós escolhidos para apreciação: Karl e Martha Wolff. Estes dois personagens sintetizam o imigrante alemão e descendente que não estão inseridos na sociedade brasileira. Ambos têm uma personalidade forte, até mesmo fria e bastante autoritária. Mas do que uma não inserção, há um não pertencimento voluntário ao Brasil. O que é brasileiro, não é de interesse.

É oportuna uma observação: nosso objetivo aqui é apontar para uma construção literária e discursiva, inclusive de caráter político, inserida dentro de um contexto sociopolítico e cultural marcado pela polarização, tensão e conflitos. No Rio Grande do Sul do final da década de 1930 e em boa parte da década de 1940, havia a forte dicotomia entre ser brasileiro e ser estrangeiro. Não apenas por questão de nascimento, mas também

de escolhas, de afinidades, de pertencimento. Diante desse quadro, muitos tomaram partido e defenderam as ideias, tanto as advindas das autoridades, a favor da nacionalização, quanto dos grupos de origem imigrante. E dentro do que analisamos, Vianna Moog estava alinhado com as autoridades estaduais e federais, sendo sua obra um instrumento favorável ao nacionalismo brasileiro, apontando perigos que eram vislumbrados naquele momento histórico.

Em *Um rio imita o Reno*, a questão do não pertencimento voluntário de imigrantes alemães e descendentes a sociedade brasileira fica mais nítida entre as páginas 64 e 70 do livro. Vejamos alguns trechos:

depois, em que é que podia interessar-lhe aquela conversa sobre política nacional, a ele que vivia de olhos voltados para os problemas europeus? Se falassem de coisas do velho Mundo, ainda podia dar sua opinião. A Inglaterra e a França estavam perdidas: faziam o jogo dos judeus. Os Estados Unidos, uma vergonha. Queriam a guerra para dar trabalho aos seus milhões de desocupados, movendo uma campanha desleal e miserável contra os produtos alemães. Felizmente na Alemanha velava um homem forte, batalhando em várias frentes e tendo atrás de si uma nação invencível. Um homem extraordinário que de simples pintor de paredes, de simples soldado da Grande Guerra se transformara, pelo próprio gênio, no maior dos alemães. No princípio não simpatizara muito com Hitler. (...) Salvava a Europa do comunismo, abaixava a proa da Inglaterra e livrava a Alemanha dos judeus, esses traidores. Além disso, reduzia o tratado de Versalhes, essa vergonha, a um farrapo de papel. (MOOG, 1966, p. 64)

Nesta passagem, Karl Wolff, irmão de Lore, personagem principal do romance, está junto com o major, Geraldo Torres, Amando Seixas e outros, em um quiosque, onde, entre os assuntos conversados, está o ambiente político do Brasil. Este trecho evidencia que Karl Wolff não nutre nenhum interesse pelos acontecimentos brasileiros, que para ele em pouca significância. O autor ressalta que Karl se interessa pelos assuntos relacionados com a Alemanha, sobretudo após Hitler assumir o poder. A visão que Karl Wolff tem de Hitler é de um homem de grande força na condução da Alemanha. Além disso, livrara o país de um *perigo*, que eram os judeus.

Neste trecho do livro, algumas ideias estão presentes, além do não interesse pelas coisas brasileiras: o enaltecimento do nazismo e a retaliação aos judeus. Vianna Moog, no segundo aspecto, se baseia em informações provenientes da Europa, onde existe efetivamente uma campanha antissemita muito forte na Alemanha. Já o primeiro aspecto, sobre o nazismo, o autor se baseia no fato de existirem núcleos do Partido Nazista em Novo Hamburgo e em outros lugares do Rio Grande do Sul, assim como o fato de muitos imigrantes alemães e descendentes virem com bons olhos o crescimento da Alemanha, que vinha em ascensão desde os primeiros anos da década de 1930. Todavia, cabe esclarecer que a maioria dos imigrantes e descendentes de alemães residentes no Rio Grande do Sul não eram filiados ao partido e que, muitas vezes, não tinham informações mais aprofundadas sobre o que acontecia na Europa.

Sobre o aspecto do pertencimento dos imigrantes a sociedade brasileira, o trecho que aborda o pensamento de Karl Wolff, somado com outros pontos do romance, aponta para a existência desta determinação. Evidentemente que ela existia entre alguns imigrantes e descendentes, mas isto não significa que seja um elemento predominante entre este grupo étnico. Neste aspecto, a narrativa empregada por Vianna Moog em seu livro estabelece uma generalização, que pode ter um sentido intencional: colaborar para o estabelecimento de uma imagem sobre os grupos imigrantes, para um apoio maior da sociedade brasileira para com a campanha de nacionalização que se efetivava.

Quanto a Marta Wolff, ou Frau Marta, como também é mencionada no livro, está neste personagem a maior carga de preconceito para com os brasileiros. Também sintetizava a figura do imigrante alemão ou descendente defensor das ideias nazistas. O autor assim caracteriza estas duas marcas da personalidade de Marta Wolff:

Nas veias de Frau Marta não corria sangue nobre, mas ela tinha orgulho de sua raça. Orgulho de descender de alemães, de haver casado com um filho de alemão. Ela mesma se considerava alemã. A raça nada tinha a ver com o lugar de nascimento. Não, não havia de tolerar a ameaça de um intruso na família, u negro. Para Frau Marta quem não tivesse sangue ariano puro estava irremediavelmente condenado: era negro. (...) Protestante casar com católico, ainda tolerava. Mas uma alemã com um negro?... era demais. Uma afronta ao espírito da raça. (MOOG, 1966, p. 88-89)

Essa passagem, onde o pensamento de Frau Marta fica exposto, surge outro aspecto da obra, que é a abordagem feita sobre os adeptos da Igreja Protestante. Em determinado ponto do livro, um dos personagens, chamado Hans Fischer, comenta que pretendia se casar na igreja protestante, mas que a cerimônia fosse realizada em português. Porém, o pastor se nega, dizendo que sua igreja era protestante, evangélica e de língua alemã. Por fim, Hans Fischer disse que "mandara os pastor às favas", pois não era admissível que até a religião tivesse nacionalidade. (MOOG, 1966, p. 122) A Igreja Protestante no Rio Grande do Sul, sobretudo o Sínodo Rio-grandense⁹, possuía fortes relações com a Igreja Evangélica Alemã. Até a década de 1930, os pastores que atendiam as comunidades eram alemães. O primeiro pastor de origem brasileiro foi Hermann Dohms, nascido em Sapiranga, mas que tivera sua formação na Alemanha. Por conta desta ligação, e pelo fato de alguns pastores terem sido filiados ao Partido Nazista (e alguns terem feito prédicas em favor no nazismo), a Igreja Protestante era vista com muitas ressalvas pelas autoridades. Tanto que o número de prisões de pastores e lideranças vinculadas ao Sínodo Rio-grandense foi bastante forte, sobretudo entre 1941 e 1943. A questão religiosa, atrelada com a dinâmica e o ambiente político no estado, não é deixada de fora da obra de Vianna Moog.

Através destes dois personagens, além de questões vinculadas ao nazismo e ao preconceito étnico, motivos pelos

⁹ Existem duas correntes luteranas (ou protestantes) no período, e que dariam origem a suas Igrejas hoje existentes: o Sínodo Rio-Grandense, com ligação mais direta com a Igreja Evangélico-Luterana Alemã, daria origem à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a partir de 1949, com a fusão com sínodos de outros estados, oficializada em 1968; e o Sínodo de Missouri, originado de imigrantes alemães dos Estados Unidos, que chegariam ao Rio Grande do Sul em 1900, dando origem à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), independente do Sínodo de Missouri desde 1980.

quais a obra é mais comumente conhecida, além de serem seus pontos temáticos mais abordados, é construída uma percepção, mesmo que subjetiva, que esta não participação do imigrante ou descendente dentro da sociedade brasileira é uma escolha que parte dos próprios. E esse pensamento é compartilhado inclusive por autoridades estaduais. Manter elementos de sua origem de seu local e cultura de ascendência não são apenas relações estabelecidas por tradição, mas se tornam apropriações conscientes. Não querer fazer parte da sociedade brasileira ou não se sentir integrado nessa sociedade são vistas como fatores racionais. E que deveriam ser conhecidos e combatidos. E a nacionalização é o caminho mais profícuo para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme aponta Valdeci Resende Borges,

no que se refere à instância da escrita ou da produção do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao focar o texto em si, o que se fala e como se fala são questões indispensáveis. No trato da recepção, visa abordar a leitura de um determinado receptor/leitor ou de um grupo de receptores/leitores, tratando das expectativas de quem recebe o texto, de sua contemplação, ou seu enfrentamento ou resistência a ele. (BORGES, 2010, p. 95)

Ao longo deste artigo, procuramos lançar luzes sobre alguns aspectos da obra *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, de certa forma seguindo estes passos

apontados anteriormente. Principalmente analisando a trajetória do autor, o ambiente que retratou, as bases utilizadas para a escrita de sua obra. Elencamos e buscamos analisar pontos que achamos pertinentes.

Temos consciência que o que aqui apresentamos são ainda constatações parciais. Novas pesquisas e abordagens devem ser empreendidas. Outros olhares e novas perguntas devem ser estabelecidos. Mas acreditamos que aqui conseguimos, além de estabelecer relações históricas que serviram de alicerce para a escrita deste romance, apontar possibilidades, sobretudo para os historiadores, que tem na análise da literatura um campo amplo e que ainda merece ser melhor explorado. Sobretudo no tocante à imigração.

E sobre o final da história de *Um rio imita o Reno*?

Deixemos para que os leitores que ainda não tiveram contato com a obra descubram. Vianna Moog tem o mérito de estabelecer uma leitura fluente, agradável e compreensível. Isto também explica a razão deste romance ter sido um êxito editorial. Vianna Moog, em 1938, não sabia o desfecho que as ações de nacionalização poderiam acarretar. Mas estava colaborando, através de sua obra, para que fossem exitosas, contribuindo para a *brasilianização* das áreas de imigração. Também não sabia se o panorama de guerra, que já se vislumbrava no horizonte, efetivamente se cumpriria. E a perspectiva se concretizou. Mas Vianna Moog, diante do quadro social, político, cultural e educacional que percebia, e no qual estava

inserido, deixa questões para aquele futuro, de médio e longo prazo. Através do futuro de Paulinho, filho de Karl Wolff, que ocupava o pensamento de Geraldo Torres, o autor reflete sobre o que aquelas medidas podem ocasionar:

que fardo o sentimentalismo – refletia ele. Seria melhor ter uma alma de aço, como Frau Marta, como muitos daqueles alemães que ele conhecera em Blumental. Tornou a pensar em Paulinho. Qual seria o futuro do menino? Fariam dele um brasileiro ou um alemão?... Que destino estaria reservado à nova geração? Em que mundo haviam de crescer? Que lutas

teriam de enfrentar? (MOOG, 1966, p. 121)

Aqui estabelecemos alguns olhares sobre esta obra. Vislumbramos algumas interpretações, suscitamos algumas hipóteses e possibilidades. Mas que esta e outras obras literárias recebam mais olhares dos historiadores. Que mais interpretações sejam dadas e novas possibilidades sejam levantadas. Isto só tem a enriquecer a atuação e as possibilidades do historiador e da própria análise histórica.

Referências

- BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. *Revista de História*, Goiânia: UFG, ano 1, n. 3, 2010.
- CHARTIER, Roger. Debate: Literatura e História. *Topoi*, Rio de Janeiro: UFRJ, ano 1, n. 1, p. 197-216, 2000.
- GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- _____. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.
- MOOG, Clodomir Vianna. *Um rio imita o Reno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. *Débats*, 28 janvier 2006.

TRANSFORMAÇÕES DE UMA OBRA OU TRANSFORMAÇÕES DE UM AUTOR? LATOUR, O DESMEMORIOSO (VIDA DE LABORATÓRIO, 1979/1997)

Roger Domenech Colacios¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo a análise das alterações realizadas pelo filósofo das ciências Bruno Latour em sua obra *Vida de laboratório: a construção dos fatos científicos*, escrita em coautoria com o sociólogo britânico Steve Woolgar, referente às edições francesa e brasileira, publicadas em 1988 e 1997, respectivamente. Este livro lançado originalmente em 1979 nos Estados Unidos teria sido readequado às exigências do mercado editorial destes dois países. Em nossa compreensão, entretanto, as mudanças foram resultantes do interesse de Latour em promover uma desvinculação institucional e também solidificar sua autonomia intelectual, atingida no final da década de 1980, corroboradas tanto por sua produção bibliográfica neste período e quanto pelo tipo de modificação realizada na obra em questão.

Palavras-chave

Bruno Latour; História da Ciência; Desvinculação Institucional; Autonomia Intelectual.

Abstract

This article aims to analyze the changes made by the philosopher of science Bruno Latour in his *Life of lab: the construction of scientific facts*, written in co-authorship with the British sociologist Steve Woolgar, referring to the French and Brazilian editions, published in 1988 and 1997 respectively. This book originally released in 1979 in the United States have been reconfigured to the demands

of publishing in these two countries. In our understanding, however, the changes were a result of Latour's interest in promoting an institutional disconnection and solidified his intellectual autonomy, reached in the late 1980s, supported by both its bibliographic production in this period and as the type of modification made in this book.

Keywords

Bruno Latour; History of Science; Institutional Disconnection; Intellectual Autonomy.

Pierre Menard, personagem dos contos de Jorge Luís Borges, se deu o propósito de reescrever um dos grandes clássicos da literatura mundial, o romance *Dom Quixote*, do espanhol Miguel de Cervantes. Uma tarefa que não representava uma releitura da obra, mas a produção letra por letra, palavra por palavra e frase por frase tal como escritas por Cervantes. Não cabia ao autor modificar o texto, seus sentidos e ideias, mas, simplesmente, ou não tão simples assim, escrever algumas partes que fossem as mesmas que no original, sem recorrer à transcrição mecânica. Menard, portanto, queria se colocar no lugar de Cervantes, sendo capaz, com isto, de repetir sua narrativa, sem desvios, mas, também, sem ser uma cópia. Nas palavras de Borges: "Não queria compor outro *Quixote* – o que é fácil – mas o *Quixote*". (BORGES, 1972, p. 51)

Tarefa complicada pelo fato que Menard não era Cervantes, não vivenciou as mesmas experiências, o mesmo período, o mesmo cotidiano, a mesma vida do espanhol do século

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Colaborador do Departamento de História da UEL. Pós-Doutorando em História na Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Assis. E-mail: rdcolacios@gmail.com

XVI. Menard era um escritor do século XX, entretanto, isto não o impediu de tentar. Sua busca pela "total identificação com um determinado" autor, no caso Cervantes, sabia ser "assombroso", um objetivo que estaria fora dos padrões literários e mesmo talvez, podemos nos permitir entender, fora da realidade. (BORGES, 1972)

Exatamente por isso, que o método empregado por Menard era por uma imersão no mundo de Cervantes, como explica Borges: "Conhecer bem o espanhol, recuperar a fé católica, guerrear contra os mouros ou contra o turco, esquecer a história da Europa entre os anos de 1602 e de 1918, ser Miguel de Cervantes". Método este logo abandonado, por considerar fácil e superficial. Devia ser ele Menard a produzir o Quixote, sem a interferência de Cervantes. Um projeto que tomaria anos, até mesmo a imortalidade, mas que levou Borges a reler seu exemplar de Cervantes e identificar nele o estilo de Menard! O autor, na verdade, vai além e compara os textos do espanhol do século XVII e do colega do XX, percebendo as sutilezas de cada um. (BORGES, 1972, p. 52)

O cotejamento, frase por frase, palavra por palavra, leva Borges a revelar as características de cada um dos autores de Quixote, suas influências, mas especialmente a ver no texto de Menard um conteúdo mais rico que em Cervantes, fruto de sua experiência literária e de suas influências contextuais. "O texto de Cervantes e o de Menard são verbalmente

idênticos, mas o segundo é quase infinitamente mais rico. (Mais ambíguo, dirão seus detratores; mas a ambigüidade é uma riqueza)", embora quando observados o estilo, Borges reconhece que Cervantes por sua sincronia com o tempo do livro desenvolvia a língua espanhola característica de sua época e, portanto, melhor que no texto de Menard, muito sujeito a afetações. (BORGES, 1972, p. 56)

Uma leitura que permitiria ao fim ressignificar um texto, uma narrativa, uma obra clássica? Borges deixa entender que sim, ainda que na conclusão dessa tarefa, de releitura, sobre apenas o original. Menard não deixou seus manuscritos, suas anotações, tudo foi queimado, restando tão somente o Quixote "final", conforme descreveu Borges: "Infelizmente, apenas um segundo Pierre Menard, invertendo o trabalho do anterior, poderia exumar e ressuscitar essas Tróias". (BORGES, 1972, p. 57-58)

Ora, mas o que Borges, Menard e Cervantes têm em relação ao filósofo das ciências Bruno Latour? O que o Quixote de Menard tem a ver com a *Vida de laboratório*, obra escrita em coautoria por Latour e o sociólogo inglês Steve Woolgar? A proposta do livro destes dois autores seria de produzir um "Quixote"? Estariam eles preocupados em seguir o método de Menard para leitura das obras clássicas? Nada disso.

Vida de laboratório, publicado nos Estados Unidos em 1979 pela Sage Publications, foi reeditado em 1986 pela editora da Princeton University. Dois anos depois, em

1988, saiu à edição francesa e, posteriormente, em 1997, a Relume-Dumará do Brasil também publicou o livro de Latour e Woolgar, sendo esta a tradução da edição francesa de anos antes. Nestes quase vinte anos desde a primeira publicação até a versão brasileira, o livro não passou sem modificações. Alterações em seu conteúdo promovidas ao que tudo indica apenas por Latour. Ajustes de conteúdo e de formato que teriam sido feitas para adequar a obra ao contexto no qual estava sendo publicado. Encaixaria o livro aos interesses do mercado editorial, ao público e aos debates acadêmicos sobre ciências que estavam orientando as pesquisas neste momento.

O livro surgiu como resultado da pesquisa de doutorado realizada por Latour ao longo da década de 1970. O filósofo francês, que atuava na África neste momento, ficou instigado, segundo suas próprias palavras, a desenvolver um estudo etnográfico junto a um grupo de cientistas, procurando compreender os rituais e tradições que seriam a marca desse aspecto da cultura. Algo que seria uma inversão deste tipo de pesquisa, pois sairia de um grande centro de atividades etnográficas, os países africanos, e iria para dentro de um laboratório científico, para realizar tal proposta. Latour conseguiu um convite para o Salk Institute da Califórnia nos Estados Unidos da América, onde iria pesquisar as atividades cotidianas do Laboratório de neuro-endocrinologia liderado pelo também francês Roger Guillemin. Sua estadia de dois anos

lhe rendeu um diário de campo detalhado e uma observação da vida científica inédita para os estudos sociais das ciências, o que lhe permitiu refletir sobre os intrincados laços que fazem parte da construção dos fatos científicos. Em 1979, somou suas pesquisas aos trabalhos do sociólogo britânico Steve Woolgar e lançaram *Vida de laboratório*, inaugurando para Latour o que seria uma carreira acadêmica profícua nas décadas seguintes.

Acontece que na reedição dos Estados Unidos de 1986, o prefácio informa sobre as alterações, que parecem terem sido realizadas por ambos os autores, nas quais foram adicionadas notas de rodapé e referências bibliográficas, o sumário foi detalhado, colocaram um índice remissivo e o mais significativo, escreveram um posfácio no qual além de outros temas justificam a mudança no subtítulo da obra, retirando o termo "social" ficando apenas "a construção dos fatos científicos". Já na publicação francesa de 1988, base da brasileira em 1997, as modificações foram mais profundas.

No livro de 1988/1997, os editores advertem logo nas primeiras páginas que foi somente Latour que alterou o livro. O filósofo francês teria feito algumas adições, em relação à edição estadunidense, de notas e bibliografias, assim como modificou o primeiro capítulo, reescrevendo-o, retirou a introdução, originalmente escrita por Jonas Salk – diretor do instituto em que Latour fez sua pesquisa de doutorado – e o posfácio. Quanto a este último e

conforme nos informa a advertência editorial, Latour entendia que a discussão presente neste elemento da obra de 1986 não serviria ao leitor europeu e nem brasileiro dos estudos sobre ciências sendo desnecessária sua manutenção nas edições para este público.

Ok. Agora como se encaixa Pierre Menard, seu Quixote nestas mudanças de uma versão para outra do livro *Vida de laboratório?* Borges é citado pelos autores no prefácio de 1986. Em um recado direto aos leitores, eles ironicamente informam que "Leitores tentados a concluir que a parte central do texto reproduz o original são aconselhados a consultar Borges" (1981) (tradução nossa) e a obra informada nas referências é exatamente o conto de Pierre Menard, presente nas *Ficciones*, do escritor argentino. (LATOUR; WOOLGAR, 1986, p. 7)

A brincadeira dos autores, e é assim que devemos em um primeiro momento entender a menção a Borges, significaria tão somente que a nova edição, publicada por uma nova editora e em outro momento, sete anos depois do lançamento no mercado estadunidense, seria o mesmo livro em seu conteúdo, ainda que "atualizado" com as modificações feitas. A obra em si não teria mudado, como um quixote escrito por Menard, acabou apenas passando por ressignificações, sutilezas e afetações poderíamos dizer, vindas dos próprios autores, mas que não seriam os mesmos da versão original, marcando a relação entre Menard e Cervantes, no caso entre

Latour-Woolgar de 1979 e Latour-Woolgar de 1986.

A piada de Latour e Woolgar, entretanto, tem um sentido mais profundo. As alterações, incluindo nisto a publicação por outra casa editorial, têm como motivo principal a melhor aceitação e divulgação do livro no mercado dos Estados Unidos. O posfácio, como se verá adiante, deixa isto claro ao trazer resposta dos autores às críticas recebidas, muitas delas feitas pelos leitores estadunidenses sobre o formato e o conteúdo da obra. Uma maneira de agradar ao mercado deste país e, provavelmente, a editora da Princeton, tradicional no meio acadêmico, foi adotar certas diretrizes observadas pelo editor para a publicação.

Não estamos interessados aqui em comparar as versões estadunidenses da obra em questão, mesmo porque apesar de suas modificações, o livro se mantém "menardiano" em sua essência. Não cabe fazermos um cotejamento tal como Borges se propôs a fazer entre os autores, isto seria por demais fútil mesmo para um exercício intelectual nos moldes do escritor argentino.

A questão que colocamos aqui é o abandono de Menard por Latour para a versão publicada na França/Brasil. Nesta nova obra, já que podemos chamá-la dessa maneira, o filósofo francês altera de forma significativa seu livro, como vimos anteriormente, descaracterizando seu conteúdo e formato. Ainda que possamos afirmar que boa parte permaneceu intacta,

não há dúvidas em dizer que muito da sua essência foi alterada.

O artigo está dividido em duas partes. Ambas procuram responder as duas questões que orientam nosso problema: o que e porque mudou? Na primeira parte, analisamos aquilo que consideramos a tentativa de Latour em realizar uma desvinculação institucional com o Salk Institute e, conseqüentemente, com os Estados Unidos da América. A segunda parte traz o que entendemos ser a busca por Latour de fixar sua autonomia intelectual no meio dos estudos sociais sobre as ciências.

Como forma de compreensão para estas duas partes, faremos referência à produção bibliográfica de Latour neste momento, final da década de 1980. Entendemos que os textos de Latour são indicativos de seu amadurecimento intelectual e que revelam a necessidade que o autor teve em reelaborar o livro, mesmo que isto tenha significado modificar uma etapa solidificada de sua memória profissional.

Precisamos, antes de tudo, dar uma definição quanto ao recorte histórico utilizado. Como fazemos o uso da versão brasileira do livro, publicada em 1997, sua base está na edição francesa de 1988. As balizas temporais estão fechadas em relação a este último ano, pois é aí que se encontram os motivos do por que e como mudar a obra. Devemos, então, ter em vista que se a edição renovada dos Estados Unidos foi lançada em 1986, então em menos de dois anos houve a revisão por

Latour para a nova publicação, estando aí o interesse neste recorte.

Não conseguiremos esgotar o assunto aqui, nem pretendemos isto. Muitas lacunas ficarão em aberto, especialmente por nossa proposta ter limites bem definidos: o autor e sua obra modificada. Esta análise, das mudanças de uma versão para outra, é importante, podemos justificar, ao trazer e questionar as escolhas que Latour abriu mão na seleção de seus escritos e também nas estratégias para uma melhor aceitação no mercado norte-americano, francês ou então brasileiro. Além disso, se enquadra na proposta latouriana de compreensão de um texto científico a partir das táticas e métodos empregados pelo autor ou autores, na sua produção. Apesar de aplicar este tipo de diagnóstico literário para os cientistas, nada impede que seja também utilizada em trabalhos do porte das ciências humanas e sociais, na verdade, é até recomendado já que são ferramentas úteis para qualquer pesquisador seja qual área for.

POR UMA DESVINCULAÇÃO INSTITUCIONAL LATOUR ABANDONA MENARD.

As modificações que vemos demarcar a tentativa de desvinculação institucional por Latour dizem respeito às alterações na dedicatória, sumário, notas de rodapé e bibliografia, além da introdução e do posfácio. Mudanças que apesar serem consideradas menores, voltadas em parte para a

adequação editorial das novas versões da obra, nos fornecem os primeiros indícios de que o método de Menard foi abandonado por Latour, responsável direto pela nova edição. Surge neste momento o início de um tom mais crítico do autor em relação a seu estudo etnográfico no laboratório de Roger Guillemin. Um movimento de aprofundamento e releitura de seu trabalho de coleta de informações para o doutorado que irá ter seu momento principal na nova versão do primeiro capítulo de 1988/1997, mas que na reestruturação do livro a nova estética apresentada já mostra de antemão esse teor.

A dedicatória da versão de 1988/1997 em si é reveladora desse estado de espírito de Latour. Na versão estadunidense de 1986, o livro é dedicado ao Salk Institute e traz duas citações, sendo uma de David Bloor, sociólogo inglês, um dos fundadores do chamado Programa Forte da sociologia das ciências, cujo trabalho sobre o tema é responsável por análises permeadas de crítica social as pesquisas científicas: "Se a sociologia não pode ser aplicada ao conhecimento científico, isto pode representar que a ciência pode não se conhecer cientificamente". (Apud. LATOUR; WOOLGAR, 1986, p. 8) (tradução nossa)

Tal afirmação, que embora vinda de um viés crítico, corrobora com o olhar empregado em todo o livro. Traduz, portanto, a proposta de um olhar sociológico a prática científica, eivando-a de significados sociais. A outra citação, do livro *Vendredi*, escrito pelo francês Marcel

Tournier, não modifica esse pressuposto do trabalho: "cuidado com a pureza, a vitrine da alma". (Apud. LATOUR; WOOLGAR, 1986, p. 8) (tradução nossa) Uma frase que podemos entender como a expressão poética da citação sociológica de Bloor, ou seja, significaria tão somente que as ciências não teriam a tão aclamada pureza, como indicada nas análises tradicionais, mas tal como apontado, seria contaminada pelo mundo social, dele fazendo parte.

Ambas as citações trazem em seu sentido a crítica científica que os autores deram a sua obra. A dedicatória enquadrava os pressupostos do trabalho. O sentido do livro era ali definido, a observação sociológica do cotidiano de um laboratório, empregando as técnicas etnográficas. A proposta era de trazer à luz a alma das ciências, questionando sua pureza e colocando-a de volta no meio social e dando significado a esta presença dos cientistas junto ao restante da sociedade.

Pois bem. Na versão 1988/1997, a dedicatória muda. Ainda mantêm o agradecimento ao Salk Institute, mas Latour faz uma irônica referência a Roger Guillemin, chefe do laboratório no qual Latour passou dois anos acompanhando seu cotidiano, ao escrever que agradece "especialmente ao professor Roger Guillemin cujo desinteresse tornou possível esta pesquisa". (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 7)

Este trecho da dedicatória é bem direto. A pesquisa só se realizou pela falta de interesse de Guillemin,

que entendemos ser em relação à presença de Latour no laboratório por um grande período de tempo. Esse desinteresse, expressado somente na versão de 1988/1997 do livro, pois no "acknowledgements", de 1986, elemento retirado da edição 1988/1997, consta um agradecimento especial a Roger Guillemin e a seu grupo: "que tornaram o trabalho de campo possível". (LATOURE; WOOLGAR, 1986, p. 9) (tradução nossa) É certo que podemos entender que esta possibilidade de realização do trabalho seja por conta do desinteresse, tal como indicado pela irônica dedicatória, no entanto, Latour utilizou um tom formal, sem ironias, apenas um "obrigado". Por que essa mudança?

Podemos ser levados em princípio a entender que essa ironia, logo nas suas primeiras páginas da edição 1988/1997, poderia significar que a crítica, que se segue em relação ao dia a dia do laboratório de Guillemin, apenas aconteceu porque ele não teria dado a devida atenção àquilo que Latour fez. A presença do filósofo francês não foi somente permitida, mas ignorada pelos cientistas e tratada com desdém pelos atores observados por Latour.

A frase de Latour mostra para nós como o seu trabalho no laboratório era (mal) visto pelos participantes desse meio. Isto no sentido de ser deixado de lado, algo que possibilitou a sua execução, tal como pretendida, mas que mostra a hierarquização que os cientistas montam em relação às áreas de conhecimento, a etnografia do

francês não seria um "perigo" ou mesmo algo relevante para eles.

Ainda assim podemos considerar como uma ironia? Sim, pois Latour não a fez na versão do livro que foi para o mercado estadunidense. Uma ironia que somente teve lugar na edição para o público francês e brasileiro, que talvez estivesse aberto a este tipo de gozação com um cientista renomado, ganhador de um prêmio Nobel por seu trabalho exatamente neste laboratório. Ao contrário do leitor dos Estados Unidos, que possivelmente reagiria de maneira negativa a este tipo de afirmação, ao ser colocado em questão a capacidade de compreensão de um homem de ciências como Guillemin. Esse tipo de diferença terá uma caracterização melhor quando analisarmos o primeiro capítulo de 1988/1997.

Contudo, a dedicatória de 1988/1997 não pode ser vista apenas em seu sentido irônico. Latour, mostra que suas alterações têm como objetivo se desligar da influência do Salk Institute e de seus laços com o laboratório de Guillemin. Pois, se houve o desinteresse do líder do grupo de cientistas, ainda assim o filósofo era enquadrado como parte do laboratório. Uma conexão que ficou evidente tanto por ter recebido um financiamento da instituição para a pesquisa de campo quanto pela introdução e o conteúdo do primeiro capítulo que constam da edição original de 1979 e sua reedição em 1986, ambos revelando sua participação no laboratório. Uma tentativa de desligamento institucional que tem seus sintomas

na retirada do texto de Salk e do posfácio que escreveu junto com Woolgar, além do já mencionado "acknowledge".

Jonas Salk, em sua introdução coloca Latour dentro da instituição e do laboratório de Guillemin. Salk deixa subentendido em seu texto que o filósofo francês era um de seus integrantes, não um simples observador externo, um etnógrafo, mas um membro da equipe de Guillemin, que apesar não realizar a pesquisa neuro-endocrinológica como os demais, tinha um papel ali. Esse lugar de Latour era de um construtor, aquele que realizaria um elo entre o saber científico em seu momento de fabricação e o meio social, onde seria aplicado. Uma espécie de relator que iria mostrar ao mundo o momento de uma descoberta científica: "A abordagem escolhida por Bruno Latour foi de se tornar parte do laboratório, em seguir de perto os processos do trabalho científico em seu cotidiano e de maneira íntima, e ao mesmo tempo permanecer como um observador externo do lado de dentro". (Apud. LATOUR; WOOLGAR, 1986, p. 12) (tradução nossa) E, mais adiante, "este trabalho parece para mim ser um passo na direção certa no sentido a dissipar o mistério que se acredita rodear nossa atividade". (Apud. LATOUR; WOOLGAR, 1986, p. 14) (tradução nossa) Ao fim, Salk chega a considerar que o livro poderia ajudar os autores e demais interessados a esclarecer aos cientistas seu trabalho e a toda a sociedade a forma como as ciências perseguem uma nova e diferenciada maneira de ver o

mundo. Ora, a imagem de Salk sobre a obra e o trabalho de Latour não é tão diferente do desinteresse de Guillemin pela etnografia realizada em seu laboratório.

Ainda que não tenha sido desfavorável a pesquisa de Latour e ao livro gerado a partir dela, há certo desmerecimento provocado por visões diferentes sobre o que é ciência. Jonas Salk, como um cientista renomado no meio acadêmico, já que era conhecido por ter sido o criador da vacina contra a poliomielite, criado dentro da educação científica formal, adota uma visão tradicional. Enxerga uma separação entre ciência e sociedade, entre cientistas e não-cientistas e, dessa maneira, entre trabalhos de cunho científicos e aqueles que não teriam direito a essa denominação. Latour foi considerado por Salk como um não-cientista, cuja pesquisa lhe mostrou "quão 'científico' um estudo sobre as ciências pode ser quando visto por alguém de fora que se sentiu instigado a imitar a abordagem científica que observava". (Apud. LATOUR; WOOLGAR, 1986, p. 12) (tradução nossa) Para Jonas Salk, o estudo etnográfico de Latour apenas poderia ser chamado de científico quando imitou a abordagem laboratorial que o próprio estaria analisando. Vai além. Afirma que o filósofo teria elaborado um estudo sociológico de um laboratório de biologia e com isto incorporado em seu *métier* "nossos conceitos e métodos", sobre organismos, mutação, ordem etc. Ao fim das contas, para Salk, a etnografia de Bruno Latour poderia ser considerada

como um subconjunto dos estudos biológicos desenvolvidos no laboratório, “no qual, por sua vez, é apenas um subsistema da vida em seu processo de organização”. (Apud. LATOUR; WOOLGAR, 1986, p. 13) (tradução nossa)

Essa relação hierárquica estabelecida por Salk não é à toa. Latour e Woolgar mostram em seu livro os meandros do laboratório de Guillemin, instalada como já dissemos dentro do Salk Institute. Essa desconstrução inédita da atividade científica poderia ser considerada um perigo para as ciências tradicionais, ao observar aspectos antes não considerados na prática científica, tal como o elemento humano, a concorrência entre equipes, a superespecialização, a tecnologia, o financiamento etc. Caba, em nosso entender, a Salk relativizar essa posição ao colocar o estudo de Latour e seu livro com Woolgar dentro da ótica tradicional das ciências. Ressalta a importância da pesquisa, mas a insere dentro dos estudos que não devem ser tratados além de uma mera curiosidade, um elo entre os cientistas e a sociedade.

Diante dessa perspectiva fica mais fácil entender o porquê da iniciativa de Latour em retirar esta introdução da edição que iria ser veiculada no meio europeu e no Brasil. Para uma desvinculação institucional como pretendida por Latour não poderia haver espaço para uma análise da forma como a empreendeu Salk, que colocava sua pesquisa como subordinada aos trabalhos do laboratório de Guillemin. Uma situação que serviria aos

leitores estadunidenses, cujo mercado editorial sobre ciências era marcado por leituras tradicionais e sem forte conteúdo crítico. Mas ao público francês e brasileiro, com um viés analítico vindo de outra linha de reflexão filosófica e sociológica, em relação ao trabalho científico, esta introdução poderia representar uma barreira, ou, então, faria surgir uma avalanche de críticas negativas.

Essas diferenças, feitas pelos autores, entre um público e outro ficam evidentes também no posfácio de 1986. Latour e Woolgar escrevem esse novo elemento para o livro visando responder as críticas surgidas nos anos seguintes ao lançamento da obra em 1979. Ao que tudo indica os leitores e os críticos não haviam entendido uma questão básica do livro: seu objetivo. A partir desse problema inicial, o posfácio passa a explicar “a mudança nos estudos sociais da ciência que estas críticas refletem”. (LATOUR; WOOLGAR, 1986, p. 273) (tradução nossa) Como essa edição foi divulgada especialmente no meio estadunidense, podemos entender que houve a necessidade por parte de Latour e Woolgar em apresentar aquilo que na Europa estavam discutindo em relação às pesquisas de sociólogos, filósofos e historiadores sobre as ciências.

O distanciamento institucional e mesmo do contexto de discussão sobre ciências dos Estados Unidos, fica também exposto na edição de 1988/1997 do livro para o público francês e brasileiro. Na já referida advertência dos editores, há uma citação atribuída a Latour na qual

justifica a supressão do posfácio e da introdução de Salk, que diz serem “de pouco interesse e estavam distanciadas das controvérsias anglo-saxônicas”. (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 8) Portanto, apesar de tratar dos debates ingleses a respeito das ciências, Latour, podemos extrapolar, faz a separação entre aquilo que era de interesse nos Estados Unidos e o que era próprio ao mercado editorial europeu.

Na reformulação do capítulo primeiro, essa diferenciação de público e a tentativa de distanciamento institucional por Latour ficam mais claros. O autor inclui na edição de 1988/1997 trechos de seu diário de campo, que não apareciam nas versões anteriores. Nestes pedaços de sua observação, aparece sua percepção sobre os Estados Unidos e sua cultura. Uma análise negativa e, por vezes, pejorativa das pessoas e da tradição que encontrou num país diferente do seu “As brincadeiras entre os pesquisadores aumentam, eles, com os pés em cima da mesa, bebem uma enésima dose daquele horrível café norte-americano, em copinhos de plástico”. (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 11-12) Ou, então, mais a frente, quando descreve a paisagem ao redor do Salk Institute, impressão primeira do recém chegado ao seu campo de trabalho, Latour não esconde seu choque, mas também um pouco de seu preconceito “A Black Beach, única praia nudista deste país tão hipócrita”. (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 13)

Depois desse momento contemplativo Latour adentra no laboratório e percebe como os cientistas neste país são supostamente tratados. Cruzou, em seu *tour* inicial pelas dependências do instituto, com Jonas Salk, reverenciado por seu guia como “a própria imagem do saber” e, depois, apontam para ele uma roda de homens constituída por Francis Crick e Leslie Orgel, o primeiro conhecido pela “descoberta” do código genético e o segundo químico que tratou da origem da vida. Ambos descritos por alguém no ouvido de Latour como “gênios”. (LATOURE; WOOLGAR, 1997)

Na primeira vez que teve contato com o laboratório de Guillemin, também não escapou da estupefação. Latour escreve que por vezes se sentiu na Bolsa de valores, devido à constante menção de seus novos colegas sobre as dívidas de cada um, quem era quem. Em outro momento se entendia em meio a conspiradores, quando lhe informavam sobre a derrota de adversários, de explosões e revoluções. Por fim, também se percebeu como uma cobaia, assim como os demais membros do grupo, por já estarem sentindo os sintomas do delírio compartilhado por todos de estarem sendo perseguidos, seja pela comunidade científica, seja por outros colegas, seja pelo chefe, Guillemin. (LATOURE; WOOLGAR, 1997)

Nenhuns destes trechos são encontrados na edição estadunidense da obra. Quando Latour relata algo de seu diário de campo na edição de

1979/1986 foram retiradas as opiniões do etnógrafo a respeito da cultura que encontrou e das pessoas que teve contato. O “café horrível” e o “país hipócrita”, a sua impressão sobre os cientistas renomados apenas serviam como ilustração para os leitores fora dos Estados Unidos. Nada mais justo, diga-se de passagem, essa opção de Latour por ocultar em seu livro inaugural a imagem que tinha dos possíveis leitores. De qualquer maneira, sua tentativa de desvinculação institucional e contextual foi assim realizada e, a nosso ver, pode ter tido algum sucesso.

Esse sucesso deve ser medido pela manutenção das alterações por longo período de tempo. Essa continuidade está na lacuna de quase dez anos entre 1988, ano da publicação em francês, e 1997 quando o livro é apenas traduzido para o português e lançado no mercado brasileiro. Nove anos de separação que nos indicam que a maneira encontrada por Latour para seu propósito de se desligar das amarras da primeira edição foram conquistadas.

EM BUSCA DE AUTONOMIA INTELECTUAL LATOUR TRANSFORMA SEU PASSADO

A desvinculação institucional e contextual pretendida por Latour, quanto a sua obra inaugural, não pode ser vista como a única finalidade do autor para a realização das modificações na obra. Outro fator de intencionalidade deve também ser

compreendido nas ações do filósofo francês, que se refere a sua preocupação em promover uma desvinculação teórica de suas origens. Um processo que visava, conforme entendemos, fortalecer sua autonomia intelectual, que na época, final da década 1980, estava se consolidando no meio acadêmico.

Quase dez anos depois da conclusão de seu estudo etnográfico, que resultou no seu título de doutor e na obra *Vida de laboratório*, junto com Steve Woolgar, Latour já havia publicado outros livros e produzido diversos artigos. Lecionava na École Nationale Supérieure des Mines, em Paris. Conquistou, portanto, um espaço no meio acadêmico europeu e podemos considerar também que havia obtido um lugar entre as referências nos estudos sociais sobre ciências, especialmente após a publicação do livro *Ciência em Ação*, em 1987. Esse período de quase dez anos então provavelmente teria modificado a experiência de Latour e consolidado sua perspectiva teórica e metodológica.

Proposta teórica guiada pela elaboração junto de Michel Callon e de John Law, ambos pesquisadores das ciências da chamada Actor-Network Theory (ANT), conhecida no Brasil como teoria ator-rede. De maneira geral, o pressuposto desta teoria é o entendimento de que a cultura, e as ciências são inseridas nela, é formulada e também atua na formulação dentro de uma rede de interações entre humanos, não-humanos e ideias. Elementos que vistos por Latour e seus colegas em um mesmo nível epistêmico, não

havendo assim nem a verticalização e nem a horizontalidade da criação e ação cultural, mas o enredamento entre estes objetos. A ANT caracteriza as ciências da mesma forma, a partir das conexões variadas entre os cientistas, seus objetos de estudo, suas tecnologias, seus financiadores, colegas de outras áreas ou laboratórios, seus argumentos e etc. A ciência seria a conjunção destes fatores formando uma teia de relações de mão-dupla, um nó que atua sobre os demais e vice-versa.

A ANT, apesar de ter sido formulada após a publicação de *Vida de laboratório*, em 1979, já encontrava ali alguns de seus bosquejos. Rascunhos da teoria, mas que ainda estavam presas as influências de Latour naquele momento, especialmente os trabalhos dos clássicos Popper e Kuhn, além da nítida presença da teoria dos campos científicos de Bourdieu. Não iremos nos debruçar sobre os pressupostos teóricos do livro, pois isto demandaria outra problematização, fugindo da proposta deste artigo².

A questão aqui, no entanto, é que o filósofo francês tinha encontrado uma parceria importante na figura de Michel Callon. Ambos publicaram alguns artigos em coautoria entre 1980 e 1988, momento que consideramos aqui do amadurecimento intelectual de Latour e que tiveram como mote a questão do "social" em seus trabalhos. Os trabalhos em conjunto de Latour e Callon procuraram reinterpretar o lugar do conceito de

"social", seu sentido e aplicação, nos trabalhos sociológicos. Um prelúdio para a concretização da teoria atorede neste mesmo período. (CALLON; LATOUR, 1981)

Essa reorientação foi tamanha na obra de Latour que inicialmente ele e Woolgar tinham utilizado "a construção social dos fatos científicos", depois do título de *Vida de laboratório*, mas a partir de 1986 este ficou somente "a construção dos fatos científicos". Tal modificação foi justificada no já referido posfácio, e se trataria conforme explicaram os dois autores de ter sido um uso irônico e que aparentemente não teria sido assim compreendido. Ironia por se tratar de um termo que para eles levaria a um antagonismo entre ciências e sociedade, vindo da escola Mertoniana de filosofia das ciências ou mesmo endossada pelo grupo da chamada escola de Edimburgo, assim, a manutenção da palavra no livro seria no sentido de criticar seu uso. (LATOUR; WOOLGAR, 1979; 1986)

Não vemos dessa maneira. A reavaliação do uso de "social" apesar de ter sido entendida pelos autores como necessária pela falta de entendimento de seus leitores, pode ser vista também como fruto do momento de Latour. O filósofo escreveu artigos no qual enfatizava a necessidade de uma nova compreensão do "social" a partir de bases mais amplas, mesmo holísticas, como uma marca também da forte influência dos trabalhos de Gabriel Tarde e de Perter Sloterdijk, na constelação conceitual de Latour, além de Michel Callon. (LATOUR,

² Sobre a relação entre Latour e Kuhn, ver: COLACIOS, 2013. E sobre os conceitos e pressupostos de Latour, consultar: COLACIOS, 2009. Apesar de formular uma crítica aos campos científicos de Bourdieu, em *Vida de laboratório*, Latour e Woolgar não conseguem escapar das categorias e da forma de interpretação das ciências fornecidas por Bourdieu, a quebra ocorrerá somente anos depois.

1983; 1990) Anos depois, em 2005, publica o livro *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network-Theory*, que explora todas as questões que se envolveu a partir da década de 1980. (LATOURE, 2005)

Além disso, Latour publicou em 1982 o artigo "Give a laboratory and I will raise the world", no qual, ao estender a discussão presente em um dos capítulos de *Vida de laboratório*, provoca de vez sua quebra epistemológica em relação a noção do campo científico de Bourdieu, quando reavalia a posição do seu compatriota e chega a definições e conclusões diferentes. Texto que marcou sua posição em meio aos pesquisadores das ciências e que também foi base para a teoria ator-rede, onde aprofundou a noção dos ciclos de credibilidade científica. (LATOURE, 1982)

Também publicou em 1984 o livro *The pasteurization of France*, que relata as controvérsias científicas que envolveram os enunciados dos cientistas Pasteur e Pouchet. (LATOURE, 1984) Sendo que as controvérsias se tornaram uma ferramenta conceitual significativa nos trabalhos posteriores de Latour. A noção de um embate entre diferentes grupos científicos pela veracidade de seus enunciados, apesar de presente em *Vida de laboratório*, tomou corpo na estrutura teórica de Latour, participando das discussões deste tipo que já viam sendo orientadas por autores como David Bloor e Henry Collins. (PESTRE, 1996)

A redefinição de social, os ciclos de credibilidade e as

controvérsias são compreendidos por nós como os pontos chave da transformação de Latour nestes anos. São três pressupostos, base da teoria ator-rede, que levaram ao fortalecimento da autonomia intelectual do filósofo francês na década de 1980 e que, em última instância, levou a modificação da obra inaugural *Vida de laboratório*, a partir de 1986 e de forma mais incisiva em 1988, em sua edição francesa.

Latour era outro pesquisador nestes anos finais da década de 1980. Buscava concretizar sua autonomia intelectual, mostrar o caminho que havia seguido e também a sua proposta teórica para a compreensão das ciências. Seu livro inaugural, de 1979, precisava conter esse novo momento do autor, e percebemos que ele procurou efetivar isso, desde as alterações mais sutis até as mais profundas, para a obra de 1988.

As sutilezas estão nas notas de rodapé, modificadas quase que totalmente em todos os capítulos. Alterações, no entanto, que buscaram incrementar a informação contida ou então incluir novas referências bibliográficas, que em sua maioria diziam respeito a seus artigos e livros publicados no intervalo de tempo entre 1979 e 1988. (LATOURE; WOOLGAR, 1988; 1997) Uma opção que representa, em nosso entendimento, que Latour teve como intenção mostrar a seus leitores franceses e depois brasileiros que já tinha produzido uma série de textos que poderiam corroborar com a ideia ali contida ou mesmo indicar

outra interpretação. Mostraria, portanto, a independência do filósofo e fixar a marca de seu modelo teórico.

Além das notas, as referências bibliográficas foram alteradas. Latour retira trinta e cinco obras e adiciona mais de sessenta para a edição francesa / brasileira. Essa alteração visava, ao que tudo indica, atualizar a bibliografia com os trabalhos mais recentes, ou, então, excluir aquilo que não era mais parte de seus referenciais. Entre os excluídos estão, por exemplo: Aristóteles, Platão, Marx, Nietzsche (que mesmo assim aparecem nas notas de rodapé do livro, talvez um deslize editorial?), além de retiradas algumas obras de Foucault e David Bloor e do próprio Steve Woolgar. As inclusões contam em sua maioria com títulos do próprio Latour, justificando sua entrada nas notas de rodapé, e de autores que faziam parte desse momento do autor tal como Michel Serres, K. Knorr-Cetina e textos de Callon, que não entraram na lista inicial. (LATOURE; WOOLGAR, 1988; 1997)

Alterações sutis, mas representativas dessa identidade de Latour, e que revelariam seu amadurecimento como pesquisador e intelectual. As modificações profundas na obra só vêm a corroborar com esta perspectiva, todas elas voltadas para a reelaboração do primeiro capítulo do livro. Uma iniciativa que poderia ser entendida como uma deturpação do sentido original da obra, já que em seu conjunto a publicação original

apresentava uma linha bem definida do começo ao fim.

A linha era inclusive indicada pelo título do primeiro capítulo "Da ordem para a desordem" e que o ligava ao último intitulado "A criação da ordem pela desordem". Na edição de 1988/1997 o título foi alterado para "A etnografia das ciências". (LATOURE; WOOLGAR, 1986; 1988; 1997) Não é possível fazer o cotejamento de um para o outro, são bem diferentes em suas propostas, mas se percebe que Latour está atento as discussões em meio aos estudos sobre ciências e promove sua interpretação em relação a isto no novo capítulo.

Acontece que na edição estadunidense o primeiro capítulo servia como uma introdução a obra. Como a introdução tinha sido escrita por Salk, os autores fizeram o capítulo inicial como se fosse uma. Neste texto estão incluídas as explicações conceituais, os usos que fizeram dos termos e a situação da área de estudos sobre ciências no limiar da década de 1970. Ainda incluíram a justificativa da pesquisa, seus materiais e métodos e a descrição resumida de cada capítulo que se seguia. (LATOURE; WOOLGAR, 1979; 1986)

Os autores neste capítulo original estavam preocupados em indicar aos leitores os pressupostos nos quais estavam baseados em sua análise, dessa forma, traziam a discussão sobre a relação entre o observador e o cientista, os dilemas do observador, a questão do social e as indicações sobre a "antropologia" das ciências, discussão que

enfaticavam o que naquele momento significava o crescimento da área e os estudos que estavam sendo feitos a partir disso. Latour e Woolgar pretendiam se inserir nestas discussões, mas marcavam sua insatisfação em relação ao que vinha sendo produzido: "Nossa insatisfação com estas abordagens era consideravelmente voltada para a compreensão que muitos poucos estudos sobre ciência fizeram algum tipo de autoavaliação do método utilizado". (LATOUR; WOOLGAR, 1986, p. 18) (tradução nossa) Uma insatisfação que ajudaria a fortalecer a justificativa da pesquisa realizada e, promover a inclusão ou então a exclusão dos autores no rol dos estudos deste tipo. Marcar a diferença era uma necessidade para mostrar a novidade que traziam para o meio acadêmico, dado que Latour, pelo menos, era um desconhecido entre seus pares.

A reelaboração do capítulo em 1988/1997 não mais previa essa situação de elemento introdutório, de explicação geral dos conceitos e das dificuldades da pesquisa, nem seus materiais e métodos. Apesar de não ter uma introdução apropriada no livro, o capítulo reescrito trouxe a situação de Latour naquele momento e assim não era preciso mais marcar sua entrada no meio acadêmico. Já era possível que fizesse considerações a respeito do estado da área e de suas concordâncias e discordâncias com os demais pesquisadores que se debruçavam sobre as ciências. (LATOUR e WOOLGAR, 1988; 1997)

O capítulo reelaborado trazia, além dos trechos de seu diário de campo que já mencionamos anteriormente, a crítica as propostas teóricas recentes e também a literatura tradicional da área de pesquisa. A autonomia conquistada e o amadurecimento tornaram possíveis a Latour questionar seus pares e seus trabalhos. Nesta lista, entraram aquilo que chamou de "sábios de discurso ordenado" representados por Thomas Kuhn, Georges Canguilhem, Gaston Bachelard e Karl Popper, e os de "discurso desordenado e mais interessantes", de cunho recente, mas não especificados pelo autor.

A sua quebra com a tradição de estudos sobre as ciências, porém, como tivemos oportunidade de analisar em outro momento, não foi total. (COLACIOS, 2013) Latour não estava interessado em se unir ao coro pós-moderno que, naqueles anos da década de 1980, se fortalecia em várias áreas das ciências humanas e sociais, e na qual foi indevidamente relacionado por Alan Sokal já na década de 1990, em seu livro junto a Jean Bricmont, *Imposturas intelectuais*. (SOKAL; BRICMONT, 1999) Sua participação na pós-modernidade, se é que poderíamos correr o risco de assim definir a atitude de Latour, foi de crítica. Esta postura é a que define sua autonomia intelectual neste momento.

Uma postura intelectual crítica que exprimiu na sua obra de 1991 "Jamais fomos modernos", lançada no Brasil em 1993. Porém, presente em seus artigos da década de 1980

Latour questionava as rupturas de racionalidade causadas pela pós-modernidade, enxergando-a mais como uma vertente da modernidade, uma extensão de seus pressupostos fundamentais, centrados na separação entre natureza e sociedade, entre cultura e ciências e etc. A manutenção desses binômios seria o cordão umbilical que mantinha unidos os dois vieses filosóficos contemporâneos. Para Latour, essa relação apenas confirmava para ele que nem mesmo modernos seríamos, por não ter atingido uma compreensão holística da realidade, que permitiria a junção entre humanos e não-humanos, entre esferas que antes estariam separadas da racionalidade, seja ela moderna ou pós-moderna. (LATOURE, 1990; 1993)³

Sua busca por autonomia, por fim, marcada na reelaboração da obra *Vida de laboratório*, visava mostrar o caminho epistemológico que estava seguindo em sua carreira intelectual. A proposta pregada por Latour de não-modernidade na racionalidade atual, não o eximiu de embates com outros intelectuais atuantes naquele momento, tal como David Bloor e Pierre Bourdieu⁴. Sua independência profissional, como pesquisador e pensador do contemporâneo, o levou a transformar sua obra inaugural, ao mesmo tempo, em que se transformava como autor. Mas então podemos dizer que as mudanças foram justificadas? Talvez e só talvez.

CONCLUSÃO

A dúvida quanto à pergunta final será aqui respondida como conclusão ao texto. Vimos que Latour procurou ao reelaborar o livro *Vida de laboratório* marcar sua desvinculação institucional com o Salk Institute e, também, deixar claro sua autonomia intelectual, amadurecida nos anos seguintes a publicação do livro. Fizemos a comparação com o conto de Borges, "Pierre Menard", como o próprio Latour e Steve Woolgar sugeriram no prefácio da primeira alteração em 1986, e entendemos com isto as escolhas do autor. Pois bem, mas o que dizer das alterações radicais proporcionadas na versão francesa e brasileira de 1988 e 1997 respectivamente?

A modificação, a mudança de uma obra, sua reelaboração, readequação seja ao mercado editorial ou pelas novas exigências intelectuais de seu autor, nos remete a outro personagem dos contos de Jorge Luis Borges, Funes o memorioso. Em sua descrição de Funes, o autor argentino o denota por sua memória incrível, que se recordava dos mínimos detalhes de sua vida e percebia as sutis diferenças que o tempo dava aos objetos, os animais e as pessoas. Um espectador solitário, tal como disse Borges de um mundo "multiforme, instantâneo e quase exatamente preciso". A realidade para Funes seria então marcada pelas mudanças, sem a continuidade que era perceptível apenas para aqueles que não perceberiam os detalhes, no entanto,

³ Essa análise "holística" pode ser encontrada de maneira acabada por Latour no livro *Políticas da natureza*. (LATOURE, 2004)

⁴ Bloor escreveu o artigo "Anti-Latour", em 1999, enquanto crítica as proposições de Latour, e que foi prontamente respondido no mesmo número da revista *Studies in History and Philosophy of Science*. Já Bourdieu apresentou uma crítica bem pontual a Latour no livro *Os usos das ciências*, de 2004. (BLOOR, 1999; LATOURE, 1999; BOURDIEU, 2004)

mesmo esse instante ficaria preso a sua memória. Borges, portanto, nos mostra que se a realidade era de permanente mudança, a memória privilegia a manutenção desses momentos instantâneos, arquivados dentro do grande devir. (BORGES, 1972, p. 124)

Latour, por sua vez, abandonou Menard e retorceu as características de Funes. Ao tentar readequar sua memória profissional o filósofo francês, em nosso entender,

teria atuado como um Funes invertido. Ao promover uma realidade estática, como se sua autonomia intelectual fosse naquele momento, final da década de 1980, consolidada sem passar um longo processo de amadurecimento e, ao mesmo tempo, perceber sua memória como moldável, baseada em seus interesses momentâneos, Latour se esqueceu, foi desmemorioso.

Referências

- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. São Paulo: Abril, 1972.
- BLOOR, David. Anti-Latour. *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 1, n. 30, p. 81-112, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: KNORR, K.; CICOUREL, A. (Ed.). *Advances social theory and methodology: towards an integration of micro and macro sociologies*. Londres: Routledge, 1981, p. 277-303.
- COLACIOS, Roger Domenech. Bruno Latour leitor de Thomas Kuhn. In: SCHURSTER, Karl; SPÍNDOLA, Pablo; COLACIOS, Roger (Org.). *Leitor de...* Recife: EDUPE, 2013, p. 257-278.
- _____. Construindo as ciências: Bruno Latour e as estratégias da literatura científica. ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH/PR, 2008, Jataizinho. *Anais...* Jataizinho: ANPUH/PR, 2008, p. 1-11.
- _____. Latour para historiadores: premissas, conceitos e metodologia. *Boletim Tempo Presente*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, p. 1-9, 2009.
- COLLINS, Harry; PINCH, Trevor. *O golem: o que você deveria saber sobre ciência*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LATOURE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. For Bloor and beyond: a response to David's Bloor 'anti-Latour'. *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 1, n. 30, p. 113-129, 1999.

_____. Give me a laboratory and I will raise the world. In: KNORR-CETINA, K.; MULKAY, M. (Ed.). *Science observed: perspectives on the social study of science*. Londres: Sage, 1983, p. 141-170.

_____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 2005.

_____. Sommes-nous postmodernes? Non, amodernes: étapes vers l'anthropologie des sciences. In: PREISWERK, Y.; VALLET, J. (Ed.). *La pensée métisse: croyances africaines et rationalité occidentale en questions*. Genebra: Cahiers de L'IUED; PUF, 1990, p. 127-155.

_____. *The pasteurization of France*. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 1988.

_____; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção de fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

_____; _____. *La vie de laboratoire: la production des faits scientifiques*. Paris: La Découverte, 1988.

_____; _____. *Laboratory life: the social construction of scientific facts*. Los Angeles: Sage, 1979.

_____; _____. *Laboratory life: the construction of scientific facts*. 2. ed. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

PESTRE, Dominique. Por uma nova História Social e Cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG*, Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais: o abuso das ciências pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Mnemosine Revista

Volume 6, n.1, jan/jun 2015

STRUM, Shirley; LATOUR, B. The meanings of social: from baboons to humans.
Information sur les Sciences Sociales / Social Science Information, n. 26, p. 783-
802, 1987.

NÚCLEOS URBANOS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS: ARTISTAS, OFICIAIS MECÂNICOS E VIDA COTIDIANA NO TERMO DE VILA RICA

Jeaneth Xavier de Araújo¹
Renato da Silva Dias²

Resumo

Pensar as vilas e arraiais mineiros no século XVIII e suas respectivas sedes, ou seja, o que poderíamos chamar de "núcleos urbanos", pressupõe uma análise mais acurada dos elementos constitutivos desta *cor local* composta por homens livres, libertos e escravos. Todos estes conviveram, amistosamente ou não, em um mesmo espaço, território este hierarquizado, estamental e escravista, desempenharam funções várias: atividades administrativas, religiosas, artística e artesanais, sendo estas últimas obrigatoriamente ligadas à manutenção da vida cidadina constituída a partir de finais do século XVII mineiro. Este artigo tem por objetivo propiciar uma reflexão sobre a organização da mão-de-obra artística e artesanal, em Vila Rica no setecentos e como estes estratos populacionais se inscreveram no espaço urbano da referida vila. Analisar-se-ão aspectos socioculturais, através do estudo da composição ocupacional de seus habitantes: moradores, agentes administrativos municipais, militares, religiosos, comerciantes de "grosso trato", mascates, artífices, artesãos, escravos, entre outros.

Palavras-Chave

Núcleos Urbanos; Vila Rica; Século XVIII.

Abstract:

Thinking of towns and camps from Minas Gerais in the eighteenth century and their respective headquarters, or what we might call "urban centers", presupposes a more accurate analysis of the constituent

elements of this *local color* composed of free, freedmen and slaves. All of these lived together amicably or not in the same space in this hierarchical stratified and slave-holding territory and took on administrative, religious, artistic and craft activities, being the two last connected necessarily with the maintenance of city life formed from the late seventeenth century in Minas Gerais. This article aims to provide a reflection on the organization of labor, arts and crafts work in in 17th century Vila Rica and how these population groups were organized in the urban space of this village. Sociocultural aspects will be analyzed through the study of the inhabitants' occupational composition: residents, local administrative officials, military, religious, slave traders, peddlers, craftsmen, artisans, slaves, among others.

Keywords:

Urban Centers; Vila Rica; Eighteenth century.

OS NÚCLEOS URBANOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Inversamente a uma tradição que estuda a história das cidades apenas em seus aspectos urbanísticos, privilegiando suas características físicas, como o traçado urbano, reconhece-se hoje a necessidade de pensar a cidade como um organismo dinâmico, constituída não apenas por espaços geográficos, mas, principalmente, como área ocupada por seus agentes formadores. Nesse sentido, torna-se importante observar a sua composição estratigráfica, pois, pensar a cidade de Mariana e demais vilas mineiras do século XVIII implica refletir sobre os homens e mulheres

¹ Graduada, Mestra e Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Cultura e Arte Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claro (UNIMONTES). E-mail: jeanethxavier@gmail.com

² Graduado e Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claro (UNIMONTES). E-mail: dias.reno@gmail.com

que viveram e trabalharam nessas localidades.

Na perspectiva do autor Marcel Roncayolo, a noção de cidade implica a aglomeração de uma população, a concentração do *habitat* e das atividades que se distinguem da exploração direta do solo. Tal agrupamento conduz à especialização de tarefas, contribuindo grandemente para as trocas e enquadramento de uma sociedade, constituindo um modo de vida ou de sociabilidades particulares, sendo uma disposição dos espaços e dos objetos urbanos o que provisiona uma organização coletiva. (RONCAYOLO, 1986, p. 396-487)

O conceito de centralidade, nesse caso, torna-se essencial. A centralidade pode se exprimir na escolha de um local de culto comum e permanente para os grupos humanos até então separados, num estabelecimento durável do mercado, na concentração de órgãos da administração local, sendo uma forma que permite conteúdos variados. Seguindo esse raciocínio, é possível pensar nas vilas da América portuguesa e capitania de Minas Gerais dentro da noção de centralidade religiosa (igreja), político-administrativa (câmara), econômica (mercado).

Torna-se pertinente pensar as cidades nos seus aspectos morfológicos – espacial, funcional e sociocultural. Ela não é uma criação isolada e está em relação direta com o espaço que envolve as demais cidades do seu entorno e até mesmo outros espaços longínquos. Desenvolvendo, assim, a noção de “rede urbana”, a cidade não se reduz a objetos ou “equipamentos urbanos”

ou a uma combinação de funções, mas agrupa uma população caracterizada por uma diversificada composição social, demográfica e étnica. Define uma forma de comunidade ou coexistência de comunidades ou, ainda, coletividades que são políticas em sua origem.

A cidade também é definida pela noção de “cultura urbana” enquanto um conjunto de comportamentos e condutas, não sendo, contudo, independente da população ou dos aspectos funcionais. A originalidade do modelo urbano pode ser pautada pela dimensão demográfica, de densidade à heterogeneidade social que está ligada à divisão e multiplicação de tarefas, ao exercício das funções urbanas. Quadros de vida, modos e atitudes seriam, portanto, resumidos e associados na descrição da cultura urbana. Na tradição clássica européia, a cidade está presente como o lugar da cultura. Civilidade e civilização, urbanidade e urbano são palavras próximas que se opõem à idéia de rusticidade. Nesse sentido, podemos pensar em “culturas urbanas”. (RONCAYOLO, 1986, p. 396-487)

No período pré-industrial, a cultura popular própria da cidade permanece misteriosa, considerada entre as manifestações comunitárias atribuídas à Idade Média e a reconhecida marginalidade de uma larga fração da população urbana. Para nos limitarmos à Europa moderna, a cidade está repleta de uma população flutuante e mal integrada, provisória, atraída por promessas de trabalho. A cidade também é refúgio para errantes, mendigos, mães solteiras e excluídos

de uma sociedade rural cada vez mais restrita. (MARAVALL, 1997, p. 187-215)

Pensando na noção de comunidade, a vizinhança não é suficiente para fundar relações muito estreitas nos lugares em que participam grupos sociais diversos. Somente a proximidade espacial não consegue aproximar os indivíduos e apagar suas distâncias culturais e sociais, podendo conduzir ao confronto agressivo ou defensivo de experiências e sensibilidades opostas. Exemplo dessa afirmação para as sociedades tradicionais ou pré-industriais são os casos de denúncia e delação ao Santo Ofício ou às autoridades administrativas em que, muitas vezes, as vinganças pessoais ou rivalidades profissionais levavam o denunciante a delatar seu vizinho. Também na América portuguesa, o sentimento de "pertença" era pautado pela participação na vida religiosa e seus necessários rituais de passagem: batismo, casamento, óbito, desobriga da quaresma (confissão e comunhão). Para os habitantes das vilas e cidades pré-industriais, a denúncia e o chamado para responder a acusações feitas por seus vizinhos significavam um indício de que lhes poderia ser retirado o direito de pertencimento à comunidade católica, sendo a excomunhão um dos maiores temores e instrumento de ameaça aos féis.

Nas Minas, essa afirmação pode ser comprovada pelos inúmeros depoimentos e denúncias levadas a cabo no Bispado de Mariana, por ocasião das visitas. Tanto em Portugal quanto na América portuguesa, viver "portas a dentro"

com escravas, professar "práticas judaizantes, adotar condutas escandalosas" eram motivos mais que suficientes para denúncias, excomunhões e até mesmo punições inquisitoriais (morte na fogueira) onde esse Tribunal foi instalado³.

As formações urbanas luso-brasileiras foram parte de uma estrutura dinâmica – a "rede urbana" –, sujeita a um processo de urbanização, sendo ele de origem social, que foi determinante no aparecimento daquelas formações, cujo entendimento requer o conhecimento do sistema social da América portuguesa, no qual se desenvolveu, e da política de ocupação lusitana. (REIS FILHO, 1968)

A análise da urbanização como processo social permite, nesse caso, captar com maior segurança os aspectos relevantes do seu desenvolvimento. Torna-se necessário identificar e registrar, em cada etapa, os seus mecanismos e agentes sociais, como também os alvos socialmente definidos. Abandonar-se-á, então, a constituição de "tipos ideais", ou a aplicação de modelos pré-estabelecidos ao se estudar o fenômeno da *urbes* em realidades históricas incompatíveis.

As relações que as áreas rurais mantinham com os núcleos urbanos das respectivas regiões da América portuguesa eram fundamentalmente diversas das relações urbano/rurais das aglomerações européias com suas retaguardas rurais mais imediatas. Nos primeiros anos de sua instalação, em face das hostilidades do meio ou da ignorância de suas características,

³ Na América portuguesa, não tivemos a instalação efetiva do Tribunal do Santo Ofício, mas ocorreram as visitas dos seus representantes no Nordeste do Brasil.

a população das vilas e cidades vivia reunida apenas no litoral.

Os núcleos urbanos maiores eram habitados por um contingente relativamente modesto, composto basicamente por administradores civis e militares, comerciantes, religiosos e artesãos. Tinham, no entanto, alguns elementos da vida permanente, mas seus momentos de maior atividade ocorriam com a presença dos grandes proprietários rurais nas ocasiões festivas concernentes ao calendário católico ou político-administrativo. Já nas pequenas vilas e arraiais os “funcionários régios” eram praticamente ausentes, a administração municipal contava com reduzido número de oficiais, os artesãos existentes encarregavam-se apenas das tarefas básicas à manutenção da vida: carpinteiros, marceneiros, ferreiros, ferradores, não havendo muita especialização neste setor de trabalho.

Com a dinamização e diversificação das atividades econômicas, ocorre a dispersão da população pelo interior, gerando uma economia de subsistência, paralela às atividades de mineração. Também pelo crescente desenvolvimento do setor comercial e manufatureiro, devido às ofertas externas, os centros urbanos passam a ser caracterizados pelo aumento da população. Esses fatos provocaram reação da coroa, que passou a executar planos de controle das capitâneas e vilas, assim como a fundação de novas vilas para o enquadramento da população rural dispersa e a proibição da instalação de manufaturas; o comércio de vulto torna-se, então, privilégio das

companhias dos comerciantes portugueses.

Essa nova complexidade da vida colonial redundou na diversificação dos grupos sociais urbanos e revelou-se através da multiplicação das irmandades religiosas, em torno das quais esses se reuniam através das edificações religiosas correspondentes. O meio urbano propiciou, desse modo, novas oportunidades e significados para os diferentes grupos sociais. Para os artesãos e pequenos comerciantes, foi uma oportunidade de afirmação e desenvolvimento; para os escravos, um ensejo de contato como um mundo menos rigidamente estratificado.

Na capitania de Minas Gerais, a Real Vila de Nossa Senhora do Carmo, atual cidade de Mariana, foi criada em 1711, e confirmada por D. João V, em 14 de abril de 1712. Em 1745, recebeu o foro de cidade, em função da criação do novo Bispado, chamando-se, então, Mariana. Com a bula de 1747, expedida pelo Papa Benedito XIV, transformou-se em sede do Bispado, recém-criado devido ao desmembramento do Bispado do Rio de Janeiro. Mariana foi pioneira, na capitania de Minas, a receber os títulos de vila e, posteriormente, de cidade. (AHU, Cx. 114, doc. 8; COELHO, 1994) Posto dessa forma, sabe-se que a única cidade na então capitania de Minas Gerais foi Mariana, instituída em 1745, para as demais localidades mineiras mencionadas neste estudo, usar-se-á a denominação “núcleos urbanos”, como referência direta às vilas e arraiais. No entanto, ressalta-se aqui a necessidade de aprofundar

os estudos vinculados à noção de cidade.

A leitura de um conjunto de estudos sobre arquitetura, urbanismo e história das cidades possibilita ampliar o foco de análises sobre as Minas no século XVIII. (RONCAYOLO, 1986, p. 396-487; IPHAN, 2007 p. 145-147; IPHAN: 2007 p. 149-156; REIS FILHO, 1968; REIS FILHO, 1990/1992 p. 229-236; LEMOS, 1990/1992; TELLES, 1990/1992; HOLANDA, 1993 p. 61-100; RAMINELLI, 1992 p. 163-175; BRESCIANNI, 2003 p. 237-258; RAMINELLI, 1997 p. 185-202) Torna-se importante, então, observar o seu entorno e pensar como teriam sido as vilas e arraiais do século XVIII, o que implica também refletir sobre seus habitantes - homens e mulheres que trabalharam e viveram nas respectivas localidades. (Cf. VASCONCELLOS, 1987/1989, p. 7-26; ASSUMPÇÃO, 1989, p. 130-140; RAMOS, 1972; FONSECA, 2003; VASCONCELLOS, 1977; ANASTASIA, 1999, p. 17-132; FONSECA, 1998, p. 27-66; VILLALTA, 1998, p. 67-85; MIRANDA, 1994, p. 24-37) O interesse do presente texto recai, especificamente, sobre os entalhadores, escultores e pintores que tiveram o termo de Vila Rica como espaço privilegiado de vida e trabalho.

Sabe-se da divisão estamental nas sociedades do Antigo Regime, com a separação das camadas sociais constituídas por "homens bons"⁴, trabalhadores pobres, agregados (SAMARA, 1981, p. 159-168), escravos, entre outros. Para as sociedades do século XIX, com o desenvolvimento da Revolução Industrial e conseqüente

reordenamento do espaço urbano, muito das cidades se modificou, e tornou-se ainda mais visível a dicotomia urbano/rural⁵. No entanto, algumas dessas estruturas sociais, características do século do ouro, ainda se mantiveram no oitocentos.

ARTÍFICES E OFICIAIS MECÂNICOS

Quais foram os homens que viveram e trabalharam nos núcleos urbanos mineiros: Vila Rica, Sabará, São João del Rei e Arraial do Tejuco? Foram eles pedreiros, marceneiros, pintores, escultores, entalhadores e tantos outros a merecerem que suas histórias de vida sejam trazidas à tona através das pesquisas em arquivos cartorários e paroquiais. Todos esses oficiais mecânicos e artífices que construíram e ornamentaram edificações civis ou religiosas foram homens que viveram integrados à sua realidade, movimentando-se nas áreas urbanizadas, arrematando ou sendo chamados para executarem obras requeridas pela municipalidade ou pelo "mundo" católico. No entanto, devido a critérios metodológicos, este campo de análise se reporta aos artífices ou artistas que trabalharam na ornamentação das igrejas: pintores, entalhadores e escultores, o que não impede o conhecimento dos demais profissionais que, simultaneamente, desenvolveram suas atividades, pois, pensar as vilas e arraiais na América portuguesa é analisar uma gama de possibilidades e sujeitos pertencentes e atuantes nessa realidade.

Para além das obras que executaram, que são testemunhos da

⁴ "Homens bons": membro das comunidades que atendiam aos pré-requisitos de maioria, ou seja, atingiram 25 anos completos, independência financeira, além de respeitabilidade nas esferas social e familiar. (SILVA, 2005, p. 138-148; CÓDICE, 1999, v. 2, p. 102; BARBOSA, 1985, p. 105).

⁵ Para a discussão das noções de "urbano" e "rural", operatórios para a conceituação da idéia de núcleos urbanos na capitania / província de Minas Gerais, consultar: MORAES, 2007 p. 55-85; SILVA, 1995 p. 109-133; BURKE, 1995 p. 193-203; BRESCIANNI, 1985/1986 p. 7-44.

cultura material ou artística, necessário se torna examinar essas aglomerações urbanas em seu conjunto e em sua lógica. Assim como afirma Marcel Roncayolo, a cidade não existe isolada ou apartada dos usos e funções que apresentam para aqueles que a habitam, sendo "o dispositivo topográfico e social que oferece sua melhor eficácia ao encontro e à troca entre os homens". (RONCAYOLO, 1997) Então, cabe a nós pensarmos esses núcleos urbanos como centros de recepção e difusão de culturas (portuguesas, africanas, e, em menor grau, também as indígenas), com suas posteriores influências inglesa, holandesa, francesa, com tantos agentes culturais e comerciais europeus que freqüentaram as praças comerciais do Rio de Janeiro e Salvador, nos séculos XVIII e XIX. E esses não se restringiram apenas às áreas litorâneas, mas também adentraram o interior da América portuguesa e, particularmente, a capitania de Minas Gerais, desde o setecentos, mas, principalmente, no oitocentos. No referido século, a capitania/província de Minas Gerais foi foco de visitas de comerciantes, naturalistas e mineralogistas europeus que nos deixaram relatos de viagens, desenhos, gravuras e também fotografias, pois essas expedições sempre eram constituídas por pessoas qualificadas para fazer a documentação visual da área visitada.

Voltando à reflexão primeira, pensar a trajetória de vida desses artistas e artífices que viveram e trabalharam nas Minas impõe enxergá-los nos seus aspectos humanamente identificáveis, seus

conflitos, omissões, desentendimentos, talvez em busca de melhores condições de trabalho, como poderia ter sido o caso do ourives Luiz Pitta Loureiro, natural do Porto. Podemos verificar a localização desses artífices e oficiais mecânicos na topografia dos arraiais e vilas setecentistas e sua interação com o meio social de então. Esse tipo de análise é possível através da verificação das solicitações de seus serviços e demandas locais.

Para o desenvolvimento dessas reflexões, entre as fontes primárias disponíveis para o estudo dos artífices e oficiais mecânicos na Comarca de Vila Rica, uma se destaca pela importância e, ao mesmo tempo, pela pouca divulgação. Trata-se do *Censo dos ofícios mecânicos*, realizado em Vila Rica e termo respectivo no ano de 1746. (APM/CC 2027) Os autores Germain Bazin e Judith Martins, no *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, mencionaram o referido censo. (BAZIN, 1983; MARTINS, 1974) Trata-se de uma fonte da maior relevância, na medida em que lista os oficiais mecânicos residentes nas localidades de: Antônio Dias, Cachoeira, Casa Branca, Itabira, Itatiaia, Ouro Preto, Padre Faria, entre outras, informando as respectivas ocupações, para o ano de 1746, entre as quais, tem-se: carpinteiro, entalhador, escultor, marceneiro, ourives, pintor. Destaca-se que a administração pública recomendava a execução de censos e listas de habitantes para reconhecimento do número efetivo de moradores, visando à cobrança de taxas e impostos. O censo de 1746

não fugiu à regra, mesmo que sua produção tivesse uma função fiscal, constituiu-se em fonte importante para o estudo em tela. Para esse aspecto, pode-se citar esse documento que objetivou, naquele

ano, o recolhimento da taxa de capitação em Vila Rica, documento este que nos informa a variada gama de atividades então praticadas na vila em questão:

TABELA 1
Ocupações mencionadas no censo de 1746

OCUPAÇÃO	OFICIAIS	OCUPAÇÃO	OFICIAIS
Alfaiate	71	Logea pequena	28
Armeiro	3	Marceneiro	7
Barbeiro	8	Oleiro	1
Cabeleireiro	3	Ourives	18
Caldeireiro	3	Pedreiro	21
Cangalheiro	1	Picheleiro	1
Carapina	11	Pintor	2
Carpinteiro	51	Relojoeiro	1
Corte	35	Sapateiro	62
De sua botica	15	Seleiro	11
de sua pessoa (forros)	231	Serqueiro	3
Entalhador	2	Serralheiro	4
Escultor	1	Venda	320
Espadeiro	2	Violeiro	3
Ferrador	28	Ofício	15
Ferreiro	45	Ilegível	4
Latoeiro	4	Não consta	2
Logea grande	8	TOTAL	1.025

Fonte: APM/CC 2027. *Pagamento da capitação referente aos 1º e 2º semestres de 1746, com registro de multas.*

O pesquisador Herculano Gomes Mathias argumentou que nem sempre os levantamentos (recenseamentos, listas ou mapas de população) abrangiam a totalidade dos moradores. (MATHIAS, 1969) Em alguns casos, eram listados apenas os fazendeiros, mineiros e comerciantes, não sendo arrolada a maioria dos habitantes de cada

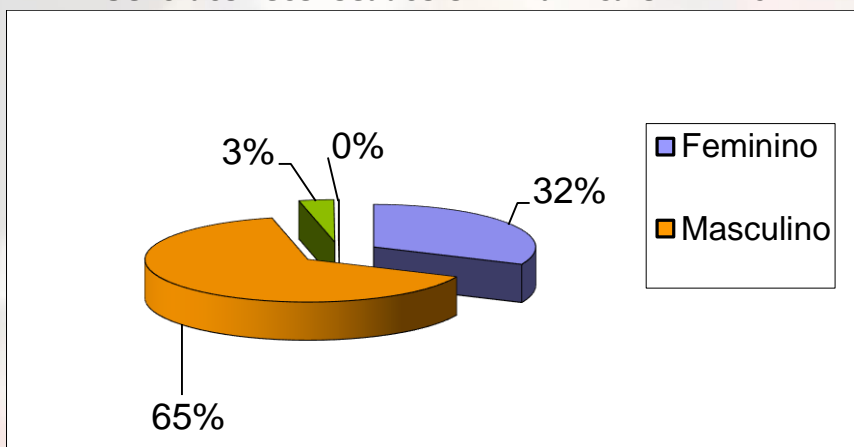
localidade. Altos funcionários e militares raramente eram relacionados quando o principal interesse das autoridades, em cumprimento às ordens vindas de Portugal, era saber o número efetivo de moradores que deveriam ser taxados e quanto pagariam, de acordo com classificações pré-estabelecidas.

Quanto ao sexo dos recenseados, constata-se que a maioria constituía-se de homens (713), contrastando com 349 mulheres (38 casos estão ilegíveis, não sendo possível a verificação do sexo). Informa-se, ainda, que a maioria das mulheres recenseadas

referia-se a forras que se ocupavam nas vendas. Finalmente, classificou-se uma recenseada dentro da rubrica *não se aplica*, por se tratar da Santa Casa da Misericórdia de Vila Rica, sendo esta tributada por possuir uma botica⁶.

⁶ Para o estudo das Misericórdias no império ultramarino português, consultar: BOXER, 2002, p. 286-308; RUSSEL-WOOD, 1981.

GRÁFICO 1
Sexo dos recenseados em Vila Rica em 1746



Fonte: APM/ CC 2027. Pagamento da capitação referente aos 1º e 2º semestres de 1746, com registro de multas.

Em decorrência da descoberta aurífera, ocorreu uma grande transferência de portugueses e demais estrangeiros para a capitania de Minas Gerais, apesar das sucessivas proibições régias. Paulistas e baianos também migraram de suas regiões de origem. Mesmo existindo impedimentos ou restrições, este trânsito de pessoas, mercadorias e objetos artísticos foi intenso na América portuguesa. Posto desta forma, lusitanos, ingleses, holandeses e flamengos, mantiveram estreitas relações comerciais com as Américas. Esse fato é relevante para o entendimento das semelhanças entre os modelos

escultóricos e pictóricos luso-brasileiros e a produção portuguesa.

O aumento da população e a intensificação da vida urbana despertaram nos habitantes locais novas preocupações com a organização espacial dos núcleos. As câmaras legislaram sobre as questões urbanísticas através das *Posturas Municipais*. Nas vilas e cidades, as câmaras encarregavam-se de regulamentar a vida municipal, e o fazia também no tocante aos ofícios mecânicos. A Biblioteca Nacional publicou o *1º Livro de Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto – CMOP (1711 a 1715)*. Nele, pode-se observar um dos primeiros atos para

ordenar o município no que diz respeito aos ofícios mecânicos: “que todas as pessoas que tivessem logeas abertas e vendagens, e todos os oficias de qualquer officios (...) tirassem novas licenças”. (ACTAS, 1927, p. 245; RUSSELL-WOOD, 1977, p. 25-79; VASCONCELLOS, 1977) Observando as posturas da CMOP, é possível ter noção de como elas eram aplicadas em Vila Rica:

Reformação das posturas atrás feitas em 24 de maio de 1727 pelos oficiais da Câmara e homens bons da governança. (ferreiro e serralheiro, seleiro, ferrador, sapateiro, padeiro).

1º - Toda a pessoa que tiver loja aberta de qualquer gênero de mercadoria e se achar sem licença deste senado pagará quatro oitavas.

2º - Isto mesmo se entenderá com todo gênero de oficial que usar do seu ofício sem licença ou carta de exame sem ser aprovado por este senado.

5º - Todo oficial que usar do seu ofício sem ter Regimento deste senado pagará quatro oitavas.

6º - E tendo o dito Regimento será obrigado a tê-lo a vista na loja em que trabalhar para assim ser visto das pessoas que lhe forem encomendar obra e não fazendo assim pagará duas oitavas.

9º - Toda a pessoa que depois do sino corrido se achar com venda aberta será condenado em duas oitavas de ouro metade para o acusador ou rendeiro e outra parte para o senado. (APM/CMOP 10, fls. 11-12)

As pesquisadoras Maria Beatriz Nizza e Maria Helena Flexor esclarecem que, no Brasil colonial, nem todas as câmaras desfrutaram do mesmo prestígio para poderem usar o título de “senado”, concedido apenas às localidades de Salvador, São Luís do Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo. (SILVA, 2005, p. 14) Na

capitania de Minas Gerais, reiteradas vezes os camaristas das respectivas vilas solicitaram os mesmos privilégios reais concedidos aos habitantes das cidades de Lisboa e do Porto. No entanto, particularmente no caso das vilas mineiras, todas as respostas do Monarca eram evasivas ou tratavam de negar as solicitações dos vassalos, mas os incentivavam a continuarem obedientes e laboriosos com o intuito de conseguirem os favores possíveis para a “realidade americana”.

Na capitania de Minas Gerais, como nas demais da colônia, existiam normas para reger as ocupações praticadas pela população (posturas municipais regulamentadas pelas câmaras). Os oficiais mecânicos tinham que prestar exames na Câmara, diante de um juiz de ofícios, e obter licença para exercer sua profissão. Sapateiros, alfaiates, ferreiros, ferradores eram mais flexíveis do que outros profissionais; desses, encontramos, nos livros de atas, muitos termos de exames e cartas expedidas, ao passo que pintores, douradores, entalhadores, escultores, apesar de estarem submetidos à mesma exigência para a obtenção de licença profissional, não se apresentavam às câmaras para serem examinados. Por vários anos, em Vila Rica, tem-se notícia do aparecimento, na Câmara Municipal, de apenas um pintor para tirar licença. (VASCONCELOS, 1940)

No Brasil, a organização dos oficiais mecânicos foi influenciada pelo trabalho escravo. (KLEIN, 1987, p. 157-207, 236-260; LIBBY, 1992, p. 267-294; DIAS, 2004) Podendo dispor de escravos africanos, os oficiais mecânicos teriam sempre

cativos para a realização das etapas mais pesadas do trabalho. Com o uso da mão-de-obra escrava, modificam-se as relações do oficial mecânico que, em Portugal, carregava o estigma por exercer trabalho manual, sendo o artesão impedido de ocupar certos cargos na municipalidade; na América portuguesa, contudo, a maior parte do preconceito foi transferida para o escravo, que, então, passou a ser duplamente discriminado.

Com o surgimento das atividades de mineração, em finais do século XVII, grande parte da população foi atraída para o interior, um fato novo na América portuguesa, do ponto de vista da urbanização. A população dedicada à exploração das minas, reunindo-se nas povoações formadas junto às catas, ficava na dependência do fornecimento dos produtos de subsistência de outras regiões, constituindo, dessa forma, um mercado urbano promissor, sendo, pois, a mineração um agente dinâmico do processo de urbanização; prova disso é que, já na segunda década do século XVIII, oito povoações foram elevadas à categoria de vila: Vila Real de Nossa Senhora do Carmo, Vila Real de Sabará, Vila Rica, em 1711; São João del Rei, em 1713; Vila do Príncipe, em 1714; Vila Nova da Rainha (Caeté), em 1714; Pitangui, em 1715; São José del Rei (Tiradentes), em 1718. A região também se tornou grande consumidora de manufaturas, principalmente inglesas e, já na primeira metade do século XVIII, as atividades econômicas e as camadas sociais estavam constituídas. A vida urbana foi, a partir de então, a resultante das suas interações, os

seus fundamentos já estavam estabelecidos para o que seria viver em cidades e vilas na América portuguesa ou Império do Brasil até o final do oitocentos⁷.

As construções religiosas surgiram com as povoações desde os primeiros instantes. Atendiam à religiosidade do povo e impunham-se pelas funções da administração pública atribuídas à Igreja pelo regime do Padroado Régio. As paróquias, ao realizarem o trabalho de registro de batismos, casamentos e óbitos, obrigavam os habitantes a manterem vínculo estreito entre vida religiosa e comunal, além da freqüente participação nos ofícios religiosos, existindo um comparecimento às igrejas dos povoados para a realização das cerimônias correspondentes aos eventos mais importantes da vida familiar. A obrigatoriedade de atas de batismo, casamento e óbitos, assim como o acompanhamento dos ofícios religiosos, propiciavam a movimentação dos povoados em torno das igrejas e capelas, freqüentemente os adros (pátios defronte às igrejas), transformavam-se, em locais de reuniões públicas, comemorações e comércio. A sacristia era destinada à guarda das alfaias e paramentos, mas também servia para reuniões de resolução de questões administrativas, relativas à vida paroquial e até mesmo à política local.

A pesquisa em questão não se esgota no esboço de biografias individuais, torna-se necessária a reflexão sobre como esses homens interagiram com as comunidades nas quais viveram, como se expressaram para além de seu trabalho, e ainda,

⁷ Existem importantes estudos sobre o uso de escravos no desempenho de ofícios mecânicos nas áreas urbanas. Conferir: KARASCH, 2000, p. 259-396; LIBBY, 2006, p. 57-73; MENESES, 2007, p. 377-399.

como estavam situados no traçado urbano. Também as cidades devem ser pensadas em seus múltiplos territórios e suas subdivisões, estas, não especificamente geográficas, e sim sociais, culturais e religiosas. (RONCAYOLO, 1986, p. 396-487; PESAVENTO, 1995, p. 279-290) Quanto às obras de arte, não devem ser friamente observadas exclusivamente em seus aspectos formais ou estilísticos, mas, principalmente, em seus significados e importância para as sociedades para as quais foram produzidas. Logicamente não se ignora o fato de que muito dessa produção foi gestada para atender a um mercado consumidor de obras religiosas, no caso, as Irmandades, ou seja, um "mercado" que tinha suas especificidades e fazia suas encomendas de acordo com exigências e necessidades peculiares.

Dentro dessa perspectiva, é possível pensar em homens como o alferes Manoel da Costa Ataíde (1762-1830), "mestre na arte da pintura", natural da cidade de Mariana, e que, ao lado dos demais habitantes das Minas setecentistas, também cometeu "deslizes" então condenáveis: vivendo como um homem do seu tempo, declarou, em testamento, ser solteiro, mas que, por "fragilidade humana", tivera quatro filhos naturais com Maria do Carmo Raimunda da Silva. (CAMPOS, 2005, p. 64-82; ARAÚJO, 2005, p. 31- 62) Torna-se necessário analisar a trajetória de vida desses atores nas ruas (sem calçamento), nos becos das vilas mineiras e nas poucas cidades da América portuguesa, suas relações de convívio com os demais habitantes cidadãos.

Trata-se de buscar enxergar esses "territórios" urbanos com suas redes e tramas do cotidiano. É necessário pensar a cidade para além de seu traçado urbano, de sua arquitetura fria, como se essa fosse desabitada, trazendo à tona a dimensão humana de trabalhadores livres ou escravos, pois o Brasil, nos séculos XVIII e XIX, era regido por uma lógica escravista, e, de acordo com essa organização social, todos os trabalhos executados com as mãos eram indignos do homem branco rico, ficando, portanto, a cargo de negros ou mulatos o desempenho das atividades que exigiam o emprego de maior força física. Nas oficinas ou ateliês, os artistas e oficiais mecânicos que possuíam condições econômicas, mantinham cativos a seu serviço para o desempenho das atividades próprias ao seu ofício.

Exemplo visível é José Soares de Araújo – guarda-mor e pintor bracarense que faleceu em Diamantina, em 1799, sendo sepultado na capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Realizou trabalhos de pintura nas capelas de Nossa Senhora do Carmo, a partir de 1765, Nossa Senhora do Rosário e São Francisco de Assis. Embora tenha feito diversos trabalhos de pintura e douramento, especializou-se nas pinturas em perspectiva nos forros das naves das igrejas. Entre os bens mencionados em seu inventário constavam: "Escravos ao presente que possui (...) João (...), com princípio de pintor. (...) Vidal, mulato, pintor e dourador". (BAT, Testamento de José Soares de Araújo)

Todas essas questões, que podem ser respondidas por uma pesquisa acurada, são fundamentais para o conhecimento e valorização das obras artísticas e, conseqüentemente, para sua preservação. Trata-se de múltiplos aspectos de um mesmo problema, que não se explica isoladamente e sem a contribuição das várias áreas do saber. Se, para a região circunscrita à comarca de Vila Rica, têm-se pesquisas significativas sobre as artes e a organização do trabalho realizado por artistas e artífices, no século XVIII, para as demais vilas, sedes administrativas das demais comarcas, muito ainda há por pesquisar.

Como exemplo, pode-se mencionar a Vila Real de Sabará, merecedora de novas pesquisas sobre o seu universo artístico e artesanal, no século XVIII. Nessa vila, a atividade econômica principal também era a mineração. Infelizmente, existem poucas pesquisas consolidadas sobre as expressões artísticas que atuaram e surgiram em função da vivência religiosa dos devotos moradores na vila em questão. Entre os artistas que trabalharam em Sabará, e que hoje é de pleno conhecimento entre os especialistas, pode-se mencionar Antônio Francisco Lisboa – cuja obra foi documentada pelos historiadores da Arte Germain Bazin e Myriam Ribeiro de Oliveira. Cita-se ainda o entalhador Francisco Vieira Servas, estudado pelos pesquisadores Adriano Ramos e Beatriz Coelho. Trabalho pioneiro sobre a Vila Real de Sabará foi escrito por Zoroastro Viana Passos. (PASSOS, 1942) No entanto, não se localizou estudos

aprofundados sobre a vida religiosa e as artes na Sabará do setecentos, apesar da mesma merecer a atenção dos pesquisadores, a outra exceção fica para a autora Rosana Figueiredo cuja pesquisa intitulada *A venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Sabará* versou sobre a pompa barroca, manifestações artísticas e as cerimônias da Semana Santa na referida vila, indo do século XVIII a meados do XIX. (ALVES, 1999)

Indaga-se ainda, quais foram, entre outras questões, as referências estéticas, escultóricas e pictóricas desses artistas e artífices que para as Minas se dirigiram no século XVIII? A análise do fazer artístico em Portugal, se não explica todas as questões colocadas em tela, pode certamente esclarecer tantas outras.

Alguns dos portugueses que aqui viveram retornaram a Portugal. Como exemplo, temos António Pereira de Sousa Calheiros. Arquiteto, segundo o dicionário de Judith Martins, seria natural da cidade de Braga e, já estando na Comarca do Rio das Mortes, por volta de 1736, retornou a Portugal por duas vezes para tratar de assuntos de interesse da Câmara de São João del Rei. É atribuída a ele a autoria do projeto da capela de Santo Ovídio – enviado de Tiradentes para Braga –, conforme desejo de José Álvares de Azevedo, capitão-mor em Tiradentes. (OLIVEIRA, 1999, p. 147-179)

Muitos desses colonos portugueses enviaram proventos para a construção e ornamentação de capelas e igrejas em sua terra natal, recursos em grande parte conquistados pelo sucesso obtido através da exploração de metais e

pedras preciosas nas Minas. Esses imigrantes não esqueciam suas origens, continuavam ligados às suas vilas ou cidades pátrias, e rendiam homenagens aos santos venerados naquelas localidades. As doações ocorriam das mais variadas formas: pelo financiamento do trabalho em alvenaria, retábulos ou douramentos. Podia também acontecer de a doação ser feita indiscriminadamente para o emprego dos recursos em obra religiosa não declarada, outras vezes, o devoto especificava, com sua doação, como essa deveria ser empregada. Em outros casos, as irmandades e confrarias portuguesas pediam autorização para que a imagem do santo respectivo circulasse ou ficasse exposta, com o objetivo de receber doação dos devotos lusitanos ausentes do reino.

Exemplo da devoção lusitana refere-se à iniciativa de senhora portuguesa no Arraial do Tejuco. A capela de Nossa Senhora da Luz teria sido construída no mencionado arraial por iniciativa de Teresa de Jesus Perpétua Corte Real, nascida em Portugal, em cumprimento de promessa feita por ter sido salva do terremoto ocorrido em Lisboa, em 1755. No entanto, a construção do templo é bem posterior, pois, somente em 1803, a devota obteve parecer favorável ao seu requerimento, por ela dirigido ao então príncipe regente dom João VI. Enquanto a capela esteve sob responsabilidade de Tereza de Jesus – falecida em 1826, e sepultada à entrada do templo, sob o coro –, funcionou anexo à capela um recolhimento e educandário para meninas órfãs. (ÁVILA, 1995, p. 328)

Entre os muitos artistas de origem portuguesa que trabalharam nas Minas Gerais do século XVIII, pode-se mencionar: Pedro Monteiro de Sousa – entalhador, natural da freguesia de São Vítor, em Braga – que, em 1733, já residia na vila de São José del Rei, executando trabalhos na Matriz de Santo Antônio, entre 1737 e 1741. No entanto, realizou importantes trabalhos em talha na cidade de Braga e foi contemporâneo do conceituado entalhador bracarense Marceliano de Araújo, que teria recebido encomendas de esculturas do mesmo Pedro Monteiro, quando este já se encontrava em Tiradentes. Cita-se, também, João Ferreira Sampaio, que era entalhador e executou trabalhos na Matriz de Santo Antônio, em Tiradentes, entre 1740 e 1750; Francisco Nunes, também entalhador, natural de Landim, Arcebispado de Braga. Executou obras de talha na freguesia de São Caetano, termo da Vila do Carmo. Faleceu “com todos os sacramentos”, em 1735, e foi sepultado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição da referida vila.

Merece maior destaque o escultor e entalhador Francisco Vieira Servas, natural de Servas, freguesia de Eira Vedra, concelho de Vieira do Minho. Batizado em 1720, faleceu em Sabará, em 1811. Era afilhado de Francisco Vieira da Torre, também entalhador português. Em 1753, encontrava-se em Catas Altas, realizando trabalho de talha na Matriz de Nossa Senhora da Conceição; em 1770, ajustou obra de talha do altar da capela-mor da capela de Nossa Senhora do Rosário, em Mariana, tendo que acionar a justiça na

tentativa de receber da Irmandade do Rosário o restante da obra executada. Trabalhou também em Sabará, Congonhas do Campo e Barra Longa. Em seu testamento, constava: "Declaro que deixo o meu escravo Joze Angola oficial de entalhador forro, o meu testamenteiro lhe dará sessenta mil reis e um sortimento de ferros do ofício escolhido de eleição do dito escravo e um (...) de ferro". (AHMO, Livro de registro de testamentos, 1811)

Por último, mas não menos importante, destaca-se João Vieira Martins – natural da Comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga, e falecido na Comarca do Serro Frio, em 1788. Entre os seus bens, arrolados no inventário, constavam instrumentos próprios ao ofício de carpinteiro, e pode-se deduzir, ainda, que João Vieira teria executado trabalhos de entalhador ou mesmo de escultor: "Vários ferros de ofício de carapina com as suas respectivas caixas, tudo muito usado; (...) 1 livro muito usado com o título de 'Artefatos, simetria e geométricos'; 1 caderno de estampas do ofício de carpinteiro". (BAT, Inventário e testamento de João Vieira Martins)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra *Olhos de madeira*, Carlo Ginzburg volta a uma proposição feita em *A micro-história e outros ensaios* (quando versa sobre a arte italiana). Lança a hipótese de que o estilo, nas artes visuais, foi usado para delimitar e cercear, sendo poderoso mecanismo que teria desempenhado função importante na aceitação ou negação das

diversidades culturais. (GINZBURG, 2001, p. 122-175; GINZBURG, 1989, p. 5-93) É preciso se ter em mente que não há, em nenhuma parte do mundo, estilos puros nas manifestações artísticas. Os modelos não existiram isolados nem foram sucedidos como etapas independentes, não sendo possível falar em evolução, mas em interações humanas e culturais. Deve-se, antes, pensar na gestação de um gosto artístico, na formação de uma representação religiosa, com um moroso e necessário preparo de mão-de-obra especializada, como também na formação de um público que, aos poucos, familiariza-se com suas representações visuais.

Do mesmo modo que se reconhece não existirem estilos artísticos independentes dessas interações, o que se chama de "arte colonial" e, especificamente, de "barroco mineiro", é muito mais um recurso para se explicar o que, na capitania e depois província de Minas, se produziu em termos de arte no século XVIII e parte do XIX. Mesmo usando uma terminologia própria para a talha dos retábulos, como Nacional Português (cerca de 1696-1730); D. João V (1730-1760); e Rococó (1760-1840), sabe-se que esse vocabulário artístico não se constituiu isoladamente; ao contrário, sempre interagiu com as mais diversas culturas.

Visitando as matrizes, igrejas e capelas, ainda hoje é possível encontrar obras de vários estilos convivendo dentro do mesmo recinto religioso. Esse fato pode ser explicado tanto pela variedade da mão-de-obra vinda de fora quanto pela contínua recepção de modelos

externos (através de gravuras, estampas de livros sagrados, telas e esculturas). Destaca-se, também, o longo processo de construção dos monumentos religiosos (o que era muito comum), as sucessivas e lentas modernizações arquitetônicas e ornamentais “para a melhor decência do culto”, previstas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia...*, (CONSTITUIÇÕES, 1853, livro 2, títulos XVI a XXVI), ou ainda, pelo gosto artístico mantido pelo artista/artífice numa época que já não comportava uma tal orientação estilística, constituindo o que conhecemos por “arcaísmo”.

Ao se pensar em qual público tinha o privilégio de venerar essas pinturas e esculturas religiosas, é pertinente o esclarecimento de Carlo Ginzburg, que distingue dois “circuitos icônicos” para a Itália do século XVI: o público (amplo e socialmente indiferenciado), e o privado (reservado e socialmente elevado). Esse autor caracteriza o primeiro circuito icônico como constituído por estátuas, afrescos, telas e quadros de grandes dimensões, expostos em igrejas e palácios públicos e acessíveis a quase todos. O segundo circuito icônico seria formado também por obras de grandes proporções, mas, principalmente, pelas de pequenas dimensões: estatuetas, jóias e medalhões, conservados nas residências de uma elite de senhores, prelados, nobres e mesmo mercadores. No entanto, o autor nos adverte que essa classificação pôde ser contestada desde a invenção da imprensa, que possibilitou maior divulgação das imagens sacras em

todos os meios sociais, mas, mesmo assim, ressalta que essa metodologia pode nos auxiliar nos estudos sobre a difusão e aceitação das imagens como instrumento de propagação religiosa. (GINZBURG, 1989, p. 119-141)

O estudo do mundo das artes pressupõe o conhecimento das condições históricas em que essa ou aquela manifestação artística foi produzida. Torna-se importante estudar a sua “cor local” – forma regional em que transparecem as subjetividades – como a tipologia na arquitetura, certas soluções e opções artísticas que determinado grupo de artistas e artífices colocaram em prática. Como exemplo, pode-se mencionar o necessário conhecimento prévio para o estudo da arte escultórica. A destinação das esculturas, determinada pela encomenda, era fator marcante em suas características, mesmo porque a invocação das imagens deveria ser facilmente reconhecível, independente de seus aspectos técnicos e estilísticos.

Muitos artistas e oficiais mecânicos ocupavam-se da manutenção do culto divino, construindo e ornamentando templos com trabalhos de escultura, talha e pintura, bem como da construção de andores e cenários efêmeros para as celebrações religiosas. Eles estavam a serviço de uma arte que tinha o objetivo de encantar e entorpecer os espectadores com o brilho do ouro, o requinte dos tecidos e todo o seu apuro ornamental. Ao lado deles, laboraram oficiais mecânicos ligados às atividades de sobrevivência: *alimentar* (agricultores, padeiros, criadores de gado, vendedores de

carne); *vestir* (alfaiates, costureiras, rendeiras, sapateiros); *morar* (pedreiros, carpinteiros, carapinas, marceneiros, ensambladores); e *trabalhar* (agricultura, criação de gado, ofícios mecânicos).

Posto isto, retorna-se à questão inicial, pensar as vilas e arraiais mineiros no século XVIII e suas respectivas sedes, ou seja, o que poderíamos chamar de “núcleos urbanos”, pressupõe uma análise mais acurada dos elementos

constitutivos desta *cor local* composta por homens livres, libertos e escravos. Todos estes conviveram, amistosamente ou não, em um mesmo espaço, território este hierarquizado, estamental e escravista, desempenharam funções várias: atividades administrativas, religiosas, artísticas e artesanais, sendo estas últimas obrigatoriamente ligadas à manutenção da vida cidadina constituída a partir de finais do século XVII mineiro.

Referências

Fontes manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DO OURO (AHMO) – Sabará / Minas Gerais

- Livro de registro de testamentos, 1811.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU) – Lisboa / Portugal

- Caixa 114, Doc. 8 (microfilme).

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM) – Belo Horizonte / Minas Gerais

- Fundo CMOP 10 (Posturas, 1720-1826).

- Fundo CC: 2027. Pagamento da capitação referente aos 1º e 2º semestres de 1746, com registro de multas.

BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES (BAT) – Diamantina / Minas Gerais

- Inventário e testamento de João Vieira Martins.

- Testamento de José Soares de Araújo.

Fontes impressas

ACTAS da Câmara Municipal de Vila Rica. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 49, p. 245, 1927.

CÓDICE Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América... [1749]. Organizado por Luciano Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. 2 v.

COELHO, José J. Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. [1780]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia. Por Dom Sebastião Monteyro da Vide, 1707. São Paulo: Dois de Dezembro, 1853.

Bibliografia

ALVES, Rosana de Figueiredo. *A venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Sabará: pompa barroca, manifestações artísticas e as cerimônias da Semana Santa (século XVIII a meados do século XIX)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

ANASTASIA, Carla Maria Junho; LEMOS, Carmem Silvia; JULIÃO, Letícia. Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. *Oficina do Inconfidência*, Ouro Preto, ano 1, p. 17-132, dez. 1999.

ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época moderna. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes (Org.). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005, p. 31- 62.

ASSUMPTÃO, Livia Romanelli d'. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 9, p. 130-140, 1989.

ÁVILA, Affonso (Org.). Minas Gerais: monumentos históricos e artísticos. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 16, 1995.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

BAZIN, Germain. *A arte religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. v. 1.

BOXER, Charles R. Conselheiros municipais e irmãos de caridade. In: *O império marítimo português*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 286-308.

BRESCIANNI, Maria Stella. História e historiografia das cidades: um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 237-258.

_____. Lógica e dissonância, sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 11, p. 7-44, 1985/1986.

BURKE, Peter. A cidade pré-industrial como um centro de informação e comunicação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 193-203, 1995.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Aspectos da vida pessoal, familiar e artística de Manoel da Costa Ataíde. In: CAMPOS, Adalgisa Arantes (Org.). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005, p. 64-82.

DIAS, Renato da Silva. *Para a glória de Deus, e do rei? Política, religião e escravidão nas Minas do Ouro (1693-1745)*. Belo Horizonte, 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e Siècle)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

_____. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: TERMO de Mariana: história e documentação. Mariana: UFOP, 1998, p. 27-66.

GINZBURG, Carlo. Arte italiana. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 5-93.

_____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Ticiano, Ovídio e os códigos da figuração erótica no século XVI. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 119-141.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: *Raízes do Brasil*. 25 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993, p. 61-100.

IPHAN. Patrimônio urbano: a construção de um conceito. In: *Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados*. Brasília: Senado Federal, 2007, p. 145-147.

_____. Referências historiográficas sobre o estudo das cidades brasileiras. In: *Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados*. Brasília: Senado Federal, 2007, p. 149-156.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. *Escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEMOS, Carlos. No Brasil a coexistência do Maneirismo e do Barroco até o advento do Neoclássico Histórico. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 15, 1990/1992.

LIBBY, Douglas Cole. Demografia e escravidão. *LPH: Revista de História*, Mariana, v. 3, n. 1, p. 267-294, 1992.

_____. Habilidades, artífices e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Junia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 57-73.

_____; PAIVA, Clotilde Andrade. *Alforrias e forros em uma freguesia escravista: São José D'El Rei em 1795*. (mimeo).

MARAVALL, José Antonio. Uma cultura urbana. In: *A cultura do barroco*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 187-215.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

MENESES, José Newton. Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz, Carlos. (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1, p. 377-399.

MIRANDA, Selma Melo. Uma cidade, uma praça e muitas histórias: o Largo do Rosário da Vila Real do Sabará. *Revista do IAC* (Instituto de Artes e Cultura), Ouro Preto: UFOP, v. 2, n. 1, p. 24-37, 1994.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz, Carlos. (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1, p. 55-85.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. Entre Douro e Minho e Minas Gerais no século XVIII: relações artísticas. In: *Labirintos e nós: imagem ibérica em terras da América*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial, 1999, p. 147-179.

PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da história de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 185-202.

- _____. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1992, p. 163-175.
- RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. Gainesville: The University of Florida, 1972.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1968.
- _____. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 15, p. 229-236, 1990/1992.
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI: Região. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986. v. 8, p. 396-487.
- RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris: Galimard, 1997.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, v. 55, n. 109, p. 25-79, jan./mar. 1977.
- _____. *Fidalgos e filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1500-1755*. Brasília: Ed. da UNB, 1981.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Os agregados: uma tipologia ao fim do Período Colonial (1780-1830). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 159-168, dez. 1981.
- SILVA, Leonardo Viana. Redescobrimo as cidades mineiras oitocentistas. *Anais do VII Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1995, p. 109-133.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. Alguns aspectos da arquitetura na segunda metade do século XVIII no Brasil. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 15, 1990/1992.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura colonial mineira. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 10, p. 7-26, 1987/1989.
- _____. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VASCONCELOS, Salomão de. Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1940.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais setecentista: outeiros do sagrado e do profano. In: TERMO de Mariana: história e documentação. Mariana: Editora da UFOP, 1998, p. 67-85.

A REVOLTA DOS SOLDADOS NA BAHIA EM 1728

Gefferson Ramos Rodrigues¹

Resumo

Em 1728 soldados do Terço Velho e Terço Novo se rebelaram na Bahia contra o Ouvidor Geral do Crime acusado de punir com muito rigor os delitos que cometiam. Neste artigo serão examinadas a forma como atuaram e as suas reivindicações. Normalmente, as revoltas ocorridas nesse período são apresentadas como movimentos desordenados e sem objetivos. Procura-se argumentar, neste trabalho que os soldados que se rebelaram em Salvador, apesar de duramente reprimidos, tiveram uma atuação política e apresentaram as suas demandas de maneira clara e contundente.

Palavras-chave

Soldados; Revolta; Política.

Abstract

In 1728 soldiers of the Infantry Unit Old and New rebelled against Bahia in the Crime General Magistrate accused of punishing very tightly crimes they committed. This article will examine how and acted their claims. Usually the revolts that occurred during this period are presented as disorderly movements and aimless. Search argue in this work that the soldiers who rebelled in Salvador, despite harshly repressed, had a political action and made their demands clear and forceful way.

Keywords

Soldiers; Revolt; Politic.

Quando a culpa me degrada
Não pretendo mais temer
Antes quero ir morrer
*Arcabuzado*²

Primeiras palavras

Quando os soldados se rebelaram na Bahia em 1728, de alguma maneira, eles estavam calcados em certa tradição. Em 1638 revoltaram-se em razão dos soldados atrasados e pelo mesmo motivo em 1688. No século XVIII, em meio ao motim do maneta em 1711, quando o governador tentou reprimir o tumulto, acabou desistindo depois que as tropas aderiram ao protesto. (RUY, 1953, p. 101; PITA, 1976; COSTA, 1958, p. 111-118) Os tumultos normalmente ocorreriam em momentos adversos para Portugal e eles não podem ser plenamente compreendidos sem se conhecer previamente o contexto em que estavam inseridos, a forma em que estavam organizadas as tropas na colônia e a sua composição social. Estes temas serão tratados antes de se abordar a revolta propriamente dita. O estudo das rebeliões militares ainda se reveste de especial importância por se tratar de uma das expressões mais marcantes dos chamados "homens livres" em revolta, já que os soldados eram em sua maior parte homens de baixa condição social. Neste artigo procura-se argumentar, que apesar da dura repressão que sofreram, eles tiveram uma atuação política e apresentaram as suas reivindicações de maneira objetiva.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestre e Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: geffersonramos@gmail.com

² Quadras em despedida do presídio de Fernando de Noronha por dois soldados pernambucanos autores de um levante militar. s/d. ARQUIVO DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. E Cx 18, Doc. 0976.

Uma conjuntura crítica

A revolta protagonizada pelos soldados na Bahia em 1728 se insere em uma conjuntura política extremamente delicada para Portugal. Seu envolvimento na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713), ao se posicionar contra as pretensões francesas ao trono espanhol, fez com que a América fosse constantemente assediada por piratas e corsários franceses. O resultado disso foi o lançamento de impostos para custear a defesa e um considerável número de revoltas. Na primeira metade do século XVIII os movimentos de protesto estiveram especialmente concentrados e para se referir a apenas algumas delas, nesse momento ocorreram: a "Guerra dos Emboabas" na região das Minas (1707-1709), "Guerra dos Mascates" em Pernambuco (1710-1711), motins do Maneta na Bahia (1711), a revolta de Vila Rica na então Capitania de São Paulo e Minas do ouro (1720) e, por fim, novamente na Bahia, o motim dos soldados em 1728. (SOUZA, 2002, p. 461)

Economicamente a situação da Bahia não era das melhores. A Guerra de Sucessão Espanhola criou uma situação de grande insegurança no comércio marítimo internacional e com isso os preços do açúcar sofreram constantes variações. Logo após o estabelecimento da paz na Europa com o Tratado de Utrecht (1713-1715), o açúcar atingiu uma boa cotação, mas foi por pouco tempo e, na década de 1720, o preço do produto estava mais uma vez em declínio, interrompido apenas por um ou outro fator conjuntural nos últimos anos da década de 1730. A

tendência de queda persistiu nos anos 1740. Para agravar esse quadro, a descoberta de ouro no interior da América fez com que aumentasse consideravelmente a demanda por mão de obra escrava nas áreas de mineração, produtos manufaturados e gêneros alimentícios, aumentando a tendência inflacionária. (SCHWARTZ, 1988, p. 166)

Organização e composição das tropas

As condições econômicas desfavoráveis traziam consequências para os soldados, já que o pagamento dos seus magros soldos ficava a cargo da Coroa, enquanto que fardas e farinhas estavam sob a responsabilidade da Câmara Municipal. (ARAÚJO, 2008, p. 304-305) Estes encargos, essenciais para a boa manutenção das tropas, eram satisfeitos com dificuldades. Fardas e as farinhas eram custeadas com as rendas auferidas dos contratos e, em Salvador, a partir do contrato dos vinhos, que os contratadores sempre atrasavam repercutindo pessimamente entre os homens de farda. (FIGUEIREDO, 1996, p. 76-77)

Na colônia, eles estavam divididos em: tropa regular (paga ou de 1ª linha), tropa de auxiliares (milícias ou de 2ª linha) e tropa de ordenanças (irregulares ou de 3ª linha). A primeira delas, que será tratada neste trabalho, constituía uma força permanente e era quase sempre formada por reinóis; a rigor, somente brancos poderiam fazer parte, mas na colônia era relativamente comum que indivíduos de outra cor a integrassem. (PRADO

JÚNIOR, 1981, p. 310)³ Diferente das demais, a tropa regular recebia soldo, fardamento, armamento, farinha, capim, cavalos e assistência no hospital. (COTTA, 2010, p. 41)

Cada corpo militar (seja de tropas regulares, auxiliares ou de ordenanças) era composto por terços que, por sua vez, compreendiam 10 companhias de 250 soldados, divididos em 10 esquadras de 25 homens. (SALGADO, 1985, p. 100-101) Criado em Portugal em 1618 (sob inspiração dos "tercios" espanhóis) durante a união entre Portugal e Espanha, período em que a organização militar portuguesa passou por significativa reordenação. Era o terço da armada real, "um corpo de marinheiros destinado a trabalhar nos barcos e a servir nas colônias." (SCHWARTZ, 2002, p. 317) No Brasil esse sistema foi introduzido na Bahia em 1626, após a expulsão dos holandeses. Cinco anos depois foi formado outro terço e, para se diferenciar do primeiro, foi chamado Terço Novo. Essas eram as duas tropas pagas que existiram na Bahia no século XVII (SCHWARTZ, 2002, p. 318) e assim permaneceu até meados do século XVIII, quando os terços foram transformados em regimentos. (MIRALES, 1900, v. 22)

As tropas eram muito mal administradas, as condições de trabalho eram péssimas, os baixos soldos eram pagos sempre em atraso e ainda havia a obrigação de se dedicar exclusivamente àquela função. (SILVA, 2000, p. 115; KOSTER, 1942, p. 390-391) Todas essas condições tornavam o serviço militar muito pouco atrativo e para compor as tropas a Coroa não via outra saída a não ser lançar mão de

violentos recrutamentos. Eram eles mamelucos, pardos, cafuzos, entre outros (KOSTER, 1942, p. 378), a maior parte saía sempre das camadas mais baixas da sociedade (SILVA, 2000, p. 115), indivíduos indesejáveis socialmente. (SILVA, 2000, p. 104) O comportamento dos soldados contribuía para que a sociedade formasse mau conceito sobre eles: "Si buscas um nombre para referir-te a um tirano, a un blasfemo, a um asesino, a um ladrón, a un saqueador, a un desflorador, a un opressor, llámale simplemente *soldado*", dizia em 1578 um escritor irlandês que também foi soldado. (PARKER, 1990, p. 30) Suas difíceis condições de vida dos soldados foram constatadas em diversas partes da América a partir de vários observadores. Na Bahia, no início do século XIX, Thomas Lindley, assim os descreveu,

Os vários destacamentos da artilharia real existentes no forte são o mais andrajoso conjunto de seres humanos honrados com o nome de soldados que vi até agora. (...) Esses soldados são principalmente meninos ou meras sombras de homens, não havendo nunca, em vinte deles, mais de cinco aptos; acham-se todos debilitados pela sujeira, pela doença e pela preguiça. São de todas as cores, desde o branco europeu ao mais escuro mulato brasileiro. Impressiona-me não a miséria, mas como podem sobreviver, sustentando-se apenas de bananas e farinha, e comendo dois ou três peixes pequenos de vez em quando, pois o soldo não lhes permite melhor passadio. (LINDLEY, 1969, p. 80-81)

Diante dessas condições era comum que os soldados praticassem pequenos delitos que ora eram tolerados, ora rigorosamente

³ A tropa de auxiliares, apesar de não ser remunerada, tinha recrutamento obrigatório, feito a partir das freguesias e com base nas categorias sociais da população. As ordenanças, eram constituídas por todo o restante da população masculina (entre os 18 e 60 anos) e que, evidentemente, não estivesse nas demais tropas. Era uma força meramente local e não podia ser deslocada para fora de seu lugar de origem. Para integra-la não havia recrutamento, apenas se fazia uma listagem dos moradores, pois toda a população, a partir dos critérios estabelecidos, poderia fazer parte. Faziam exercícios militares com certa regularidade e eram convocadas apenas quando houvesse necessidade, caso de ameaça externa, ou convulsão interna. In: PRADO JÚNIOR, 1981, p. 312.

punidos. Ainda no final do século XVIII o professor de grego Luis dos Santos Vilhena dizia que na Bahia muitos estavam convencidos de que por mais delitos que cometessem “nenhum jamais chega à última pena, seja qual for o seu delito” (VILHENA, 1969), ou então, como indicou José Joaquim da Rocha em Minas Gerais nessa mesma época, eles experimentavam “os rigorosos castigos que lhes impunham pelas faltas”. (ROCHA, 1995) Esta foi uma causa frequente das rebeliões militares e elas eram motivadas principalmente pela precariedade do abastecimento das tropas, falta de fardamentos, atraso no pagamento dos soldos, entre outros motivos. Na Europa também não era muito diferente. Em Flandres, no final do século XVI e começo do século XVII, alta no preço dos alimentos, atraso no pagamento dos soldos – e não propriamente no valor deles –

estiveram na gênese de diversas revoltas de soldados. (PARKER, 1973, p. 50) Na América, quando se rebelavam suas reivindicações costumavam ser rapidamente atendidas, no todo ou em parte, normalmente acompanhadas de um perdão geral. Este, no entanto, poucas vezes foi respeitado e os representantes do poder geralmente reprimiram os amotinados violentamente com prisões, degredos e castigos exemplares. Em um rápido levantamento, num quadro que não se pretende completo, apenas no período de 1688 a 1742 ocorreram 7 rebeliões (ver quadro a seguir). Todas elas tinham causas comuns quanto às motivações, encaminhamentos e formas de repressão. Alguns desses elementos foram reunidos nas ruas de Salvador pouco antes de se encerrar a segunda década do setecentos.

Revoltas militares no Brasil (1688-1742)

Revolta	Data	Local	Composição social	Motivações	Encaminhamento	Resultados	Fonte
Motim do Terço Velho e Terço Novo	21 a 24 de outubro de 1688	Salvador - Bahia	Soldados. Oficiais acusados de omissão	Atraso no pagamento das farinhas e 9 meses de soldos atrasados	Reivindicação de pagamentos atrasados e solicitação de perdão geral	Concessão de perdão e pagamento dos soldos. Saldo de 22 mortos; novo governador não respeita perdão, prende e degreda soldados; alguns fogem	1
Soldados da Infantaria	1706	São Luis - Maranhão	Soldados	2 anos de soldos atrasados	-	Realização de devassa, prisão dos Almojarifes, responsabilizados pelos atrasos	2
Levante dos Soldados Artilheiros	1715?	Fortaleza de Morro de São Paulo - Bahia	Soldados	Desobediência	Envio do Mestre de Campo e repressão.	Envio de lideranças para Salvador, julgados e castigados	3
Companhias de Infantaria	Outubro de 1717	San Tos	Infantaria	5 anos sem receber fardas	Invasão da casa do Provedor e sequestro de seu filho	Fornecimentos das fardas aos soldados	4
Levante das tropas de Recife e Olinda	1723	Per Nam Buco	Soldados	Soldos atrasados	Pagamento dos soldos atrasados e concessão de perdão pelo governador	Anulação do perdão e desterro dos soldados pelo novo governador	5
Motim do Terço Velho e Terço Novo	10 e 11 de maio de 1728	Salvador - Bahia	Soldados dos Terço Velho e Terço Novo com o consentimento de seus oficiais	Contra o Ouvidor acusado de punir crimes com muito rigor; não fazer guarda no Pelourinho ou	Reunião na Casa da Pólvora, marchas pelas ruas da cidade, solicitação de perdão geral e liberdade aos	Prisão dos soldados, abertura de devassa, punição com degredo e pena capital aos cabeças	6

				nas cadeias; liberdade a soldados presos, entre outras	soldados		
Revolta dos Dragões	5 de janeiro a 20 de março de 1742	Rio Grande	Soldados com apoio da população local	Várias reivindicações, as principais em relação a 20 meses de soldados atrasados, falta de fardamentos, alimentação precária, maus tratos, ofensas, promessas não cumpridas	Ocupação da praça de guerra, eleição de oficiais entre os rebeldes, ameaça de passar para o domínio espanhol e solicitação de perdão	Concessão de perdão, pagamento da terça parte dos soldos, fornecimento de fardas e farinhas, transferência de oficiais acusados de maus tratos	7

Fonte: **1**-PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Prefácio e notas de Pedro Calmon. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. São Paulo: USP, 1976, p. 57. **2**-IHGB, Arq. 1.1.10, fl. 115-115v. **3**-IHGB, DL 865.1, fl. 77. **4**-DH, v. 1, p. 49-51. **5**-COSTA, A. F. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 1701-1739. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. v. 5, p. 326. **6**-IHGB, DL 865.1, fl. 65-71v. **7**-DH, v. 94, p. 92-97; ALVES, Francisco das Neves. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo César. *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2010, p. 33-51.

Obs: O quadro foi elaborado a partir de: HOBBSAWM, Eric J.; RUDÉ, George. *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra no início do século XIX*. Trad. Marco Antonio Pamplona e Maria Luiza da Silva Pinto. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982, p. 310; CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" (1693-1737)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, p. 390.

A revolta

Nos dias 10 e 11 de maio de 1728, em Salvador, parte dos soldados do Terço Velho e Terço Novo se rebelaram contra a nomeação de André Ferreira Lobato Lobo como Ouvidor Geral do Crime. Lobato Lobo era acusado de punir rigorosamente os pequenos crimes que eles cometiam e de ter ordenado a prisão de vários soldados⁴. Cerca de 300 homens se reuniram na Casa da Pólvora onde estava armazenada a munição⁵, não sem razão, mesmo local escolhido pelos soldados do Terço Velho quando se rebelaram em 1688⁶.

Diante das circunstâncias o Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses, Conde de Sabugosa, deu ordens para que os Mestres de Campo João de Araujo e Azevedo e João dos Santos Ala (acompanhados de mais alguns oficiais) fossem

averiguar o que se passava, já que eram os soldados de seus respectivos Terços – o Terço Velho e o Terço Novo – que se rebelaram⁷. Tão logo recebeu as ordens, João dos Santos antecipou o seu Sargento Antonio Nunes Dragão para observa-los, mas este não seria tratado da mesma forma que o seu mandatário. Santos Ala partiria um pouco mais tarde com mais dois soldados e outro oficial de seu Terço, o Sargento Domingos Francisco, que estava de guarda no Palácio. Quando entraram na rua Tingui, que dava acesso ao local onde todos estavam amotinados, o Mestre de Campo ordenou a Domingos Francisco chamar o Sargento de guarda na Casa da Pólvora (membro do seu Terço, a propósito), momento em que saiu uma partida de soldados rebeldes e o fizeram se retirar. Os amotinados questionaram o Sargento Antonio

Nunes Dragão – também membro daquela comitiva – que respondeu estarem todos em nome do seu Mestre de Campo. Os soldados pediram então que todos se retirassem e se aproximasse João dos Santos. O Mestre de Campo foi até eles e, num indicativo de desorganização, “dizendo-lhe o que queriam, começaram quase todos a dar vozes altas, a que lhes disse que falasse um para que nos entendêssemos”. O oficial argumentou que o Vice-rei faria tudo o que considerasse justo e com ele concordou o Cabo de esquadra, rebelde, da Companhia do Capitão Thomas Rodrigues Banhos, chamado Antonio Pereira, por alcunha, “o barriga de areia”⁸. Neste primeiro contato, já estaria esboçada uma conduta que se verificaria ao longo dos dois dias do protesto: as condições para tentar dissuadir conflito seriam inteiramente ditadas pelos soldados.

Enquanto os oficiais tentavam acomodar a revolta o Vice-rei, que se encontrava numa quinta convalescendo de umas sangrias, encaminhou-se ainda no dia 10 de maio para o Palácio do governo. Ali se reuniu com todas as autoridades competentes em longas discussões em busca de uma saída pacífica para a crise.

As tentativas de colocar fim ao protesto se arrastaram até tarde e ainda naquela noite os amotinados disseram aos Mestres de Campo João de Araujo e João dos Santos que, pelo avançar da hora, não tratariam mais do assunto, mas somente na manhã seguinte⁹. Mais uma vez, os soldados determinaram condições para tentar acabar com a revolta.

Aquele dia, contudo, não se encerraria sem que novos acontecimentos se sucedessem. Após se retirarem para a Casa da Pólvora, às 2 horas da manhã, os soldados destacaram vários soldados para patrulharem a cidade “dando vozes que morresse o Ouvidor do Crime e todas as justiças e viesse o seu Mestre de Campo” – neste caso João de Araujo e Azevedo. Na mesma ocasião os soldados do Terço Velho surpreenderam aqueles que não se incorporaram ao protesto; neste caso, parte do Terço Novo, os do Corpo da Guarda da Praia, os das portas do Carmo e de São Bento¹⁰ tentando tira-los à força de seus quarteis e leva-los para o Campo da Pólvora. Tudo fora feito com muita violência, ferindo-se os que resistiram, registrando-se com isso as primeiras baixas dos protestos. Providencias foram tomadas reforçando-se os soldados do Corpo da Praia e aumentando-se a vigilância sobre a casa do Ouvidor-geral. Muitos foram compelidos a participar da revolta, mas alguns resistiram tenazmente demonstrando fidelidade aos seus superiores. Num episódio, um sentinela que estava de guarda no pelourinho recusou-se terminantemente a integrar os grupos sediciosos. Depois da tentativa de convencê-lo, disse que só sairia dali em pedaços e mesmo agredido a coronhadas permaneceu firme em seu posto¹¹.

No início do protesto, além de reivindicarem a saída André Ferreira como Ouvidor Geral do Crime, fizeram várias outras que, posteriormente, iriam se ampliar ainda mais:

⁴ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fls. 65-71v, citação fl. 66v. Nessa extensa carta o Vice-rei procura se justificar perante o rei sobre sua questionável conduta na repressão a revolta narrando com detalhes os acontecimentos. O documento, fundamental para a compreensão do protesto, foi publicado em: Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia do Coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. Anotador Dr. Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925, v. II, p. 161-167, nota 65 e, intercalado por alguns comentários em: COSTA, 1958, p. 119-136.

⁵ A Casa da Pólvora ficava inicialmente no Forte de São Bento, mas durante o governo de Roque da Costa Barreto (1678-1682), foi transferida para o Campo do Desterro, que posteriormente passou a ser chamado Campo da Casa da Pólvora, ou simplesmente Campo da Pólvora. Cf.: CAMPOS, 1940, p. 265.

⁶ Sobre a revolta de 1688, ver: PITA, 1976; COSTA, 1958, p. 111-118; PUNTONI, 2012, p. 271-274.

não queriam por seu auditor [o Ouvidor], e que havia de mandar soltar os que estivessem presos à sua ordem, perdoando-lhes as suas culpas, não sendo pertencentes a Fazenda Real, os furtos, e que, sem um perdão em nome de Vossa Majestade se não sujeitariam, sacrificando todos a vida no lugar em que se achavam;¹²

No dia 11 de maio às seis horas da manhã todas as autoridades se reuniram novamente. Os Mestres de Campo dos Terços amotinados foram enviados – mais uma vez – ao Campo da Pólvora para dizer que o governo perdoaria “tão atrevida culpa”. Ao retornarem, João de Araujo argumentou que eles estavam sem propósitos e além de algumas das reivindicações anteriores, fizeram outras: pediam a entrega dos processos de suas culpas¹³ para serem queimados e ainda queriam nomear os desembargadores para serem seus Auditores no Cível e no Crime¹⁴.

Vasco Fernandes respondeu “apaixonado”, ou seja, furioso, pois “semelhante atrevimento senão tinha visto no mundo”. O Vice-rei ficou estupefato e ainda possesso de raiva “disse que semelhantes interrogatórios senão aceitavam nem se propunham a um general...”. Todavia, acabou concedendo-lhes o perdão e recomendou ao Mestre de Campo fazer de todo o possível para se recolherem aos quartéis, mas não teve êxito, e os soldados “estavam tumultuosos pior que nunca”. Eles reafirmavam suas demandas e se não fossem atendidas, não “moviam dali se não feitos em pedaços”¹⁵.

Solidariedades

As negociações para contornar a situação ainda se estenderam por todo o dia 11, sem muitos avanços. Outro episódio, ocorrido na madrugada desse dia, marcaria mais uma tentativa de dissuadir o protesto, mas dessa vez houve a oportunidade dos rebeldes ouvirem e serem ouvidos. Depois de retornar para a quinta onde estava de repouso e enquanto esperava pelos Mestres de Campo e oficiais que convocou, o Vice-rei deslocou um destacamento de 20 homens com um Cabo de esquadra granadeiro para ficar na porta do Trem da Artilharia, próximo de onde estavam os amotinados. Nessa mesma ocasião, ordenou ainda a um Sargento que chamasse os soldados rebeldes, mas sem sucesso. Porém, quando foi o próprio Vice-rei que assumiu diretamente a tentativa de aproximação e apareceu na porta “acendendo-lhes com a mão”, “vieram logo e cinco ou seis passos, antes de chegarem a mim, se puseram de joelhos e abaixaram as armas;”¹⁶

perguntei-lhes a que vinham, e quem os tinha mandado, responderam me que a ordem era do Corpo inteiro, e que vinham a impedir que se não usasse da porta do Trem: mandei-os encostar as armas em pouca distância da minha; mas porque que os visse entendesse que eu tinha aquela guarda para defesa dela não tendo nunca mais que quatro soldados, e um sargento quando ali residia lhes disse que estavam na sua liberdade que se fosse para donde quisessem tomando a resolução que lhes fosse mais proveitosa; marcharam para o mesmo Campo onde encontraram já outro destacamento de quarenta homens cobertos por um cabo de esquadra cabeça do tumulto com a notícia de que estavam

⁷ Carta que Sua Excelência Vasco Fernandes Cesar de Meneses escreveu ao Mestre de Campo João de Araujo e Azevedo sobre os soldados do seu Terço amotinados. Bahia, 10 de maio de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 71v-72.

⁸ Certidão passada por João dos Santos Ala. IHGB, DL 865.1. Bahia, 25 de junho de 1728, fls. 83-84v.

⁹ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses, Conde de Sabugosa, ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 67.

¹⁰ A designação “portas de São Bento” para se referir ao forte de São Bento relacionava-se ao fato das duas portas que limitavam o corredor que ligava o núcleo central da fortificação às áreas extramuros. Sobre o forte de São Bento ver: CAMPOS, 1940, p. 262-265.

¹¹ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 67-67v.

¹² Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses, Conde de Sabugosa, ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 66v.

surpreendidos, e voltaram todos para a parte donde tinham saído;¹⁷

Vale notar no diálogo estabelecido, quando o Vice-rei interpelou os soldados sobre quem os enviou – certamente no intuito de identificar algum líder da sedição – eles responderam “que a ordem era do Corpo inteiro”, demonstrando uma coesão entre os rebeldes, ou o que foi definido como “solidariedade corporativa”. (PARKER, 1973, p. 43) Ao longo dos tumultos não foram registradas grandes divisões internas entre eles o que parece ser próprio das rebeliões militares, diferente das revoltas que contavam com uma composição social mais diversificada e apresentam alto grau de dissensão.

Os soldados apresentavam, assim, maior solidariedade. Outro exemplo disso pode ser verificado na “Revolta dos Dragões” no extremo sul da América em 1742. Quando estourou a revolta foram logo tomadas todas as iniciativas para sufocar o levante reforçando-se a guarda do Porto, deslocando oficiais e soldados para a praça das armas e reunindo paisanos armados. Todas essas medidas se revelaram inúteis, pois os responsáveis para abafar o movimento acabaram se unindo aos seus companheiros. (ALVES, 2010, p. 36) De modo semelhante, algumas décadas mais tarde, no ano de 1773, em Pernambuco, o Capitão João Rodrigues de Sousa¹⁸ armou sua Companhia para livrar da cadeia um soldado seu que ia ser castigado – ao seu ver, injustamente – por ordem do governador Manuel da Cunha Menezes. Diante daquela ofensiva, o governador ordenou que as outras Companhias os atacassem, mas elas acabaram se unindo aos amotinados

e Cunha Menezes, sem saída, acabou entregando o soldado. (GAMA, 1849, v. 4, p. 354-356; COSTA, 1959, v. 5, p. 302-302)

No caso da Bahia, certamente contribuía para a coesão entre os soldados a própria existência da Irmandade dos Soldados do Terço Velho¹⁹. Uma fradaria, que tinha características semelhantes às Irmandades, chegou a ser criada por um ex-militar do terço dos Henriques em Recife em meados do século XVIII. (RAMINELLI, 2011, p. 387-421)

Reivindicações

Ao longo do protesto, a concessão do perdão também era uma demanda importante na pauta de reivindicações dos soldados. Diante das pressões que sofria, o Vice-rei acabou concedendo. João de Araujo e João dos Santos foram então até o Campo da Pólvora para lhes entregarem, mas tiveram de voltar; os soldados não se deram por satisfeitos e o queriam mais amplo, segundo opinião do Vice-rei “envolvendo novas condições, inexplicavelmente escandalosas”. Eles aceitariam o indulto, mas desde que publicado ao som de caixas e com a assinatura de várias autoridades, especialmente a do Arcebispo. Para conseguir a rubrica de uma das maiores autoridades eclesiásticas de toda a colônia, eles destacaram 50 homens que percorreram as ruas da cidade até a sua casa obrigando-o, com violência, a assinar²⁰. Idêntico procedimento tiveram os soldados do Terço Velho em 1688 quando solicitaram um perdão geral assinado por

¹³ Certidão passada pelo Ajudante de Tenente Francisco Xavier da Costa. Bahia, 26 de junho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 80v.

¹⁴ Eles queriam o Chanceler Luis Machado de Barros como Auditor do crime e o Desembargador Francisco de Santa Barbara no nível. Sobre eles, ver: SCHWARTZ, 2011, p. 359; 374.

¹⁵ Certidão passada pelo Ajudante de Tenente Francisco Xavier da Costa. Bahia, 26 de junho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 81.

¹⁶ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 67v.

¹⁷ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 67v-68.

¹⁸ O Capitão João Rodrigues de Sousa era natural de Pernambuco e tinha por alcunha “o capitão-bicho” ou “o capitão-diabo” devido aos maus tratos que dispensava aos maus soldados, mas também era conhecido por sua docilidade aos bons homens de sua tropa.

governador arcebispo, desembargadores e prelados. (PITA, 1976)

As reivindicações dos soldados em 1728 ganharam todo o apoio do Mestre de Campo João de Araujo e Azevedo que para persuadir o Vice-rei citou como exemplo uma situação semelhante ocorrida na Europa – sem precisar de qual se tratava – em que soldados levantados fizeram três reivindicações às autoridades, mas demorando a atendê-las, vieram a lhe conceder vinte e nove²¹. Ele estava com a razão. Isso se comprovou num papel que lhe foi entregue, “Pedimos mais”, para levar às mãos do Vice-rei. O documento consolidou todas as reivindicações dos soldados e elas foram muito além das alegações feitas inicialmente. Nesse importante documento, que registra por escrito as reivindicações dos rebeldes, os soldados disseram que não queriam fazer sentinelas no Pelourinho, na porta do Ouvidor do Crime nem do Cível, nem nas cadeias – o que era obrigação dos carcereiros e seus sequazes, segundo diziam. Ficariam de guarda somente na porta do Chanceler a quem queriam por Auditor. Pediam ainda que do Cruzeiro da Palma para cima não fosse nenhum oficial de justiça fazer diligências a soldado algum, a não ser por expressa ordem do Vice-rei e qualquer uma que lhes fossem impostas, deveria ser feita por oficial determinado e não por um qualquer. Não queriam ficar presos no calabouço das portas de São Pedro, mas sim no das portas de São Bento, “como era estatuto antigo”²². Por fim, reiterando algumas reivindicações, queriam o perdão em nome de Sua

Majestade, assinado por Ministros e por todos quantos fossem necessários, devendo passar pela chancelaria onde receberia o selo, e publicado ao som de caixas. O perdão era para ser geral a todos os soldados que cometeram crimes e emitido pelo Ouvidor do Cível, o Desembargador Francisco de Santa Barbara²³. O documento com as reivindicações se encerrava de maneira categórica mostrando, mais uma vez, que eles não estavam dispostos a ceder em nenhum ponto: “e os nossos Irmãos que estão presos assim soldados como o capitão e Alferes queremos que venham logo para este posto em que estamos e sem isto feito nos não tiramos daqui de donde estamos se não feitos em pedaços.”²⁴

Embora não fosse com a mesma contundência os Dragões no sul da América também redigiram suas queixas às autoridades conforme ficou expresso no documento “Registro de representação”²⁵. Na Bahia, as exigências dos soldados foram atendidas, mas eles não se recolheram aos quarteis, como era esperado. Sob o comando de João dos Santos Ala, “na testa daquele corpo”, saíram em comemoração pelas ruas da cidade, o que mereceu a reprovação do Vice-rei:

mandei-lhe dizer que aquela ação não era gloriosa, para praticar com os seus soldados aquilo mesmo que houvesse de conceder-lhes, tendo conseguido diferentes progressos, que haviam de marchar sem caixa, nem forma, e com as armas baixas, o que assim executou.

Ainda assim, de maneira mais comedida, eles continuaram pelas

¹⁹ Em 1731 era o seu Prioste o Capitão Hyeronimo Castanheda de Vasconcelos. AHU_ACL_CU_005, Cx. 32, D. 2936. Para um exemplo de dissidência interna em revolta, ver: RODRIGUES, 2009, p. 154-156.

²⁰ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 68v.

²¹ Certidão passada por João dos Santos Ala. IHGB, DL 865.1. Bahia, 25 de junho de 1728, fl. 84.

²² A designação “portas de São Bento” para se referir ao forte de São Bento relacionava-se ao fato das duas portas que limitavam o corredor que ligava o núcleo central da fortificação às áreas extramuros. Sobre o forte de São Bento, ver: CAMPOS, 1940, p. 262-265.

²³ Os soldados rebeldes referiam-se especificamente ao caso de José de Souza Ribeiro filho de Luis de Souza, a quem não foi possível identificar nem a que causa o seu nome estava relacionado. Pedimos mais. IHGB, DL 865.1, fl. 79-79v.

²⁴ Pedimos mais. IHGB, DL 865.1, fl. 79-79v.

ruas e conforme a detalhada narrativa do Vice-rei, "assim que chegou defronte da minha porta levantou a voz dizendo – Viva El Rei –"²⁶. E "Dando alguns passos", o Mestre de Campo João dos Santos Ala,

os mandou pôr as armas às costas de retirada, acompanhando-os até a sua Capela de Nossa Senhora do Rosário que fica junto aos quarteis, onde rezaram a Salve Rainha em ação de graças da vitória que tinham alcançado; e depois os despediu, lançando-lhes uma benção...²⁷

Depois de acomodada a revolta, os soldados ficaram com receio de que o Vice-rei lhes preparasse uma punição violenta. Enquanto isso certo Manuel da Silva, granadeiro que exerceu papel de liderança no motim e foi nomeado porta voz dos amotinados, tentava lhes acalmar²⁸. Manuel da Silva guardava consigo o indulto que lhes foi concedido e dizia aos demais que pudessem confiar e ter fé no perdão. Disse ele "em uma conversação semelhante no corpo da guarda se resolver a dizer que El Rei não faltava a ninguém, e que se faltasse podiam eles, também faltar, e ainda que João Gonçalves o Castelhana o respondi o que devia se catarão os mais". Não se conhece o conteúdo do que falou João Gonçalves, "Castelhana", mas sabe-se que todos concordaram com a sua fala. Não sem razão João Gonçalves também foi um dos eleitos cabeça do motim²⁹.

Entre a punição e o perdão

Aqueles que eram os principais responsáveis para colocar fim a revolta terminaram acusados

de condescendência com os amotinados. O Vice-rei criticou duramente os Mestres de Campo em razão de terem aceitado sem nenhum tipo de objeção a proposta que os soldados fizeram e lhe remeteram por escrito. As acusações de cumplicidade eram sempre maiores em relação a João de Araujo que insistiu para que as reivindicações fossem aceitas. O seu posicionamento foi veementemente condenado, não sem alguma ironia: "não pude escusar-me de lhe estranhar que fosse procurador dos seus soldados em o caso que era mais próprio às suas obrigações, servir-lhes de verdugo", disse o Vice-rei³⁰. Depois que Sabugosa aceitou as exigências dos rebeldes, o Mestre de Campo João dos Santos lhe deu os parabéns por ter conseguido a acomodação dos soldados "sem desassossego e insultos que costumam suceder em semelhantes casos", congratulação que não foi muito bem aceita.

respondi-lhe o que me pereceu merecia a sua sinceridade, ou a sua malícia, mas que ele devia participar igualmente de todo o sentimento, e escusar-se ao menos por comprimento de ser Mestre de Campo de uns soldados rebeldes, infames, desobedientes, e mal disciplinados...³¹

Os soldados, de fato, estavam cobertos de razão em temer uma punição violenta por parte do Vice-rei após o encerramento do protesto. Como não tinha como contê-los, nem reprimi-los, Vasco Fernandes armou um plano ardiloso. Conforme narra: "me vali da indústria de fingir que tivera, por uma embarcação das ilhas, cartas dessa Corte, em que se me assegurava que na Europa estava

²⁵ Para um estudo recente sobre a revolta dos Dragões: ALVES, 2010, p. 33-51. O protesto ainda foi tema de grande mitificação por certa historiografia gaúcha do começo do século XX. Para uma visão crítica em relação a isso, ver: ALVES, 2000, p. 1-15.

²⁶ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 68v.

²⁷ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 68v. No parecer que emitiu sobre a revolta, Manuel Fernandes Vargas se confunde ao dizer que foi o Mestre de Campo João de Araujo e Azevedo que deu bênçãos aos soldados e acompanhou-os até a residência do Vice-rei. Parecer de Manuel Fernandes Vargas sobre a sublevação das tropas da Bahia. AHU_ACL_CU_005, Cx. 33, D. 3001, Documento 4.

²⁸ Manuel da Silva era granadeiro da Companhia do Mestre de Campo João dos Santos Ala mas, não se sabe por que motivo, foi transferido para a Companhia do Mestre de Campo João de Araujo e Azevedo.

preparada uma esquadra para passar a nossa América." O Vice-rei, aproveitou-se desse pretexto mandando municiar as fortalezas. Após saber quais eram alguns dos cabeças da sublevação, dividiu o Terço Velho em destacamentos deslocando-os para as fortalezas³² e alguns outros postos, enquanto outros acabaram conduzidos para pontos estratégicos da cidade. Depois de já se encontrarem nos locais planejados, surpreendeu todos ao mesmo tempo, sendo desarmados e aprisionados. Após essa operação os cabeças da sedição foram remetidos para as cadeias e os demais, após três dias, colocados em liberdade, mas mantendo-os sempre desarmados³³.

Em outros termos, o governador geral não respeitou o perdão, o que era até mesmo uma praxe³⁴. Na maior parte dos casos, os soldados não eram convencidos pela astúcia política ou dissimilação de governantes, mas sim enganados. Literalmente. O indulto era concedido somente até eles baixarem a guarda. Foi assim na Bahia em 1688 e em 1728, mas também em Pernambuco no ano de 1723 e em Santos, 1718, eles não foram castigados porque o rei só soube do protesto depois de um ano do acontecido. Raras foram as ocasiões em que a concessão do perdão era respeitada como na revolta dos Dragões no sul, ou então se ia a raiz do problema punindo os responsáveis pelo atraso nos pagamentos e não os soldados como ocorreu no Maranhão em 1706.

Na Bahia, soldados foram julgados pelo Tribunal da Relação; alguns foram condenados, outros acabaram absolvidos³⁵. Esta sorte

não teve o cabo de esquadra Antonio Pereira e o soldado Anastácio Pereira condenados à morte por terem feito conventiculos sobre a sedição. No fim das contas, apenas estes dois foram sentenciados com a pena capital. Antonio Pereira foi justificado à porta do Quartel em que estava sentado praça,

onde se lhe armou uma forca, dividindo-se lhe o corpo em quartos, separando-se a cabeça, que ficou posta na mesma forca com um quarto, e os três se puseram nas Portas de São Bento, do Carmo e no Corpo da Guarda da Praia, lugares em que se tinham surpreendido as guarnições.³⁶

A execução de Anastacio Pereira também foi detalhadamente relatada:

e como... tinha sido sócio do primeiro justificado se lhe dividiu também o corpo em quartos que se puseram nas mesmas partes, e para que nas forcas não sucedesse o mesmo que tinham já prevenido mandei ficasse de guarda a elas outro destacamento, e adverti aos oficiais Generais que depois de feita inteiramente aquela execução desfilasse o primeiro corpo junto as forças, e desocupado o terreno o ganhasse os mais fazendo a mesma operação, e se retirassem para os seus quartéis; e entendi que devia mandar assistir a estas execuções todos os oficiais, e Tropas pagas para que participassem daquela demonstração já que tinham também visto o escandaloso delito que deu ocasião a ela.³⁷

Vasco Fernandes cuidou pessoalmente das execuções dos réus fazendo com que todos assistissem a elas,

mandei que se formasse o mesmo Terço Velho com os seus oficiais desarmado todo na frente da forca para melhor ver aquela execução:

213

²⁹ Carta do Mestre de Campo João de Araújo e Azevedo ao Vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses. Fortaleza de Morro de São Paulo, 18 de junho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 76v.

³⁰ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 68.

³¹ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 68v.

³² Foram conduzidos para as fortalezas de Santo Antonio da Barra, Santa Maria, São Diogo, São Pedro, Santo Antonio além do Carmo, Barbalho e nos Corpos de guardas de Palácio, Portas de São Bento, Portas do Carmo e Praia. Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 69v.

³³ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 69v.

porque a travessura de alguns revestida em piedade não estragasse o evento na vista daqueles objetos fiz com que ficasse uma Esquadra de guarda a eles rolando por todo o Terço até segunda ordem: feita essa diligencia mandei se puxasse imediatamente pelo dito Terço, e se formasse junto as forcas que se achavam na casa da pólvora com a frente e fundo que o Sítio permitisse: os Artilheiros com os seus oficiais tomaram a mesma seguindo-se a eles, e logo a guarnição das duas Fragatas de guerra, e na retaguarda destes corpos o Terço novo, e continuando a marcha dos mais réus o Ouvidor geral da Comarca e do Juiz de Fora justiça e vinte aparadeiros em duas alas para facilitarem o transito das ruas a respeito da muita gente que havia nelas, se fizeram as mais execuções ficando as cabeças nas forcas;³⁸

As execuções e penas aplicadas aos soldados renderiam a Sabugosa uma dura reprimenda do Conselho Ultramarino em Lisboa, mas sem lhe trazer maiores consequências, pois permaneceu no cargo até 1735.

Algumas considerações

As autoridades condenaram o movimento pela falta de propósitos e pela desorganização. Nos momentos iniciais do protesto os soldados mudavam constantemente de opinião, ora faziam um tipo de reivindicação, ora outra, segundo diziam. Em uma das tentativas de negociação, todos eles falavam simultaneamente o que pode indicar a falta de organização. Além dos mais, ao longo dos tumultos saíram pelas ruas da cidade realizando insultos, promovendo recrutamentos forçados, o que ocorreu com muita

violência. Esse conjunto de ações parece confirmar a impressão das autoridades. Contudo, o exame detalhado do protesto, vê-se logo que eles chegaram formalizar suas reivindicações por escrito para ser entregue ao Vice-rei. Suas demandas, de fato, acabaram indo muito além do protesto contra o Ouvidor do Crime que os castigava severamente. As reivindicações consolidadas no documento "Pedimos mais" refletiam a expectativa por melhores condições de trabalho, a submissão a autoridades mais dignas com os seus anseios. Além do mais, quando solicitaram o perdão demonstraram conhecimento da política e dos trâmites burocráticos para que ele fosse realmente efetivado, exigindo assinatura de autoridades e a sua publicação, aspecto relevante considerando suas origens sociais modestas e as dificuldades de acesso a instrução.

Como era típico das revoltas do período, os rebeldes preservavam a autoridade régia, mas voltavam-se contra os seus representantes. Neste caso, deve-se fazer uma ressalva importante, mesmo que não seja uma tendência geral. Os soldados na Bahia chegaram a confrontar a figura régia ao considerarem que poderiam faltar ao rei, caso o rei também lhes faltasse com aquilo que consideravam legítimo, o que era grave para os padrões daquela sociedade onde o rei era invariavelmente preservado. Assim, um dos traços mais marcantes da ação dos soldados é a radicalização, em parte explicada pela posse das armas. Ao se rebelarem sabiam que estariam seriamente expostos a última pena, já que por lei eram

³⁴ Para uma discussão sobre a política de concessão de perdão durante as revoltas, ver: CASTRO, 2012, p. 247-248.

³⁵ Carta do chanceler da Relação do estado do Brasil Luís Machado de Barros ao rei [D. João V] informando sobre as pessoas que foram consideradas culpadas na devassa que se tirou do levante dos soldados feito em 10 de Maio de 1728. Bahia, 24 de Agosto de 1730. AHU_ACL_CU_005, Cx. 37, D. 3394.

³⁶ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 71.

³⁷ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 71-71v.

³⁸ Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses ao Rei D. João V sobre o tumulto do Terço Velho da guarnição desta Praça e procedimentos que com ele teve. Bahia, 13 de julho de 1728. IHGB, DL 865.1, fl. 71.

proibidos de se revoltarem. Os soldados que empunharam armas contra os seus superiores nas estreitas ruas da capital da América portuguesa nos dias 10 e 11 de maio de 1728 tiveram absoluta consciência de suas atitudes. Preferiam morrer

arcabuzados, como nos versos dos soldados pernambucanos em epígrafe, ou serem feitos em pedaços na Bahia. Estavam dispostos e de fato deram a vida por aquilo que acreditavam.

Referências

Fontes manuscritas

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB) – Rio de Janeiro
DL 865.1. Correspondências e documentos diversos. 1728

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU) – Lisboa, Portugal

AHU_ACL_CU_005, Cx. 32, D. 2936.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 33, D. 3001.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 37, D. 3394.

Fontes impressas

COSTA, A. F. Pereira da. *Anais pernambucanos*. 1740-1794. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953, v. 5.

GAMA, Fernandes. *Memórias históricas da província de Pernambuco*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1849. v. 4.

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução e notas Luiz da Camara Cascudo. São Paulo: Nacional, 1942.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. Trad. Thomaz Newlands Neto. São Paulo: Nacional, 1969.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Prefácio e notas de Pedro Calmon. São Paulo: Edusp, 1976.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Coordenação de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Itapuã, 1969.

Bibliografia

ALVES, Francisco das Neves. Brasilidade X platinidade: a construção historiográfica acerca das revolução sul-rio-grandenses. *Anais das Primeiras Jornadas Internacionais de História Regional Comparada*. Porto Alegre: FEE-RS/PUCRS, 2000, p. 1-15.

_____. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2010, p. 33-51.

ARAÚJO, Emanuel. *Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade colonial*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2008.

CAMPOS, J. da Silva. *Fortificações da Baía*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" (1693-1737)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, João Henrique Ferreira. *A repressão à Revolta de Vila Rica de 1720: perdão e punição sob a ótica da justiça no Império Ultramarino Português*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COSTA, Luiz Monteiro da. *Na Bahia colonial*. Salvador: Progresso, 1958.

COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*. (Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761). São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

HOBBSAWM, Eric J.; RUDÉ, George. *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra no início do século XIX*. Trad. Marco Antonio Pamplona e Maria Luiza da Silva Pinto. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

MIRALES, José de. História militar do Brasil. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1900, v. 22.

PARKER, Geoffrey. Mutiny and discontent in the Spanish Army of Flanders 1572-1607. *Past & Present*, n. 58, 1973.

_____; PARKER, Angela. *Los soldados europeos entre 1550 y 1650*. Madrid: Akal, 1990.

PRADO JÚNNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PUNTONI, Pedro. O "Mal do Estado Brásílico": A Bahia na crise final do século XVII. In: CARRARA, Angelo Alves; SANTIRÓ, Ernst Sánchez (Coord.). *Guerra y fiscalidad en la Iberoamérica colonial (siglos XVII-XIX)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; México, DF: Instituto Mora, 2012, p. 271-274.

RAMINELLI, Ronald. Fradaria dos Henriques: conflitos e mobilidade social de pretos no Recife. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes et alii. (Org). *Raízes do privilégio: hierarquias sociais no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 387-421.

RODRIGUES, Gefferson Ramos. *No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América portuguesa, Minas Gerais – 1736*. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade de Salvador*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1953.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Uma nota acerca da organização militar portuguesa e brasileira. In: SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (Org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes de Sierra (Bahia, 1676)*. Trad. Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Kalina Wanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. Motines, revueltas y revoluciones en la América portuguesa de los siglos XVII- XVIII. In: TANDETER, Enrique (Org.) *História general de América Latina*. Madrid: Ediciones UNESCO; Editorial Trott, 2002. v. 5.

CIENTISTAS E VIAJANTES NO INTERIOR PAULISTA: A EXPLORAÇÃO DO VALE DO RIO PARANAPANEMA PELA COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA

Eduardo Giavara¹

Resumo

Em 1886, a recém-criada Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo empreendeu uma viagem pelos rios Itapetininga e Paranapanema. Comandada por Theodoro Sampaio e mais 11 homens, a missão tinha o objetivo de averiguar a navegabilidade dos rios e descrever, mesurar e quantificar os recursos naturais. Nessa viagem deparou-se com uma região povoada de imigrantes e indígenas, com uma economia regida pela agricultura de subsistência, o comércio de parques que eram transitados e um emaranhado de caminhos e picadas que ligavam cidades e vilas. Não obstante, os estudos científicos classificaram os antigos "terrenos desconhecidos" como uma região vazia, reduto de caboclos, caipiras e índios, desprovidos de recursos e meios de comunicação e inseridos em confrontos violentos com a posse da terra. De tal modo que emergiu dos relatórios científicos uma terra de prosperidade, porém permeada pela violência, pela ignorância e carente de uma economia mais dinâmica, de um modelo de civilização e do poder do Estado.

Palavras-chave

Viajantes; Rio Paranapanema; História da Ciência; Indígena, Civilização.

Abstract

In 1886, the newly created Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo undertook a journey through the rivers Itapetininga and Paranapanema. Commanded by Theodoro Sampaio and

11 men, the mission goal was to determine the navigability of rivers and what natural and economic resources could be used in the growth of state's economy. On this trip he came upon an area populated by immigrants and natives, with an economy governed by subsistence farming and messy trails and crosscuts joining towns and villages. However, scientific studies classified the old "unknown lands" as an empty region, a refuge of small farmers, deprived of resources and media and inserted into violent showdowns with the Indians for land. Therefore emerged in the eyes of the paulista elite a land of prosperity, but permeated by violence, ignorance and in need of a more dynamic economy, a model of civilization and state power.

Keywords

Travelers; River Paranapanema; History of Science; Indigenous; Civilization.

Por volta de 1889, a lavoura cafeeira tinha um peso expressivo na pauta de exportação, para além de ser o principal produto também levou ao redesenho da geopolítica nacional, deslocando o eixo das decisões econômicas e políticas da região nordeste para a região sudeste. Talvez, no mesmo período a economia cafeeira viveu um dos mais importantes momentos, marcada pelo fim da escravidão, o declínio das lavouras na região do Vale do Paraíba e do sul do Estado do Rio de Janeiro e, principalmente, pela expansão de novas áreas de cultivo no oeste paulista. Ainda podemos somar a esses novos tempos o fluxo migratório que compôs um novo cenário da mão de obra nacional. Segundo Iracy G. Salles (1986, p. 34) essa "expansão da economia cafeeira durante a segunda metade do século XIX está intrinsecamente

¹ Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Assis. Professor Adjunto do curso de História da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), câmpus de Ituiutaba. E-mail: giavara@yahoo.com.br

ligada ao desenvolvimento histórico de reprodução e ampliação do capital”, fenômeno que proporcionou a criação de uma economia de espectro nacional com relações com mercado internacional.

O avanço para o oeste paulista combinou o trabalho livre do imigrante, a expansão ferroviária e abertura de terras de excelente qualidade, esses foram elementos que conferiu à cafeicultura um período de prosperidade, formando no interior paulista uma extensa rede de cidades que avançaram rumo ao oeste. O advento da Revolução Industrial irradiava ares de modernidade e imprimia novas relações, orientada pelo progresso e o pensamento liberal, os quais se inseriam de forma capilar na emergente sociedade republicana. A ideia de progresso que nutria essa elite cafeeira se consubstanciava em um avanço da cultura europeia, do conhecimento científico e tecnológico, a fim de procurar reverter terras em dividendos financeiros e políticos. As instituições científicas como o Instituto Agrônomo de Campinas, criado em 1887, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1894, a Comissão Geográfica e Geológica, criada em 1886, tinham o papel de fundamentação de um discurso científico que pudesse dar condições de desenvolvimento da sociedade impondo normas e regras e, o mais importante, abrir o “caminho” do Progresso e da Civilização. (SALLES, 1986, p. 136)

Ao se voltar para o oeste paulista a cafeicultura se configurou em uma poderosa empresa agrícola, marcada pelo dinamismo e a

voracidade por novas terras, de tal forma que se instala nas áreas de fronteira uma tensão permanente entre índios, caipira e os fazendeiros que disputavam por novos espaços para cafeicultura. Nesse contexto, as instituições científicas garantiram o cabedal discursivo para que qualificava os territórios paulistas como “despovoados”, “desertos”, quando se identificava algum tipo de população se classificava como “vadios”, “caipiras”, “caboclos” que exauriam a terra e depredavam a natureza, quando índios era necessário considerá-los violentos e deveriam ser resguardados em aldeamentos ou quando resistiam deviam ser eliminados.

Parte desse projeto de reconhecimento do estado de São Paulo foi desempenhada pela Comissão Geográfica e Geológica, a qual teve sobre seus cuidados o reconhecimento dos rios Itapetininga e Paranapanema, em 1886, posteriormente, entre 1905 a 1907, foram realizadas expedições no Rio do Peixe, no Rio Paraná, no Rio Tietê, no Rio Feio e Aguapeí. Os trabalhos da Comissão resultaram em um amplo estudo topográfico que permitiu ao governo (re)conhecer as fronteiras, as condições de povoamento, as terras devolutas e, principalmente, ordenar um amplo projeto civilizador que tinha como foco a consolidação da elite cafeeira como condutora desse processo. Segundo Tamas Szmrecsányi,

as instituições de pesquisa, as quais, em última análise, configuram a interface das relações entre ciência e sociedade. A subordinação e organização administrativas dessas entidades, os recursos materiais e

humanos colocados à sua disposição, objetos instrumentos que pautam a sua atuação, constituem todos importantes fatores condicionantes do desenvolvimento da investigação científica praticada em termos sistemáticos. (SZMRECSÁNYI, 1985, p. 169)

Para tanto, a proposta deste artigo é fazer uma análise da viagem de exploração empreendida pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo aos rios Itapetininga e Paranapanema, em 1886, observando como ela interpretou e estruturou o discurso acerca da área de fronteira do Vale do Rio Paranapanema, observando suas tensões entre os vários grupos sociais, o papel que a economia cafeeira desempenhou nos mercados fronteiriços e quais as relações estabelecidas de consumo local. Entendo que o papel desempenhado pelos membros viajantes da Comissão era o mesmo dos que se embrenhavam pelo interior do país em busca de descrever e classificar o mundo natural e na condição de "estrangeiro" ele "tinha condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana do habitante", consequentemente, "tornasse um observador alerta e privilegiado do grupo visitado" (MOREIRA, 1997, p. 9-10).

Da criação da Comissão Geográfica e Geológica a viagem pelos Rios Itapetininga e Paranapanema

Em 1886, o conselheiro João Alfredo de Oliveira Corrêa, em consonância com as necessidades econômicas e políticas e aos desafios

interpostos de expansão da fronteira agrícola, propõe a criação de uma comissão responsável pelo mapeamento do território, procurando aprofundar o conhecimento sobre as características geográficas e geológicas, sobre os recursos naturais disponíveis e sobre as potenciais vias de transporte para a expansão da agricultura de exportação. Assim, o Conselheiro solicitou ao americano Orville A. Derby a elaboração de uma proposta para compor uma comissão científica. Ao apresentar sua proposta aos deputados paulistas na Assembleia legislativa, o Conselheiro elogiava os avanços prodigiosos obtidos nas últimas décadas pela província, mas ressaltava que ainda havia muito a fazer, pois "é justamente nessa parte mais desconhecida da província onde a qualidade das terras se ostenta na sua maior uberdade". (Apud. FIGUERÔA, 1988, p. 47)

Em outros momentos, a necessidade de se explorar os extremos da província é alinhada aos interesses internacionais, pois a natureza passa a ter um aspecto valorativo ao ser referenciada como "riqueza"; assim, imbuído de uma visão utilitarista, o conselheiro João Alfredo "acreditava que era preciso realizar um inventário que pudesse dar *valor* às riquezas naturais". (Apud. FIGUERÔA, 1988, p. 47)

Segundo Silvia Figuerôa, a formação da Comissão foi norteada por três características fundamentais: em primeiro lugar, existia a certeza por parte da elite agrícola de que as terras do oeste paulista eram uma região de vastos "mananciais" de riqueza e

prosperidade para a agricultura de exportação; depois, havia a urgência de um plano de ocupação do Estado, expandindo as áreas agricultáveis e a infraestrutura viária para que a região fosse viabilizada economicamente; e, por último, havia a certeza depositada no cientificismo como instrumento da modernização. (FIGUERÔA, 1995, p. 164)

Instituída a Comissão, no dia 27 de março de 1886, a primeira medida tomada foi a organização de uma viagem à região do Vale do Paranapanema, o que ocorreu num período muito breve - dia 22 de maio - pelo jovem engenheiro Theodoro Sampaio, que saiu da cidade de Itapetininga, com uma expedição que percorreu 1.321 km durante quatro meses e cinco dias, pelos rios Itapetininga e Paranapanema. A empreitada contou com a construção de dois batelões, a participação dos engenheiros Francisco de Paula Oliveira e João Frederico Washington e mais 11 homens para ajudar na transposição dos barcos e na navegação¹. (SAMPAIO, 1978, p. 108) Segundo os apontamentos de Theodoro Sampaio é possível perceber que a viagem procurou apontar as condições do aproveitamento fluvial do rio Paranapanema, a demarcação das terras devolutas, e, por fim, apresentar a sociedade paulista um estudo detalhado dos recursos e potencialidades econômicas do Vale do Paranapanema.

A viagem foi marcada por uma série de contratempos como transposição das cachoeiras, falta de recursos, principalmente a dificuldade de aquisição de alimentos

e o perigo do embate com os indígenas. (SAMPAIO, 1978, p. 108) Apesar dessas dificuldades, a expedição conseguiu produzir excelentes resultados e atingiu seus objetivos. Foi produzido um relatório geográfico e geológico, contendo a planta geral dos rios Itapetininga e Paranapanema e mais 25 cartas detalhadas, com informações dos seus principais afluentes e vazões. Outro documento são as *Considerações Geographicas e Economicas sobre o Vale do Rio Paranapanema*, produzido por Theodoro Sampaio, que contemplou o estudo das principais características climatológicas e topográficas, expôs as condições de "ocupação das terras do sertão", o embate com o indígena, as condições de produção e comércio, as condições das vias de comunicação, e por fim, estudou as populações indígenas e a distribuição étnica no vale, pesquisa que lhe propiciou coletar os primeiros apontamentos sobre os estudos linguísticos do tupi, que posteriormente resultou na obra *Tupi na geografia Nacional*.

Foi justamente nesses relatórios que se materializou a perspectiva construída acerca da região, dos grupos sociais e das tensões desenvolvidas pelos grupos sociais, Theodoro Sampaio ao escrever deixou registrada sua perspectiva da realidade a partir do mundo urbano em contraposição ao atrasado. Trouxe à tona uma realidade distinta, caracterizou a região como *locus* distante das normas e regras da civilização, as terras devolutas e a violência entre indígenas e brancos.

A construção da geografia regional

Segundo Theodoro Sampaio, o Vale do Paranapanema compreendia um território que abrangia as porções paranaense e paulista, e totalizava 109.000 km², estendendo-se desde a Serra do Mar, rumo ao oeste, até desaguar no Rio Paraná. Porém, ele estudou somente a parte do território paulista – aproximadamente 27.400 km², quase um quarto do território – cujas características eram muito distintas, tanto geológica quanto socialmente. O povoamento da região se estendia por quase toda a área estudada e somente na jusante da cidade de Salto Grande os povoadores tornavam-se mais escassos, predominando uma ocupação de agricultores com pequenas roças de subsistência e índios.

Por baixo do Salto Grande pode-se considerar a região como quase desconhecida; raros comerciantes, que na época das enchentes animam-se a descer o rio, alguns caçadores que se embrenham nas matas em longas excursões de passatempo, são os únicos visitantes desta região que o Paranapanema atravessa nesta parte inferior de seu curso. (SAMPAIO, 1978, p. 114)

Além do propósito de exploração, a viagem tinha a preocupação de analisar a navegabilidade do rio. Com isso, uma melhor caracterização do referido espaço tornou-se imperativa, por isso Teodoro Sampaio propôs a divisão do Rio Paranapanema em cinco setores, cujos parâmetros de classificação foram aos fenômenos geográficos do rio, desde a sua nascente até a foz,

conforme segue: 1º Das cabeceiras até a Barra do Gareí; 2º do Guareí á Cachoeira do Jurimirim; 3º do Jurimirim ao Salto Grande; 4º do Salto Grande a Barra do Tibaji; 5º do Tibaji a Foz do Paraná.

O primeiro e o segundo blocos corresponderiam aos trechos mais acidentados, fato que impossibilitaria a navegação; o terceiro seria de acidentes geográficos acentuados, mas com a possibilidade de obras para superar os desníveis do rio. Abaixo do Salto Grande a possibilidade de navegação só seria viável a partir da Barra do Rio Tibaji, onde o rio é relativamente calmo e com poucas corredeiras que poderiam ser transpostas com maior facilidade e baixo custo.

Durante alguns anos, cogitou-se a possibilidade de se fazer uma ferrovia que pudesse ser integrada com a navegação fluvial, chegando até Salto Grande e interligando-se com um sistema de navegação fluvial envolvendo os rios Paranapanema, Paraná e Ivinhema, atingindo a Vila de Miranda, no Estado do Mato Grosso. (SAMPAIO, 1890, p. 38) Depois de alguns anos, analisando os apontamentos feitos pela CGG, a Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) decidiu pelo abandono da navegação e a ferrovia avançou pelo espigão entre os rios Paranapanema e Peixe.

Da mesma forma, a CGG realizou a classificação do território regional em três ambientes com formações geográficas e geológicas distintas, dividindo-o da seguinte forma;

Cerca de metade desse território consiste em **campos**, a porção média adjacente, ao curso do rio e abrangendo a zona mais baixa, dos principais afluentes é a **região da**

mata, a cordilheira marítima nas cabeceiras, a serra do Espírito Santo, a da Fartura, a de Botucatu, a dos Agudos, e a de todo espigão divisor dos Vales do Paranapanema e Tietê são as **terras altas**. (SAMPAIO, 1890, p. 5)

Naquele momento, a elaboração de um subzoneamento seria importante para que a região fosse apresentada de forma sistemática, a fim de que se pudesse construir um panorama mais eficaz sobre a ocupação do solo e delinear as características físicas e as potencialidades naturais a serem desenvolvidas.

A região encontrada por Teodoro Sampaio e sua equipe ainda era uma paisagem com flora e fauna muito ricas, características que contribuíram para uma análise mais apurada do meio ambiente. O primeiro domínio geográfico descrito por T. Sampaio é a *Região da Mata*, extensiva por quase toda a Bacia do Paranapanema, correspondente quase a um terço de todo o vale, com a qual ele teve mais contato. A formação geológica dessa região é composta por basalto, espécie de rocha derivada de erupções vulcânicas e cuja decomposição deu origem a uma terra de cor avermelhada, popularmente conhecida como "terra roxa", que atinge quase toda a bacia do Rio Paranapanema, alguns afluentes e toda a planície paranaense.

A "terra roxa", de excelentes qualidades agrícolas, tem um solo argiloso propício à retenção da água e de nutrientes, elementos importantes para que este domínio tivesse florestas majestosas com troncos espessos. A excelente qualidade da terra e a densa

vegetação proporcionaram a formação de uma camada de húmus, suficientemente rica para que os primeiros agricultores não precisassem dispensar maiores cuidados com no manejo da terra. Segundo Theodoro Sampaio "o solo é riquíssimo" e a

a mata virgem oferece aos conhecedores da boa terra os indícios mais inconcussos da sua superioridade: a *figueira branca* com raízes colossais, o *pau d'álho*, a *peroba* com grossos troncos linheiros, a *cabriúva*, o *cedro*, a *chimbuva*, *guarahitá*, o *jataí*, *jacarandá* são aí árvores gigantescas. (SAMPAIO, 1890, p. 13)

Do lado paranaense, a formação basáltica, também possibilitou que a "terra roxa" proporcionasse o surgimento de florestas de araucária por quase todo o território. Segundo o mesmo relatório, ainda era possível encontrar outras ocorrências geológicas de "terra roxa" nas *terras altas*, aproximadamente entre 600 e 800 metros de altitude. (Id. *ibid.*)

Se por um lado as terras próximas ao leito do rio demonstravam todo esse vigor, por outro a baixa altitude acabava por desestimular as lavouras de café que necessitavam de altitudes maiores por causa das geadas, mas havia a expectativa de que em um futuro próximo essas terras mais baixas seriam uma grande reserva para lavouras de cereais, pois suas qualidades estimulariam os agricultores a diversificarem sua produção agrícola. (SAMPAIO, 1890, p. 14)

Em contraposição à exuberância das matas de galeria, os **campos**, cujas características eram

bem distintas, foram a região mais apreciada pelas frentes pioneiras, a altitude amena afastava o perigo de geada e tornava-se propícia ao cultivo agrícola, em especial o café, à vasta planície, tomada por gramíneas, se ajustava aos interesses da criação de gado e à facilidade de preparo do solo para agricultura.

A região, conhecida também como cerrado devido à vegetação específica do oeste paulista, concentrava um ecossistema diversificado, cuja flora se apresentava de forma gradual, variando do "campo sujo" – com capins rasteiros e arbustos pequenos e esparsos – até o "cerradão" – caracterizado pela presença de árvores de raízes profundas com tronco longos e finos. (AB'SABER, 2003)

As áreas de **campo** nunca foram uma unanimidade quanto às suas qualidades. Na exploração realizada pelo Instituto Agrônomo de Campinas, sob a direção do alemão Franz Dafert, as áreas de **campos** foram classificadas como negativas: solo arenoso, com carências de nutrientes e vegetação rasteira que desestimulavam posições mais otimistas. Segundo Dafert, as "terras do Estado de São Paulo até agora estudadas são, sem exceção, pobres em substâncias nutritivas" e as "propriedades físicas dessas terras deixam reconhecer diferenças grandes, que exigem nos estudos futuros observações especiais nesse sentido". (DAFERT, 1893, p. 105)

Reforçando essa ideia, Edmundo Krug, ao passar próximo a Campos Novos do Paranapanema,

ressaltava que a qualidade arenosa do solo deixava a região muito suscetível a erosões, descreve o fenômeno como uma "formação geológica moderna", e que os resultados desses acidentes têm ocasionado a destruição das cabeceiras dos rios próximos à cidade e cheias além dos limites no rio Paranapanema¹. (KRUG, 1923, p. 442)

Por fim, as **terras altas** seriam aquelas que estariam acima 650 metros e seriam predominantemente compostas pelo solo arenoso. Segundo Sampaio, a principal formação de terras altas se localizava na Serra dos Agudos, divisor de águas entre o rio Paranapanema e rio do Peixe, região de:

encostas ingrimes ou talhadas a pique na vertente do rio do Peixe e que o valle deste rio é montuoso e possui boas terras. Ora ahi temos o mesmo aspecto de todas as terras altas desta parte de S. Paulo, as mesmas camadas de gres em fôrma de paredões como na Fatura, no Botucatu, em Itaquery, e por seguinte a existencia muito provavel de diques e lençoes de rocha erupitiva, de que se origina a afamada terra roxa. É de crer que a altitude seja ahi inferior a das outras chapadas, a que nos tem referido, mais ainda supponho que se acha em horizonte bastante elevado e apto a cultura de café. (SAMPAIO, 1890, p. 20)

Diante dessas classificações, parece claro que os trabalhos realizados pela CGG nortearam-se pela necessidade de se construir a ideia de uma região e, para tanto, se valerem de pressupostos científicos que pudessem sujeitar os recursos naturais às pretensões da economia agrícola exportadora. Esquadrinhar,

medir e classificar os tipos de terra era, antes de tudo, conferir funcionalidade a região, dizer o que poderia ser aproveitado e redimensionado à economia cafeeira. Com isso, o desempenho da Comissão Geográfica e Geológica e o relatório de Theodoro Sampaio fizeram surgir aos olhos da elite agrícola paulista um novo horizonte, caracterizado pela ideia de "Eldorado" ou a "Nova Canaã", que poderia oferecer aos interessados uma terra próspera, fecunda e abundante, regada por rios caudalosos e à espera para ser desbravada.

Entre caipiras, índios e cientistas

Além das cartas topográficas, dos relatórios científicos e contradizendo a ideia de "terrenos desconhecidos" existia no Vale do Paranapanema uma dinâmica própria de colonização iniciada em meados do século XIX e, segundo Sampaio, o fluxo migratório pode ser dividido em dois momentos: o primeiro seria "a ocupação antiga que desceu das cabeceiras, estacionou por muitos anos nas vizinhanças da grande estrada do sul, e se estendeu, já no primeiro quartel deste século, até o rio Pardo e seu afluente Turvo"; o segundo momento seria a "ocupação moderna", ou seja, a área ocupada na direção oeste do rio Turvo, e, segundo suas notas essa:

população que aflui a estes sertões, quase toda oriunda do sul de Minas, donde vem em bando considerável (...); composta toda ela de criadores e agricultores, representando-se por famílias inteiras, transportando-se para essas longínquas paragens com

todos seus haveres, abundancia de gado e de capitais. (SAMPAIO, 1890, p. 22)

Fugindo dos estereótipos cientificistas de sua época, que buscavam classificações raciais, destacava que essa população eram braços importantes para a ocupação da região, aponta a imigração como uma das melhores e vê, nesse sertanejo, traços de coragem, tenacidade, dinamicidade e disposição para a luta diária pela posse da terra.

Aqui vale lembrar que a condição descrita acima sobre o sertanejo nem sempre foi um consenso com outros viajantes que passaram pela região em momentos diferentes. Edmundo Krug e Cornélio Schimdt, personagens notórios dessas viagens, descreveram esse homem interiorano de forma mais pejorativa, acentuando as mazelas e vícios que povoavam a região. Segundo Krug, a região encanta, pois:

O caminho é por vezes lindamente ornamentado com as altas e soberbas matas virgens de ambos os lados, apresentando arvores gigantescas e de um verde tão agradável aos olhos, que o viajante, involuntariamente, percebe que percorre fértil terra, e sente imensamente que estas possantes testemunhas de séculos idos tenham de ceder em breve a arma cortante de um *boçal caboclo* para aí, nesse mesmo lugar ser feita uma rocinha cujo produto não vale a milésima parte do valor existente atualmente. Barbarismo! (KRUG, 1925, p. 420)

No mesmo sentido, Schmidt em uma de suas viagens pelo interior, teceu duros comentários sobre a propriedade do Sr. Manoel Ignácio, próximo à cabeceira do rio

Capivara, ressaltou que a fazenda de aproximadamente 1.800 alqueires era "de cultura excelente e pouco aproveitada", sendo que somente 200 alqueires eram destinados à criação de 150 cabeças de gado e o restante estava coberto de campo e mata, tal situação se devia à "índole vadia" do caipira que não trabalhava e ficava os dias deitado, ou pescando, ou se embrenhava na mata em busca de caça. (SCHIMDT, 1961, p. 429)

De certa forma, esses dois últimos autores seguiram as tendências científicas da época ligadas ao darwinismo social, o qual caracterizava de forma pejorativa a vida do sertanejo e suscitava o uso de termos como "barbárie", "reduto de pobreza", "reduto de homiziados", de "vida lasciva" e de "doenças infecciosas". Portanto, o discurso presente nesses diários e relatórios configura-se uma estratégia do Estado de compor um quadro depreciativo da vida social que pudesse justificar a ocupação de um "território desconhecido", prezando pelo alheamento de tipos como "caipira", o "caboclo", o "sertanejo" ou qualquer outro grupo social que não pudesse ser incorporado aos interesses do "mundo civilizado".

Com isso, o que se lê nas entrelinhas do relatório apresentado por Theodoro Sampaio é um modo de vida singular, com características próprias das zonas de fronteira que se contrapõem à nascente economia agroexportadora do café, que prezava pelos valores da "civildade", da "racionalidade", do "liberalismo" e da "modernidade". Assim, ao se embrenhar pelos rios, depara-se com um universo singular e desconhecido

"quase deserto, uma solidão (...) onde a mata virgem com os seus rumores misteriosos domina por toda a parte". (SAMPAIO, 1978, p. 110) Ao se embrenhar rio abaixo, avista, próximo à vila do Espírito Santo;

alguns pobres casebres de moradores ausentes, pequenas roças de milho, o gado pastando em um pedaço de campo que ahi vem ter á beira d'agua, e ao longe para o nordeste, dominando o valle coberto de mattas, (...) A escassez da população á margem do rio é muito sensível, incutindo a toda hora no espirito esse sentimento de tristeza proprio das regiões desertas. (SAMPAIO, 1890, p. 110)

Esse sentimento de solidão que tomava conta da expedição aumentava com a descida do rio e, quando chegou à vila do Salto Grande do Paranapanema, mais uma vez, era preciso ressaltar as "mazelas da vida caipira", a escassez de alimentos e outros recursos para a continuidade da expedição.

No dia 29 de Julho, após breve demora na foz do rio Pardo, entrámos na grande bacia do Salto Grande. Neste sitio ergue-se agora pequena povoação na margem paulista, destinada a prosperar em vista da sua posição e boa qualidade das terras que a circundam; mas são ainda em pequeno numero os seus habitantes, quasi todos mui pobres, e com pequenas lavouras de cereaes que apenas dão para o consumo local. (...) Por muito procurar, sempre conseguimos ahi alguma polvora e um pouco de farinha por alto preço, e uns poucos generos insufficientes para uma viagem atravez de uma região totalmente deserta e infestada de indios como a que iamos agora percorrer. (SAMPAIO, 1890, p. 110)

Sampaio ainda complementa que abaixo da Vila de Salto Grande "pode-se considerar a região como

quase desconhecida; raros comerciantes, que na época das enchentes animam-se a descer o rio, alguns caçadores que se embrenham nas matas em longas excursões de passatempo” (SAMPAIO, 1978, p. 114) e que a população da região se distribui em uma longa estrada que sai da Vila de Espírito Santo do Turvo e se estende em linha reta rumo ao oeste, até as nascentes do Rio Laranja Doce, e as extensas matas que margeiam o rio Paranapanema, terras que, mesmo sendo posse do sertanejo, continuam sob domínio indígena. (SAMPAIO, 1890, p. 22)

Em contraste com a solidão das regiões próximas, nos **campos**, as povoações vão se formando ao longo dessa estrada que interliga uma rede de pequenos povoados, sítios, fazendas, aguadas, etc., estimulando uma economia própria com características bem distintas da economia exportadora do café. Mesmo diante do imperativo da cafeicultura sobre a economia, o autor ressaltou que a produção de café ocupa uma posição modesta na região e que os principais produtos cultivados eram alimentos como feijão, arroz, batata e mandioca e a criação de gado suíno e bovino. (SAMPAIO, 1890, p. 31)

Desta forma, é possível perceber que a razão da modesta posição do café na economia regional está intimamente ligada à precária rede de transporte da região, inviabilizando maiores projetos de agricultura de exportação. As cidades que detinham grandes volumes de produção de café se localizavam próximas à ferrovia, facilitando o escoamento do produto e, quanto mais se avançava no Vale do

Paranapanema, mais as lavouras eram de subsistência. Ressaltou que a grande economia de fato são os produtos da “indústria pecuária, só quanto ao gado suíno e bovino, apresentam um total de perto de 4.000:000\$000”, aproximadamente o dobro da produção de café, algodão e fumo juntos. (SAMPAIO, 1890, p. 34) Porém, Theodoro não vai além em seus elogios à economia de subsistência da região, pois não via a produção de alimentos com entusiasmo, ressaltando que, para possibilitar a integração no mercado mais dinâmico da economia, a região devia se concentrar na exploração da madeira - recurso abundante - e do algodão - lavoura já explorada com sucesso nos municípios de Itapetininga e Faxina.

No momento de sua viagem pelo Vale, Theodoro observou que a agricultura de subsistência se utilizava métodos tradicionais e sem maiores cuidados com o manejo do solo, por conseguinte, o que ele viu era a derrubada indiscriminada de árvores de importante valor comercial apenas para o cultivo de pequenas roças que mal serviam para sustento próprio ou para a engorda de porcos.

a destruição das matas aqui é feita de um modo bárbaro. Causa indignação, diz ainda o Sr. Pereira Gomes, ver abater-se imensidade de matas da melhor madeira de lei, como cabiúna, canela preta, cabriúva, peroba, angico, sobragi e muitas outras, cujos troncos chegam a 100 palmos de altura e circunferência correspondente, entregar-se tudo à implacável voragem do fogo, para plantar-se 10, 15, 20, 30 e mais alqueires de milho para criar e engordar porcos! Ou senão para plantar capim fino, que em vasta escala constitui as grandes invernadas

de engordar gado! Enfim, aqui pode-se dizer que se derruba uma gigantesca perobeira para em seu lugar se plantar quatro grãos de milho!! Se isso se dá o nome de lavoura, eu não sei o que seja destruição! (SAMPAIO, 1890, p. 34)

Perante os apontamentos realizados por Theodoro Sampaio e, conseqüentemente, pela Comissão Geográfica e Geológica, é possível perceber que a região do Vale do Paranapanema, se configura nesses discursos científicos como região "isolada", "carente", de "extrema pobreza", "ignorância", etc., mas na visão do outro, ou seja, do caipira, se é que possível dizer, existe uma infraestrutura que atende às suas necessidades, os "caminhos" e "picadas" que lhes garantem cotidianamente a sobrevivência e assegura o transporte de mercadorias e serviços, de tal modo, que as necessidades apontadas pela CGG servem, na sua maioria, aos interesses externos; de outra economia, a economia cafeeira.

Os índios do Oeste paulista

Os índios tiveram uma importante participação nos documentos produzidos pela CGG e por Teodoro Sampaio. Em suas memórias sobre a viagem ele aponta que foi nas margens do Paranapanema que conheceu o "índio bravo, homem primitivo, saído das selvas, e que eu examinava em seu aspecto físico, nas suas maneiras no seu natural assustadiço e desconfiado, diante da gente civilizada". (SAMPAIO, 1939, p. 82) Esse contato aproximou-o da dura realidade vivida pelas tribos

índigenas da região, mas, ao mesmo tempo, proporcionou-lhe as primeiras coletas da língua tupi.

O primeiro contato estabelecido pela CGG foram com os índios *caiuás*, uma das grandes três etnias encontradas no vale, os grupos que se espalhavam por toda a região, com características distintas e apresentando, em maior ou menor escala, o contato com o homem branco. O texto *Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Vale do Paranapanema*, escrito por Theodoro Sampaio, é um registro minucioso para a época sobre as condições sociais e demográficas do indígena na região, não dispensando em alguns momentos, uma visão preconceituosa dos mesmos. Segundo o relatório, os índios se dividiam da seguinte forma:

Os coroados e os Cayuás ocupam principalmente as terras entre o rio Ivahy e o Paranapanema, mas passam quasi sempre este ultimo rio para a margem norte, fazem incursões no valle do Rio do Peixe vão mesmo até as margens do Tiete. O Cayuá é mais numeroso e ocupa maior extensão dentro do vale. Os xavantes habitam os campos e raramente aparecem na beira do rio. Estes índios, que parecem proceder de uma raça vencida e emigrada, temem-se tanto dos outros índios como do homem branco que lhe toma as terras. (SAMPAIO, 1890, p. 40)

O contato estabelecido com os imigrantes, nas últimas décadas do século XIX, encontrou forte resistência dos índios que ocupavam a região, segundo Sampaio,

O índio é de fato a maior dificuldade que encontra o povoamento do vale do Paranapanema. Obrigado a fugir sempre diante do colono invasor, que lhe destrói as matas, que lhe

restringe dia por dia, a área das excursões venatórias, o índio, antigo senhor reage como pode, mata e rouba à traição e jamais esquece a vingança e nunca se modera em atrocidades. (SAMPAIO, 1890, p. 22)

Entre os grupos que ofereceram maior resistência, os coroados da etnia caingangue, também chamados de *bugres*, eram considerados de extrema habilidade com a caça e a pesca, ágeis no manuseio e no preparo das flechas. São apresentados como um índio “robusto, entroncado, espadaúdo, de estatura média ou pouco abaixo da média, cabeça grande, rosto largo, com os maxilares muito desenvolvidos, olhos pequenos e vivíssimos” e usam “aparar o cabelo por igual acima das orelhas, dando ao restante do cabelo a forma de coroa”. (SAMPAIO, 1890, p. 40)

A expedição, cautelosa com as condições sociais, registrou as críticas da população em relação ao índio que, para eles, eram apontados como perigosos, cuja presença exigia vigilância constante do homem branco. As investidas sempre eram descritas como eventos sorrateiros e violentos, destruindo pequenas roças e animais utilizados na subsistência, muitas vezes, resultavam em mortes de ambos os lados. Em uma memória em comemoração aos 50 anos da viagem, Sampaio retomou alguns de seus apontamentos e, ao referenciar o índio caingangue, lembrava que era:

Ladrão, audacioso, ronda o homem civilizado até colhe-lo de surpresa e lhe inflingir nas roças o castigo de sua intromissão nas terras de seu domínio. Mata a quanto assim colhe de improviso, para que não fique testemunha do seu crime, nem indicio

algum que possa orientar a desforra do lado branco.

(...)

Si se apoderam de um carro de bois, mortos o carreiro e o guia para lhes tomar as armas e as ferramentas, arrancam toda a ferragem que podem, e para facilitar o trabalho queimam o veículo, reduzindo-o a cinzas. O ferro é o precioso metal que motiva toda essa barbárie da parte dessa gente. (SAMPAIO, 1939, p. 83)

Entre os vários relatos coletados por Sampaio, na tentativa de dimensionar a violência na região, cabe destacar a investida dos índios coroados contra a fazenda de José Theodoro, ato visto como de extrema brutalidade.

Estabelecido no rio Capivara, mataram de uma vez, em 1881, treze pessoas da família entre homens, mulheres e meninos. Os cadáveres foram achados despidos e mutilados de um modo horroroso; uma mulher, ainda moça, foi encontrada espetada em aguda estaca que lhe vinha sair no pescoço. Com a fúria de canibais mataram as crianças despedaçando-lhe o crânio, mataram também os bois do carro, os cavalos, roubaram toda a ferramenta, toda a roupa, arrancaram até as ferragens do carro, as ferraduras dos animais, as guarnições metálicas dos arreios. Foi uma carnificina horrível. (SAMPAIO, 1890, p. 23)

Após ouvir as atrocidades cometidas pelos índios, percebeu que o revide dos colonos acarretava mais prejuízos para as populações locais. Um desses episódios foi narrado pelo Sr. Joaquim Pedro de Figueiredo, no qual descreveu o “caso da morte de seus dois filhos, dos dois escravos” e imbuído da vingança organizou uma expedição para Serra dos Agudos a fim de por fim às atrocidades indígenas, o embate durou 9 horas e

custou a vida de muitos índios. (SAMPAIO, 1890, p. 24)

Anos depois, outros viajantes descreveram a mesma situação de violência, circunstância que levou muita gente a se dedicar ao serviço de matar índios e "muitos indivíduos vangloriavam-se das façanhas praticadas e dos montes de cadáveres que fizeram (...) na sanha de bater o bugre (...) procediam impiedosamente" e a "luta entre coroados e colonizadores durou quarenta anos e só teve fim quando todos os índios foram exterminados". (COBRA, 1923, p. 137-138; 48)

Diante da violência desmedida, muito se falou em uma solução que pudesse conter o extermínio. Sampaio via na religião a solução para o problema, conforme esclarece abaixo:

A catequese é, a nosso ver, a melhor medida para a pacificação destes sertões, onde ha tudo a esperar da energia e tenacidade dos seus atuais povoadores. Esta medida não deve ter em vista, como não pode ter, transformar o silvícola em agente de uma civilização que ele não compreende. Do índio domesticado não licito esperar um operário como o requer a nossa civilização. Amansado ou domesticado pela palavra do missionário, o índio perde toda aquela nobreza selvagem sem ganhar em capacidade ou em grandeza moral; batizados, mas não cristão e simplesmente crédulo, ele arrastará uma vida apática e miserável, como essas plantas em estiolamento por haver mudado de *habitat*. No contacto com a raça mais forte, que o subjuga, ele só tem que perder, pelo efeito dessa lei inflexível e implacável que explica a expansão e o aperfeiçoamento da espécie humana. (SAMPAIO, 1890, p. 25)

Além do caráter ideológico/religioso na explanação é

possível perceber que Sampaio considera negativo o contato do índio com o mundo civilizado, perdendo a sua "nobreza selvagem", e não correspondendo adequadamente às expectativas. O texto ainda inova ao conferir ao trabalho da catequese o caráter racial, acreditando que o contato com homem branco, racialmente superior, conduziria o índio a se subjugar diante da expansão "inflexível e implacável", assim, acrescenta que os aldeamentos é uma medida necessária para "protegê-lo contra o extermínio a que a conquista da terra fatalmente o condena". (SAMPAIO, 1890, p. 25-27)

No entanto, apesar da violência desmedida entre coroados e colonizadores, os caiuás e os xavantes eram índios em sua maioria catequizados e não tinham o hábito da guerra.

Segundo o relatório, os xavantes ocupavam uma extensa faixa de campos e cerrados que se estendia desde a cidade de Avaré até ao afluente do Rebojo. Estes não ofereceram resistência à ação colonizadora e foram exterminados logo nos primeiros anos da instalação da frente pioneira na região. Durante séculos, tiveram os caingangues como inimigos na disputa pelo território, principalmente, por áreas mais abundantes de caça. (RODRIGUES, 2003, p. 120)

Segundo o trabalho Sonia Rodrigues, o estopim para as ações de extermínio da etnia foram em decorrência das primeiras investidas dos xavantes sobre as criações de animais – como bois e cavalos – próximo às cabeceiras do Rio S. Matheus e Jaguaretê. O fato de os

brancos possuem armas mais eficazes e a passividade do xavante foram cruciais no processo de extermínio, sendo que, no ano de 1893, restavam apenas "1 homem, 4 mulheres e 4 crianças". (RODRIGUES, 2003, p. 122)

Segundo o relatório da CGG:

Os Chavantes são índios do campo e vivem exclusivamente do que nelle ha; são de tez escura, quase negra, sujos e mais feios do que os Cayuás. (...) Segundo informam os sertanejos, esses índios se alimentam de cobra, ratos, lagartixa, vermes do chão, bicho de taquara, côco, palmito, etc. fazem as caçadas queimando o campo, pondo-lhe cerco e matando a paulada todo o animal que busca escapar do fogo.

(...)

Nada cultivam e por isso passam vida miserável. Com ferramentas toscas ou pontas de paó, fazem profundas escavações a busca de mel, (...) empregando dias n'um trabalho que lhes não dá comer por alguns instantes. (SAMPAIO, 1890, p. 43)

Segundo os documentos, os índios mais afeitos à presença dos brancos foram os Caiuás, considerados de boa índole e sempre abertos às "benesses da civilização". Tanto que os primeiros habitantes que se aventuravam pela região conseguiram estabelecer contato e trocar os artefatos indígenas por utensílios como ferramentas e roupas. Esses também foram os que mais assentiram nas reduções missionárias; assim, foram reduzidos ao aldeamento de Piraju, à cidade de São Sebastião do Tijuco Preto e também há relatos da presença dos mesmos na colônia militar de São Pedro de Alcântara, há alguns quilômetros adentro do rio Tibaji, afluente do Paranapanema.

O contato com a etnia deu-se na viagem fluvial, próximo ao antigo aldeamento de Santo Inácio, pois eles viviam nas matas marginais e costumemente se dirigiam as ruínas das reduções em busca de laranjas, o grupo encontrado era uma família composta por dois rapazes, duas mulheres, uma menina e duas crianças. (SAMPAIO, 1890, p. 41)

Segundo as observações de Sampaio foi o grupo que mais lhe interessou por ser uma etnia de traços fortes e de "melhor aparência" do que o coroadado, na vida civilizada não gozava de grandes aptidões e a saudade do mundo primitivo parecia que consumir-lhe a todo momento. (SAMPAIO, 1890, p. 41) Acrescenta que "é o índio mais acessível, mais afeito ao contato do homem civilizado". (SAMPAIO, 1939, p. 83) Como índios civilizados cultivam milho, tecem panos da fibra de urtiga, com aparência de um "linho grosso", fabricam vasos de barro com adornamentos e fabricam instrumentos de pesca e caça de precisão. (SAMPAIO, 1890, p. 42)

O esforço em delinear a condição indígena colocava em pauta um dos problemas mais complexos da região - a violência - situação que poderia afastar projetos de imigração, avanço da ferrovia, escoamento de produção, em suma, tudo aquilo importante para o desenvolvimento da economia. Desta forma, a expedição forneceria condições de se mapear a posição dos índios e propor reduções, aldeamentos que dessem conta de abrandar a "barbárie" diante da nova ordem. Longe das propostas humanitárias os aldeamentos

representavam, antes de tudo, o mundo civilizado e a economia liberal.

Nas entrelinhas dos documentos produzidos pela CGG e por Theodoro Sampaio, é possível apreender uma região submersa em intensas mudanças que acarretaram a transformação da paisagem em que a mercantilização das terras e a chegada da ferrovia foram decisivas nesse processo. Ao longo de algumas décadas, os trilhos Estrada de Ferro Sorocabana estimularam ainda mais os conflitos pela posse da terra – os quais fugiram da esfera jurídica e ganharam proporções de extrema violência que se estende até os nossos dias. Imputando à região uma nova configuração.

Anna Maria Martinez Correa, ao estudar a região, percebeu que os limites geográficos do Vale do Paranapanema não eram balizas precisas, mas sim classificações externas impostas por órgãos burocráticos, os quais sempre determinavam as diretrizes da formação regional baseadas nos interesses econômicos e políticos (CORREA, 1988, p. 46-47). No entanto, essas balizas regionais, antes de tudo são delimitadas pelo universo historiográfico, com elementos comuns às histórias de vida, das memórias e relatos de viagem, etc. Gilmar Arruda afirma que “a região não existe a priori, é resultado de uma série de

representações que possuem historicidade”. (ARRUDA, 2000, p. 24). Assim, o que nos interessa são as regiões construídas e reconstruídas, ao longo dos anos, em relatórios, mapas e diários, desse modo, a região analisada nesse trabalho é aquela concebida e vivenciada cotidianamente por cientistas, viajantes e sertanistas que se embrenhavam pelo sertão afora.

Assim, a contribuição da expedição foi colocar o Vale do Paranapanema na órbita econômica da cafeicultura, passando a figurar como uma região a ser desbravada pela “economia cafeeira”. Desse modo, o trabalho da ciência, no final do século XIX, foi de suma importância para que as fronteiras do oeste paulista fossem abertas à exploração. De tal modo que o discurso científico – ancorado nos princípios do positivismo, do determinismo geográfico e do darwinismo social – foi crucial na elaboração da ideia de uma região deserta, violenta, povoada de índios, caboclos e caipiras que subutilizavam a terra com produtos de pouca rentabilidade, apenas para a subsistência. Isso tudo foi ao encontro dos interesses da elite cafeeira, que projetava nessas áreas extremas do Estado a ampliação das lavouras e/ou a comercialização de terras aos imigrantes europeus que aportavam no país.

Referências

AB’SABER, Aziz Nacib. *Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

COBRA, Amador Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Hennes & Irmãos, 1923.

CORREA, Anna Maria M. *Poder político e representatividade partidária no Vale do Paranapanema: (1920-1930)*. Assis, 1988. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

DAFERT, F. W. As terras do Estado de São Paulo. In: COLEÇÃO dos trabalhos agrícolas apresentado nos Relatórios anuais da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas de São Paulo. Campinas: IAC, 1893.

FIGUERÔA, Sílvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional. (1875-1934)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LEITE, Miriam Moreira. *Livros de viagem: 1803-1900*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. *Revista do IHGSP*, São Paulo, v. 23, p. 369-461.

RODRIGUES, Sônia da Silva. *Kaingang, Oti-xavante e Guarani no povoamento do Vale do Paranapanema*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAMPAIO, Teodoro. *Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Valle do Rio Paranapanema*. Boletim da CGG. São Paulo. n. 4, 1890, p. 38.

_____. *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

SCHMIDT, Cornélio. *Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo realizada em 1904*. São Paulo: [s.n.], 1961.

SZMRECSÁNYI, T. Elementos para produção de uma história social da produção científica no Brasil. *Cad. Dif. Tecnológica*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 165-179, 1985.

AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO: OS DISCURSOS DO BRASIL NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU DURANTE A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (1961-1963)

Ismara Izepe de Souza¹

Resumo

Neste artigo se analisam os discursos do Brasil na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas entre 1961 e 1963, entendidos como estratégicos para projetar internacionalmente os princípios da Política Externa Independente, especialmente no tocante à defesa da autonomia e do desenvolvimento econômico brasileiro.

Palavras chave

Política Externa Independente;
Organização das Nações Unidas;
Diplomacia brasileira.

Abstract

This paper analyzes Brazilian discourses at the opening of UN General Assembly from 1961 to 1963, considered strategic for projecting Independent Foreign Policy's principles at the international level, particularly with respect to the defense of Brazilian autonomy and economic development.

Keywords

Independent Foreign Policy; United Nations Organization; Brazilian diplomacy.

Considerada um ponto de inflexão na trajetória da Política Exterior do Brasil, a chamada Política Externa Independente (PEI) (1961-1964) promoveu ajustes que intencionavam levar o Brasil a traçar um caminho mais autônomo na

esfera internacional. Inaugurada por Jânio Quadros logo no início de sua gestão, a PEI foi certamente a marca mais expressiva de seu curto mandato. Limitado pelos compromissos políticos com os grupos conservadores que o ajudaram a se eleger, Jânio não promoveu alterações substanciais na política econômica ou acenou com projetos ousados de âmbito interno, mas inovou no campo da política externa, agradando grupos à esquerda do espectro político e àqueles comprometidos com o nacionalismo. Mais do que uma mudança abrupta, a PEI pode ser considerada o ponto culminante de uma ação internacional pautada pela busca de desenvolvimento nos parâmetros do projeto nacional-desenvolvimentista que marcou a década de 1950. Universalizar a política externa, para além dos limites impostos por uma visão bipolar e ideológica do mundo, surgia da percepção de que a política de barganha com os Estados Unidos já tinha se esgotado.

Dentre os princípios dessa nova política externa estavam a defesa da autodeterminação dos povos, da ampliação do mercado externo dos produtos primários e da formulação autônoma dos planos de desenvolvimento. Autonomia e desenvolvimento, aliás, formaram o binômio que marcou a atuação brasileira desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), mas a sua relação com os projetos internos nunca tinha sido defendida com tanta veemência como o fora no início da década de 1960. Nos discursos proferidos na abertura da Assembleia Geral das

¹ Graduada, Mestra e Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Economia, Política e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus de Osasco. E-mail: ismaraisouza@gmail.com

Nações Unidas (AGNU) nos anos de vigência da PEI, o Brasil também inovou ao defender a emancipação completa dos territórios não autônomos, estabelecendo uma identificação com países periféricos, conclamando as Nações Unidas a proporem ações concretas para a superação do subdesenvolvimento.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar os discursos do Brasil na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas entre 1961 e 1963, evidenciando de que forma os princípios da PEI neles se apresentaram, especialmente no tocante à defesa da autonomia e do desenvolvimento econômico e social dos países periféricos. Nesses três anos, os pronunciamentos do Brasil na abertura das sessões da AGNU evidenciaram que o país adotaria novas estratégias de inserção internacional, alicerçadas na negação da bipolaridade como vetor de organização do sistema mundial.

Tais discursos são expressivos da forma pela qual o Brasil desejava divulgar seu novo posicionamento internacional. Desde a IV Assembleia Geral, em 1949, o país aceitou abrir as discussões dessa instância da ONU, o que tornou esse momento, um patrimônio da tradição diplomática brasileira. Trata-se de uma prática de fundamental importância, pois a voz do Brasil e sua visão dos problemas internacionais ressoam e chegam aos representantes máximos dos países que compõe as Nações Unidas. A abertura da Assembleia Geral foi durante muitos anos "o principal veículo de que dispunha a diplomacia brasileira para se fazer ouvir internacionalmente." (CORREA, 2007,

p. 22) O posicionamento brasileiro nessa tribuna constitui-se em fonte para a análise da atuação diplomática do país, pois não se observam, ao longo de décadas, "ambivalência entre as políticas enunciadas e as linhas de ação diplomática implementadas." (CORREA, 2007, p. 23) Por isso, esses discursos oferecem aos estudiosos das relações internacionais uma visão da ação externa brasileira, no que tange aos seus aspectos de mudança e continuidade.

Atentos à postura brasileira na ONU se colocam também os meios de comunicação, que têm nos discursos um instrumento para se orientar sobre a conduta externa de determinado governo. Vale lembrar que nos anos em que a PEI foi implementada, a imprensa acompanhou com precisão e incomum interesse a Política Externa. A sociedade civil foi convidada a participar e opinar dentro de parâmetros políticos e ideológicos polarizados. Discussões acirradas sobre o caráter "esquerdista" e "subversivo" da PEI povoaram os editoriais de jornais de grande circulação, influenciando a "opinião pública". A temática do desenvolvimento permeou o debate sobre a política nacional, tendo a política exterior um importante papel a desempenhar na consecução desse objetivo. (MANZUR, 2009)

As palavras proferidas por Afonso Arinos (1961 e 1962) e Araújo Castro (1963) conclamavam as Nações Unidas a tomar medidas pelo desenvolvimento dos países periféricos, tendo essa abordagem uma intensa relação com o contexto político brasileiro. Com a renúncia de

Jânio Quadros, em agosto de 1961, o país enfrentou grave crise institucional, o que levou à implementação do parlamentarismo e a redução dos poderes de João Goulart. No início de 1963, o sistema presidencialista foi reinstaurado, tendo o Governo Jango, a partir daí, enunciado as Reformas de Base. As reformas pretendiam encontrar soluções para problemas historicamente inalterados, como por exemplo, o que se refere à estrutura fundiária no país. Medidas consideradas nacionalistas e à esquerda do espectro político foram tomadas em nome da superação do subdesenvolvimento e das imensas desigualdades sociais.

Durante o governo de Jango as diferenças ideológicas entre os partidos políticos se acirraram, e a PEI, ao ter coerência com o projeto de política interna, passou a ser identificada pela oposição como uma “prova” do caráter comunista do governo. Se a nova diretriz de política externa era um ponto de balanço para Jânio e o possibilitava ganhar a adesão de setores da esquerda, durante o governo de João Goulart, ela passava a ser um ônus no espectro político, pois confirmava, na perspectiva dos conservadores, as “tendências subversivas” do governo. Exemplar desses embates e da forma como a PEI enfrentou dificuldades de implementação foi o episódio do reatamento das relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). San Tiago Dantas, em novembro de 1961, explicou ao Congresso Nacional que as relações diplomáticas com a URSS tinham um sentido pragmático e favoreciam os interesses comerciais brasileiros.

Segundo Vizontini, o “brilhantismo” da argumentação de Dantas teve que enfrentar pontos de vista baseados “num anticomunismo arcaico e obscurantista”. (VIZENTINI, 2004, p. 176-177)

O paradigma desenvolvimentista marcou a atuação brasileira frente a importantes órgãos das Nações Unidas, como o CEPAL. Vale lembrar a importância das ideias de Celso Furtado na compreensão e na resolução dos problemas sociais da América Latina. Os Estados Unidos, nesse mesmo período, exigiam que a região demonstrasse solidariedade ideológica, uma vez que a Revolução Cubana havia personificado o temor que os norte-americanos tinham das influências subversivas no continente. A questão cubana tornava-se central para discutir a adesão da América Latina ao sistema liderado pelos Estados Unidos.

Em setembro de 1961, Afonso Arinos abriu a XVI sessão da AGNU com um apelo à paz e defendendo as diretrizes de independência em que a atuação do Brasil desejava se pautar. A independência foi atrelada ao desalinhamento ideológico, assim argumentando o diplomata: “A relativa homogeneidade ideológica e institucional dos Estados componentes da comunidade internacional é coisa do passado.” (ARINOS, 1961. Apud. CORREA, 2007, p. 152) Afirmando que uma rígida postura doutrinária era prejudicial às negociações no campo internacional, Arinos enfatizava um elemento de consonância com as diretrizes internas de governo: a superação das desigualdades e das injustiças sociais. Afirmava ainda que

os direitos humanos não poderiam ser analisados pela perspectiva individual, já que estariam relacionados ao plano social. O tom da fala, se comparado às pronunciadas nos anos anteriores, demonstra que uma maior altivez na defesa do desenvolvimento vinha substituir uma visão complacente das assimetrias de poder internacional.

A autonomia, como um dos elementos centrais da PEI, foi divulgada como necessária para que a solidariedade do Brasil ao sistema ocidental e democrático se viabilizasse. Em 1961, essa questão era associada ao comprometimento com a paz: "A solidariedade é inseparável da independência; sem ela, chama-se subordinação, a qual elimina a responsabilidade, fator necessário à ação internacional." A defesa histórica que o Brasil faz da negociação como meio ideal de resolver os desafios que se apresentam à Comunidade de Nações foi realizada, mas Afonso Arinos a relacionava com o reconhecimento da heterogeneidade ideológica no sistema internacional: "as diferenças ideológicas não impedirão, por si mesmas, que o Brasil mantenha relações com outros Estados." A ONU deveria levar em conta outra divisão existente entre as Nações, para além da questão ideológica: "O mundo não está somente dividido em Leste e Oeste. Esta separação ideológica faz esquecer a existência de outra divisão, não ideológica, mas econômico social, que distancia o hemisfério Norte do Hemisfério Sul." (ARINOS, 1961. Apud. CORREA, 2007, p. 152; 155; 153)

A diplomacia brasileira criticava o eixo primordial do sistema

internacional, defendendo que a bipolaridade restringia as possibilidades de desenvolvimento dos mais fracos. Nesse sentido, tanto Arinos quanto Araújo Castro, reforçam uma afirmação que será recorrente no discurso brasileiro dos anos posteriores: a defesa da reconversão dos recursos militares para os projetos de desenvolvimento. A necessidade de auxílio dos países do Norte já havia sido pauta da política externa de Juscelino Kubitschek, o que ensejou a Operação Pan Americana. No entanto, durante a PEI, o Brasil já não defendia tal auxílio através da relação preferencial com os EUA, estendendo essa busca para fóruns globais.

A autodeterminação dos povos marcou a primeira parte do discurso de Afonso Arinos em 1961, consubstanciando-se em duas questões: Cuba e a descolonização da África. Arinos apresentou o posicionamento do Ministério das Relações Exteriores que, em janeiro do ano seguinte, seria reforçado por San Tiago Dantas na *Conferência de Punta del Este*. Afirmando que somente Cuba poderia dispor de seu próprio destino, o representante do Brasil junto a ONU defendia ideias opostas aos interesses norte-americanos, centrados no enfraquecimento do regime de Fidel Castro. No que se refere à África, a postura foi inovadora, pois o Brasil, até aquele momento, pautava-se pela timidez e certa contradição diante do processo de descolonização. Durante a década de 1950, o Itamaraty havia cogitado redefinir e aprofundar as relações com o continente africano. Mas nos

governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, a África ainda carecia de significado político, ficando as discussões sobre as relações do Brasil com o continente relegadas a algumas lideranças políticas e intelectuais, como Oswaldo Aranha e Jose Honório Rodrigues. (SARAIVA, 2012, p. 34)

É certo que, a partir de 1960, o quadro político internacional havia mudado de forma significativa com a inserção de muitos países recém - independentes na ONU. Mas a postura do Itamaraty não era fruto apenas dessa nova realidade na configuração das Nações Unidas, sendo também resultante de uma nova compreensão do Brasil enquanto ator capaz de propor alterações nas relações entre países periféricos e desenvolvidos. A determinação de Jânio Quadros em criar uma Divisão para a África no Itamaraty e inaugurar embaixadas brasileiras em diversos países africanos, traduzem uma nova percepção dos interesses brasileiros, pautados na diversificação das parcerias comerciais. A PEI tentava superar a ambigüidade na política africana, embora os compromissos históricos assumidos com Portugal tenham feito o Brasil, no início de 1961, abster-se nas votações sobre a independência de Angola. Em março deste ano, Jânio Quadros orientou, de última hora, a alteração do voto brasileiro na Assembleia Geral com relação a essa questão, informando que não tinha como desconsiderar os apelos emotivos dos representantes de Portugal. (SALGADO, 2011, p. 129)

No discurso de abertura da AGNU em 1962, Arinos deu ênfase à

temática do desarmamento e revelou o olhar crítico da diplomacia brasileira sobre as regras do sistema internacional. Preocupado com a ameaça nuclear, o Brasil advogou a proibição imediata dos testes nucleares e criticou os resultados da Conferência do Comitê das 18 Nações sobre o Desarmamento que, segundo Arinos, havia sucumbido aos interesses das grandes potências. Ao defender a reforma da Carta das Nações Unidas, o Brasil alertava para a necessidade de integrar os países periféricos às decisões do sistema internacional. O discurso ainda não projetava a ideia clara da incorporação do Brasil ao Conselho de Segurança, como se verifica nos últimos anos, mas já enunciava que o país desejava participar de regras sobre a segurança internacional. Cabe observar que o Brasil sempre defendeu a ONU como instância máxima na definição e construção da ordem internacional, reafirmando a adesão aos seus propósitos e princípios. No entanto, apesar de reconhecer as Nações Unidas como "a principal fonte de legitimação das relações internacionais", a diplomacia brasileira não se furtou em realizar críticas. (SARDENBERG, 1996, p. 240)

Em 1962, a premência de reformas nas estruturas do comércio internacional marcou o discurso do Brasil acerca do desenvolvimento. Expondo a relação entre as taxas de desenvolvimento econômico e os níveis do comércio mundial, o Brasil alertava para o declínio gradual do valor dos produtos básicos no mercado internacional, o que obrigava os países a "trabalhar mais somente para ganhar menos".

(ARINOS, 1962. Apud. CORREA, 2007, p. 164) Em tom de crítica à política comercial dos países desenvolvidos, o Brasil mostrou-se favorável à realização de uma Conferência de Comércio Internacional que pudesse discutir e solucionar os problemas dos países exportadores de matérias-primas. Ao mencionar a proposta do Secretário Geral da ONU, U Thant, para o lançamento da *Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico*, Afonso Arinos observava que as tarifas preferenciais prejudicavam os países subdesenvolvidos. O Brasil renunciava e lançava as "bases teóricas" da *1ª Conferência Internacional do Comércio e Desenvolvimento*, sediada em Genebra em 1964. (ALTEMANI, p. 95)

Em 1963, os princípios da Política Externa Independente foram reforçados por Araújo Castro num brilhante discurso que é rememorado pela diplomacia brasileira como um exemplo de atitude ativa do Brasil frente aos desafios internacionais. Castro, que foi um dos formuladores da PEI e estava à frente do Itamaraty por ocasião do pronunciamento, subiu a Tribuna da Assembleia Geral para defender a tríade que ficou conhecida como a dos 3 Ds: desarmamento, descolonização e desenvolvimento. Sua fala incidia sobre a retirada da bipolaridade como parâmetro das discussões naquele fórum, e sobre os esforços que deveriam ser realizados na referida tríade. Segundo o chanceler brasileiro, havia afinidades e reivindicações comuns às nações subdesenvolvidas que se sobreponham a uma visão ideológica

do mundo e aos interesses das grandes potências:

O que estamos aqui presenciando é a emergência de uma articulação parlamentar no seio das Nações Unidas, e uma articulação parlamentar de pequenas e médias potências que se unem, fora ou à margem das ideologias e das polarizações militares, numa luta continuada em torno de três temas fundamentais: Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização. (CASTRO, 1963. Apud. CORREA, 2007, p. 173)

Declarando a afinidade de interesses dentre a maioria dos países da Assembleia Geral – que não viam suas recomendações serem implementadas – Castro mostrava-se cauteloso com as generalizações e estereótipos. A aproximação brasileira com os países em condições semelhantes não pressupunha a sua categorização como país neutralista ou "Não Alinhado". (CASTRO, 1963. Apud. CORREA, 2007, p.174) O Brasil comprometia-se com o sistema interamericano, entendido como um instrumento de paz entre as nações do continente, mas fazia questão de rejeitar a adesão a blocos. Tal postura, como era de se esperar, descontentava profundamente os Estados Unidos, que tinham a adesão ao sistema interamericano como sinônimo de convivência ideológica. A desnuclearização da América Latina foi defendida, assim como a conclusão de um tratado dentre as nações da região que as obrigassem a não fabricar, armazenar ou experimentar as armas nucleares. A PEI renunciava, dessa forma, o Tratado de Tlatelolco, assinado em 1967, em pleno regime militar.

A crítica à forma como a desnuclearização vinha sendo encaminhada na ONU, incidia numa confrontação indireta com os Estados Unidos, em um momento em que o governo norte-americano já tratava o Governo João Goulart como um caso preocupante. A tensão política interna chegava ao seu auge e o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, continuava a orientar o presidente Lyndon Johnson para a necessidade de uma intervenção que evitasse uma nova Cuba no continente. A infiltração norte-americana no seio das Forças Armadas objetivava enfraquecer as bases do governo brasileiro, propiciando um clima de medo que pudesse justificar a intervenção militar. A Operação Brother Sam – o plano de apoio logístico e militar aos golpistas – foi o ponto alto de um projeto que já estava em andamento.

A defesa da reconversão dos recursos da corrida armamentista para o desenvolvimento econômico foi realizada de forma magnânima por Araújo Castro. O mesmo argumento já havia sido dado por Afonso Arinos, mas em 1963, Castro acrescentou um elemento inovador: o da segurança econômica coletiva. Falando em “redenção econômica e social da grande maioria da população do globo”, o diplomata deixava claro que somente as ações no campo do desenvolvimento poderiam dar sentido de dignidade e justiça à comunidade internacional. Para Castro, as ações da ONU deveriam se concentrar em três áreas prioritárias: industrialização, mobilização de capital e comércio internacional.

As discussões realizadas no CEPAL encontraram ressonância na diplomacia brasileira, que também vislumbrava a industrialização como o caminho mais curto para a emancipação econômica. Castro sugeria a criação de uma agência especializada nesse campo para promover a aceleração do processo de industrialização dos países exportadores de matéria-prima. No referente à assistência financeira, chamam atenção as considerações críticas sobre as “possíveis conotações políticas condicionantes” exigidas pelos países mais ricos. As questões de cunho ideológico deveriam estar distantes dos critérios para a liberação de créditos. Cabe observar que os EUA vinculavam o auxílio financeiro ao comprometimento dos governos latino-americanos em combater as ideias e projetos esquerdistas. O discurso também sinalizava o descontentamento brasileiro com os rumos da Aliança para o Progresso.

O governo João Goulart se orientava no sentido contrário ao desejo de Washington. O evidente conflito entre os interesses das multinacionais norte-americanas e as leis que regulamentaram a remessa de lucros, constituía-se num forte componente da tensão Brasil e Estados Unidos. Nesse sentido, a fala de Araújo Castro pode ser compreendida como uma alusão às dificuldades de diálogo entre os dois países. O governo federal não teve suas solicitações de empréstimos atendidas, ao mesmo tempo em que tinha conhecimento do auxílio financeiro oferecido pelos Estados Unidos aos grupos de oposição nas

eleições legislativas e nos Estados, em 1962. (BUENO, 2010, p. 357)

A última instância de análise sobre a superação do desenvolvimento deu-se na questão do comércio internacional, tendo Castro reiterado às considerações realizadas por Arinos acerca da deterioração dos termos de troca: "o comércio internacional tem atuado até mesmo como fator de empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos e como veículo de agravamento dos desníveis de rendas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos." (CASTRO, 1963. Apud. CORREA, 2007, p. 181) As regras operacionais, alertava o diplomata, deveriam ser alteradas, para que atendessem aos interesses dos países subdesenvolvidos, promovendo uma reconfiguração da divisão internacional do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na abertura da AGNU entre 1961 e 1963, Afonso Arinos e Araújo Castro defenderam enfaticamente a superação do subdesenvolvimento e a necessidade de se encontrar soluções coletivas para os problemas sociais e econômicos dos países periféricos. Dessa forma, os princípios de autonomia e desenvolvimento ganharam ênfase e projetaram a adequação da política externa brasileira aos ideais defendidos pelo Governo João Goulart (1961-1964).

O posicionamento do Brasil frente à descolonização é sintomático da forma pela qual a PEI busca pautar suas ações. A autodeterminação a que deveria ter direito os países afro-asiáticos

constituía-se numa questão de cunho moral, bem como era entendida como o primeiro passo rumo ao desenvolvimento. A negação da bipolaridade como o vetor das relações entre o Brasil e o mundo demonstra que a diplomacia brasileira almejava garantir espaços de autonomia, projetando, pela primeira vez, uma perspectiva universal de política externa.

Araújo Castro, em 1963, sintetizou o posicionamento brasileiro frente aos desafios internacionais defendendo o desarmamento, a descolonização e o desenvolvimento. Essa tríade configurou-se como o embrião de sua tese, elaborada no início da década de 1970, sobre o "congelamento do poder mundial", que também é lembrada como exemplo da atuação firme e altiva do Brasil no cenário internacional.

As possibilidades de execução plena dos princípios da PEI encontraram limites na configuração política interna marcada pela crise, bem como na conjuntura internacional. Muitas das ideias defendidas na tribuna da Assembleia Geral entre 1961 e 1963, só puderam se configurar enquanto ação nos anos posteriores, especialmente durante o "Pragmatismo Responsável" do governo Geisel. No entanto, os discursos do Brasil junto a ONU durante a PEI ajudaram a consolidar a imagem do país como um ator capaz de participar da redefinição das regras do sistema internacional, bem como contribuíram para a reflexão interna sobre os limites e as possibilidades da autonomia e do desenvolvimento.

Referências

- CORRÊA, Luis Felipe de Seixas (Org.). *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2010.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.
- FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, p. 129-151, 2005.
- LESSA, Antonio Carlos; ALMEIDA, Paulo Roberto de. O ano que ainda não terminou nas relações internacionais: 1962 nas páginas da RBPI. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, n. 2, p. 5-9, 2012.
- GARCIA, Eugenio Vargas. *O sexto membro permanente: o Brasil e a criação da ONU*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- MANZUR, Tânia Maria P. Gomes. *Opinião pública e política exterior do Brasil (1961 a 1964)*. Curitiba: Juruá, 2009.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SALGADO, Carolina de Oliveira. *A política externa independente na questão da descolonização da África lusófona (1958-1964)*. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- SARDENBERG, Ronaldo Mota. O Brasil e as Nações Unidas. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Annablume; NUPRI; IRI, 1996. v. 4.
- VISENTINI, Paulo F. *A projeção internacional do Brasil (1930-2012)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- _____. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Rio de Janeiro: Petrópolis; Vozes, 2004.
- WROBEL, Paulo S. Aspectos da Política Externa Independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 12, p. 191-209, 1993.

HISTÓRIA, CIÊNCIA, TÉCNICA E AMBIENTE: DIÁLOGOS, INTERDISCIPLINARIDADE E PROPOSTAS DIDÁTICO- PEDAGÓGICAS

José Otávio Aguiar¹
Catarina de Oliveira Buriti²

Resumo

A partir dos anos 1960, os problemas ambientais passaram a exercer maior presença em reflexões de governos, instituições e sociedade civil dos mais diversos países e culturas, colocando em questão um dado modelo de desenvolvimento capitalista que então exauria vorazmente os recursos naturais. Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo relatar a experiência de um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em parceria com escolas públicas do município de Campina Grande (PB), e apresentar instigantes propostas didático-pedagógicas que podem ser trabalhadas com os alunos, sob uma perspectiva interdisciplinar. O diálogo entre a História Ambiental e a Educação Ambiental se apresenta como um profícuo campo de reflexão capaz de permitir que o trabalho pedagógico com a questão ambiental nas escolas esteja centrado no desenvolvimento de novas atitudes e posturas éticas do ser humano em relação ao ambiente.

Palavras chave

História ambiental; Educação ambiental;
Propostas didático-pedagógicas.

Abstract

From the 1960s, environmental issues began to make presence greater in reflections from governments, institutions and civil society from different countries and cultures, questioning a given model of capitalist development which then ravenously exhausted natural resources.

In this context, this paper aims to report the experience of an extension project developed by the Federal University of Campina Grande (UFCG), in partnership with public schools in the city of Campina Grande (PB), and present didactic and pedagogical proposals that may be worked with students in an interdisciplinary perspective. Dialogue between Environmental History and Environmental Education is presented as a useful field of reflection that allow pedagogical work with environmental issues in schools is focused on developing new attitudes and ethical stances of human beings on the environment.

Keywords

Environmental History; Environmental Education; Didactic-Pedagogical proposals.

INTRODUÇÃO

Pode-se, com aproximada precisão, afirmar que, entre meados dos anos 1960, e no transcorrer da década de 1970, os problemas ambientais passaram a exercer maior presença em reflexões de governos, instituições e sociedade civil dos mais diversos países e culturas, tornando-se a sobrevivência continuada de homens e mulheres em nosso planeta uma preocupação internacional, que colocaria em questão um dado modelo de desenvolvimento capitalista que então exauria vorazmente os recursos naturais, em nome de um suposto desenvolvimento ou "progresso" econômico. Em países como a França, a Alemanha, a Inglaterra e a Bélgica, intelectuais ligados a centros acadêmicos de destaque ou partidos políticos de esquerda, como Cornelius

Castoriadis, Daniel Cohn-Bendit, Ricardo Petrela, Eric J. Hobsbawm, Edgar Morin, bem como pensadores da chamada *Escola de Frankfurt*, passaram a denunciar que, nas nações de economia planificada, reunidas sob a égide do que se passou a chamar *socialismo real*, a forma de exploração dos recursos naturais, em essência, não diferia. (BOBBIO, 1986, p. 976-980)

A partir desse período, a Organização das Nações Unidas (ONU) começou a realizar, a cada vinte anos, Conferências Internacionais que tinham como objetivo reunir representantes de vários Estados nacionais para discutir os principais problemas relacionados à conservação da natureza. Uma primeira reunião, que ficou conhecida como a Conferência de Estocolmo e contou com representantes de 113 países reunidos em solo sueco; em seguida, a ECO-92 ou RIO-92, que, como o próprio nome indica, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992; e, mais recentemente, a Conferência Mundial de Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu em Joanesburgo, em 2002. Entretanto, apesar destes esforços, percebe-se que não se tem observado, na prática, mudanças significativas no que diz respeito às atitudes do homem em relação ao ambiente com o qual interage, sobretudo quando se trata de poderosas instituições industriais e comerciais que têm se utilizado do discurso ambiental muito mais como estratégia de marketing para se autopromoverem socialmente, ao invés de assumirem posturas e comportamentos diferentes no que

diz respeito aos usos sustentáveis dos recursos naturais.

Neste sentido, não obstante as questões ambientais estejam envolvidas hoje em uma "febre de marketing", tamanha a importância que esses problemas assumiram na atualidade, pode-se reconhecer que muitos pesquisadores já têm utilizado o seu "termômetro" para evidenciar estratégias desse tipo que partem de algumas empresas e instituições políticas que desvirtuam o verdadeiro propósito do despertar para a consciência da preservação ambiental para beneficiar alguns grupos de/o poder. No entanto, ao que parece, o diagnóstico ainda está para ser feito e caminhos que relacionem uma postura ética dos indivíduos diante da natureza precisam ser apontados, haja vista que muitas das atitudes predatórias, de devastação e desrespeito aos demais seres vivos ainda persistem arraigadas em nossa sociedade e o discurso ambiental ainda parece continuar servindo como mera estratégia mercadológica.

A educação ambiental formal e não formal talvez seja uma das janelas com potencial para abrir possibilidades para o ensino e a reflexão sobre novas posturas das sociedades diante da natureza, promovendo mudanças de atitudes no que diz respeito à interação das sociedades com a natureza, patrimônio básico da humanidade. Daí a razão porque se acredita que esses temas devem ser tratados em sala de aula de maneira interdisciplinar e não compartimentada, uma vez que todas as disciplinas e saberes podem oferecer sua contribuição para as discussões dos problemas

ambientais. O saber histórico, em particular, ao lançar luz sobre as múltiplas formas de relacionamento e interação dos homens com o ambiente em espaços e temporalidades diversas e sobre os significados que a natureza recebeu por parte de cada configuração cultural, pode dar lições valiosas sobre formas de preservação e de respeito à natureza, questionando, em primeiro lugar, a noção de base judaico-cristã arraigada nas sociedades ocidentais, reafirmada pelas ideias cartesianas do século XVII, que corroboram a noção de que o homem pode usufruir do ambiente a seu bel-prazer, ou, de acordo com suas necessidades e obsessões momentâneas.

No Brasil, no que diz respeito ao debate desses temas ambientais nas escolas, somente a partir dos anos 1990, com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), os debates relacionados com o ambiente passaram a ser incluídos nos currículos escolares, destacando-se a necessidade de um diálogo interdisciplinar. Discutiremos, pois, neste artigo, a inserção dos temas ambientais junto aos setores educacionais brasileiros por meio do relato de uma experiência de trabalho realizada junto aos professores da primeira e segunda fase do ensino fundamental das escolas públicas do município de Campina Grande (PB), no ano de 2009. Por meio do diálogo com os docentes e da valorização da trajetória profissional dos mesmos, buscamos traçar caminhos e estratégias para tornar a chamada educação ambiental e suas práticas

mais conhecida e, conseqüentemente, junto aos alunos/as, com ênfase na relação entre História, Educação e Ambiente. Dito de outra maneira, o nosso objetivo foi articular os conteúdos de história com o debate dos temas ambientais para ser trabalhado em sala de aula, utilizando-nos de um conjunto de linguagens que, acreditamos, talvez pudessem tornar as aulas de história mais instigantes.

Temas ambientais, abordados por meio de outras linguagens (músicas, teatro, maquetes, literatura, filmes, revistas, jornais, oficinas de história da alimentação, entre outras modalidades), permitiram que, também, trabalhássemos conjuntamente em sala de aula com professores de Física, Biologia e Geografia e os relatos e propostas que serão delineados ao longo deste trabalho são resultado destas práticas de articular os conteúdos curriculares das disciplinas acima referidas com as questões ambientais. Antes, porém, de passarmos à descrição e análise destas possibilidades pedagógicas, teceremos algumas considerações a respeito da articulação entre ambiente, educação e história, como itinerário para promover a Educação Ambiental. Em seguida, apresentaremos algumas propostas didático-pedagógicas que podem ser realizadas de forma interdisciplinar em campo didático-pedagógico.

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E AMBIENTE

O Planeta Terra precisa de ajuda para que seja garantida a permanência da vida em seus diferentes espaços. Diante desta constatação, torna-se premente a necessidade de que homens e mulheres das mais diversas culturas humanas assumamos compromissos com a preservação da natureza, e sintamo-nos responsáveis pela melhoria das condições de vida no mundo. Conforme lembrado a pouco, a partir dos anos 1990, com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), os temas relacionados com o ambiente passaram a ser incluídos nos currículos escolares, permeando toda a prática educacional e enfatizando a necessidade de que essa discussão fosse abordada de maneira interdisciplinar. São muitos os desafios que se impõem diante da tentativa de, no âmbito da educação escolar, promover a mudança de atitudes na interação com a natureza, patrimônio básico da humanidade.

A primeira parte do documento ao qual fizemos referência aborda a importância de que se busquem, na História, explicações para compreender a questão ambiental atual e, principalmente, para assumirmos uma nova ética de relacionamento com os recursos naturais. Assim, a História se coloca como uma área do saber de extrema relevância para compreendermos a crise ambiental em pauta na contemporaneidade, levando-nos a questionar o próprio modelo civilizatório assumido pelas diversas sociedades mundiais, especialmente pelas do Ocidente. Vale lembrar que tanto o modelo de

desenvolvimento capitalista quanto o socialista, que encaravam a natureza e seus complexos e frágeis ecossistemas como "inesgotáveis" fontes de energia e de matérias-primas e como receptáculo dos dejetos produzidos por suas cidades, indústrias e atividades agrícolas, são responsáveis por grande parte dos impactos ambientais registrados.

As revoluções industriais e o constante desenvolvimento tecnológico mudaram as relações entre sociedade e natureza; a exploração dos recursos naturais se intensificou cada vez mais e passou a adquirir outras características. A lógica do modelo de economia capitalista, caracterizado pela produção e consumo em larga escala, vem provocando, historicamente, uma demanda global por recursos naturais e, por conseguinte, os danos e a destruição à natureza têm ameaçado de forma extremamente profunda este patrimônio.

Diferentes culturas se relacionam com a natureza explorando ou não determinados recursos presentes em seu espaço, segundo sua concepção de mundo e esquemas de significação sócio-históricos. Compreender a história do pensamento sobre a natureza, pela sociedade contemporânea, e a variedade de usos que dela foram feitos, ao longo do tempo, é uma tarefa um tanto instigante e, não menos complexa, uma vez que assume dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais. As ações humanas (trans)formaram o meio ambiente e se utilizaram de seus recursos; por trás dessas práticas e do tratamento que os seres humanos deram ao ambiente, estava a

maneira como eles pensavam e imaginavam a natureza.

O modo predominante de pensar sobre o mundo se originou na Europa. A forma de pensamento europeu sobre a relação entre sociedades e naturezas é decorrente das tradições clássicas e das ideias que a Igreja cristã herdou do judaísmo. A natureza não era percebida como sagrada e o homem deveria dominá-la: cresceria, multiplicar-se-ia e povoaria a Terra e dominá-la-ia. (PONTING, 1995) No século XVI, o pensamento renascentista pouco alterou as crenças herdadas do pensamento clássico e medieval sobre o relacionamento entre os seres humanos e o mundo natural. No século XVII, René Descartes, defendia que através da aplicação da ciência, o ser humano seria capacitado para dominar o mundo.

Há, no entanto, registros de percepções sócio-históricas diferentes da concepção ocidental no que diz respeito à relação homem-natureza. Tradições religiosas orientais – visões radicalmente diferentes, embora menos influentes: uma atitude menos agressiva ao meio natural, por parte do homem; os seres humanos não eram colocados em uma posição acima do mundo natural, mas como parte dele e poderia, assim, manter uma relação de reciprocidade ao lado dos demais seres vivos do seu espaço vital.

Lester R. Brown, considerado hoje um dos mais influentes pensadores ligados ao movimento ambientalista global, em sua obra *Eco-economia: construindo uma economia para a Terra*, evidencia que, ao iniciarmos o século XXI,

nossa economia está destruindo lentamente nossos sistemas de apoio, consumindo sua reserva de capital natural. As demandas da economia capitalista em expansão, como ora é estruturada, estão, na visão deste autor, suplantando a produção dos ecossistemas do Planeta, uma vez que se pauta na produção e consumo desenfreado de bens, o que se reflete diretamente na exploração sistemática e criminosa dos recursos da natureza. (BROWN, 2003)

Neste cenário, torna-se possível trabalhar, talvez de forma inovadora, criativa e dinâmica, temas com potencial didático que contribuam para a Educação Ambiental e para (in)formar cidadãos comprometidos com a melhoria das condições de vida do Planeta, bem como à sua manutenção por mais tempo. É importante despertar os alunos para a compreensão de que não somos seres superiores, mas, somos parte integrante do ambiente natural e, por isto, devemos respeitar os demais seres vivos como parte do meio natural e como espécies importantes para a permanência da vida na Terra. Os matizes desta noção, herdeira de uma concepção de pensamento judaico-cristã, típica das sociedades contemporâneas ocidentais que reafirma a superioridade do homem sobre o ambiente natural, de modo que todos os demais seres da Terra estariam disponíveis para atender suas necessidades, pautou uma racionalidade técnico-científica, e diante da crise ambiental contemporânea, tais pressuposições já estão sendo seriamente repensadas.

Mais que a aprendizagem estrita de conceitos, o trabalho pedagógico com a questão ambiental centra-se no desenvolvimento de atitudes e posturas éticas, e no domínio de procedimentos que levem os alunos a efetivar seu aprendizado em um *saber-fazer* no âmbito da sociedade. Elencar conteúdos relativos aos problemas ambientais pode ajudar o educador a trabalhar de maneira a contribuir para uma atuação mais consequente diante da problemática ambiental, por meio da compreensão e indicação de formas de proceder. É importante que os alunos compreendam que os problemas ambientais dizem respeito a todos os cidadãos e requerem uma postura participativa e efetiva para serem amenizados. Os conteúdos relacionados com o ambiente devem ser discutidos em atividades práticas, sob orientação organizada e sistemática dos professores, com o ensino de procedimentos, posturas e atitudes concretas frente aos problemas ambientais.

Várias propostas podem ser adotadas pelo professor, e desenvolvidas pelos alunos, para discutir as relações entre sociedade, história e natureza em sala de aula. Apresentar-se-á, neste trabalho, algumas sugestões de atividades que possam contribuir para dinamizar, particularmente, o ensino da História Ambiental nas escolas. Serão apresentadas algumas possibilidades de utilização de recursos didáticos, para trabalhar parte dos conteúdos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) em sala de aula. Antes, relataremos uma experiência desenvolvida em projeto de extensão, no período de 2008 a

2010, com alunos e professores em uma escola pública do município de Campina Grande (PB).

INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE HISTÓRIA E BIOLOGIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO REALIZADA EM UMA ESCOLA PÚBLICA

Na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), organizamos uma plataforma para pesquisas e oficinas didáticas com alunos de Ensino Médio de escolas estaduais do município de Campina Grande (PB)³. As escolas-piloto iniciais onde o projeto foi desenvolvido foram a Escola Estadual Eupídio de Almeida e a Escola Estadual Raul Córdula, escolhidas devido aos contatos que tínhamos com o corpo docente e à abertura que professores de História e Biologia demonstravam para a proposta de uma atividade que envolvesse um diálogo comum.

Em primeiro lugar, é preciso observar que boa parte dos professores de escolas estaduais de Ensino Médio, submetidos que são a uma jornada de trabalho desgastante, desencantados com a possibilidade de abertura ou interesse dos colegas da Universidade pelo trabalho que desempenham, se sentem pouco atraídos a fugirem da rotina de seu trabalho, frequentemente mal remunerado e exposto a diversos tipos de carência infraestrutural. Faz-se necessário conquistá-los para a empreitada, mediante um exercício de aproximação. Em nosso caso, o diálogo teve início com uma visita às

³ O projeto foi financiado pelo Programa de Bolsas de Extensão (Probex), da referida instituição, durante o período de 2008 a 2010.

escolas com o intuito de sensibilizar os colegas para a empreitada. Como o relato de cada um dos exemplos exigiria largo espaço, preferimos nos deter, particularmente, à descrição da experiência realizada no Colégio Elpídio de Almeida, ao lado de um professor que lecionava Biologia para turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental. A ação conjunta proporcionou diálogos profícuos entre a equipe do projeto, professor e alunos da Escola.

Nossa proposta junto aos alunos consistiu em sensibilizá-los para temas específicos, como saúde, história, alimentação e ambiente. Para tanto, escolhemos como tema a trajetória histórica da aclimação do açúcar nas Américas. Como livros-base para nossa inspiração teórica utilizamos *História da alimentação no Brasil*, de Luiz da Câmara Cascudo (1999), *Açúcar*, de Gilberto Freyre, e *Imperialismo ecológico*, do historiador ambiental norte-americano Alfred Crosby (2000). Este último analisa como, sob climas similares, plantas europeias haviam sido bem-sucedidas ou não em aclimações em outros continentes. Analisa, também, a transmissão de epidemias e a domesticação de animais.

Começamos o projeto com uma demonstração dos processos de beneficiamento dos derivados da cana-de-açúcar, planta de origem indiana, trazida pra a Península Ibérica pelos muçulmanos do Norte da África. Sua popularização na alimentação mundial só foi possível graças ao sucesso de sua aclimação, primeiro nos solos massapê do atual Nordeste do Brasil, depois, no solo vulcânico das Antilhas

holandesas. Duas bebidas destiladas surgiram também nesse processo, a cachaça e o rum. A primeira é fabricada com o caldo da cana e a segunda com o melaço. Como bebidas destiladas, elas tiveram seu papel na história do alcoolismo nas Américas. De outro lado, a popularização do consumo de açúcar foi responsável pelo aumento na incidência de doenças como o diabetes tipo II e as cáries.

O professor de Biologia tematizou as doenças naquela Unidade e pudemos historicizar os hábitos de consumos na experiência dos alunos e buscar entender as repercussões da monocultura da cana nos solos de massapê. Como coroamento da experiência, elaboramos uma oficina de degustação de alguns derivados de cana para o fim da aula. Naturalmente, em se tratando de alunos de Ensino Médio, a possibilidade de se servir bebidas alcoólicas nem foi aventada.

Os alimentos e a História Ambiental da agricultura são temas interessantes de trabalho interdisciplinar. Para a disciplina de Geografia, é possível, ainda, historicizar as trocas culturais e alimentares ao longo do território das Américas. A historiografia tradicional sobre o Brasil Colônia, de Gandavo a Francisco Adolfo de Varnhagen, se dedicou pouco a analisar as relações entre as Américas Hispânica e Portuguesa nos três primeiros séculos de colonização. Exceção feita aos clássicos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda, hoje já referenciados na categoria de obras pioneiras, construímos para nós uma noção de interdependência entre estes dois

mundos coloniais, percepção essa naturalmente equivocada, como tem mostrado uma leitura documental mais acurada e extensa. Da mesma forma, pudemos estudar os biomas e biotas específicos de cada região, em perspectiva histórica, destacando as estratégias utilizadas pelas populações nativas para sobreviverem naquelas condições naturais. A maioria dos alunos tem ascendentes no campo, por uma característica muito própria de nossa história recente do Brasil, marcada pelas regularidades dos êxodos rurais em direção aos grandes centros urbanos.

Para discutir os biomas brasileiros em sala de aula, apropriamo-nos das contribuições de Ribeiro (2005), que inova por seu pioneirismo na análise de outros biomas para além dos de Mata Atlântica. Desde o primeiro século da colonização portuguesa, e, ao longo das extensões de suas manifestações políticas e culturais, a mata recebeu ênfase, em detrimento da Caatinga e do Cerrado. Isso se confirma nas representações de símbolos nacionais, nas poesias parnasianas, na interpretação republicana da bandeira, e até na moderna ênfase de boa parte dos que se dedicam à História Ambiental no Brasil. Vale lembrar que, mesmo as Matas Atlânticas não são uniformes, como pode parecer a um desavisado leitor de Warren Dean, mas, uma sucessão de biomas degradados ao longo das primeiras centenas de quilômetros de costa brasileira, onde se estabeleceu a civilização que hoje usufrui dos recursos, sucessos e misérias de nossas tão populosas e povoadas *urbes*.

Entrelaçar conteúdos de História e Biologia em aulas conjuntas é parte do que pode ser feito em um projeto interdisciplinar elaborado a partir do diálogo com professores de cada período dos Ensinos Fundamental e Médio. Temas como escravidão, direitos, meio ambiente e história dos alimentos, da medicina e das doenças podem ser, com proveito, trabalhados em conjunto. Para tanto, faz-se necessário romper com uma noção estanque de áreas de saber diferenciadas e buscar o contato e o diálogo. A seguir, serão discutidas algumas das possibilidades didáticas que podem permitir trabalhar temas ambientais, de forma instigante e inovadora em sala de aula.

PROPOSTAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

- **1ª proposta: compreender a dinâmica da natureza**

A história ambiental nos permite compreender que os processos e a dinâmica da natureza não são estanques, pelo contrário, durante cerca de 3,5 bilhões de anos de vida do Planeta, muitas foram as transformações geológicas porque passou a Terra e os seres vivos que a habitaram ao longo do tempo, bem como as mudanças culturais instituídas nas técnicas e nos materiais utilizados para explorar os recursos naturais.

Compreender a história da vida, nas escalas geológicas de tempo e espaço, é levar em consideração que a estada do homem aqui na Terra é recente, o que nos fornece subsídios para questionar o

paradigma da superioridade humana de matriz judaico-cristã e cartesiana. Isto pode ser afirmado, se pensarmos sob a perspectiva de mudanças ocorridas no Planeta ao longo de milhões de anos, marcadas por uma sucessão de variegadas organizações biossociais e biossocioculturais, criadas pelos seres humanos, bem como de suas diversas maneiras de interação com o mundo natural, causando maiores ou menores alterações e impactos aos ecossistemas. Tal entendimento permite compreender a gravidade da extinção de espécies e da alteração irreversível de ecossistemas. (DRUMMOND, 1991)

Nossa primeira proposta didático-pedagógica sugerida tem como finalidade delinear estas peculiaridades da vida na Terra, particularmente da vida humana, relacionando-a com a coexistência ou não com seres vivos de outras espécies ao longo do tempo.

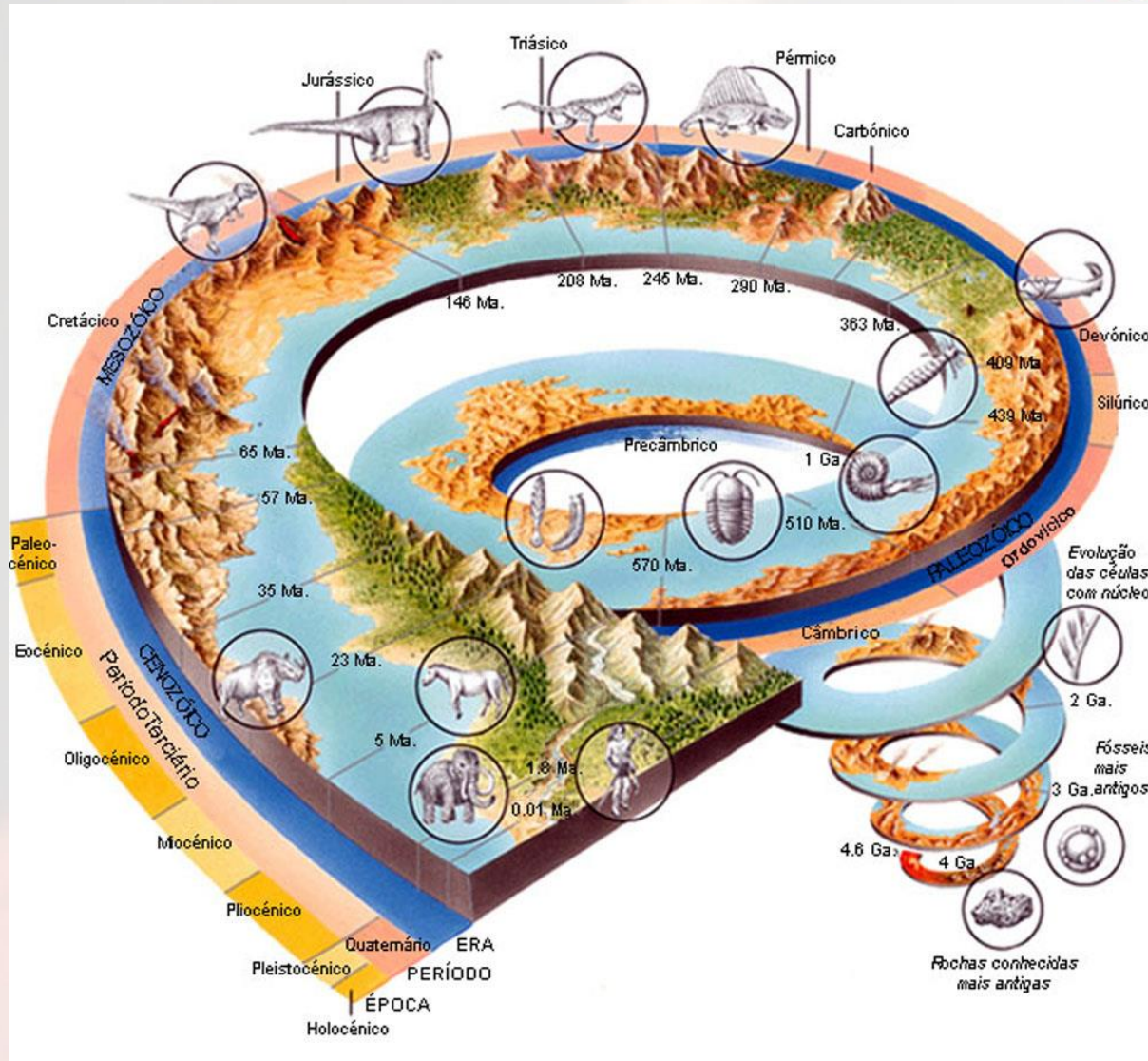


FIGURA 1 – Espiral da história geológica da vida na Terra

Fonte: FÓSSIL. Introdução à Paleontologia e à História da Terra. Disponível em: <<http://fossil.uc.pt/pags/escala.dwt>>.

Alguns recursos didáticos podem ser utilizados para complementar a aula sobre o tema e facilitar a compreensão dos alunos em relação a estes conteúdos, uma vez que falar das eras geológicas ou de

fases longínquas da história da vida na Terra constitui-se como tema um tanto complexo, sobretudo quando se trata de alunos dos primeiros níveis de ensino. Utilização de filmes, documentários, ilustrações com fotos e

desenhos, mapas, revistas, noticiários e gibis são extremamente relevantes para facilitar a compreensão de temas como: dinossauros e demais animais e vegetais em extinção, Eras geológicas, dinossauros brasileiros, etc. Ao longo das aulas, os conceitos referentes ao tema abordado devem ser trabalhados, simultaneamente, à exposição-dialógica do conteúdo.

Também é importante realizar visitas técnicas a museus e parques com acervos de animais que remetam aos primórdios da história da vida na Terra. A título de exemplo, podemos citar o Vale dos Dinossauros, localizado no município de Souza (PB). O local mantém exposto para estudos e visitação, pegadas de animais que viveram há cerca de 130 milhões de anos. A área é considerada um dos mais importantes sítios paleontológicos do mundo e onde ocorre maior incidência de pegadas de dinossauros a nível mundial. O Parque dos Dinossauros ocupa uma área de 40 ha e conta com um pequeno museu onde se vêem réplicas de pegadas, mapas e maquetes que mostram a formação do solo. É lá que encontra o leito do rio das Pedras, onde podem ser vistas as trilhas deixadas por tiranossauros, arnossauros e iguanodontes. Espaços como estes se constituem como uma riqueza de conteúdos e conhecimentos que podem ser utilizados para tornar a aula mais agradável e prazerosa.

- **2ª proposta: água e história**

A água é considerada recurso fundamental à manutenção da vida na Terra. Com os rápidos avanços

tecnológicos, a exploração dos recursos naturais passou a ser feita de forma demasiadamente intensa, a ponto de pôr em risco sua renovabilidade. Sabe-se agora da necessidade de entender mais sobre os limites de recursos tão básicos como a água. De acordo com Lester R. Brown, é muito comum ouvirmos falar, hoje em dia, que o agravamento da escassez de água no mundo pode gerar futuros conflitos entre nações pela posse de mananciais de recursos hídricos. Os países que ganharão a competição pelo precioso líquido serão aqueles com maior força financeira e não militar. O déficit hídrico mundial, medido pela extração excessiva de aquíferos, aumenta a cada ano, tornando-o cada vez mais difícil de ser administrado. Se os governos dos países carentes de água não adotarem medidas urgentes para estabilizar a população e elevar a produtividade hídrica, a escassez de água em pouco tempo se transformará em falta de alimentos.

Se recorrermos à história da apropriação ou uso dos recursos hídricos no Brasil, logo perceberemos que muitas regiões, a exemplo das diversas gerações que habitaram o Semiárido brasileiro, sofrem, historicamente, com a escassez deste recurso natural fundamental à vida. Muitos habitantes migraram desses lugares por não disporem de água suficiente para manter as condições mínimas para manutenção da sua vida. (BURITI; AGUIAR, 2008) Por outro lado, muitos cidadãos ainda continuam desperdiçando esse recurso; muitas

empresas permanecem poluindo os rios com seu lixo e esgotos; o governo não disponibiliza de uma infraestrutura de saneamento básico eficiente para a população.

É importante que os alunos conheçam a relevância desse assunto na atualidade, que urge por atitudes sociais concretas. Educar para a utilização dos recursos hídricos, de maneira racional, deve partir da observação dos mananciais mais próximos dos alunos. Didaticamente, pode ser realizada uma aula de campo a rios que cortam o município ou região onde se localiza a escola, atentando ao nível de poluição – recepção de lixo e esgotos da cidade – ao qual o mesmo esteja sendo submetido. É necessário que, com base nesta observação, os alunos possam despertar a consciência crítica para a necessidade de preservação da água.

Por meio de gravuras, pinturas e fotografias, que transformam as paisagens em uma memória artística, também é possível encontrar uma riqueza de dados relativos ao acesso e à disponibilidade de recursos hídricos, para os mais diversos segmentos sociais, de determinado espaço geográfico. Os alunos podem ser estimulados a trazer para a sala de aula, algumas destas fontes para análise e discussão, juntamente com os professores e colegas. Após o debate, o professor pode orientá-los a elaborar um livrinho de literatura de cordel que tematize a importância e a necessidade premente da preservação dos recursos hídricos.

Os PCN's ainda sugerem como prioridade, trabalhar em sala de aula os seguintes temas: noções sobre captação da água, tratamento e distribuição para o consumo; os hábitos de utilização em casa e na escola adequados às condições locais; a necessidade e as formas de tratamento dos detritos humanos; coleta, destinação e tratamento de esgoto com procedimentos possíveis adequados às condições locais (esgotamento sanitário, fossas e outros); as práticas que evitam desperdícios no uso cotidiano de recursos com a água, energia e alimentos; a minimização da contaminação das águas na agricultura pelo uso de métodos mais eficientes de irrigação e os cuidados com a utilização de insumos e escoamento dos restos produzidos com a criação de animais.

- **3ª proposta: resíduos sólidos, consumo, poluição e ambiente**

A História Ambiental permite-nos compreender como, desde a antiguidade até os dias de hoje, diferentes sociedades, com modos de vida e de pensamento diversos, produziram e emitiram poluentes sobre os ecossistemas, tentando associar cada etapa com o modelo de civilização preponderante, além de apontar para os problemas à saúde humana e ambiental que a poluição e o grande volume de resíduos ocasionam. Reduzir a produção destes resíduos nocivos ao ambiente é tarefa cidadã das pessoas e do poder público, bem

como compromisso das empresas fabricantes.

Inicialmente, pode ser proposto aos alunos, para desenvolverem, reunidos em equipe, pesquisa sobre os modos de vida, comportamento, busca de sobrevivência, organização social e do trabalho do ser humano, desde a "Pré" história do Brasil até os dias atuais. Analisando as mudanças ocorridas nas sociedades, com o desenvolvimento da ciência e da técnica, ao longo do tempo, e seus impactos sobre o ambiente. Ao final, os alunos podem produzir uma revista em quadrinhos abordando o que foi constatado na pesquisa.

Para tematizarmos, em sala de aula, a questão relativa ao tratamento do lixo, em suas diversas tipologias, devemos levar em consideração que os problemas a ele relacionados intensificaram-se a partir da implementação de um modelo civilizatório alicerçado na industrialização e na conseqüente produção e consumo em larga escala. Quanto mais o mercado capitalista se expande, maior é a demanda por consumo, e as empresas produzem maior quantidade de resíduos para sobrepô-los ao ambiente, degradando-se somente após milhões de anos, dependendo do produto. O poema "Eu, Etiqueta", de Carlos Drummond de Andrade, pode ser utilizado como uma das possibilidades de refletir sobre o consumo desenfreado, o fetiche da mercadoria e a criação de "necessidades" e hábitos de consumo que provocam profundos impactos sobre os recursos da natureza.

É necessário conhecer e valorizar as práticas que possibilitem a redução na geração e a correta destinação dos resíduos sólidos. Antes de promover as atividades práticas com os alunos, sugere-se que o professor discuta as alternativas regionais e globais de administração dos problemas de poluição e produção de resíduos, por serem alguns dos mais graves provocados pela ação do ser humano no ambiente. Neste caso, é interessante que o professor pesquisa sobre a realidade do seu município.

O professor pode propor aos alunos a realização de uma oficina que aborde esse tema. A oficina será feita através etapas: 1) os alunos saem às ruas, com material de proteção adequado (luvas, sapatos, sacos plásticos, etc.), para coletarem, nos arredores da escola, o "lixo" que a população de sua cidade jogou sobre a rua; 2) no retorno à sala de aula, é o momento de realizar a coletiva seletiva dos resíduos sólidos; 3) uma vez selecionado, é o momento de reaproveitar, através da utilização de técnicas de reciclagem produtos como: plásticos, papelões, garrafas pet, etc. O professor de Química pode auxiliá-los nesta etapa.

Concluída a atividade, é importante que os próprios alunos produzam um informativo, relatando a experiência desenvolvida em sala de aula. O jornalzinho também pode ser complementado com pesquisas e entrevistas junto aos setores responsáveis pela limpeza da cidade. Devem ser buscadas e divulgadas,

também, alternativas tecnológicas diversas de reincorporação de resíduos sólidos, da cidade ou do campo, na forma de composto orgânico, bem como, mensagens que conscientizem a população acerca da importância da coleta seletiva e de contribuir para manter a cidade limpa.

- **4ª proposta: história da alimentação**

Na obra *Geografia da Fome* (1946), conhecida universalmente, Josué de Castro analisa o problema socioeconômico e geográfico da fome, relacionando-a com o estudo do homem, do clima, da religião, dos costumes e hábitos culinários diferentes e próprios de cada povo. O escritor demonstra que há alimentos largamente consumidos em determinados países e não utilizados em outras partes do mundo, por não participarem dos hábitos culinários e dos costumes de seus habitantes.

Luis da Câmara Cascudo, em sua obra *História da Alimentação no Brasil* (1967), sistematiza aspectos peculiares à alimentação e à culinária das diversas regiões do país, sob a influência de várias etnias, sobretudo a portuguesa, a indígena e a africana. Ele delinea alguns dos hábitos dos brasileiros quanto ao preparo da alimentação, o que se comeu e bebeu no Brasil, utensílios, superstições e credences. Gilberto Freyre, em 1932, publica, pela primeira vez, sua obra *Açúcar: uma sociologia do doce*, visando resgatar origens e receitas de tradicionais doces e bolos nordestinos

saboreados desde o tempo dos sobrados, mucamas e sinhás.

As moendas, acionadas pelo trabalho dos escravos ou a partir da utilização de animais de tração (como bois ou cavalos) eram parte constitutiva das etapas de produção do açúcar.

(Ilustração de Jean-Baptiste Debret)

A história da alimentação pode ser trabalhada em sala de aula, por meio da realização de oficinas para exposição e degustação de alimentos típicos da região. O professor pode planejar, com os alunos, quais são os alimentos que podem ser trazidos para a oficina, bem como, orientá-los para realizar a pesquisa das receitas e da história desses alimentos.

- **5ª proposta: conhecendo os biomas brasileiros**

O Brasil tem seu território ocupado por seis grandes biomas terrestres: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal. A busca pela conservação dos recursos naturais brasileiros torna-se possível somente a partir do conhecimento das peculiaridades climáticas, culturais e ambientais dos diversos biomas existentes no país. Várias propostas didáticas podem ser utilizadas para dinamizar o ensino e a aprendizagem da História Ambiental destes biomas, com ênfase nas peculiaridades que cada um apresenta em relação aos demais.

Nas áreas de História da Ciência e da Técnica e de História Ambiental, pode-se organizar painéis ou cartazes para exposição na escola que tematizem os assuntos abordados. Outra possibilidade é elaborar juntamente com os alunos cartilhas didáticas, escritas com linguagem acessível ao público da escola, tendo em vista a divulgação de temáticas ambientais. Para tanto, podem se recorrer a exemplos e situações conhecidas do cotidiano das populações, buscando um diálogo que aproxime a escola que (re)constrói o saber com a chamada cultura popular. Ambos os espaços, o erudito e o popular, são portadores de conhecimentos e saberes que, longe de se excluírem, devem dialogar entre si.

Visando difundir e popularizar o conhecimento da ciência e tecnologia, procuraremos contribuir para a efetivação de uma educação científica básica de qualidade, auxiliando a formação de talentos e a revelação de vocações surgidas do espírito de investigação e indagação científicas. A exposição prevista dividir-se-á em quatro estandes, compostos de painéis organizados segundo quatro divisões cronológicas, quais sejam: 1) A passagem da Colônia para o Império: as academias de ciências, o Reformismo Ilustrado, A Universidade de Coimbra, A História da Mineralogia, da Botânica, da Zoologia no Brasil; 2) A segunda metade do Século XIX, a História da Ciência e da Técnica, o nascimento da Paleontologia Brasileira, etc; 3) Primeira metade do século XX, o Higienismo, as Universidades, as

reformas urbanas, as vacinas e as epidemias, a microbiologia, etc; 4) O Pós 1930: As estratégias de combate às estiagens, o investimento brasileiro no parque tecnológico, a criação das indústrias de base, a chegada das inovações tecnológicas no Brasil (informática, biotecnologia, aeromodelismo e motores automotivos, etc)

Quanto aos painéis, cabe observar que terão como tema a História da Ciência e da Técnica no Brasil e a História Ambiental. A utilização de imagens produzidas por naturalistas e viajantes europeus ao longo do século XIX, permitirá tematizar a trajetória de transformações pela qual passou a visão e percepção da natureza e da técnica no século XIX. Como a ideia de ciência e técnica se realiza em relação com a Natureza e as transformações que sobre ela se implementam, no processo de humanização do ambiente, os liames que interligam as duas áreas são fáceis de se delinear. Assim, como expomos acima, de forma preliminar, quatro momentos comporiam a exposição. O primeiro deles, centrado na História das academias Científicas luso-brasileiras, e na história da Ciência e da Técnica na transição entre Colônia e Império.

O segundo deles tematizará as transformações provenientes do Capitalismo Maquinofator e da Revolução Industrial, que deram azo ao desenvolvimento de recursos pré-existentes para a potencialização da produção, dentro da demanda crescente de um capitalismo

escravista, monocultor e dependente brasileiro, satélite de uma economia ultramarina, centrada na divisão internacional do trabalho. Como exemplo ilustrativo, podemos apontar, no campo da História ambiental, como referências à Mata Urbana da Tijuca, às estratégias Imperiais de combate às estiagens, e ao problema do abastecimento de águas poderiam ocupar um painel. O terceiro estande terá como tema as políticas higienistas públicas, o desenvolvimento da microbiologia e a história da Ciência e da Técnica no Brasil da primeira metade do século XX. Uma quarta seção de painéis tematizará as histórias da Ciência no Brasil pós Estado Novo, a Coleção Brasileira, a Criação do CNPq, a ciência durante a Ditadura Militar e a abertura e o financiamento de pesquisas na Nova República.

Outra possibilidade para se trabalhar as características ambientais de cada bioma do Brasil diz respeito à realização de uma exposição temática da flora e vegetação típicas do bioma regional, complementando-a com cartazes e outros recursos visuais que permitam aos alunos estabelecerem um quadro comparativo com os demais biomas brasileiros. O professor pode planejar, com os alunos, para trazerem as plantas e os vegetais típicos da região, orientando-os para pesquisar e expor sobre sua história.

Sugerimos, também, que o professor realize, juntamente com os alunos, atividades e oficinas com músicas que tematizem aspectos ligados ao ambiente regional. A título

de exemplo, citamos as músicas do cantor e compositor Luiz Gonzaga, cuja obra conseguiu transpor o espaço e as paisagens da Caatinga através de seu saudosismo, retratado nas letras de suas canções. Temas relacionados com o cotidiano dos nordestinos, a sociedade, os aspectos físicos, os problemas, a exclusão e o mandonismo, permeiam a música do cantor. Seria necessário, primeiramente, realizar uma pesquisa bibliográfica e musicográfica; uma vez realizada, é o momento de ouvir, ler e interpretar a letra da música, em sala de aula; descrever as paisagens e os elementos típicos da região semiárida, contidos na letra; exibir um filme ou trechos de filmes que contribuam para a identificação das peculiaridades do povo, leitura da paisagem ou que abordem a temática das migrações; discutir como a população do Semiárido enfrenta dificuldades relacionadas à convivência com a região; relacionar a história da escassez de água, emprego, alimentação no Nordeste, com outras regiões do mundo; utilizar mapas e tabelas que corroborem a argumentação sobre migrações no Nordeste.

Outra proposta didática considerada importante para ser realizada com os alunos, refere-se à visita a alguma Unidade de Conservação mais próxima de seu município. Os alunos podem elaborar um roteiro prévio para entrevistar os responsáveis e fotografar o local, com seus aspectos mais peculiares, o que depois pode ser transformado em uma

exposição na escola. Para que os alunos participem ativamente da preservação do ambiente natural, é importante que saibam a quem e como recorrer em caso de denúncias de danos ambientais. Por isso, o itinerário da visita às Unidades de Conservação pode ser complementada com o contato a essas entidades em defesa do meio ambiente, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e algumas Organização Não Governamentais (ONG's).

Um trabalho educativo pode contribuir para incorporar novas técnicas aos comportamentos culturalmente cristalizados, bem como, trazer mudanças significativas na utilização dos recursos naturais disponíveis ao homem, contribuindo para promover a sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final, cabe lembrar que cada cidadão do Planeta, independente de sua cultura, pode, com proveito para a comunidade humana, assumir um compromisso com a preservação da natureza, enquanto ainda houver tempo. Vale também recordar que o exercício que realizamos neste artigo foi para nos apercebermos de que, independente das construções e elucubrações do mundo da cultura, temos um substrato biológico inerente à nossa condição de mamíferos desenvolvidos. Nenhum ser humano é independente de sua condição biológica, mas, o que fazemos culturalmente com ela faz a diferença,

abrindo possibilidades e desmentindo os determinismos. Não temos uma imunidade social e cultural aos fatores naturais, por mais que tenhamos conquistado poder de transformação sobre os recursos do Planeta.

Assim, é fácil observar que, ao longo das duas últimas décadas, a opinião pública tem sido alimentada com um mito que os especialistas chamam de "efeito de filtração" (do Inglês *trickle-down effect*). A ideia pode ser resumida assim: quanto mais investirem os governos em pesquisa e desenvolvimento, melhor para a prosperidade econômica e o bem-estar social dos povos em geral, não apenas os ricos, mas, também, os pobres. Infelizmente, na contramão desta propaganda, cabe observar que a natureza dos nossos problemas sociais e ambientais não requer sofisticadas soluções de alta tecnologia, e sim, o uso mais racional e equitativo de tecnologias "apropriadas" existentes e de políticas empenhadas na redução do desperdício e do consumo indiscriminados e irresponsáveis.

A ciência e a tecnologia conquistaram aos homens muitas possibilidades, mas, a parcela da população que tem acesso a elas ainda é bastante restrita, demonstrando que esses saberes não se constituíram e não se organizam com base em um espírito altruísta, cosmopolita e humanitário, mas que, longe da neutralidade, sevem a interesses de nacionalidade e capital. Outro importante fator para o desenvolvimento humano seria o aumento do nível de educação e dos

conhecimentos do conjunto da população, assegurando a incorporação de milhões de crianças ainda excluídas de um adequado sistema escolar e, mais que isso, investindo em estratégias didático-pedagógicas que aproximem os conhecimentos de suas realidades culturais, sociais e ambientais de aprendizado. Como pode uma sociedade ser verdadeiramente próspera sem a inclusão de toda sua população em um projeto menos egoísta de sustentabilidade? Como laborar pelos ideais ecológicos sem relacioná-los a uma ecologia humana? Práticas e tecnologias não são neutras. Ligam-se, intrinsecamente, às contradições do processo de produção e reprodução das necessidades materiais e simbólicas, processo este auto-instituído social e historicamente por cada sociedade.

Como vimos, na esteira do século XIX, o século XX aguçou nossas percepções a respeito dessa interação entre natureza e cultura. Talvez por isso, as questões ambientais

adquiriram grande dimensão na vida cotidiana, neste início de século XXI. Tornaram-se indutoras de reformas econômicas e sociais, constituindo-se em espaços de reflexão, formulação de políticas públicas e propostas de melhoria das condições de vida. Elas são uma das chaves importantes para a compreensão das relações entre Estado e sociedade, dentro e fora do Brasil. A História possui capacidade de aproximação e diálogo com a sociedade, que lhe permite ir além das complexidades técnicas das questões ambientais, construindo instrumentos para o alcance de maturidade teórica e metodológica, para abordá-las sem alarmismo ou indiferença. Curioso se faz para nós, os historiadores do século XXI, o processo de construção das sensibilidades que tocam ao ambiente e à ecologia e estas propostas didático-pedagógicas foram tecidas como contribuição ao desejo de construção de caminhos para o futuro.

Referências

- AMARAL JÚNIOR, A.; PERRONE-MOISÉS, C. (Org.). *O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: Edusp, 1999.
- ARAÚJO, U. F.; AQUINO, J. *Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). *Dicionário de política*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- BROWN, Lester R. *Eco-economia: construindo uma economia para a Terra*. Salvador: Editora UMA, 2003.

BURITI, Catarina de Oliveira; AGUIAR, José Otávio. A gestão dos usos e a apropriação cultural dos recursos hídricos através dos tempos: uma história ambiental da escassez de água no Semiárido nordestino. In: AGRA, João Tertuliano Nepomuceno; AGUIAR, José Otávio (Org.). *Água, solo & educação ambiental: história e memória, planejamento e gestão*. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)*. Trad. De Carlos Afonso Malferrari e José Augusto Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: M. Claret, 2002.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DUARTE, Regina Horta. Com açúcar, com afeto: impressões do Brasil em 'Nordeste' de Gilberto Freyre. *Tempo*, Rio de Janeiro: UFF, n. 19, p. 125-147, 2004.

_____. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939.

_____. *Nordeste: aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio-ambiente*. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.

MURARO, Rose Marie. *História do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Zit, 2007.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento ambiental e crítica escravista no Brasil (1779-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PEDRO, Antonio. *História da civilização ocidental: geral e Brasil*. São Paulo: FTD, 1997.

PONTING, Clive. *Uma história verde do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Memosine Revista

Volume 6, n.1, jan/jun 2015

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.

WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.